

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História



TESE

**Uma história da Revolução Federalista:
o confronto discursivo dos jornais
*Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)***

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

Pelotas, 2023

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

**Uma história da Revolução Federalista:
o confronto discursivo dos jornais
*Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)***

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
História no Programa de Pós-graduação
em História da Universidade Federal de
Pelotas.

Orientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Pelotas, setembro de 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

O48h Oliveira, Marcelo França de

Uma história da Revolução Federalista : o confronto discursivo dos jornais Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895) / Marcelo França de Oliveira ; Aristeu Elisandro Machado Lopes, orientador. — Pelotas, 2023.

239 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Revolução Federalista. 2. Rio Grande do Sul (jornal). 3. Eco do Sul (jornal). 4. Revolução de 8 de Novembro. 5. Rio Grande (RS). I. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, orient. II. Título.

CDD : 981.65

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Autor: Marcelo França de Oliveira

Título: Uma história da Revolução Federalista: o confronto discursivo dos jornais Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 6 de novembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (orientador)

Prof^a Dr^a Ana Luiza Setti Reckziegel
Universidade de Passo Fundo-UPF

Prof. Dr. Edgar Avila Gandra
Universidade Federal de Pelotas-UFPel

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves
Universidade Federal do Rio Grande-FURG

Prof. Dr. José Martinho Rodrigues Remedi
Universidade Federal de Santa Maria-UFSM

*Dedico este trabalho à memória de meus pais,
a quem tudo devo. Minhas inspirações e amores eternos,
Aristides Amaral de Oliveira (★1944 †2015)
Jussara França de Oliveira (★1950 †2010)
Ao meu irmão, que partiu precocemente
Marxel França de Oliveira (★1972 †1998)
E ao Calvin, estrelinha que iluminou e
marcou para sempre minha vida (★2015 †2018)*

AGRADECIMENTOS

Começo os agradecimentos pelas instituições, pois sou um otimista que ainda crê na sua solidez como baluarte da democracia. Instrumentos criados por pessoas e para pessoas, sua existência e propósitos devem transcender aos individualismos e servir, sempre, à coletividade.

Nesse sentido, meu primeiro agradecimento é para a **Biblioteca Rio-Grandense**, fiel depositária de milhares de documentos impossíveis de mensurar em valores, e uma das maiores responsáveis por esta tese se tornar realidade. Um patrimônio do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo. Toda a minha caminhada acadêmica passa por essa centenária instituição.

Estendo meus agradecimentos à **CAPES**, pelo fomento no início do projeto, pelos meses em que me foi concedida a bolsa.

Agradeço ao **PPGH** da **UFPeI** por ter selecionado o meu projeto, dentre muitos, como viável e apostar na sua execução. Tentei estar à altura da confiança depositada. E, à própria existência dessa universidade pública, gratuita e de qualidade, que teve papel destacado nos difíceis tempos pelos quais todos passamos.

Agora, às pessoas (ou grupo de), razão da qual se produz História. Escolhi a ordem alfabética porque não poderia hierarquizar suas importâncias em minha vida e suas contribuições para que esta tese saísse de um projeto e se tornasse realidade.

Ao meu orientador, **Aristeu Elisandro Machado Lopes**, que me “adotou” no início do percurso, me incentivou, me guiou, me apoiou firmemente e acreditou em todo o caminho. Sua paciência, disponibilidade, compreensão, e, ainda que não concordasse com tudo o que eu teimosamente propunha, me deu plena liberdade intelectual, intervindo, colaborando e sugerindo possibilidades que enriqueceram e facilitaram o trabalho, sem nenhum tipo de imposição. Se a tese possui virtudes, é por causa dele. Os defeitos são todos por minha conta. Obrigado pela generosidade, pelos ensinamentos e pela amizade!

À **banca de qualificação**, composta pela professora **Ana Luiza Setti Reckziegel**, referência em Revolução Federalista e fronteira, cujos apontamentos, críticas e sugestões foram de grande valia para que eu tivesse um entendimento mais apurado em relação ao que deveria fazer; pelo professor **Edgar Avila Gandra**, que tive o privilégio de tê-lo como professor em duas disciplinas no doutorado, e me deu um entendimento ampliado sobre Estado e Poder, além de sua contribuição na forma de observações críticas sobre os rumos que a tese poderia tomar; e, finalmente, pelo professor **Francisco das Neves Alves**, meu eterno mestre, mentor e fonte de inspiração, e que, junto com a Biblioteca Rio-Grandense, é o maior responsável pela possibilidade de concretização desta tese, codescobridor do *Rio Grande do Sul* e que não mediu esforços para que eu tivesse todos os meios de ter acesso a sua coleção, tão logo a situação pandêmica deu os primeiros sinais de que tal seria possível.

Antecipadamente, à **banca examinadora**, pela disponibilidade em aceitar, examinar e contribuir construtivamente com esta tese: professores **Ana Luiza Setti Reckziegel**, **Edgar Avila Gandra**, **Francisco das Neves Alves** e **José Martinho Rodrigues Remedi**, meus sinceros agradecimentos.

Ao **Daniel Dallavalle**, meu companheiro de quase sete anos, que teve o azar de conviver comigo na reta final da tese em História da Literatura e em toda a trajetória desta. Espero que conheça meu lado melhor a partir de agora. Meu amigo, meu parceiro, minha "mente estendida", meu igual e, muitas vezes, meu contraponto. Parte por teimosia, parte por instigar que eu veja a "realidade" sob um outro ângulo, geralmente mais generoso, ou, ao menos, diferente. Ele aplicou "testes de fogo" às minhas teorias aqui defendidas em sua origem, quando eram apenas *brainstorm*. Ele sabe que "funciono" melhor provocado. É, também, quem cuida de minha saúde física e emocional e "desarma" armadilhas mentais que eu mesmo frequentemente armo, mostrando que o destino, o universo, o acaso (ou o caos) colocou, não em vão, um psiquiatra no caminho de um historiador/editor. E deu liga. Aprendemos juntos, rimos juntos, choramos juntos, mas também viajamos juntos, jogamos juntos, vemos a "realidade tal qual ela se apresenta" (ou tentamos nos convencer disso, em um Zazen de Youtube). Faz eu vagar pelo cosmo, pelas teorias quânticas, me explica a terapia cognitivo comportamental e outras tantas teorias da mente humana, e, ao mesmo tempo, me faz perceber e apreciar a vida nas suas mais singelas manifestações: parar, observar, respirar e refletir. E me expor. OK, nem sempre consegue uma ou outra coisa, mas ele tenta, e eventualmente eu cedo. Entende e aceita meu tempo. E me deu nossa "filhotona de 4 patas", a Sia, um mar de tranquilidade peluda e dourada de quase 40 kg do mais puro e genuíno amor, que é mais minha dona do que eu dela. Abraçá-la, simplesmente, ou ouvir seu leve roncar tem o poder de aquietar minha mente e coração. Um presente, um anjo. Vocês são tudo o que eu quero, tudo o que eu tenho, tudo o que eu preciso.

Finalmente, aquela que é minha amiga há mais de uma década, que me acolheu em sua casa em Pelotas (com direito a quarto só para mim!) durante o período dos créditos das disciplinas que deveríamos cursar e em que eu permanecia na cidade para as aulas; que me acompanhava nos eventos, almoços, cafés, livrarias, sebos e ruas da capital do doce, me tranquilizando e dividindo angústias e incertezas, mas também alegrias e etapas vencidas. Tantas frustrações, decepções, cansaços compartilhados, felizmente superados em número pelas celebrações, pela cumplicidade e pela certeza de que tudo passaria. E passou! As dores e os prazeres da vida, nada é fixo nem permanente. Suas qualidades como amiga só encontram par em sua competência: é uma talentosa historiadora que teve uma robusta tese que coroou brilhantemente sua trajetória de aluna exemplar que sempre foi. Nunca perdeu uma data. Nunca atrasou algo. Sempre fez mais do que lhe era solicitado. E, por sua vez, o tamanho de sua competência se iguala ao da sua generosidade. Certa vez, no meu aniversário, em plena pandemia (eu não tenho pais nem parentes próximos) ela mandou, a partir de Pelotas, entregar em minha casa em Porto Alegre um bolo de cenoura com cobertura de chocolate, para alegrar meu dia. Alegrou, minha amiga, e alegre até hoje a cada lembrança. Foi meu único presente aquele dia, um dos mais significativos gestos de carinho que já recebi. Na maior parte do tempo estamos longe fisicamente, mas sempre a distância de uma mensagem. Minha companheira de jornada, minha fonte inesgotável de afetos, meu porto seguro (que aguenta minhas incontáveis crises de desabafos), minha mais querida e doce pelotense, **Maria Clara Hallal**, meu muito obrigado. Por ontem, por hoje, por sempre!

RESUMO

Esta tese de doutorado tem como objetivo apresentar uma história da Revolução Federalista, através do embate discursivo dos jornais *Rio Grande do Sul* (alinhado ao Partido Republicano Rio-grandense) e *Eco do Sul* (alinhado ao Partido Federalista), ambos diários da cidade do Rio Grande (RS), entre o período de 1º de junho de 1891 (surgimento do jornal *Rio Grande do Sul*) e setembro de 1895 (reaparecimento do jornal *Eco do Sul*), utilizando como marcos teórico-metodológicos as premissas da história política, da história da imprensa, com contribuições conceituais da análise de conteúdo e do discurso. Nesse sentido, visa entender, analisar e explicar os jornais enquanto fonte e objeto, e identificar, pelas suas páginas, as narrativas, as discussões, as opiniões, as tomadas de posição, os embates, as críticas, as ironias, as réplicas e trélicas que ambas as folhas publicavam em suas edições diárias, levando em conta o contexto histórico, o cenário político-partidário e sua incipiente polarização (seguidores de Júlio de Castilhos e membros do Partido Republicano Rio-grandense – PRR – de um lado, e sua oposição, composta de dissidentes do PRR, ex-liberais, ex-conservadores e monarquistas, do outro) a legislação de imprensa, a censura oriunda dela e os impactos que sofreram os jornais, os personagens envolvidos (proprietários, redatores e principais colaboradores) e suas complexas relações com o poder e com os adversários, além de verificar o que cada um apresentou em relação ao período. Em paralelo, investigar a permanência de um monarquismo resistente, e como esse era tratado nos diferentes jornais; as construções identitárias envolvidas, em construção e em disputa (em especial a “herança” da Revolução Farroupilha, de 1835, memória reivindicada tanto pelo *Rio Grande do Sul* quanto pelo *Eco do Sul*) e como a fronteira era vista, descrita e apresentada, ora enaltecida, ora criticada, de forma revezada pelos jornais. A Revolução Federalista é aqui entendida como um processo ampliado, e por isso defendida como iniciada a partir da Revolução de 8 de Novembro de 1891, um movimento surgido na cidade do Rio Grande que uniu imprensa, sociedade civil, Marinha e Exército desse município em um levante (que seria replicado em outros municípios, especialmente os da fronteira do Rio Grande do Sul) contra o golpe de Deodoro da Fonseca e que teria como um dos reflexos a queda de Júlio de Castilhos do governo estadual, dando início ao processo que abrange, mas não se restringe, a guerra em seu recorte tradicional (entre os anos de 1893 e 1895).

Palavras-chave: Revolução Federalista; Rio Grande do Sul (jornal); Eco do Sul (jornal); Rio Grande (RS); Castilhismo; Anticastilhismo; Revolução de 8 de Novembro.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to present a history of the Revolução Federalista through the discursive clash of the newspapers *Rio Grande do Sul* (aligned with the Partido Republicano Rio-Grandense) and *Eco do Sul* (aligned with the Partido Federalista). Both are daily newspapers from the city of Rio Grande (located in southern Brazil), and this study covers the period between June 1, 1891 (the emergence of the newspaper *Rio Grande do Sul*) and September 1895 (the reappearance of the newspaper *Eco do Sul*). The theoretical-methodological markers used are the premises of political history and press history, with conceptual contributions from content analysis and discourse. The thesis aims to understand, analyze, and explain newspapers as both source and object. It identifies narratives, discussions, opinions, positions taken, clashes, criticisms, ironies, replies, and counter-replies published in their daily editions through their pages. It takes into account the historical context, the political-party scenario, and its incipient polarization (followers of Júlio de Castilhos and members of the Partido Republicano Rio-Grandense - PRR - on one side, and its opposition composed of dissidents from PRR, former liberals, former conservatives, and monarchists on the other). It also considers press legislation, censorship arising from it, and the impacts suffered by newspapers. The characters involved (owners, editors, and main collaborators) and their complex relations with power and opponents are examined. In addition to checking what each one presented in relation to the period. In parallel, it investigates the permanence of a resistant monarchism and how this was treated in different newspapers. It also explores identity constructions involved, under construction, and in dispute (especially the “legacy” of the Revolução Farroupilha of 1835), a memory claimed by both, *Rio Grande do Sul* and *Eco do Sul*. It examines how the border was seen, described, presented, sometimes praised or criticized alternately by newspapers. The Revolução Federalista is understood here as an expanded process. Therefore, it is defended as initiated from the Revolution of November 8th 1891. This was a movement that emerged in the city of Rio Grande that united press, civil society, Navy, and Army of this municipality in an uprising (which would be replicated in other municipalities especially those on the border of Rio Grande do Sul) against Deodoro da Fonseca’s dissolution of the National Congress. This had as one of its reflections Júlio de Castilhos fall from state government. This started a process that encompasses but is not limited to war in its duration, traditionally accepted by historiography (between 1893 and 1895).

Keywords: Revolução Federalista; Rio Grande do Sul (newspaper); Eco do Sul (newspaper); Rio Grande (Brazilian city); Castilhismo; Anticastilhismo; Revolução de 8 de Novembro.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Reprodução do frontispício da primeira edição do <i>Rio Grande do Sul</i>	63
FIGURA 2:	Reprodução do frontispício do <i>Eco do Sul</i> , em edição de 2 de junho de 1891, na qual o jornal dá suas “boas vindas” ao <i>Rio Grande do Sul</i> , dando início as divergências entre as redações.....	63
FIGURA 3:	Capacete da artilharia republicana utilizada entre 1890 e 1894.....	119
FIGURA 4:	Efígie em homenagem a visita de Júlio de Castilhos pelo <i>Rio Grande do Sul</i>	160
FIGURA 5:	Colunas censuradas no <i>Eco do Sul</i>	188
FIGURA 6:	Colunas censuradas no <i>Eco do Sul</i>	188
FIGURA 7:	Ironia à censura imposta ao <i>Eco do Sul</i>	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O <i>corpus</i> da pesquisa.....	32
Tabela 2: Categorias de análise.....	33
Tabela 3: Proprietários e principais redatores dos periódicos.....	69
Tabela 4: Termos mais utilizados em relação aos adversários políticos.....	123
Tabela 5: Termos mais utilizados sobre o jornal rival.....	205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A AMBIENTAÇÃO DA TRAMA: A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E AS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA	29
2 O PRÓLOGO DA GUERRA: O SURGIMENTO DO <i>RIO GRANDE DO SUL</i> E OS PRIMEIROS CONFRONTOS COM O <i>ECO DO SUL</i> NA ASCENSÃO E QUEDA DE JÚLIO DE CASTILHOS	64
2.1 OS PERSONAGENS: PROPRIETÁRIOS, REDATORES E SUAS COMPLEXAS RELAÇÕES	65
2.1.1 OS PRIMEIROS EMBATES: ENTRE “ESCÂNDALOS” E IRONIAS.....	72
2.1.2 AS “REVISTAS” EM CHOQUE: TOBIAS <i>VERSUS</i> ELZEVIR	78
2.1.3 A ERA MÁRIO DE ARTAGÃO, O FIM DO ANONIMATO E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS	87
2.2 O ROTEIRO ENVOLVIDO: IDENTIDADE, FRONTEIRA E O QUE SE DIZ (E SE ESPERA) DA GUERRA ENQUANTO ELA AINDA NÃO ACONTECE.....	105
2.3 MISTÉRIO NA TRAMA: DE ONDE SURTIU ESSE PICA-PAU?	120
3 A GUERRA NO PRELO: A REVOLUÇÃO FEDERALISTA COMO OBRA PRONTA PARA SER PUBLICADA	127
3.1 MONTANDO OS TIPOS: ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS E O GOLPE DE DEODORO DA FONSECA ...	128
3.2 REVIRAVOLTA NA TRAMA: A “REVOLUÇÃO DE 8 DE NOVEMBRO” E O INÍCIO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA.....	132
3.2.1 O CAPÍTULO (QUASE) DELETADO DO ENREDO: O 8 DE NOVEMBRO E A HISTORIOGRAFIA	142
3.3 A BREVE SAÍDA DE CENA DE UM DOS PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA: O PERÍODO DAS OPOSIÇÕES NO PODER.....	146
3.4 UM PROTAGONISTA VOLTA À TRAMA: O RETORNO DE JÚLIO DE CASTILHOS	154
3.4.1 O EPISÓDIO DA VISITA DE CASTILHOS AO RIO GRANDE E OS “MONARQUISTAS DO CAFÉ”	162
3.5 MÁQUINAS RODANDO: COMEÇA A IMPRESSÃO DA OBRA	170
4 EXTRA! EXTRA! A GUERRA É PUBLICADA! – O PERÍODO ENTRE 1893 E 1895 NAS PÁGINAS DOS JORNAIS	180
4.1 AS PÁGINAS MANCHADAS DE SANGUE DA HISTÓRIA: O CAPÍTULO DA GUERRA	186
4.1.1 A “ROLHA”	190
4.1.2: FRACASSO DE PÚBLICO? AS TROCAS DE COMANDO NAS FOLHAS CASTILHISTAS	201
4.2 UM PROTAGONISTA SAI DE CENA: O DESAPARECIMENTO DO <i>ECO DO SUL</i> E AS REVELAÇÕES FINAIS DA TRAMA	204
4.3 A DERRADEIRA REVIRAVOLTA NO ENREDO: O RETORNO DO <i>ECO DO SUL</i>	210
E (NÃO) FORAM FELIZES PARA SEMPRE (OU, À GUIA DE UMA CONCLUSÃO)	214

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
FONTES IMPRESSAS PRINCIPAIS	227
FONTES IMPRESSAS	227
DOCUMENTOS OFICIAIS.....	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	228

INTRODUÇÃO

Todo historiador carrega uma certa melancolia e uma boa dose de obstinação. Melancolia, pois a tarefa de rever a História implica sempre a constatação de que o passado é mesmo uma pátria distante, e de que não há como dar conta de lacunas ou “buracos” que a documentação insiste em não “tapar”. Obstinação, pois a única maneira de lidar com essa falha inicial estrutural é supor, teimosamente, que sempre há uma pista a encontrar, uma nova faceta a rever (SCHWARCZ, 2007, p. 7).

A epígrafe acima traduz um pouco do que tem sido minha jornada acadêmica desde seu princípio até o momento. Um misto de obstinação temática e a defesa de que há, sim, muito a descobrir quando não se aceita os chamados “esgotamentos” das fontes ou assuntos objetos da História. Novos olhares não são apenas possíveis, mas desejáveis, e a insistência em revisitar lugares pode surpreender com o novo, com o não-visto, ou com a mudança de percepção sobre os ditos “fatos históricos” aceitos como consagrados.

Durante minha trajetória acadêmica, priorizei a história política e estudos acerca da Revolução Federalista, centrados na análise discursiva de textos veiculados majoritariamente através da imprensa, e incursões sobre o conceito de identidade. Durante boa parte desses estudos, foquei minha análise nos registros de Ângelo Dourado (1855/1905)¹, escritor, médico, intelectual, político e “figura estelar do Partido Federalista”,² os quais, de maneira direta ou indireta, permeavam a guerra civil de 1893-95.

Esta jornada teve início com a monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2008, intitulada *Quando a memória vira História: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense* (2008), onde analisei a obra *Voluntários do*

¹ Autor da obra *Voluntários do Martírio*, uma das mais significativas obras de referência memorialísticas sobre a Revolução Federalista, publicada pela Livraria Americana, do Rio Grande, em 1896, a apenas um ano após o armistício. A relevância da obra vem de sua natureza de espectador privilegiado, uma vez que o autor participou da Coluna de Gumercindo Saraiva como coronel-médico, e registrou, sob a forma de um diário, entremeado com reflexões sobre a situação política local e nacional, suas observações daquilo que vivenciou no conflito.

² Assim definiu-o Sérgio da Costa Franco (FRANCO, 2007, p. 135).

Martírio e seus usos pela historiografia. Já no curso de especialização em História do Rio Grande do Sul, também pela mesma universidade, avancei o espectro de análise e acrescentei outras obras de Dourado, entre textos avulsos, livretos e livros, em especial *A situação política do Brasil*, que deu origem à monografia *A formação do Rio Grande do Sul republicano: versões e narrativas de um militante revolucionário*, em 2010. Na conclusão do mestrado profissional em História, na FURG, defendi a dissertação *A trincheira discursiva: escritos políticos de Ângelo Dourado em livros e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul republicano (1893-1905) – usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de História no ensino superior*, em fevereiro de 2014. Finalmente, defendi a tese *O cronista maragato: Literatura e História nas crônicas de Ângelo Dourado publicadas no Eco do Sul (1896-1902)*, no Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em História da Literatura, também na Universidade Federal do Rio Grande. Apesar de, nesse último caso, a análise ter sido prioritariamente sob o viés literário das crônicas, o componente político permeava direta e indiretamente os escritos analisados, em especial o anticastilhismo-borgismo.³

Pela minha trajetória, a escolha pela Revolução Federalista é uma continuação natural, dessa vez valendo-me de um novo objeto, a imprensa (sem ser, contudo, tão novo assim, dada a proximidade sempre presente enquanto fonte) e ir além da visão federalista representada por Ângelo Dourado, buscando seu contraponto, para a construção de um conhecimento histórico abordando uma fonte/objeto ainda inexplorado (o jornal *Rio Grande do Sul*) e seu conflito discursivo com o *Eco do Sul*, folha esta já visitada e conhecida, mas, agora, analisada por novos prismas, diferente das abordagens anteriores. Além disso, a premissa sempre defendida em trabalhos anteriores foi que a guerra civil **não terminara em 1895**, mas **se estendeu além**, ignorando a **problematização de seu início em 1893**. Nesta tese, em sentido inverso e complementar, pretendo defender a ideia de que seu começo não se dá naquele ano, mas antes, **em 1891**, já encontrando elementos basilares que justificam o recuo temporal. Por

³ Além dos trabalhos de formação, ou seja, as monografias de conclusão, a dissertação e a tese, tive a oportunidade de publicar outras produções, entre livros, capítulos, artigos e trabalhos apresentados, especificamente sobre a temática da Revolução Federalista, dentre eles: (OLIVEIRA, 2009; ALVES, 2011; OLIVEIRA *et al*, 2010; OLIVEIRA, 2013; ALVES e OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2017; OLIVEIRA, 2018a; ALVES e OLIVEIRA, 2020; e OLIVEIRA, 2022).

isso, é relevante compreender que a Revolução Federalista, fruto direto do rearranjo das forças políticas na introdução do regime republicano no Brasil, e em especial em terras sul-rio-grandenses, não deve ser encerrada no período que tradicionalmente a historiografia a situa. Para entender o conflito armado inserido nesse período, é preciso retroceder um pouco o tempo, e observar os diferentes personagens e interesses envolvidos. Então, este é um dos meus pontos de partida: a Revolução Federalista será compreendida e explicada como um período maior do que o recorte dos quase três anos.

Para tal, com base principal estabelecida a partir da análise discursiva dos jornais *Rio Grande do Sul* e *Eco do Sul*, pretendo entender e explicar, nesta tese, os jornais enquanto fonte e objeto, e identificar a construção das narrativas que cada folha apresentou em relação à guerra, às construções identitárias envolvidas e como a fronteira era vista/descrita ou apresentada, além, é claro, do contexto histórico e político-partidário que permeava seus respectivos campos de atuação.

Como não é possível – nem é a intenção – escrever “a” história da guerra civil sulina, pretendo aqui apresentar “uma” história da Revolução Federalista, construída através de dois jornais, e a própria história da relação que as duas folhas encenaram, com ambas servindo de fontes, mas também como objeto. Dito assim, parece indicar um universo bem delimitado, local, entretanto, o que se verá é algo que transcende a localidade a qual ambos os jornais estão inseridos (a cidade do Rio Grande), que traz em sua essência conexões com o espectro mais abrangente, os cenários estadual e nacional, interconectados e, na maior parte das vezes, indissociados, no período assinalado. Isso é que oferece a análise do confronto discursivo político-partidário dos dois protagonistas desta história, dois periódicos situados em polos opostos da esfera política majoritária do Rio Grande do Sul durante o estabelecimento da República no Brasil: de um lado, defendendo os ideais castilhistas, estava o diário *Rio Grande do Sul*, jornal cujo estudo é completamente inédito, com sua coleção

descoberta no acervo da Biblioteca Rio-Grandense recentemente⁴; e, do outro, o *Eco do Sul*,⁵ tradicional folha vinculada aos federalistas em fins do século XIX.

Na narrativa apresentada, se junta a construção de uma identidade política sul-rio-grandense, tendo como pano de fundo a Revolução Federalista, em seu preâmbulo e acontecimento. O recorte escolhido prioriza a ação de ambos os grupos em oposição desde os primeiros movimentos, de parte a parte, passando pela sua deflagração e chegando à pacificação (e, também por isso, o recorte dos anos entre 1891 até 1895), observando os posicionamentos acerca da guerra, com cada uma das publicações assumindo sua diferente trincheira narrativa, e a evolução dos discursos veiculados. Tal período é um terreno fértil ainda para a pesquisa histórica, uma vez que as estratégias argumentativas variavam de um jornal para outro, e, levando em conta um veículo ainda não estudado (o *Rio Grande do Sul*), bem como novas nuances ainda não abordadas da outra folha, pode-se avançar no entendimento do campo de ação, objetivos e estratégias manifestas desse momento basilar na formação do Rio Grande do Sul republicano.

Assim, as redações (incluindo seus diretores, redatores, colaboradores, correspondentes) e seus proprietários são elementos importantes a serem investigados, em época altamente polarizada e cujos ecos foram estendidos por praticamente toda a trajetória política sulina desde então, constituindo-se de verdadeira marca identitária do seu povo, e sentido, de certa maneira, até recentemente, como destaca José Honório Rodrigues, para quem o tipo gaúcho seria “irmão mais do uruguaio e do argentino do que do brasileiro”, cuja política

⁴ A descoberta foi uma grata surpresa: com o movimento da direção da Biblioteca Rio-Grandense em organizar e preservar melhor seu acervo, alguns grupos de documentos em arquivo foram revisitados, no final de 2017. Como pesquisador dos escritos de Ângelo Dourado e, na referida Biblioteca estar a maior parte da sua produção discursiva, fui convidado a “conhecer” o material, buscando, inicialmente, documentos acerca do médico. Por acaso, deparei-me com pacotes, bem conservados, fechados em papel e amarrados com barbante, cujo conteúdo não se tinha conhecimento por estar a inventariar. Para a surpresa minha e da administração da Biblioteca, era a coleção completa do *Rio Grande do Sul*, não encadernada como as demais coleções, mas em excelente estado de conservação. Hoje, sua hemeroteca guarda a coleção completa do periódico, envolvendo o período de 1891, ano do seu surgimento, a 1897, quando encerrou suas atividades.

⁵ O jornal tem seu início entre 1856-57, na cidade de Jaguarão, e a partir de 1858 passa a ser editado na cidade do Rio Grande, sendo publicado até 1934, quando encerrou suas atividades (ALVES, 2002, 272-347). A hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense possui a coleção praticamente completa do jornal, exceto por alguns números dos primeiros anos de publicação, que estão ausentes e outros foram recortados, em especial aos números que continham textos em estilo folhetim. Após o ano de 1874, a coleção encontra-se de forma integral.

favoreceu o surgimento de uma figura como Júlio de Castilhos, “que se a morte não levasse cedo, talvez se tivesse perpetuado no poder, assim como Borges de Medeiros foi o ditador mais longo da história do Brasil”, e cujos sucessores, herdeiros desse sistema político sulista “[...] perpetuaram um sistema ditatorial, autoritário, totalitário, de vinte anos até agora (1964-1984)” (RODRIGUES, 1988, p.56-7, 63).⁶ Antes disso, a própria Constituição de 10 de novembro de 1937, que instituiu a ditadura varguista, a qual, segundo Ricardo Rodriguez, “inspirou-se, basicamente no castilhismo”. O Estado Novo⁷ pode ser entendido, segundo o autor, como uma continuação, herança ou “mais uma etapa do longo ciclo iniciado por Júlio de Castilhos com a Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891” (RODRIGUEZ, 2010, p. 337). No mesmo sentido, Pedro Fonseca afirma que “a influência positivista em Vargas, na República Velha, manifestou-se não só no vocabulário utilizado (evolução, etapas, progresso, ordem, ciência), como nos autores citados (Comte, Mill, Spencer)” mas, sobretudo “na defesa de aspectos essenciais deste ideário, como o antiliberalismo” (FONSECA, 2001, p. 5). Entretanto, Castilhos não é figura isolada: sua explicação enquanto ator político, sua influência e alcance se deve também pelas oposições e pelo forte enfrentamento dos federalistas ao modelo que estava sendo instaurado.

José Honório Rodrigues destacou dois aspectos importantes que colaboraram para o desenrolar desta tese, os quais estão presentes nos jornais analisados: 1) a *fronteira* e nossas relações com os vizinhos (o autor advoga a premissa de que somos mais platinos do que brasileiros, o que é controverso porém tema recorrente na historiografia),⁸ e concordo que 2) as *características*

⁶ Apesar da importância de José Honório Rodrigues para a historiografia brasileira, muitas críticas podem ser feitas em relação a esse estudo em específico, dentre elas a generalização de um povo inteiro (o sul-rio-grandense) com os personagens que surgiram ou fizeram carreira política no estado e além, mas, não se pode negar que, assim como o homem muda o ambiente, por ele também é mudado, ou seja, se é herança platina ou se é criação nativa, ou ainda uma complexa mistura de ambas, fato é que o Rio Grande do Sul criou, moldou ou possibilitou sujeitos importantes para a história política do próprio estado e do país.

⁷ As ligações do castilhismo com Vargas têm respaldo em outras duas obras: o clássico *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930* (LOVE, 1975) e *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas* (HENTSCHKE, 2015).

⁸ Sobre as disputas entre a influência brasileira e a platina do/no povo sul-rio-grandense na historiografia, destacam-se os livros de Ieda Gutfreind, *A historiografia rio-grandense* (GUTFREIND, 1992), e de Luiz Henrique Torres, *Brasilidade e platinidade na produção historiográfica do Rio Grande do Sul (1819-1975)* (TORRES, 2004), referências importantes para a compreensão do tema.

identitárias aqui forjadas durante o processo de lutas civis internas e contra os vizinhos platinos deram condições para surgir um tipo de política que se tornaria hegemônica no país, iniciando em fins do século XIX e perdurando por praticamente todo o século seguinte. Nesse aspecto, a Revolução Federalista ganha contornos de protagonista pela afirmação do modelo castilhistaborgista, adaptado depois por Getúlio Vargas na esfera federal, e chegando até mesmo no período da ditadura civil-militar instaurada a partir de 1964, como abordado. Os reflexos iniciados na Revolução Federalista, então, longe de ser objeto de um passado longínquo, ainda estão presentes e revelam sua relevância e atualidade em virtude de seus desdobramentos⁹ e do modelo ali instaurado. A identidade política sul-rio-grandense forjada a partir de Castilhos e possibilitada também pela resistência e enfrentamentos ao modelo instituído, seja pelas armas, seja pela imprensa, teve e tem consequências para além de seu tempo imediato, regional e nacionalmente, o que torna seu estudo ainda atual e, principalmente, relevante.

Cabe destacar, nesta introdução ao objeto de estudo, a relevância da cidade do Rio Grande no contexto sul-rio-grandense, bem como o destaque da imprensa rio-grandina do século XIX, a segunda em importância na conjuntura provincial/estadual, e sua característica de enfrentamento político-partidário. Apesar de não ser uma cidade fronteiriça na definição exata do termo (não tem limites com outros países, por exemplo), Rio Grande traz em si a marca da “porta de entrada” – e também de saída – do Rio Grande do Sul, desde sua fundação e mesmo após, por sua vocação portuária, estabelecendo um tipo de fronteira entre o local e o universal. Além disso, teve suas origens ligadas ao projeto expansionista português na região platina, fronteira última do império ultramarino luso. Seu marco inicial, a fundação do Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro, “longe de ser um ato isolado e apenas de interesse militar, vincula-se amplamente ao contexto geopolítico platino gerado ao longo dos séculos XVI e XVII”, somado, “em seus fundamentos, o contexto socioeconômico, que se desenvolveu no centro-sul do Brasil no alvorecer do século XVIII” (QUEIROZ,

⁹ Sendo um dos desdobramentos mais diretos e cronologicamente imediatos, a Revolução Assisista de 1923, onde as oposições (federalistas e dissidentes castilhistas, em sua maioria) lutavam pela intervenção federal no Rio Grande do Sul e a deposição de Borges de Medeiros (FLORES, 2014, p. 7 e 8).

1987, p. 29). Foi o primeiro núcleo administrativo do Rio Grande do Sul, condição mantida até 1763, quando tropas espanholas invadiram a localidade, só reconquistada pelos portugueses em 1776, já transferidas em definitivo suas funções administrativas para Viamão, e, depois, Porto Alegre. Mesmo não sendo mais a capital, do ponto de vista econômico, o progresso rio-grandino ao longo do século XIX deveu-se à estratégica posição de escoadouro à produção derivada da atividade pecuária que se desenvolveu de modo crescente no Rio Grande do Sul. Seu porto, segundo a crônica da época, era a “principal porta da província” (ISABELLE, 1983, p. 77), onde se realizava importante comércio de importação de produtos europeus, em sua maioria ingleses, bem como ali se estabeleciam negócios com a região platina e o comércio interior. A proximidade com o oceano também favorecia a residência ou permanência de agentes “principais negociantes”, de modo que a cidade poderia ser considerada “o maior mercado do Brasil meridional” (LUCCOCK, 1975, pp. 116-117 e 122).

O avanço econômico trouxe consigo um crescimento urbano e demográfico, e isso teve impacto no incremento da cultura, com destaque para o desenvolvimento da imprensa, tendo a cidade grande tradição na atividade jornalística, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, no contexto sul-rio-grandense. Desse modo, além de ter sido uma das primeiras cidades gaúchas a possuir jornais, Rio Grande teve algumas das mais duradouras folhas em termos provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por mais de seis décadas.¹⁰ Nesse sentido, o jornalismo praticado na cidade acompanhou, de forma parecida, a evolução do conjunto da imprensa brasileira do século XIX. Através dos catálogos ou levantamentos estatísticos formulados por João José César (1884, p. 188-200), João de Oliveira (1896, p. 231-239), Alfredo Ferreira Rodrigues (1902, p. 221-225) e Walter Spalding (1995), pode-se estabelecer a comparação, mesmo que sob a forma de amostragem, do desenvolvimento da imprensa em diferentes cidades sul-rio-grandenses durante o século XIX. Tais dados situam a imprensa do Rio Grande (possuidora de 16,49%, do número total de jornais do Rio Grande do Sul, tendo por base a média dos quatro autores) somente superada pela de Porto Alegre (34,86% do total), e, ainda que acompanhada de perto pela imprensa de Pelotas (11,36%), mantendo uma

¹⁰ Dentre elas, o *Diário do Rio Grande*, o *Artista* e um dos objetos desta tese, o *Eco do Sul* (ALVES, 1995, p. 9).

grande distância em relação a outras localidades gaúchas: Jaguarão, por exemplo, a 4ª colocada, possuía 5,48% dos jornais do Rio Grande do Sul, no mesmo período.

Essa imprensa, em especial a de caráter diário de fins do século XIX (mas também percebido na chamada “pequena imprensa”, a dos jornais ilustrados e caricatos) tinha forte influência ideológica e política, refletindo as forças em disputas pelo poder. Formavam-se, desse modo, alguns dos dispositivos de manipulação da opinião pública por meio dos jornais, com a formação de identidades político-partidárias e a personificação do “nosso” e do “outro”, do “partidário” e do “adversário”, do “aliado” e do “inimigo”, num conflito discursivo que iria marcar o comportamento do jornalismo ao longo dos diversos embates políticos, partidários e militares típicos da formação histórica sul-rio-grandense, à época da transição monarquia-república, em especial durante a Revolução Federalista.

De forma abrangente, o primeiro problema que se apresenta e que serviu de guia para a construção desta tese é: **qual história** da Revolução Federalista foi contada através dos dois jornais? E, como complemento, **como ela foi contada?** Porém, estas não são as únicas perguntas-guia, outras foram feitas e ajudam a contar uma história da guerra civil que teve palco inicial em terras sul-rio-grandenses. Por exemplo: os embates foram constantes ou houve períodos de “trégua”? Houve alteração discursiva ou ambas as folhas adotaram o mesmo posicionamento, inalterado? Os eventos ocorridos antes e durante o conflito propriamente dito, apenas eram noticiados em suas páginas ou eram utilizados como motes para amplificar a defesa do seu lado e, por consequência, atacar o adversário? Quem eram os redatores, principais colaboradores, proprietários e quais as suas relações com a política (e o exercício do poder) local e estadual? Havia elementos que se possa considerar, sob os atuais significados conceituais, uma intertextualidade que dialogasse (direta ou indiretamente) com as opiniões e artigos publicados em ambos os jornais, citando-os nominalmente ou através de termos específicos, que evidenciassem algum tipo de rivalidade ostensiva? E, ainda, no tocante às identidades em disputa: como se apresentavam e quais eram as defendidas em cada jornal, como representantes de um passado identificador (ou fundador) ou de um futuro desejado?

Partimos do pressuposto de que são folhas antagônicas, isto é, se encontram cada qual defendendo um ideário político em franca oposição, perceptíveis através de suas próprias definições e princípios divulgados através de seus programas, ou seja, a mensagem de cunho oficial do veículo aos seus leitores, traduzindo sua filosofia e postura editorial pretendida, de forma a compreendermos sua natureza e orientação ideológica. Ainda assim, esse antagonismo não foi monolítico. Houve nuances? Mudanças? Tréguas? Concordâncias? Como se deu, na prática e ao longo do tempo do recorte proposto, esse antagonismo?

Para estabelecer quem é quem na história a ser contada, recorri preliminarmente aos programas de cada folha, veiculadas nos editoriais de surgimento e, geralmente, reforçados/alterados nas edições de aniversário. O *Rio Grande do Sul*, em sua edição inaugural, referenciava como propriedade de Reis, Bastos & C., trazia uma “saudação à imprensa”, onde afirmava ter sido criado para “trabalhar pelo progresso material e moral do nosso estado”, declarando-se órgão “livre, porque não tem passado prendendo-lhe as ideias” e também livre porque seria desvinculado “da política e de seus partidos” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891 p. 1). Essa propalada liberdade seria de fato um norte editorial ou se configuraria em apenas recurso discursivo de legitimar uma posição junto ao público conferindo algum *status* de legitimidade distintiva? No programa veiculado na edição comemorativa ao seu primeiro aniversário, julga sua atividade, ao longo do ano anterior, como “neutra em política”, o que, segundo afirmava, não deveria ser confundida com a passividade “de um órgão de publicidade que conhece os seus mais mezinhos deveres” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1892, p. 1).

A inclinação política, porém, é perceptível no mesmo editorial, quando cita o 8 de Novembro¹¹ e a “queda da ditadura implantada no país pelo ato do general Deodoro” e o próprio jornal como “o primeiro órgão de publicidade que deu no estado o grito de alarme, concitando os brios rio-grandenses para

¹¹ A chamada Revolução de 8 de Novembro foi um movimento em reação à tentativa de golpe de Estado por parte de Deodoro da Fonseca, que contou com grande mobilização, “através de passeatas, tropas nas ruas, formação de barricadas, reforços de fortificações e vigilâncias nas vias de acesso”, em especial na cidade do Rio Grande (ALVES, 2014, p. 63), e que teve desdobramentos significativos nos rumos da política partidária da época e a defino como a origem da Revolução Federalista, como se verá adiante.

restabelecer-se a legalidade, por meio das armas, se tanto fosse mister”, passando de imediato a defender Júlio de Castilhos: “o *Rio Grande do Sul* não podia aplaudir a deposição da primeira autoridade estadual, que não era responsável pelos atos do governo do centro, quando ela governava com prestígio, dedicação e patriotismo”, prometendo para breve um “material totalmente novo, procurando corresponder à confiança que lhe é dispensada pelos seus subscritores e pelo público em geral” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1892, p. 1). Essa “guinada” sugeriria um alinhamento mais definitivo aos ideais republicanos de matriz positivista, uma adesão ao castilhismo? Indícios surgem em 1893, na coluna intitulada “nosso aniversário”, na qual reafirma-se como “folha republicana”, envidando “todos os esforços para a consolidação republicana”, defendendo as instituições “com critério e honestidade, com energia, dedicação e prudência”, ressaltando que “não o faz visando a remunerações de qualquer espécie e que sempre agiu independentemente, não sendo sugestionado por paixões partidárias”, jactando-se de não ter ateadado a “chama que os inimigos da República acenderam” (RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893, p. 1), em referência aos revoltosos federalistas. No programa da edição de aniversário, de 1895, em seu frontispício, logo abaixo do nome do jornal, aparece em destaque “órgão do Partido Republicano”, e a substituição da identificação de propriedade de Reis, Bastos & C., para “uma associação” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1895, p. 1). Com a vinculação oficial ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), já se assume como “folha política, representante de uma ideia generosa”, reiterando seu compromisso com o que julga ser o progresso do estado, mas que esse “devotamento tem acarretado por um lado inimizades políticas, provenientes de paixões partidárias”, finalizando o programa com agradecimentos ao corpo comercial cidadão e felicitações aos “correligionários políticos” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1895, p. 1). Ele se insere na imprensa republicana do estado, como, entre outros, o *Diário Popular*, de Pelotas, e, o maior expoente, *A Federação*, de Porto Alegre, apenas para citar dois exemplos.

O *Eco do Sul*, por sua vez, tem uma história mais antiga e caracterizada por mudanças de orientações político-ideológicas. Surgiu na cidade de Jaguarão (as datas de fundação divergem entre 1856 e 1857), tendo sua transferência para a cidade do Rio Grande ocorrida em 1858. Nas primeiras décadas de

existência, teve sua atuação política marcada pela indefinição, assumindo nas décadas seguintes uma vinculação mais explícita antiliberal, como durante a inversão partidária de 1868, onde os liberais saem do poder e ascendem os conservadores (ALVES, 2002, p. 275). Instaurada a República, a folha abandona o dístico “órgão do Partido Conservador” e declara sua aceitação da nova forma de governo, ainda que ressalte sua “admiração pelo passado [monárquico]” (ECO DO SUL, 21/11/1889, p. 1). Com a compra da empresa por Alfredo Rodrigues de Oliveira, a partir do final de janeiro de 1890, desencadeia-se uma gradativa mudança de sua postura editorial, dando início ao processo de ruptura com os governantes republicanos, quando a folha sugere uma “deturpação” do regime. Assim, os editores se declaram “republicanos pela pátria, e pela pátria estamos em oposição à ditadura. Combatemos com as armas da opinião esse governo que ressuscitou o extinto poder pessoal” (ECO DO SUL, 16/03/1890, p. 1). No 8 de Novembro, a posição contrária àquela defendida pelo *Rio Grande do Sul* já se fazia perceber, ao afirmar que o objetivo da revolução era derrubar o “ditador central” (Deodoro), e lançava ao questionamento provocativamente se os sul-rio-grandenses seriam “dignos” ou “covardes”, que não “enxotassem do poder um dos maiores traidores da República – o bacharel Júlio Prates de Castilhos”, pelo *Eco* denominado “instrumento torpíssimo da ditadura”, e que prestara apoio “à ilegalidade, ao arbítrio e a tirania”, não restando aos sul-rio-grandenses outra alternativa a não ser “expulsá-lo, se não preferisse aviltar-se para sempre” (ECO DO SUL, 8/11/1891, p. 1).

Inicialmente, o *Eco* alinhou-se com as dissidências republicanas, mas, a partir da ascensão de Castilhos, consagraria sua postura ferrenhamente opositora, aderindo aos federalistas (ALVES, 2002, p. 359-361). A própria Constituição de 14 de julho de 1891 foi duramente criticada e, a pessoa do governador do estado, atacada sem tréguas desde então. Em edição de 1893, o jornal responsabilizava pessoalmente a guerra civil nas figuras de Castilhos e Floriano Peixoto: “O Sr. Vice-Presidente da República, frio, impassível, não só contraria a vontade dos rio-grandenses, impondo-lhes esse omisso este despótico governo, como manda o glorioso Exército [...] bater-se por ele, por ele travar luta fratricida, terrível e destruidora”, sugerindo duas alternativas consideradas as mais “justas”, a retirada das tropas a serviço de Castilhos ou a

deposição deste através de uma intervenção federal (ECO DO SUL, 25/03/1893, p. 1).

Desse modo, delimitados os posicionamentos político-partidários de ambos os jornais que comporão esta história ao longo da evolução da Revolução Federalista, restará saber se, nas páginas de cada diário, qual patamar e sob quais termos e argumentações eram travados os embates discursivos, e se havia alguma forma específica de enfrentamento ao oponente/inimigo, bem como a partir de quais estratégias os discursos foram se adaptando de neutros (*Rio Grande do Sul*) ou críticos (*Eco do Sul*) para as progressivas e ferrenhas defesas (mas, também e principalmente, ataques) de acordo com seus respectivos interesses ou afiliações político-partidárias.

Dois fatores se apresentam como basilares para justificar meu interesse ao abordar a temática norteadora desta tese: a) minha ligação acadêmica com a história política e a Revolução Federalista e b) o ineditismo da abordagem desse veículo ainda inexplorado que é o jornal *Rio Grande do Sul* e seus embates com o *Eco do Sul*, cujo norte editorial ainda inspira várias análises. Destaco, ainda, a relação entre elementos constitutivos da identidade política sul-rio-grandense em disputa e defendidos como genuínos de cada lado da contenda, além da própria definição de fronteira como um sujeito em evidência nos debates, uma vez que o elemento estrangeiro (apesar de mercenários constituírem em maior ou menor grau ambas as forças em combate), era atribuído majoritariamente e negativamente ao oponente, como forma de deslegitimar sua ação, ou acusá-los de “traidores da pátria”.

Por isso, o aspecto identitário-fronteiriço se torna fundamental na análise empreendida, ainda mais se levarmos em conta que muitos dos proprietários de terra (castilhistas e opositores), especialmente os da fronteira sul e Campanha, possuíam propriedades no Estado Oriental. Além disso, não é demais lembrar que Gaspar Silveira Martins, um dos maiores expoentes do Partido Federalista, nasceu no Uruguai e lá tinha terras e imóveis,¹² além do fato de a simples

¹² Sobre Silveira Martins e sua trajetória atuação política e relações de poder na região fronteiriça platina, ver o trabalho de Monica Rossato (2014), e, em uma perspectiva mais ampla das vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, ver o livro de Ana Luiza Setti Reckziegel (2015).

presença dos irmãos Gumercindo e Aparício Saraiva, uruguaios,¹³ entre os líderes federalistas já evidencia uma fronteira móvel, em que as delimitações formais geográficas não significavam, na prática, uma divisão entre ideias e identidades entre os próprios povos que viviam deste ou daquele lado da divisa. Igualmente relevante, a organização das forças rebeldes em território oriental e a invasão feita a partir do país vizinho (bem como as sucessivas retiradas para lá e também para a Argentina), destacam que a fronteira era uma linha mais de integração do que de separação.

Cabe elencar os meus objetivos na presente tese: de forma geral, analisar o discurso político-partidário conflitivo entre os jornais rio-grandinos *Rio Grande do Sul* (castilhista) e *Eco do Sul* (federalista) e construir uma história da Revolução Federalista, entre os anos de 1891 a 1895, sob o prisma da história política, por meio destas folhas. Entre os específicos, destaco:

1. Conhecer elementos descritivos do conflito em si em ambos os jornais e a forma como eram noticiados aos seus leitores;
2. Identificar os efeitos da ação coercitiva governamental, por meio das leis de imprensa e repressão sobre a publicação que defendia o ideário castilhista e o oposicionista;
3. Notar as disputas sobre as identidades sul-rio-grandenses, como estas eram qualificadas em relação a si e ao oponente, ou seja, as construções identitárias internas e externas;
4. Identificar a forma como a fronteira surgia e era definida através dos textos e como o elemento estrangeiro era enaltecido, ignorado ou atacado;
5. Identificar redatores, principais colaboradores e os proprietários das folhas para auxiliar a compor o quadro das relações de poder e áreas de atuação e possíveis interesses envolvidos.

Resumidamente, na sistematização das fontes, optei por analisar toda a parte discursiva dos jornais, em prosa¹⁴, ou seja, as páginas 1 e 2 (ambos, no

¹³ Gumercindo Saraiva ora declarava-se brasileiro, ora oriental. Seu irmão Aparício Saraiva (ou Saravia) era uruguaio, tanto que chefiava os *blancos* (Partido Blanco), grupo político oriental que exercia o poder em Cerrito, uma das duas instâncias governamentais (informais, mas de fato) do país vizinho na época (RECKZIEGEL, 2007, p. 29 e 41-45).

¹⁴ O *Rio Grande do Sul*, eventualmente, apresentava um folhetim no rodapé de sua primeira página, o que não foi incluído na análise. Algumas vezes ambos os jornais apresentavam

período, apresentavam 4 páginas, sendo as duas últimas comerciais).¹⁵ O recorte temporal tem seu início a partir da fundação do *Rio Grande do Sul* (1º/06/1891), por dois motivos: o primeiro, e mais evidente, é a afirmação do programa editorial do diário, e, igualmente importante, a instituição da Carta de 14 de Julho e o impacto que teve na vida política do estado e o dispositivo que dizia respeito, diretamente, ao exercício do jornalismo, a proibição do anonimato; e, também, pela proximidade com a data da queda de Júlio de Castilhos do poder estadual (ocorrida em 12 de novembro de 1891, mas fruto da Revolução de 8 de Novembro do mesmo ano), perpassando por episódios importantes de 1892 como o retorno dos castilhistas em 17 de junho, período fértil para identificar os embates de ambas as folhas sobre tão relevantes eventos¹⁶. O recorte se encerra quando da volta do *Eco do Sul*, em setembro de 1895¹⁷.

As edições do *Eco do Sul* cobrirão igual período, à exceção do interregno sofrido a partir da coerção governamental.¹⁸ Para o tratamento e análise do *corpus*, serão utilizados os referenciais e premissas da história política, amparados na análise de conteúdo (com “empréstimos” do entendimento do termo “discurso”, sem, contudo, se dispor a fazer uma análise do discurso de maneira mais “hermética”), história **dos, nos e por meio** dos periódicos¹⁹ e os conceitos de identidade, aplicados ao recorte temático. A escolha do jornal como um todo, e não seções específicas (como os editoriais) excetuando a parte comercial e de avisos, embora configure um *corpus* considerável, é justificável pois, principalmente no surgimento do *Rio Grande do Sul*, a leitura global ajuda

poemas ou poematos distribuídos nas duas primeiras páginas, geralmente sem relação alguma com o noticiário, à exceção da seção “Historietas”, do *Eco do Sul*, de temática satírica e que abordava desde assuntos locais até mesmo a política partidária. Não incluí no *corpus* por privilegiar o discurso somente em prosa, e, ainda que traga elementos políticos, a seção já foi objeto de estudo de Francisco das Neves Alves (ALVES, 2020).

¹⁵ Exceto as 100 primeiras edições, que mereceram uma análise mais completa. Os motivos e mais detalhes sobre a categorização do *corpus* e a exceção do recorte ampliado das primeiras edições na pesquisa serão detalhados e explicados no subcapítulo 1.1.

¹⁶ Em especial, 8 de Novembro de 1891 será bastante explorado, sendo o 17 de junho de 1892 mais um desdobramento desse evento. Embora, até aqui, alguns historiadores consideram a data como o começo “informal” da Revolução Federalista, pois possibilitou a recondução de Castilhos e a organização de uma nova eleição para novembro de 1892. Assim, as hostilidades, o “conflito aberto e sem disfarces, com violências pessoais e materiais de parte a parte” foi a “dinâmica imperante do período” (FRANCO, 1993, p. 37-38).

¹⁷ O armistício ocorreu quando foi assinada, em 23 de agosto de 1895, a ata de pacificação por parte dos federalistas e emissários do governo federal, dando termo ao conflito armado. Como, neste período, o *Eco do Sul* ainda não tinha retomado sua publicação, por isso o final foi estendido até a data mencionada.

¹⁸ Suspensão ocorrida entre 6 de abril de 1894 a 1º de setembro de 1895.

¹⁹ Tomando emprestados os termos usados por Tania Regina de Luca (2005).

a elucidar aspectos que, caso fossem ignorados, poderiam comprometer a análise. Por exemplo, os "correspondentes" e os artigos assinados por pseudônimos, antes de tal prática ser proibida pela Constituição de 14 de Julho, que serão tratados no capítulo 2, contam uma história que só é possível entender se levar tais textos em consideração. Do outro lado, no *Eco*, há alguns anúncios "disfarçados" de notícias que, embora não as sejam, ajudam a compor uma narrativa de "clima político" vigente no estado e, de certa forma, provavelmente percebida pelos leitores simpáticos aos federalistas.

Além disso, cumpre destacar, considero como "opinião do jornal" tudo aquilo que é veiculado nas páginas 1 e 2, mesmo os casos dos "anúncios-políticos" do *Eco* ou as cartas do "correspondente" do *Rio Grande do Sul*, uma vez que, com a publicação dos textos em suas páginas, significaria uma chancela do veículo, ou, até mesmo, um subterfúgio para fazer afirmações sem o ônus de quebra de imparcialidade propalada (no caso do *Rio Grande do Sul*).

São duas as ordens de apresentação escolhidas para a análise: a primeira é de natureza cronológica, como "fio condutor" geral, uma vez que os fatos ocorrem no decorrer do tempo; e, a segunda, de natureza temática, que norteia a divisão dos capítulos. A cronologia serve para perceber como se deu a evolução do embate, as nuances de abordagens de cada folha sobre os aspectos analisados e a forma das interações de ambos os jornais ao longo do tempo, conforme os acontecimentos políticos aconteciam no desenrolar do ambiente anterior e durante a Revolução Federalista, bem como ambas as folhas tratavam os temas explorados na presente análise, em especial os constitutivos dos aspectos de identidade, fronteira e a própria "trincheira discursiva", em que cada qual disputava a chamada "opinião pública" de acordo com o seu ideário, manifesto ou subentendido, e os interesses dos seus proprietários ou grupos que exerciam influência direta e indireta. E, a aglutinação sob temas, ajuda no processo de definir hierarquias na narrativa, com os eventos/períodos/processos que tiveram protagonismo nesta história.

Destaco ainda que optei por atualizar tanto a grafia do material analisado, quanto nomes de instituições, topônimos e nomes próprios, de acordo com a norma padrão vigente da língua portuguesa. Assim, trato *Eco do Sul* e não *Echo do Sul*, *Tipografia Trocadero* e não *Typografia Trocadero*, *Sant'Ana do Livramento* e não *Sant'Anna do Livramento*, e *Júlio de Castilhos* e não *Julio de*

Castilhos, dentre outros. Além disso, no caso do nome dos periódicos, escolhi utilizar ao longo da tese o nome *Rio Grande do Sul* sempre por extenso, para evitar a confusão com outros jornais da época, como o *Diário do Rio Grande* e *O Rio-Grande* (ambos da cidade do Rio Grande) e *O Rio-Grande* (de Porto Alegre). Já o *Eco do Sul*, ora aparece por extenso, ora somente *Eco* (para não haver repetição do vocábulo “sul” quando há menção próxima, na mesma frase, do jornal concorrente). Essa forma resumida é amplamente adotada e reconhecida pela historiografia da imprensa sul-rio-grandense, o que justifica a sua adoção.

Sobre a estrutura da tese, o capítulo 1, “A ambientação da trama: a Revolução Federalista e as considerações sobre a escrita de uma história” apresenta um panorama geral da guerra civil sulina, conjugando algumas premissas e discussões de natureza teórico-metodológicas que conduzem a presente análise. No capítulo 2, intitulado “O prólogo da guerra: o surgimento do *Rio Grande do Sul* e os primeiros confrontos com o *Eco do Sul* na ascensão e queda de Júlio de Castilhos” é onde efetivamente esta história tem início, trazendo os primeiros choques entre as duas folhas, a apresentação dos personagens envolvidos e como a narrativa se desenha nos momentos iniciais e decisivos para o início do conflito, que será explorado mais detidamente no capítulo 3, “A guerra no prelo: a Revolução Federalista como obra pronta para ser publicada”, neste analiso como foi construída a narrativa que deu origem à guerra civil, entendido em seu aspecto mais amplo, sobretudo a construção discursiva e as formações identitárias em formação e disputa, bem como suas relações com a fronteira, até 1893. O capítulo 4, cujo título é “Extra! Extra! A guerra é publicada! - o período entre 1893 e 1895 nas páginas dos jornais” abrange desde a eclosão da guerra até seu término, no qual exploro a atuação, mas também os limites da imprensa do período, sobretudo pelo aumento da censura imposta a ela (em especial a oposicionista). Finalmente, em “E (não) foram felizes para sempre (ou, à guisa de uma conclusão)” apresento as considerações finais e contribuições da tese.

1 A AMBIENTAÇÃO DA TRAMA: A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E AS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA

Muito possivelmente foi a guerra, ou ao menos suas consequências, que geraram algumas das mais antigas narrativas da humanidade. Entender as razões da guerra é, assim, uma constante no curso da História [...]. Não é de se estranhar, assim, que a História, desde a Antiguidade, tenha sido, por tanto tempo, uma História-batalha (SILVA e LEÃO, 2018, p. 7).

A gênese do movimento que resultaria na Revolução Federalista é difícil de ser precisada, mas, os eventos políticos do ano de 1891 parecem de significativa importância nesse contexto, o que justifica a escolha desse marco inicial. Pese o fato de que, em 5 de maio de 1891, realizaram-se as primeiras eleições no Rio Grande do Sul, que se caracterizaram, segundo Moacyr Flores, como uma “verdadeira farsa montada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), com os resultados já acertados antes da contagem dos votos” (FLORES, 1997, p. 150). No mesmo ano, a Constituição estadual castilhista fora aprovada pelos deputados republicanos sem discussão, em 14 de julho, para coincidir com o aniversário da queda da Bastilha – marco importante do começo da Revolução Francesa, em 1789 – transformando o estado em “uma pequena pátria positivista” (FLORES, 1997, p. 151), na qual as leis e os decretos passaram à competência do presidente do estado. A assembleia estadual reunia-se duas vezes por ano, apenas para discutir e aprovar o orçamento, sem atribuições legisladoras. Assim, Júlio de Castilhos foi eleito por essa assembleia por unanimidade e tomou posse em 15 de julho, permanecendo na presidência do estado por apenas quatro meses, até sua queda em novembro de 1891²⁰ (FLORES, 1997, p. 151).

Tal situação agravaria ainda mais as tensões no Rio Grande do Sul, que já estava em grande instabilidade política e administrativa desde sua recém

²⁰ Castilhos foi fortemente acusado de apoiar o golpe militar de Deodoro da Fonseca, ocorrido em 3 de novembro de 1891, e isso resultou no movimento que causaria sua própria destituição do cargo de presidente do Rio Grande do Sul.

instaurada República. Em três anos (de 15 de novembro de 1889 até 25 de janeiro de 1893) 16 presidentes se alternaram na presidência do estado (FRANCO, 1996, p. 59-131), o que evidencia tal instabilidade e o período fértil para análise dos embates discursivos através da imprensa da época. A saída de Júlio de Castilhos propiciou, pela primeira vez após o fim da Monarquia, a oposição – composta por republicanos dissidentes, em sua maioria, e até mesmo antigos liberais (FRANCO, 1993, p. 34) – assumir o governo do estado, sem, contudo, agir de forma coesa e organizada, tendo a efêmera duração de sete meses e sendo apelidado pelo próprio Castilhos de “governicho”, em violentos ataques em *A Federação*, depois de apeado do poder (termo regional pelo qual é referenciado ainda hoje pela historiografia). Com o fracasso do governicho e a volta de Castilhos em 17 de junho de 1892, ocorreu no Rio Grande do Sul efetivamente “a institucionalização republicana”. O período é marcado pela construção do sistema que Gunter Axt denomina como o “edifício jurídico” de sustentação do governo instaurado por Castilhos e o PRR e também pela neutralização da oposição e pela formatação do modelo institucional autoritário que culminaria na hegemonia castilhista, de 1893 até 1903, ano de sua morte (AXT, 2007, p. 97). Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando o PRR, a administração pública, a política estadual e as situações municipais (FRANCO, 1996, p. 59-131), sem, contudo, evitar as oposições.

Do ponto de vista formal, a Revolução Federalista, a guerra em si, foi um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados internos ocorridos na história do Brasil, contando, segundo a maioria dos historiadores e pesquisadores do tema, algo em torno de 10 a 12 mil mortos²¹ em três dos estados mais ao sul da jovem federação brasileira: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e sendo tradicionalmente situada entre os anos de 1893 e 1895. Chamo de “revolução” por opção de tradição historiográfica, e também pela forma como fora tratada na época. A revolução, revolta, guerra civil, qualquer que seja o termo escolhido, não deve, contudo, ser reduzida apenas a este curto período temporal, uma vez que seus antecedentes remontam a antigas rivalidades reforçadas a partir da

²¹ Flores e Flores (2016, p. 124) afirmam que foram 12 mil mortos em 31 meses de guerra civil, nos três estados, mesmo número que atesta ESCOBAR (1983, p. 339), mas este contabiliza um total de 28 meses. Já para Ferreira Filho (1978, p. 181) foram 10 mil mortos em 31 meses.

instauração da forma republicana no Brasil, bem como não se pode considerar totalmente encerrada após o armistício de 1895, embora o período pós-95 não seja objetivo do recorte desta tese.

Ainda que o conflito armado tenha sido abordado, durante muito tempo, sob os enfoques econômico e social, e sobretudo o fator **violência**²², que majoritariamente foi destacado quando se tratou da Revolução Federalista (o que pode ser atestado com sua outra designação, Revolução da Degola, termo bastante comum na historiografia dessa guerra civil), é o aspecto discursivo político e identitário que merece um olhar mais atento na presente tese, desde sua preparação até a pacificação. Do local ao nacional, a guerra ensaiada e movida contra os castilhistas tornar-se-ia também um combate ao Marechal Floriano, que sustentava a situação gaúcha, de modo que as atividades bélicas ultrapassaram as fronteiras sul-rio-grandenses, batendo às portas de São Paulo, que separava os revoltosos da capital federal, Rio de Janeiro. A luta estabelecia objetivos políticos bem delineados. Para Joseph Love, o que a oposição federalista armada desejava, primeiramente, era a extinção da Constituição castilhista de 14 de julho, na esfera estadual, e a substituição do sistema presidencial pelo parlamentar, na esfera federal (LOVE, 1975, p. 65). Os castilhistas, por sua vez, defendiam o que denominavam “legalidade”, isto é, a manutenção da Carta estadual, o fortalecimento e controle total da máquina governamental gaúcha, e o federalismo presidencialista nacional (FRANCO, 1993, p. 43-56).

Feito esse brevíssimo resumo sobre a Revolução Federalista, não é demais destacar que o conflito é um daqueles episódios da história brasileira e sul-rio-grandense que recebe tratamento desigual ao longo do tempo. Relegada durante décadas ao esquecimento histórico²³, deliberado, sob a alegação de que manchara a tradição sulina de guerra justa, acusação principalmente devida à prática da degola, método de execução preferido pelos combatentes em ambos

²² Sobre esse aspecto, destaco cinco obras fundamentais sobre o tema: *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*, de Elio Chaves Flores; *O vandalismo no Rio Grande do Sul*, de Euclides B. de Moura (de orientação castilhista), *Voluntários do martírio*, de Ângelo Dourado (sob a ótica federalista); *Os crimes da ditadura*, de Rafael Cabeda e Rodolfo Costa (líderes federalistas) e, mais recentemente, *Degola e degoladores no Rio Grande do Sul (1899-1930)* de Ney Eduardo Possapp d’Avila.

²³ Um estudo sobre o tema de evidência e apelo midiático e memorialístico da Revolução Farrroupilha em contraste com o “esquecimento” e apagamento da Revolução Federalista é apresentado em Alves (2005).

os lados, conheceu em períodos específicos um “renascimento” de interesse, nos quais aumenta a produção sobre ela, libertada do cárcere do esquecimento pelos historiadores. O epicentro do interesse historiográfico se deu durante o período próximo de seu centenário, no qual a produção qualitativa e quantitativa atingiu seu ápice. É dessa época que surgem eventos e estudos fundamentais para o entendimento e aprofundamento da Federalista, destacando, como exemplos, o *Seminário Fontes para a história da Revolução de 1893*, realizado pelo Museu D. Diogo de Souza e pelas Faculdades Unidas de Bagé (FUNBA), em 1983, e, já sob a denominação de Universidade da Região da Campanha (URCAMP), em 1990 e 1993; o *Seminário Internacional Pensar a Revolução Federalista*, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 1993; e o *Seminário Revolução Federalista e Colonização Alemã*, realizado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), também em 1993.

Atualmente, grande parte do que é produzido se dá em estudos específicos nas universidades, em trabalhos de conclusão dos cursos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado em História, que tem cumprido seu papel de manter vivo o interesse pela Federalista. Livros inéditos escasseiam, sem desaparecer completamente devido a iniciativa pessoal de pesquisadores, e alguns exemplos merecedores de menção, caso de Francisco das Neves Alves e os já citados livros das coleções *Rio-Grandense e Documentos*,²⁴ além é claro, a abordagem na coleção *História Geral do Rio Grande do Sul* (especialmente no volume 3, tomo I)²⁵, os livros *Diários da Revolução de 1893*, tomos I e II, publicados em 2004 (estes diários de guerra apresentados com seu texto integral, sendo mais veículos de memória do que, propriamente, livros analíticos) e, mais recentemente, *O Cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893: história, memória e fotografia*, de Aristeu Elisandro Machado Lopes, Gustavo Figueira Andrade e Luísa Kuhl Brasil, de 2021, e *Revolução Federalista: as múltiplas armas do conflito (1893-1895)*, organizado por Ana Luiza Setti Reckziegel, publicado em 2022.

²⁴ Ambas as coleções completas podem ser acessadas gratuitamente e na íntegra, no sítio www.edicoesbibliotecariograndense.com.

²⁵ Merecem destaque os capítulos “1893: a revolução além fronteira”, de Ana Luiza Setti Reckziegel, “O coronelismo indomável: o sistema de relações de poder”, de Gunter Axt, e “O partido Federalista”, de Sérgio da Costa Franco, publicados no referido volume da coleção.

Entretanto, os encontros específicos (congressos, simpósios, seminários), rarearam a ponto de parecer que o tema se tornou irrelevante, ou, ao menos, desinteressante no século XXI. Desse modo, persiste uma espécie de névoa sobre o conflito, decorrente de um certo “preconceito historiográfico” em relação àquela guerra civil que dividiu maragatos e pica-paus²⁶ e criou antagonismos dualísticos difíceis de serem superados no porvir daqueles tempos – muitas vezes ainda perceptíveis atualmente –, mesmo decorridos 128 anos desde o seu início. Como historiador, entendo que, nos anos imediatamente posteriores, algum embaraço pode ter sido uma das causas do desinteresse, como parte de um contexto histórico definido, com feridas não-cicatrizadas e paixões político-partidárias ainda em ebulição (ainda que não se possa negar que a historiografia imediatamente posterior tenha a marca do discurso republicano, na tentativa do “apagamento” dos federalistas, considerados por muitos como cruéis e degoladores). Hoje, através da análise das fontes e do discurso político-partidário veiculado e percebido através da imprensa daquela época, é possível construir um conhecimento histórico acerca da formação da identidade política regional, o que ratifica sua relevância e, até mesmo, sua atualidade, sobretudo se levarmos em consideração a crescente bipolarização do cenário político contemporâneo sulista, em especial, e brasileiro, em geral, cujas origens são possíveis identificar, ou ao menos ter alguma relação, com a “tradição” dual da esfera sul-rio-grandense nesse aspecto.

1.1 O ENREDO DA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITOS E PROCESSOS DE ANÁLISE

O *corpus* de análise que compõe esta tese, composta pelas edições diárias do *Rio Grande do Sul* e do *Eco do Sul* entre 1º de junho de 1891 até setembro de 1895, foi dividida de duas maneiras: as primeiras 100 edições de ambas as folhas constitui uma subdivisão necessária do *corpus* as quais foram analisadas, no todo ou em parte, todas as quatro páginas dos jornais, de modo

²⁶ “Maragatos” era a alcunha pela qual eram denominados os federalistas, e “pica-paus”, os castilhistas. A construção identitária de ambos os termos será explorada nos próximos capítulos.

a entender (e contar) com mais profundidade a história da fundação do *Rio Grande do Sul* e seu desenvolvimento nesse recorte proposto. Nas demais edições, optei por reduzir (delimitar) metodologicamente a escolha e analisar apenas as partes editoriais, opinativas e noticiosas (páginas 1 e 2), uma vez que as duas últimas páginas, de cada diário, eram compostas pela parte comercial e publicitária, de pouca relevância para os propósitos desta tese, neste momento.

Ao todo, foram analisadas 1.696 edições, distribuídas conforme a tabela 1, abaixo:

Tabela 1: O corpus da pesquisa

ANO	<i>RIO GRANDE DO SUL</i>		<i>ECO DO SUL</i>	
	Edições	Espectro político ²⁷	Edições	Espectro político
1891	171	Governo/oposição	168	Oposição/governo
1892	295	Oposição/governo	308	Governo/oposição
1893	286	Governo	252	Oposição
1894	130	Governo	76	Oposição
1895	5	Governo	5	Oposição
TOTAL	887 edições		809 edições	

Fonte: o autor

Sobre os números apresentados acima, é necessário pontuar: apesar de o *Eco* ter mais edições publicadas enquanto circulou simultaneamente ao *Rio Grande do Sul*, especialmente pelo fato de ter edições aos domingos e feriados, característica que esse só teve em 1891 (a partir de 1892 circulava aos domingos, mas não às segundas-feiras, por exemplo, e quando se tornou vespertino, era publicado às segundas, mas não aos domingos nem feriados), o número superior da folha castilhistas se justifica por dois motivos: o primeiro, por ser tratar de jornal ainda não historicizado, portanto, merecedor de um olhar mais

²⁷ Diz respeito ao fato de o jornal, no ano referido, estar em oposição ao governo ou apoiando-o. Ainda que, em seu surgimento, o *Rio Grande do Sul* tenha se apresentado como “neutro”, nunca teve uma postura de oposição ao castilhismo, antes em sintonia, ou, pelo menos, aprovação, até migrar declaradamente para esse espectro político-partidário, ao contrário da Junta Governativa (ou “Governicho”, como ficou tradicionalmente alcunhado), contra a qual desde os primeiros momentos foi uma voz crítica.

atento, e, o segundo, é por ter circulado quase ininterruptamente durante a guerra (o “quase” é devido aos dias que antecederam mudanças societárias e no bombardeio da cidade, por exemplo), enquanto o *Eco* suspendeu suas atividades em 1894, retornando apenas em setembro de 1895. Além disso, os números do jornal que está em posição de situação, ou seja, no governo, são maiores pelo fato de necessitar “atacar” e “defender” quase na mesma proporção, enquanto quem está na oposição, majoritariamente apenas ataca o concorrente. Nesse sentido, é sintomático que o *Eco* tenha mais edições analisadas em relação ao *Rio Grande do Sul* justamente no período em que esteve no poder (ou dele participou, ao nível municipal) brevemente, no ano de 1892, e, durante a queda de Castilhos com os desdobramentos da Revolução de 8 de Novembro de 1891, as edições praticamente se equiparam em número.

Na tabela 2 destaco as categorias de análise escolhidas:

Tabela 2: Categorias de análise

<i>RIO GRANDE DO SUL</i> (em número de ocorrências)		<i>ECO DO SUL</i> (em número de ocorrências)	
Menções ao rival	355	Menções ao rival	318
Identidade	15	Identidade	21
Fronteira	42	Fronteira	19
Guerra	324	Guerra	249
Outras	8	Outras	6
Ocorrências totais	744	Ocorrências totais	613

Fonte: o autor

A respeito da tabela acima, é importante salientar o fato de que, como o intuito é construir uma história da Revolução Federalista por meio do embate entre os jornais, alguns fatores circunstanciais impõe uma delimitação natural na escolha das ocorrências. Por exemplo: quando o *Eco* deixou de circular, foram analisadas as cinco edições seguintes do *Rio Grande do Sul* para identificar alguma menção ao concorrente, e as demais edições foram descartadas por não servir ao propósito apresentado, salvo exceções devidamente mencionadas. Por outro lado, algumas edições em que não havia necessariamente enfrentamentos foram utilizadas, e estão contempladas nas ocorrências “outras”, que dizem

respeito, respectivamente, aos comunicados da folha castilhistas com relação às alterações societárias e/ou de propriedade; e a declaração de neutralidade e, posteriormente, interrupção da publicação do jornal federalista. Embora tais ocorrências não dialoguem diretamente com o objetivo central, porque não dizem respeito ao outro, elas ajudam a compor o panorama maior de entendimento e explicação desta história que me proponho a contar.

O detalhamento qualitativo e quantitativo dos termos mais usados em relação ao **grupo antagônico**, assim como os termos mais usados para se referir ao **jornal rival** serão abordados nos capítulos pertinentes. Destaco, também, que os números sintetizados na tabela 2 servem para situar o leitor dentro do *corpus*, pois os “números frios” não correspondem, necessariamente, a importância de cada ocorrência. Um jornal pode inserir muitas pequenas notas em uma mesma edição e o outro responder apenas uma, mas ao longo de várias. Finalmente, o número de menções muito próximo ao do total de exemplares (especialmente no caso do *Rio Grande do Sul*, mas serve para ambos) vale a máxima de que “quantidade não é qualidade”, ou seja, muitas menções repetidas, discussões locais estéreis que se arrastavam por várias e várias edições, notas confusas, pouco importantes e/ou tratando personagens por apelidos não-identificáveis, notícias sobre a guerra em andamento (detalhamento das batalhas, vitórias, derrotas, todas amplamente conhecidas pela historiografia da Revolução Federalista), foram verificadas e, muitas delas, não utilizadas por não servirem ao escopo deste trabalho.

Sobre o processo de análise, considerei pertinente uma abordagem de análise de conteúdo (AC). Apesar de ter origem no jornalismo e fortemente aplicada à linguística, há uma diferença fundamental entre a AC e essa. Segundo Bardin (2021, p. 44), em analogia a uma partida de Xadrez, enquanto a tarefa da linguística seria descrever as regras do jogo, a análise de conteúdo “tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo em um momento determinado, com o contributo das partes observáveis”, e vai além, afirmando que ela leva “em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas”.

Ainda de acordo com a autora, “o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os ‘documentos’ que pode descobrir ou suscitar”.
Prossegue:

Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. [...] O analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo (BARDIN, 2021, p. 41).

Ora, essa é a atividade do historiador. Valer-se de documentos, fazer sua leitura, análise, crítica interna documental e, a partir desses passos/processos, escrever a (sua) história. No caso desta tese, “inferir” a partir do escrito (de forma tácita ou nas entrelinhas), o significado daquilo que enuncia, qual o sentido da mensagem, do discurso. Aqui a técnica da inferência é aplicável por apresentar-se, enquanto polos identificáveis, os seus elementos constituintes, ainda de acordo com a autora – em diálogo relacional com meu objeto. Para que ela ocorra, faz-se necessário que conste ou sejam identificáveis: um **emissor** (ou produtor da mensagem, neste caso os jornais, ou antes seus redatores); um **receptor** (restrito ou alargado, quem a recebe, ou seja, seus leitores, seja o assinante, o leitor casual e/ou até mesmo seus adversários); a **mensagem** (aquilo que foi dito, ou seja, escrito e impresso nas páginas de ambos os jornais), o **código** (elementos peculiares do emissor, que pode se caracterizar por termos, formas, qualificações, etc.); a **significação** (o que quer dizer, de maneira mais aprofundada, a mensagem. Por exemplo, ambos os jornais analisados recorrem muito à ironia e também ao sarcasmo, então um leitor desatento poderia não entender o significado, ou entendê-lo de forma distinta a quem conhece o código); e, finalmente, o **medium** (meio, canal, instrumento, o suporte material), que, neste caso, é o próprio jornal, em sua existência física (BARDIN, 2021, p. 165-166).

Porém, a AC “pura” pode ser tanto uma aliada como um obstáculo ao trabalho historiográfico. Assim, como bem salienta Núncia Constantino, o uso dessa análise “apresenta-se como alternativa metodológica ao historiador, desde que considere a História distanciada de verdades demonstráveis, verificáveis, invariáveis”, e desde, também, que admita “a contingência não previsível e a interferência de observadores sobre os fenômenos observados”. Pode-se mesmo afirmar que “AC é aquilo que historiadores sempre precisaram fazer, mesmo muito antes de que surgisse a expressão, nos Estados Unidos, durante a Primeira Guerra Mundial” (CONSTANTINO, 2002, p. 188).

Os historiadores não devem ficar excessivamente submetidos à formulas ou variáveis quantitativas, a dados como se fossem números. A nossa “argila” não é matemática, é palavra. Quanto ao tratamento de dados, prossegue a autora,

Há alguma discussão entre aqueles que preconizam o tratamento estatístico e outros que só admitem AC como leitura densa de texto aparentemente inexpressivo. Uma terceira via é apontada pelo bom senso: sejam utilizados procedimentos ou técnicas capazes de auxiliar na resolução dos específicos problemas propostos [...] a técnica não estabelece limites, mas é o pesquisador que delimita a mesma, em função dos fundamentos que o orientam (CONSTANTINO, 2002, p. 190).

Em suma, estou plenamente de acordo que uma utilização mais “rígida” da análise de conteúdo pode ser limitadora ou altamente tecnicista, o que diverge à concepção da autonomia e da criatividade (e não inventividade) do historiador. O uso que faço nesta tese entra em sintonia com o preconizado por Constantino:

A pesquisa histórica deve resultar em texto. Não basta um trabalho analítico, às vezes incluindo cálculos sofisticados para interpretação de dados; não bastam conhecimentos teórico-metodológicos, construção de conceitos, tipologias, modelos ou hipóteses [...] é preciso comunicar em texto. É preciso escrever e escrever bem, dando conta da relação entre a pesquisa histórica realizada e a expressão escrita. Historiadores não comunicam resultados com símbolos dispostos em equação. Historiadores precisam narrar (CONSTANTINO, 2002, p. 193).

Ainda que dados e categorias sejam apresentados no texto que segue, eles não são a base fundamental nem obsessiva em “catalogar” tudo o que se apresentou na leitura e tratamento das fontes, na construção de minha narrativa, da história que conto. Eles são mais um suporte, são auxiliares do processo. São caminhos, e não fim.

Como as palavras (e os textos que elas formam) se apresentam em um suporte específico, o impresso, é necessário, ainda que em linhas gerais, apresentar um brevíssimo panorama da imprensa e seus usos pela historiografia, em auxílio à justificativa da relevância da abordagem, em especial o recorte espaço-temporal, afinal, “a questão ideológica da Revolução Federalista, a guerra de opiniões, travada pelos jornais, foi quase tão importante

quanto a guerra militar e tentativa de legais e revolucionários de se legitimarem, frente à sociedade” (ABREU, 1993, p. 27).

Desse modo, “uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia raízes políticas da atividade jornalística” (COHEN, 2012, p. 104), com as folhas formadas a partir de grupos de interesse que se utilizavam da imprensa como meio de propagação de ideias e aspirações, causando uma relação de *causa e efeito*, isto é, cada grupo político que formava um jornal político, em geral da situação, causava nas oposições o mesmo fenômeno, com os mesmos fins, tendo tal prática se repetido Brasil afora tanto nas grandes e pequenas cidades, como nas capitais provinciais e depois estados e mesmo na capital do país, “lançados fundamentalmente como instrumento de luta política” (COHEN, 2012, p. 104).

Assim, a instauração do regime republicano em 1889 não alterou drasticamente o desenvolvimento da imprensa no Brasil, ou suas características político-partidárias. Os grandes jornais continuaram os mesmos, sendo os republicanos aqueles com mais prestígio e força (embora em menor número), mas, com maior combatividade, atuavam os antigos monarquistas, ou ao menos os dissidentes daqueles, mesmo com o aumento da censura. Segundo Nelson Sodré, não surgiram, de imediato, jornais novos: somente em 1891 apareceria o *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro (SODRÉ, 1999, p. 251), coincidentemente o mesmo ano do surgimento do *Rio Grande do Sul* em terras sulinas. No caso sul-rio-grandense, em mesma época, também se praticava um jornalismo calcado no elemento político, de caráter eminentemente opinativo, com interesses vinculados aos partidos que disputavam o poder ao propagarem, através dos jornais que controlavam ou financiavam, em uma espécie de “militância política como elemento fundamental da estrutura argumentativa de seu discurso de convencimento ideológico e mobilização” (FÉLIX, 1993, p. 51).

Na cidade do Rio Grande, “a bipolarização política entre o castilhismo e seus opositores foi amplamente traduzida e fermentada através da imprensa”. Nessa fase da imprensa rio-grandina, “circularam diversas folhas de natureza político-partidária” (ALVES, 2002, p. 141). Servindo os jornais como veículo de difusão dos ideários em debate, numa verdadeira batalha por meio das palavras, a cidade do Rio Grande destacou-se, no contexto jornalístico rio-grandense, como uma das mais tradicionais praças, tanto pela qualidade, como pela

quantidade e até mesmo pela longevidade de suas folhas, o que possibilita um largo campo de atuação aos historiadores. Nessa cidade desenvolveram-se todos os gêneros de jornais comuns à época, desde os de periodicidade indefinida e periódicos (mensais, quinzenais, hebdomadários e diários), além de “pasquins, caricatos e noticiosos; políticos, literários, comerciais, religiosos e operários, entre outros, cada qual traduzindo, à sua maneira, o *modus vivendi* da comunidade rio-grandina, em diferentes tempos” (ALVES, 1995, p. 150).

O jornal *Eco do Sul* esteve inserido no conjunto da imprensa da cidade do Rio Grande como um dos maiores de seus representantes ao longo do tempo, constituiu-se, em uma das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte. Além disso, as ideias e propostas expressas pelo jornal durante este largo período de circulação foram de importância significativa no contexto gaúcho, sobretudo na zona sul da província/estado, convivendo a folha com momentos marcantes da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul. Criado no município de Jaguarão, como afirmado anteriormente, o *Eco* teve nos primórdios de sua existência, algumas características de pasquinagem – atividade jornalística na qual seu fundador e principal redator estreara no jornalismo –, evoluindo, gradativamente, até apresentar-se como uma publicação de natureza “política, literária e comercial” relevante na imprensa sul-rio-grandense, tendo sido algumas vezes referenciado pelo órgão governamental *A Federação*, além de ter sofrido fortes perseguições, que chegaram a levar à interrupção de sua circulação. Terminada a guerra, o *Eco* manteve-se no combate que já desempenhava antes ao castilhismo e alinhado ao pensamento federalista-gasparista, o que explica a presença em suas páginas de cronistas e colaboradores de destaque como Ângelo Dourado, João Nunes da Silva Tavares, Gaspar da Silveira Martins, Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, Demétrio Ribeiro, João de Barros Cassal, Wenceslau Escobar e Antão de Faria, dentre outros. O jornal, assim, parecia manter acesa a chama da discussão político-partidária, sustentando o conflito discursivo federalistas *versus* castilhistas, sugerindo uma continuidade do embate partidário e ideológico no período pós-revolucionário.

O *Rio Grande do Sul*, cuja disponibilização é recente, será historicizado no decorrer da tese. Como tal tarefa é um processo em construção, o que se

sabe, e através do próprio jornal, é o que está presente nos seus programas apresentados nesta tese, além do editorial veiculado na ocasião de seu segundo aniversário, que fornece indícios de seu alcance e despesas operacionais (de 30 contos de réis somente em 1892), e no qual também festejava o aumento considerável de sua circulação e que fazia frente às despesas, além da presença de “um grande número de subscritores”, nas cidades de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Bagé, Cachoeira do Sul, Santa Maria, São Jerônimo, Herval e até mesmo São Leopoldo e Porto Alegre e outras localidades do estado, “como se evidencia pelas remessas diárias que fazemos pela repartição dos Correios, tornando-se por isto de grande importância para os Srs. anunciantes” (RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893, p. 1). Encontrei também, n’A *Federação*, principal órgão do Partido Republicano Rio-Grandense e do castilhismo no Rio Grande do Sul, uma menção sobre a passagem de mais um aniversário, então no ano de 1895, saudando especialmente “o intrépido jornal republicano *Rio Grande do Sul*, da cidade de mesmo nome” (A FEDERAÇÃO, 10/06/1895, p. 2). Importante destacar que, tanto Rüdiger (1990, p. 26-35), Alves (2002, p.141-142) quanto Hohlfeldt (2007, p. 313-327), estudiosos que se debruçaram sobre os jornais federalistas e castilhistas em circulação no período revolucionário, não mencionam o *Rio Grande do Sul*, talvez por não terem acesso ou desconhecerem a coleção do diário republicano ora localizada na Biblioteca Rio-Grandense.

Aporte teórico que dá sustentação à tese, a história política, sabidamente, durante muito tempo, foi confundida com história factual, tendo sido relegada a segundo plano pelos trabalhos de cunho histórico por parte das primeiras gerações dos *Annales*, notadamente Lucien Febvre e Marc Bloch, e depois, Braudel, (BURKE, 1997, p. 100) que refutaram o político e privilegiaram o econômico e o social justamente por defenderem a superação da história política tradicional, segundo eles episódica e atrelada aos acontecimentos relativos ao Estado e aos heróis de guerras e batalhas. Depois da ausência na cena acadêmica, sofreu uma reformulação nas últimas décadas, principalmente através dos estudos produzidos na “escola francesa” e representada por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jacques Julliard, entre outros, a partir dos anos 1970/80. A história política renovada ampliou os horizontes metodológicos e lançou novos olhares sobre os objetos da política, dando origem

a novas abordagens e conceitos. Esta renovação é resultado do contato com outras ciências, num processo pelo qual a história política “assimilou”, de certa forma, à algumas disciplinas, técnicas de pesquisa ou de tratamento, e a outras, conceitos, vocabulário próprio, e, às vezes, pediu uma e outra referência às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual (RÉMOND, 2003, p. 21-29). Desse modo, surge uma renovada história política, “pelo diálogo com as Ciências Sociais, com novos paradigmas”, e procurando um “discurso global da sociedade sem a pretensão de ser a chave da explicação do sentido da História” (DOSSE, 1995, p. 12).

A reformulação passa a ser mais do que puramente conceitual, mas principalmente instrumental e metodológica, neste intercâmbio e empréstimos de outras disciplinas sociais, com a necessária intermediação do pesquisador ou professor de história, que realiza sua construção tomando por base o lugar do político. Este, para Rémond (2003, p. 447), “é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício”, em uma dinâmica de relações entre influenciado/influenciador, cujo objetivo principal é o poder. É no âmbito da política que se dão as relações com vistas a obtenção deste, “sendo o ponto para onde conflui a maioria das atividades que recapitula os outros componentes do conjunto social” (RÉMOND, 2003, p. 447). De fato, a maioria dos historiadores que trata do político, faz referência ao poder, como atesta o próprio Rémond (2003, p. 444): “assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, [e] a prática do poder.” Este princípio é reforçado por Barros, que confirma a noção central de poder enquanto objeto, mas identifica outras modalidades que se inserem no âmbito da investigação da nova história política, como, por exemplo, “os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações [...] e até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder” (BARROS, 2004, p. 107-109), seja ele o formal, representado pelo Estado (ou grupo dominante), ou de suas eventuais forças opositoras ou de resistência.

Pierre Rosanvallon (2010, p. 42) enfatiza que a definição do político adquire um “novo significado na sociedade moderna”, pois sua significação está

sendo ampliada, ou, “pode-se dizer, inclusive, que ele [o político] está sendo liberado”. Há, segundo o autor, duas razões para isso:

A transição de uma sociedade corporativa para uma sociedade de indivíduos produz, em primeiro lugar, um tipo de déficit de representação. Desse modo, o político é convocado a ser o agente que “representa” uma sociedade cuja natureza não está dada de forma imediata. Nas sociedades modernas, medidas positivas têm sido tomadas no sentido de promover a representação da sociedade, face à necessidade de que uma sociedade de indivíduos se torne visível e notável, e que assim o povo adquira uma face. O imperativo da representação, portanto, distingue a política moderna da antiga[...]. [A segunda razão é] a diferença fundamental, que deriva do princípio de igualdade ligado ao advento de uma visão da ordem social como produto de convenções (o que implica a igualdade entre indivíduos perante a lei). Nas sociedades modernas não há limites que possam ser impostos – seja pela natureza, seja pela história – contra processos igualitários. A vida social é caracterizada por dois processos, baseados em novas reivindicações por igualdade econômica e pela redução das diferenças antropológicas (ROSANVALLON, 2010, p. 42-43).

Dessa forma, ambos os aspectos da modernidade levam a uma ampliação do domínio prático do político de forma considerável. Ainda segundo Rosanvallon, a originalidade da nova história política pode ser encontrada tanto na forma como no conteúdo. A primeira, é, ao mesmo tempo, **interativa** – analisa o modo pelo qual uma cultura política, suas instituições e eventos interagem para estabelecer formas políticas mais ou menos estáveis – e **compreensiva** – seu objetivo central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência – (ROSANVALLON, 2010, p. 48). Outros dois pontos que o autor traz à reflexão merecem destaque: a história política “pode extrair conhecimento da história cultural, da história social; da clássica história das instituições políticas e da história das ideias” sendo o que lhe confere “coerência” não é apenas “a variedade de instrumentos de que ela pode dispor, e sim o seu objeto próprio” (ROSANVALLON, 2010, p. 47). Coerente tanto com nossos tempos quanto ao passado, o objetivo da história política renovada, por exemplo, pode ser “pensar a democracia partindo de uma **análise da sensação de sua ausência**” (ROSANVALLON, 2010, p. 98) [grifo meu]. Ainda que pese que o conceito de “democracia” não seja um valor ou discussão da época, a supressão de várias liberdades individuais experimentada nos primeiros anos da República, especialmente no Rio Grande do Sul com a implantação da ditadura positivista de Castilhos (mas não apenas deste, já que a Junta Governativa também teve

seus excessos autoritários, perseguições, etc.) e seus resultados sentidos e expressados através das páginas dos jornais (com mais ênfase, claro, ao grupo que estava em oposição no momento) torna a história política não apenas útil, mas muito pertinente como marco teórico.

A propósito dos jornais, os métodos mais comuns de se produzir conhecimento histórico a partir desses periódicos são os da história *da* imprensa e *por meio* da imprensa, ou seja, historicizar o(s) veículo(s) em si ou construir uma história baseada nas informações contidas e veiculadas nas páginas das folhas, respectivamente. Nesse sentido, a partir da década de 1970, o próprio jornal tornou-se um objeto da pesquisa histórica (LUCA, 2006, p. 118). No mesmo sentido, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado chamam a atenção para o fato de que os estudos históricos no Brasil davam pouca importância à imprensa como objeto de investigação, “utilizando-se dela como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação”, mas, no entanto, reconhecem as autoras que a imprensa age “fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO E PRADO, 1980, p. 19). De lá para cá, houve um expressivo aumento dos usos da imprensa como fonte, “seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos” ou de “problemáticas relativas à vida social, influência do Estado e o estudo do cotidiano, por exemplo” (BORGES, 1999, p. 163).

Se é verdade que os meios de comunicação em geral, e os jornais em específico, não são, *a priori*, realidades propriamente políticas, também é verdade que estes podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação (RÉMOND, 2003, p. 441). Assim, o campo do político não tem fronteiras fixas, suas definições são mais abstratas, mas uma constante pode ser observada com segurança quando se entende a natureza política relacionada aos jornais, por exemplo: sua referência ao poder. Assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder (RÉMOND, 2003, p. 443-444). Podemos estender o conceito aos jornais objetos desta tese: são políticos não somente pelo seu engajamento ideológico, mas porque representavam grupos cujos interesses, ou motivação maior, era chegar (no caso dos federalistas vinculados ao *Eco*) ou permanecer (no caso dos castilhistas do *Rio Grande do Sul*) ao/no poder.

O poder, seja em sua conquista ou manutenção, passa pela legitimidade. Dessa forma, Hilda Sabato afirma que “desde o começo, a opção republicana” na América Latina no início do século XIX, mas no Brasil em fins do mesmo século, “implicou uma mudança decisiva nos fundamentos do poder político” (SABATO, 2006, p. 266). Para a autora, a instauração do princípio da chamada “soberania popular” e a perda de toda garantia da autoridade “transcendente” advinda do poder real, a construção de um poder legítimo (ou legitimado) remetia a uma comunidade política instituída ou que se buscava instituir, e essa relação poderia se manter sobre dois pilares: “a representação política [através de eleições] e a opinião pública”, um sistema dependendo – e alimentando – o outro. Isso estabeleceu normativas, ainda conforme Sabato, que forjaram e articularam diferentes formas de “fazer política”, ou seja, “de construir, sustentar, reproduzir e impugnar o poder” (SABATO, 2006, p. 266). No caso da “opinião pública” esta era formada por diferentes meios, mas os jornais tinham posições privilegiadas nesse aspecto, e a ferrenha disputa entre os periódicos rio-grandinos são prova da importância da inserção nesse espaço.

Em fins do século XIX, e guardadas as devidas proporções, as definições que Marialva Barbosa traz sobre o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, se aplicam também às folhas rio-grandinas. Segundo a autora, as “escolhas narrativas operadas por esses impressos” que trazem, em suas páginas “não apenas a opinião virulenta, mas também acontecimentos cotidianos respondem a demanda do público por informação” (BARBOSA, 2010, p. 71). Assim, aquilo que se passa na cidade, no estado, no país e até no mundo se juntam, nos jornais, o movimento dos portos (afinal, Rio Grande é uma cidade portuária), e outros pontos destacados pela autora, como “listagens dos preços correntes, os debates políticos em voga no momento [...] o público encontra o sentido da informação atualizada” (BARBOSA, 2010, p. 71).

Firmando-se como verdadeiro “poder”, os jornais brasileiros do período, e, faço o adendo, tal característica se verifica também no Rio Grande do Sul, prossegue a autora:

Respeitados e temidos, os donos desses matutinos tornam-se responsáveis pela idolatria ou pelo descrédito de figuras públicas e notórias. Através de suas duras campanhas que promovem, podem demolir reputações, derrubar ministros ou nomear políticos.

Ao mesmo tempo que ampliam as mensagens dos grupos dominantes, elaboram-se nesses periódicos estratégias para transformar o uso das letras numa espécie de mito social. Criando identidades próprias, como opositores ou defensores dos que ocupam lugares-chave na política, esses jornais se autoconstroem como **legitimadores do poder** (BARBOSA, 2010, p. 179) [grifo meu].

Eu acrescentaria, sem discordar da autora, também como “deslegitimadores” do poder, caso do jornal que ora se encontrava em oposição (o *Rio Grande do Sul* em relação à Junta Provisória e o *Eco* em relação ao PRR).

Ao encontro do que foi afirmado, Violette Morin diz que, na maior parte dos diários, há certas “formas de leitura que é preciso compreender e cujo sentido deve ser respeitado antes de qualquer intento de análise”, que são três “tendências explícitas”: a) **exaustividade** (a promessa de dizer tudo); b) **variedade** (promessa de falar “de tudo”); e **atualização** (não apenas dizer tudo, mas dizer “no mesmo momento, ‘quase’ em que se produz” o fato noticiado (MORIN, 1974, p. 13). As três “tendências” são percebidas nas folhas aqui apresentadas: várias matérias eram tratadas em uma série de artigos, se estendendo por vários dias e até semanas, a diversidade de conteúdo que aparecia em cada jornal (notícias locais, anúncios, classificados, folhetins, poemas, informes, e, especialmente, política) e, finalmente, a atualização, não apenas com a repercussão do momento político e movimentos partidários, mas especialmente na seção “telegramas”, um “serviço especial” presente nos dois diários, que relatava/reproduzia, em tempo “quase real” (para a época) as notícias e atualizações de todo canto do estado, do país e do mundo.

Também é relevante destacar que, em grande parte do país, e o Rio Grande do Sul não foge à regra, a prática mais comum era aquilo que Tania Regina de Luca (2012, p. 149) denomina de “jornal-tribuna”, ou seja, o jornal que serve de plataforma para difusão de ideias, críticas e posicionamentos, tomando o lugar de um virtual “palanque discursivo”. No Rio Grande do Sul, em particular, no mesmo sentido e na mesma época, praticava-se um jornalismo predominantemente opinativo, expressando os jornais em suas páginas os interesses e vínculos com grupos políticos, atividade decorrente da militância política como elemento fundamental da estrutura argumentativa de seu discurso de convencimento ideológico e mobilização político-partidária. Segundo Hohlfeldt (2007, p. 323), “os jornais do final do século XIX expressaram

fundamentalmente o pensamento das elites-sul-rio-grandenses, fossem estas conservadoras ou não”, e eram justamente essas elites que entravam em choque, durante a Revolução Federalista, pelas vias bélicas e também (antes e depois) pelo embate através da imprensa.

Para Sodré (1999, p. 263) “a exaltação da política da época está integralmente na imprensa”, constituindo-se esta como indispensável fonte para a construção de conhecimento histórico do período. No entanto, Rüdiger (1990, p. 23), reconhece que os historiadores têm utilizado largamente a imprensa-documento, da qual tiram conclusões imputadas ao político-social, mas a imprensa enquanto objeto na Revolução Federalista, interventora na sociedade de sua época, produzindo e reproduzindo os acontecimentos históricos daquele tempo, carece de estudos mais aprofundados. Aspectos como o seu desenrolar narrativo e o cenário de enfrentamento das forças em choque discursivo como o observado nos embates do *Rio Grande do Sul* e o *Eco do Sul*, sinaliza um caminho promissor de pesquisa.

Finalmente, devo destacar a dupla interpretação, ao mesmo tempo divergente e convergente, de que “o jornal é do dia e para o dia”, como escreveu Otto Groth (2011, p. 254). Tal afirmação é importante para seu tempo e propósito de produção, isto é, quando foi publicado, e levar isso em consideração ajuda o historiador a subverter a lógica do “consumo imediato” e transformar aquilo que era efemeridade em “sintoma” da época, quando lido **não como unidade**, mas como **conjunto**. O próprio autor concorda que “jornalismo nunca é historiografia. O jornal nunca pode ter a pretensão de escrever ele próprio a história” embora fosse comum os diários, especialmente os aqui analisados, tratarem os fatos que noticiavam como “para a história”. Groth argumenta, com muita propriedade, que o jornal só é “cogitado para isto **quando não é mais jornal**” (grifo meu), ou seja, ele “só pode ser sempre uma fonte histórica, a ser apreciada com cuidado e crítica pelo pesquisador de história, mas nunca ser propriamente uma apresentação da história” (GROTH, 2011, p. 254). Tem razão o autor, o jornal, nas mãos do historiador, não é mais jornal, é um **não-jornal**. É fonte, é documento. Então, quando evocamos o veículo impresso, enquanto objeto de estudo, estamos falando, simultaneamente, de um **jornal não-jornal** (o termo é

de minha autoria).²⁸ Não perder isso de vista é essencial para a compreensão desta tese.

Retomando o termo “discurso”, ainda que não seja a análise do discurso (AD) um método que será usado nesta tese, o entendimento da polissemia encerrada na palavra merece atenção, uma vez que alguns de seus significados (enquanto conceitos, não métodos) nortearão tanto os entendimentos quanto as abordagens aqui empreendidas. Desse modo, com o crescente uso da interdisciplinaridade na História como instrumento de ampliação da leitura e compreensão dos eventos e processos históricos na construção de explicações do passado, o termo ganhou força e presença a partir da incorporação da análise do discurso como um dos métodos de pesquisa dos mais difundidos no Brasil, nas últimas décadas. Esse tipo de análise é uma metodologia derivada de disciplinas como a semiótica e a linguística que tem por objetivo interpretar o discurso, este definido de forma geral “como a forma por meio da qual os indivíduos proferem e aprendem a linguagem como uma atividade produzida historicamente determinada” (SILVA E SILVA, 2013, p. 101).

Já destaquei que Luca usa o termo “jornal-tribuna”, e na tribuna se faz o quê? Discursa-se. Dessa forma, uma questão se impõe: usar o termo “conteúdo” (já que pretendo fazer a análise do) ou “discurso”? Quem fala, para quem fala, como fala, o que defende, estão presentes tanto na AD como na AC. Entendo que a escolha pelo segundo termo poderia sugerir confusão entre as metodologias, mas penso que “discurso” é mais eficaz (destacando, novamente, não a técnica defendida pelos linguistas, envolvendo léxico e outros aspectos formais da língua), pelo simples fato de que é difícil evitá-lo, uma vez que reduzi-lo a outro nome, como, por exemplo, “narrativa” ou “texto”, não agregaria sentido melhor ou mais amplo para a análise nem contemplaria todo o significado da expressão. Discurso, em qualquer definição, está ligado ao poder: prática, manutenção ou conquista. Conforme Hilda Sabato, os dois pilares de sustentação do poder na América Latina (e no Brasil republicano) se baseava na

²⁸ A escolha pelo termo visa sintetizar o conceito. Considerando que, conforme Groth, o veículo “não é mais um jornal”, ou seja, ele foi um **enquanto circulou**, usar a expressão “não-jornal” seria problemática por transmitir uma ideia equivocada, podendo ser interpretada como “anti-jornal”, por exemplo, confundindo o leitor. Por outro lado, a fonte, conservando as características físicas de um jornal (formato, elementos constitutivos, além de ter sido um veículo noticioso impresso), só pode assim ser chamado. Dessa forma, um “jornal não-jornal” resume a ideia de que a fonte é um jornal (no sentido físico) que, no entanto, já não é mais (como função e objetivo).

representação política e na “opinião pública”, que era traduzida nas páginas dos jornais.

Então, é válido usar o termo porque dialoga mais com e sobre o período do que sobre a técnica de análise. A expressão, nesse caso, perde sua “problematicidade” e simplifica o trabalho de nomenclatura – e explicação – do historiador. Ter os jornais como objeto implica, necessariamente, estabelecer uma reflexão apurada de seus elementos discursivos constituintes. Para tal, é preciso analisar o chamado “filtro” do veículo (suas inspirações programáticas e ideológicas, por exemplo), a análise conjuntural e contextual, as características materiais e de produção do periódico, o próprio conteúdo intra e intertextual, bem como seus autores (quando manifestadas as autorias nos artigos analisados), proprietários, órgãos vinculados direta ou indiretamente, enfim, todos estes aspectos e agentes organizados sob um objetivo comum²⁹ devem ser considerados e são fundamentais para que se possa historicizar as duas folhas rio-grandinas, de modo que seja viável e relevante do ponto de vista historiográfico.

Cabe, por conseguinte, fazer a diferenciação entre os termos “texto” e “discurso”. A distinção em geral aceita reserva, a cada um desses termos, um significado próprio: o objeto empírico, o texto, é a materialidade da escrita, “considerado independentemente de suas condições de produção”, enquanto quando o objeto empírico é agregado às suas condições de produção, temos o discurso, sendo a análise do discurso, em linhas gerais, a área em que o objeto é estudado “em função de parâmetros que permitem contextualizar sua interpretação” (SARFATI, 2010, p. 13). Em função disto, não são os textos de ambos os “jornais não-jornais” rio-grandinos, simplesmente impressos em suas páginas, que serão analisados, mas sim, seus discursos veiculados. Tal como a história política, o discurso tem relações muito próximas com o poder, uma vez que é um dos instrumentos para sua obtenção ou manutenção.

Três são os critérios que caracterizam um discurso, de acordo com Georges-Élia Sarfati: **a) posicionamento**: sua situação sociológica em relação

²⁹ Nas palavras de Coutrot (2003, p. 349): “o nascimento de uma publicação é sinal da estruturação de uma corrente de opinião”, notadamente política, “com objetivos e interesses bem delineados”. Conhecer tal estruturação, nesse sentido, torna-se basilar para perceber os aspectos políticos do objeto a ser estudado.

a dado grupo social; **b) inscrição**: a qualidade de seu suporte midiático; e, por fim, **c) intertextualidade**: o regime que regula as relações que os textos procedentes de um discurso mantêm entre si ou com textos de outro tipo de discurso. De acordo com o autor, “é somente por meio e a partir da análise dos textos”, levando em consideração o tripé característico, “que a teorização da noção do discurso é possível, ou, melhor ainda, que um tipo de discurso pode ser conhecido” (SARFATI, 2010, p. 23). O mesmo autor destaca a importância da identificação das chamadas “estratégias enunciativas”.³⁰ Desse modo, é preciso identificar o grau de **presença** ou **apagamento** do sujeito falante, sendo que, no primeiro caso, trata-se do surgimento identificável no discurso da figura do autor, autorizada pela plena exposição (ou manifestação) da subjetividade. No segundo caso, o relato, supõe-se, ao contrário, a retirada do sujeito, por apagamento de indicadores de enunciação (SARFATI, 2010, p. 56). Isso é particularmente importante na análise discursiva dos jornais, podendo identificar também estratégias discursivas de opinião ou isenção através do que é publicado nos textos que analisaremos.

Há outras acepções possíveis para o termo discurso³¹, e sua utilização como ferramenta teórica e metodológica. Assim, Michel Pêcheux define discurso, ou “formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada e a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito”. Isso, segundo o autor, equivale a afirmar que “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido de discurso na qual são produzidas [...] pelas formações discursivas que representam na linguagem” da qual são o/um resultado “das formações ideológicas que lhes são correspondentes”, e, assim, podemos estabelecer a relação direta língua-discurso-ideologia (PÊCHEUX, 2014, p. 147). Desse modo, uma análise discursiva deve levar em consideração não apenas o dito, mas onde foi dito, a forma pela qual foi dito e por quem foi dito, bem como o silenciado, as relações que esse dito estabelece com o que já foi dito antes e atentando, também, para

³⁰ Ainda que não se exija um formalismo linguístico ou rigor de sintaxe aos trabalhos de natureza histórica por fugir de seus propósitos, a identificação desses elementos se faz crucial para a leitura e interpretação do discurso.

³¹ Como reconhece Safarti (2010, p. 23), não existe “uma”, mas “várias” análises do discurso, importando, a quem pretende utilizar alguma forma de análise metodológica com base na enunciação, deixar claro quais os princípios e as teorias que as nortearão.

a posição social e histórica dos sujeitos e para as formações discursivas às quais se filiam os discursos (FRASSON, 2007, p. 3), para compor uma reflexão histórica válida sobre o conteúdo e período pesquisados.

É importante também levar em consideração, ampliando a noção de documento histórico como portador de um discurso, de que um texto, seja qual for o suporte que lhe dê registro, primeiro e antes de tudo, é a representação física da linguagem e, “enquanto veículo de ideias e informações, a linguagem escrita traduz um universo simbólico [...] que abarca signos, símbolos, conteúdos, mensagens, sentidos, construção argumentativa, entre outros pressupostos” (SAMARA E TUPY, 2010, p. 121). E sua codificação impõe o conhecimento muito preciso do contexto que o produziu ou fez existir (já que não existe discurso que não esteja relacionado com seu local de produção) e demanda, para tanto, um trabalho de especialista no manejo histórico, com o suporte crítico e teórico do pesquisador.

Finalmente, há o caráter da intertextualidade, que é importante destacar, pois é um fenômeno presente nos embates do *Rio Grande do Sul* com o *Eco*. Trata-se de um conceito bastante complexo, uma vez que pode aparecer tanto no texto analisado em si, como na própria análise do historiador. Segundo Barthes, o texto “redistribui” a língua: “uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo”, assim, todo o texto é um intertexto, pois “outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis” (BARTHES, 1974, p.59). Em outras palavras, tal enunciado indica que todo texto é um objeto heterogêneo, que desvela uma relação sempre presente do seu interior com o exterior, “e desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe” (KOCH, 2016, p. 59). Isso se aplica tanto de maneira generalista, com as influências normais daquilo que o redator/articulista dos jornais que serão analisados carregam em si e manifestadas em sua escrita, quanto ao diálogo que tais artigos estabelecem em relação ao texto do outro, ou seja, do discurso publicado no jornal adversário e que será objeto de análise, crítica ou ataque, no que converge a afirmação de Koch quando afirma que o intertexto é um componente decisivo das condições de produção de um texto: “um discurso não

vem ao mundo numa inocente solicitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição”, e assim, um discurso envia a outro, “frente ao qual é uma resposta direta ou indireta”, ou do qual “orquestra os termos principais, ou cujos argumentos desconstrói. Assim é que o processo discursivo não tem um início: o discurso se estabelece sempre sobre um discurso prévio” (KOCH, 2016, p. 60). É por isso que Verón afirma que não se analisa jamais um texto: “analisa-se pelo menos dois, quer se trate de um segundo texto escolhido explicitamente para comparação, quer se trate de um texto implícito, virtual, introduzido pelo analista, muitas vezes sem que ele o saiba” (VERÓN, 1982, p. 2). Desse modo, chegamos ao ponto da comparação discursiva entre as manifestações veiculadas através das duas folhas rio-grandinas.

Veículo e discurso veiculado se ligam à (uma, as) identidade(s) em disputa. Sobre o conceito de identidade, parto da premissa, em concordância com Joël Candau (2012, p. 9), que esta é uma construção social, “de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *outro*”, ou seja, a identidade implica também em diferenciação. Essa caracterização generalista não pretende reduzir a polissemia do termo (poderíamos falar em “identidade cultural” ou “identidade coletiva”, por exemplo) tampouco o uso indiscriminado aplicado ao nosso recorte espaço-temporal ou mesmo ao *corpus* da tese. As definições e proposições de Candau representam, de fato, um significativo avanço nos estudos identitários, mas creio que há um ponto possível de crítica, onde o autor submete a identidade a memória, sendo aquela a formadora indissociável do conceito desta (CANDAU, 2012, p. 21-77). Ora, não me parece razoável o aspecto reducionista que o autor propõe, ao vincular todos os casos identitários como devedores de uma prática memorialística, sobretudo porque a memória é seletiva, dela lembramos o que queremos evocar e silenciemos aquilo que não nos interessa, sobretudo envolvendo traumas ou discordâncias que colocassem em xeque a argumentação – ou o discurso – que pensamos coerentes ao evocá-las.

A memória, mais importante ainda dizer, não é tanto o ato de recordar ou omitir, dos ditos ou do silenciado, mas os usos que se faz – ou se pretende fazer – delas. Assim, o jogo identitário, que também pode se configurar nos campos de escolhas, ainda que em níveis não tão conscientes assim, pode se moldar de forma a criar memórias alteradas, deliberada ou inconscientemente,

de acordo com seus interesses do momento. Em outras palavras: filia-se a uma identidade e a partir dessa construção a memória ganha esta ou aquela coloração, esta ou aquela inclinação, e o uso que se faz dela serve para corroborar aspectos identitários que foram forjados antes e que servem como uma espécie de molde, ou forma, para as quais as memórias servirão de suporte legitimador.

Aqui, a identidade (ou as identidades) é (são) tratada(s) como fator indissociável(eis) do discurso contido nos textos veiculados em ambos os jornais, em consonância com aquilo defendido por Stuart Hall, para quem “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso”, portanto, devemos sempre levar em consideração e compreendê-las “como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2000, p. 109), o que nos leva, ao analisar o *corpus*, a percepção (e conseqüente análise) discursiva e identitária em questão, ou seja, o período da Revolução Federalista (compreendido aqui como tendo seu início antes de 1893), com vistas a produção de um conhecimento histórico.

Destaco que considero a existência de pelo menos três tipos de identidades em disputa naquele momento de fins do século XIX: a) **há uma identidade maior**, que se sobrepunha as outras, e que poderíamos nomeá-la de **sul-rio-grandense** (ou gaúcha, e a designação de luta fratricida como alcunha da Revolução Federalista, isto é, irmãos matavam irmãos, é um exemplo desse tipo de identidade englobante); b) **há a identidade do gaúcho fronteiriço dominante** – ou “coronéis”, conforme Loiva Otero Félix (1987, p. 20) –, mormente os grandes latifundiários da zona sul, seja antigos conservadores ou liberais, mas que partilhavam a similaridade de serem líderes políticos apontados como inquestionáveis, geralmente chefes militares ou ao menos a frente de grandes contingentes de peões armados, oriundos de um mesmo estrato socioeconômico, fortes em seus redutos e representantes de um *status quo* que previa alternância mais ou menos constante no poder local e imperial, sem maiores surpresas e, por isso, afeitos a um passado ligado à tradição c) **uma nova identidade que nascia com vistas ao futuro**, à pretensa ideia de modernização, representada pela nova jovem e educada elite republicana (os bacharéis), que buscava firmar seus princípios através da reforma do estado e

implantação da ortodoxia positivista, representada por Castilhos e seus designados locais, em oposição às antigas instituições herdadas do império, em suma: uma nova identidade para um novo tempo. Estas três emanções identitárias constituem aquilo que Candau denomina de “fronteiras sociais escorregadias”, uma vez que habitam o mesmo espaço e podem, eventualmente, estabelecer alguma interseção entre elas (CANDAU, 2012, p. 27).

No caso dos federalistas, a difusão de seus valores e a denúncia das ações dos adversários (no clássico **nós contra eles**) através do *Eco do Sul* evidencia aquilo que Woodward chama de “política de identidade”. Diz a autora que “o projeto político deve ser certamente reforçado por algum apelo à solidariedade daqueles que ‘pertencem’ a algum grupo [...] marginalizado” (WOODWARD, 2000, p. 38). Ora, os alijados do poder com a instauração da República, embora dispusessem de força e influência, passaram a ser marginalizados do poder político, sobretudo àquele do comando estadual, e uma possível reação passaria pelo reforço da identidade, ou laços de pertencimento, que garantisse alguma identificação e adesão à causa federalista, e isso passava também pela tentativa de convencimento através da imprensa. Embora o *Eco do Sul*, nas primeiras 100 edições analisadas, se declare em alguns momentos simpático à monarquia, e o próprio *Rio Grande do Sul* ter, durante breve período, um monarquista declarado (Mário de Artagão) como seu redator principal, não havia uma manifesta intenção de restauração, ou ainda uma pregação efetiva de retorno ao *status* anterior, mas sim uma luta para retornar ao poder, no caso do *Eco*, a partir do regime republicano. Do outro lado, com o *Rio Grande do Sul*, a tática era a mesma, mas com o acréscimo de forjar na população uma nova identidade que estaria em consonância com os novos tempos, e que concedesse ainda mais sustentação ao projeto que estava sendo instalado no estado.

Concomitantemente, através dos jornais, frequentemente eram disputadas a quem caberia a herança dos “verdadeiros princípios gaúchos”,³² como instrumentos legitimadores de ação (e, por consequência, razão), tendo as

³² Analiso este tópico em particular (da disputa pela identidade heroica e cortês dos gaúchos do passado, em discordância com os atos praticados a partir da ascensão de Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto) nos escritos de Ângelo Dourado, em duas oportunidades: ver Oliveira (2009 e 2018b).

guerras anteriores como parâmetro de honradez e cavalheirismo, em oposição a crueldade e horrores das batalhas da Revolução Federalista. Mas se havia essa disputa especificamente nas páginas do *Rio Grande do Sul* e do *Eco do Sul*, como se apresentava e se havia outras formas de defesa (e ataques) aos demais conceitos presentes nos dois jornais que compõe este *corpus*, é tarefa que se apresenta na construção da tese em busca de respostas que ajudem a corroborar estes ou, até mesmo, sugerir outros tipos identitários não reconhecidos de forma preliminar, afinal, “do ponto de vista da disciplina histórica, importa assinalar que as identidades não são aqui entendidas como essências ou entidades imutáveis”, mas enquanto processos dinâmicos e contínuos de construção e reconstrução das realidades sociais, entendendo-as como multidimensionais, multifacetadas, as identidades “possuem não apenas componentes sociais e culturais, mas também políticos, uma vez que refletem, induzem e justificam as ações humanas sobre as relações de poder” (BEIRED E BARBOSA, 2010, p. 8).

Ainda que estes sejam os conceitos em disputa e representação, não considero a Revolução Federalista como um fenômeno exclusivamente de elite, “coronéis *versus* bacharéis”³³. Permanece a forma de representá-la e tratá-la como uma guerra oligárquica, de elites latifundiárias, quando esta é *parte da complexidade* que foi a guerra. Então, sim, foi uma guerra intra-oligárquica, mas *não apenas*. Setores médios da sociedade entraram em choque, o que pode ser observado pelos escritos que deixaram, e com inúmeras posturas das classes ditas inferiores que não tiveram seu devido registro histórico.

De fato, a respeito disso, José Murilo de Carvalho alerta sobre a dificuldade que é, no Brasil, apurar a identidade dos revoltosos, sobretudo no período inicial da república. Segundo o autor, “[no mundo] grande parte da historiografia sobre multidões insurgentes é dedicada a esclarecer esse ponto”, mas o historiador brasileiro se vê aqui em grande desvantagem em relação, por exemplo, aos estudiosos das revoltas parisienses. “A grande fonte de informação para estes estudiosos são os arquivos policiais, e, sobretudo, os arquivos

³³ Em geral, mesmo os “bacharéis” eram proprietários ou filhos de proprietários de terras, sendo o exemplo máximo o próprio Júlio de Castilhos, filho de estancieiro e tendo “bastante fortuna” (FRANCO, 1996, p. 11), e também eram filhos de estancieiros nomes de destaque dos republicanos históricos, como Joaquim Francisco Assis Brasil, Antônio Augusto Borges de Medeiros e José Gomes Pinheiro Machado (RECKZIEGEL, 2015, p. 114).

judiciais”, diz o autor, que prossegue: “os processos não só fornecem nomes e características sociais, como também informações sobre as ideias e valores dos revoltosos”, mas, no Brasil, “nunca havia processo contra o grosso dos presos”, processando-se apenas seus líderes, “muitas vezes da elite”, e “os restantes eram simplesmente colocados em navio e desterrados para algum ponto remoto”, nada restando de seus dados pessoais (CARVALHO, 2008, p. 113). No caso da Revolução Federalista, porém, há pelo menos duas principais fontes que podem servir na desconstrução dessa visão hegemônica de *ausência de povo*, obras publicadas na época e reeditadas nas últimas décadas, embora sejam pouco exploradas no repensar ou rediscutir o tratamento de ser o conflito apenas uma luta intra-oligárquica. São os livros *O vandalismo no Rio Grande do Sul*, de Euclides B. de Moura (publicado originalmente em 1892 e republicado em 2000) contemplando os abusos praticados pelas oposições ao castilhismo entre 1891 e 1892; e *Os crimes da Ditadura*, de Rafael Cabeda e Rodolfo Costa (editado pela primeira vez em 1902 e reeditado em 2002), denunciando as violências do lado castilhistas e abrangendo os anos de 1889 a 1899.³⁴

Tais fontes, como tratam de compilados da imprensa, ajudam a explorar melhor os “sem nome”, aqueles que não foram os grandes líderes responsáveis pelo movimento. A imprensa, quando não analisada mais detalhadamente, pode ter ajudado a perpetuar a visão ainda majoritariamente vigente, pois, especialmente antes de eclodir a guerra propriamente dita, as folhas de lado a lado até noticiavam algumas mortes, mas com *nome e sobrenome* apenas aqueles que tinham algum tipo de relevância local e se a nota, em si, reforçasse uma denúncia da atrocidade ou arbitrariedade inimiga. Os demais, aqueles que não garantiam alguma comoção maior da opinião pública, por serem anônimos, eram citados como “preto”, “pardo”, “sujeito” e narradas de forma breve as razões que levaram à perseguição, prisão ou até execução. A falta de registros mais vigorosos (numericamente) em outras fontes ajudou a perpetuar a versão de que a guerra civil de 1893-95 foi uma revolta de coronéis, uma luta de latifundiários sem a participação do povo.³⁵

³⁴ Apesar de não ter um tratamento mais detalhado como nas obras acima, Escobar (1983, p. 85-89) traz um arrolamento de mortos pelo regime castilhistas, totalizando 143 vítimas, das mais diversas ocupações e estratos sociais.

³⁵ O que as fotografias do Cerco de Bagé atestam o contrário. Ver: (LOPES, ANDRADE E BRASIL, 2021).

Se é verdade que grandes contingentes dos lutadores da guerra, propriamente dita, eram oficiais do Exército, Guarda Cívica ou Brigadas (no caso dos castilhistas) ou “peonada armada”, no caso dos federalistas, houve um engajamento decisivo (na guerra discursiva e também nos entreveros locais) também das camadas médias da população sul-rio-grandense. Jornalistas e colaboradores são os maiores exemplos, mas funcionários públicos, médicos, chefes de polícia (em alguns casos profissionais liberais e até comerciantes nomeados para o cargo, como será visto adiante), embora letrados, membros de uma elite, se não econômica, ao menos intelectual, não eram estancieiros abastados. Reforço: foi uma guerra intra-oligárquica, mas não somente. Setores médios da sociedade entraram em choque, o que pode ser observado pelos escritos que deixaram, e com inúmeras posturas das classes inferiores que não tiveram seu devido registro histórico. A guerra se deu em todos os níveis identitários, e a presença e identificação dos proprietários, redatores e colaboradores dos jornais que são objeto de estudo desta tese se inserem no objetivo de enfatizar esta afirmação.

À guisa de uma conclusão desta intrincada e complexa formulação de identidade, ou, antes, sua construção, no caso específico do contexto desta história da Revolução Federalista que defendo aqui, é preciso destacar mais dois pontos. Em *Os estabelecidos e os outsiders*, Norbert Elias apresenta uma narrativa em que propõe um modelo que se aproxima do pretendido neste trabalho. No povoado que serve de base para sua teoria, os estabelecidos são o grupo habitante original, enquanto os *outsiders* são os “de fora”, e a partir dessa interação os grupos constroem identidades sobre si e sobre o outro.³⁶ O modelo de Elias, contudo, não contempla o caso sul-rio-grandense em sua totalidade (embora não deva ser descartado) porque, nele, um grupo é o dominante e o outro é o dominado, um é considerado com “status social superior” e o outro, “inferior” criando “normas” de relacionamento social e, por consequência, identitárias (ELIAS, 2000, p. 57-61). Ora, o caso do Rio Grande do Sul, embora guarde semelhanças (compartilhavam mesmo idioma, cultura, religião e territorialidade, por exemplo), não havia, senão politicamente, um grupo “subjugado”, como propõe Elias na defesa da sua teoria. O próprio

³⁶ Esta é, obviamente, uma síntese do modelo apresentado por Norbert Elias, especialmente o capítulo “Considerações sobre o método” (ELIAS, 2000, p. 57-70).

enfrentamento discursivo, presente desde os ensaios da Revolução Federalista, e depois na guerra de fato, dá mostras da fragilidade da aplicação do modelo na presente análise. Naquele de Elias, o autor pressupõe uma superioridade e uma inferioridade, uma dominação real e simbólica de um grupo sobre o outro, o que não acontece na Revolução Federalista. Mesmo que houvesse uma posição de domínio político, os federalistas não se sentiam inferiores (afinal, lutaram com armas e na imprensa e eram detentores do poder econômico) e o próprio conceito de "luta fratricida" (irmãos contra irmãos) indica esse sentido de relativa igualdade. Proponho, então, uma tipificação de identidade em construção que seja melhor aplicável ao caso sul-rio-grandense, não negando totalmente Elias, mas complementando a sua teoria proposta.

A despeito de toda polissemia que o termo "identidade" contempla, como já apresentado, entendo que esta é antes uma **construção** do que uma **condição**. Assim, entendo que a formação de um processo identitário pode ocorrer tanto **de dentro para fora** (como um grupo se vê, se entende e se define, em relação ao exterior) como **de fora para dentro** (como ele é visto, entendido e definido por outros grupos) e ambas as formas têm impacto nas vidas desses sujeitos, seja no âmbito econômico, social, cultural ou político, sendo este último aspecto o que mais interessa nesta tese. Ao logo dela, utilizarei as formas **construção interna** para o primeiro caso e **construção externa** para o segundo.

Para melhor explicar meu modelo, sem intentar cair na armadilha do anacronismo, será necessário lançar recuos e avanços temporais, de modo a deixar mais clara esta teoria de trabalho. Uma amostra que encontramos na História dessa separação de formações identitárias e de como essas distinções atuam, são os casos de como (para ficarmos em apenas três exemplos dos tantos possíveis) judeus, ciganos e armênios foram tratados na Europa ao longo do tempo: as identidades suas (internas) eram diferentes das identidades atribuídas (externas), e esse choque propiciou os trágicos episódios da perseguição sistemática, e nos casos extremos do genocídio, no caso armênio, e o Holocausto, no caso judeu. Recentemente, temos também o que poderíamos chamar de "identidade latina" nos Estados Unidos da América: há as nuances das diferentes comunidades de origem de fala hispano-portuguesa, cada qual com suas próprias identidades regionais, peculiaridades de seus países ou

regiões originárias de um lado, e do outro uma composição mais “niveladora” do “ser” latino, daquilo que grande parte dos estadunidenses vê e acredita ser constituinte da identidade latina, o que é percebido desde sua representação na cultura (séries de televisão ou *streaming*, personagens, filmes de Hollywood, etc.) até decisões sociais e políticas, como as reiteradas declarações de seu ex-presidente, o conservador Donald Trump, relacionando “os latinos” com um tipo de grupo social que é “indesejado na América”.³⁷ A própria identidade/apropriação do termo América como sinônimo de estadunidense é questionável e também demonstra uma construção identitária em que nela cabe parte dos americanos, especialmente os brancos de fala inglesa e descendentes das 13 colônias originais: todo o resto, não-brancos e não-anglófonos, recebem prefixos para que possam se encaixar nesse modelo pretendido de identidade interna. Assim, temos os “*latin american*”, “*afro american*”, por exemplo, como identidades externas, ou seja, a forma pela qual o grupo dominante enxerga e trata o grupo dominado (numérica ou economicamente).

É importante destacar, porém, que os processos de construção de identidade interna e externa guardam diferenças significativas. Enquanto a primeira pode ter uma formação mais assimétrica, temporalmente distinta (ora mais longa, ora mais curta) e em constante transformação, o processo de construção da identidade externa tem sua gênese e desenvolvimento geralmente em prazo mais curto, e seu conceito tende a ser mais homogêneo, uniformizante, e dificilmente tem alguma alteração a não ser por dois fatores, isolados ou intercambiáveis entre si:

- a) **Autônomos:** pela ação política direta da identidade interna sobre a externa (formas revolucionárias, representação junto aos parlamentos para estabelecimento de leis ou ainda como organização política atuante) ou quando ocorrem movimentos sociais de exposição da união da diversidade de seu grupo, valorização, difusão e defesa de sua identidade, como forma de chamar a atenção para sua causa ou

³⁷ As falas e atitudes de Donald Trump refletem a carga de seu preconceito sobre imigrantes em geral, sobretudo dos países em desenvolvimento, mas é sintomática a sua obsessão discursiva que recebeu ampla visibilidade e crítica durante sua gestão como presidente, pelo muro que separaria os Estados Unidos do México, e, por extensão, a “porta de entrada” da América Latina para seu país.

movimento, cujo objetivo seria formar ou pressionar a chamada “opinião pública”;

- b) **Exógenos:** quando ocorrem movimentos de apoio sobre a identidade interna por não-membros, seja por simpatizantes ou críticos do modelo externo que não aceitam a construção simplificadora, niveladora e, na maioria das vezes, discriminatória criada pelo seu grupo a respeito do outro.

Esses conceitos, embora mais facilmente aplicados aos séculos XX e XXI, podem ser utilizados em qualquer período histórico em que alguma sociedade possui valores, características e distinções que a aproximam enquanto grupo e a distanciam de outro(s) grupo(s) humano(s), e onde haja algum tipo de choque ou conflito entre esses pensamentos, ou construções, externas e internas, e sempre que houver uma forma de disputa pelo poder utilizando por mote a identidade construída sobre o outro, como forma de legitimação da busca ou manutenção desse poder. É o caso da Revolução Federalista, na qual federalistas e castilhistas desde antes da guerra construíram para si e para o outro qualitativos identitários bem delineados, que serão mais densamente explorados nos capítulos seguintes.³⁸

Basilar para a compreensão e escrita desta história, a fronteira é aqui compreendida como uma zona agindo tanto como palco quanto como personagem/sujeito da narrativa.

De fato, desde os seus primeiros contatos até, pelo menos, o final do século XIX, “os fronteiriços falantes de espanhol e português pareciam misturar-se facilmente” (CHASTEEN, 2003, p. 39), sendo hipóteses para tal: a) as similaridades dos idiomas falados; b) a característica de ocupação e exploração da terra, especialmente na fronteira, serem bem semelhantes; e c) o caráter militarizado marcado nessas populações.

Segundo o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, na descrição de sua viagem pelo Rio Grande do Sul e região do Prata, entre os anos de 1820 e 1821, os portugueses e seus descendentes misturavam bastante o espanhol em sua

³⁸ A teoria apresentada das construções das identidades internas e externas aqui apresentada é baseada em partes no meu capítulo “A construção identitária externa sobre o Brasil e seus habitantes nos relatos de Hans Staden”, ainda que sob outro prisma e com outros objetivos, presente no livro *Identities e fronteiras: perspectivas históricas* (GANDRA, ALVES e OLIVEIRA, 2020, p. 159-170).

linguagem cotidiana, e vice-versa, compartilhando inclusive termos e vocábulos. Afirma ainda que "os idiomas espanhol e português se assemelham tanto que, quando se sabe uma dessas línguas, [aqui] compreende-se a outra facilmente", reforçando que, desde que saiu de terras luso-brasileiras, sempre compreendeu o que diziam os espanhóis, assim como era compreendido, embora, destaque "só falasse português" (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 187-188).

Além disso, a agitação política no Uruguai, durante o século XIX, fez com que, até meados de 1880, a fronteira do Rio Grande do Sul era duas vezes mais povoada do que a região adjacente Oriental. "Por duas gerações de rio-grandenses que habitavam a fronteira, o território espanhol, esparsamente habitado, ficou sendo uma terra de oportunidades", com a possibilidade de apropriar-se de "gado sem dono e terras baratas" (CHASTEEN, 2003, 38-39). Essa ocupação fez com que grandes estâncias fossem formadas no outro lado, possibilitando que os mais bem-sucedidos proprietários de terras acumulassem fortuna e, conseqüentemente, influência e poder político a partir da zona fronteira e se expandindo para a província/estado, ou mesmo, dos dois lados.³⁹

A própria formação histórica da região platina, na qual o Rio Grande do Sul se insere desde a fundação da cidade do Rio Grande em 1737, como ponto de apoio à Colônia do Sacramento, enclave português no Rio da Prata, foi construída sobre avanços e recuos, estabelecida entre múltiplas guerras e tratados costurados nas metrópoles. Assim, indefinida, e, de certa forma, integrada, a fronteira era móvel de acordo com os arranjos metropolitanos das duas coroas ibéricas, mas seus habitantes criavam uma dinâmica própria entre seus vizinhos/vecinos, que alternava entre o conflito e a convivência. O tipo surgido dessa integração, típico fronteiro, o gaúcho/gaúcho "nasceu e se desenvolveu nas campanhas do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina: para ele, o pampa não tinha fronteiras", construindo sua cultura própria baseada, especialmente, "no desenvolvimento da pecuária e nas experiências sociais de vida que ali se desenvolveram" (REICHEL E GUTFREIND, 1995, p. 57).

³⁹ Um caso emblemático é o da família de Gumercindo Saraiva. Seu avô, Francisco Saraiva, alugou uma "uma estância em um terreno íngreme e rochoso que poucos tinham tentado cultivar, mas onde o gado era abundante", no distrito uruguaio de Cerro Largo. Duas gerações depois, seus netos Gumercindo e Aparício eram respeitados líderes regionais e atuaram de forma decisiva nos conflitos de ambos os lados da fronteira, no final do século XIX (CHASTEEN, 2002, p. 39-46).

A vocação militar, beligerante (entre si e com os vizinhos) também tornou a fronteira, ao mesmo tempo, uma zona de tensão quase permanente, mas, também, de similaridades no tipo que estava em formação. Assim, um componente da identidade platina é, sem dúvida, “o militarismo que se desenvolveu durante todo o processo de ocupação da região, em razão de disputas fronteiriças enquanto espaço” pertencendo, através da conquista e ocupação, a Portugal e à Espanha e mais tarde à Argentina, ao Uruguai e ao Brasil (COURLET, 2005, p. 3). Na mesma linha, Saint-Hilaire destaca que “todos os soldados que lutaram contra a Espanha são naturais da capitania. Nenhum recrutamento foi realizado nas províncias do centro e do norte” do Brasil. Disso resulta que os hábitos dos habitantes do Rio Grande do Sul eram predominantemente militarizados (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 121). Tal aspecto não se veria apenas no período colonial, mas também durante o imperial (o maior contingente de brasileiros lutando a Guerra do Paraguai era o sul-rio-grandense) e mesmo nos primeiros anos da república (com a campanha da Guerra de Canudos sendo um grande exemplo), sem citar, é claro, as guerras internas: a Revolução Farroupilha, no Império, e a Federalista, na República.

Especificamente no recorte espaço-temporal desta tese, a conjuntura da década de 1890 e a ascensão de Castilhos ao poder estadual, fez com que se praticasse uma sistemática perseguição aos opositores, o que proporcionou um “êxodo da oposição rumo ao Uruguai, numa saída estimada em dez mil pessoas entre junho de 1892 e fevereiro de 1893” (RECKZIEGEL, 2015, p. 123-124). Mesmo antes disso, para se dimensionar a presença brasileira no lado oriental, a autora traz dados referentes aos proprietários de terra e capital investido nos departamentos de Cerro Largo e Rivera, no ano de 1890. Enquanto o número de uruguaios que possuíam propriedades nessas localidades era de 1.498, o capital total (em conto de réis) era de 2.763.516, contra 904 brasileiros com 4.395.070 (RECKZIEGEL, 2015, p. 124). Embora quantitativamente menor,⁴⁰ os brasileiros possuíam quase o dobro do capital convertido em terras vizinhas, o que dá a mostra da forte ligação entre a linha limítrofe, e da pujança sul-rio-grandense nessa zona. Isso explica, também, porque a Revolução Federalista fora gestada

⁴⁰ Mesmo quantitativamente abaixo do número de uruguaios, ainda era muito superior em relação às outras nacionalidades presentes. Os espanhóis, na terceira posição, totalizavam 349 proprietários com capital de 937.413 (RECKZIEGEL, 2015, p. 124).

e, de certa forma, financiada no território vizinho, tornando a fronteira um personagem/sujeito ativo e decisivo para entender e explicar os conturbados anos da implantação e consolidação republicana no Rio Grande do Sul. Durante o último decênio do século XIX, tomo emprestado o termo “fronteira viva”, de Ana Luiza Setti Reckziegel (2015) para qualificar essa região onde o outro lado significava, para os brasileiros, “sempre uma alternativa atraente, fosse para evitar as condições de guerra, fosse para solucionar questões pessoais” (RECKZIEGEL, 2007, p. 30), e isso ajuda a explicar a abordagem da dinâmica fronteiriça e seus habitantes como parte preponderante na análise desta tese.

Desse modo, “reconhecendo o papel central que a fronteira desempenha na história dessa região, pode-se dizer que a compreensão que se tem dela incide diretamente na historiografia que se produz” (THOMPSON FLORES, 2017, p. 325), ou seja, do conhecimento histórico construído levando em consideração essa premissa. Nesse sentido, a fronteira deve ser entendida como um espaço “plenamente fluído” já que permitia, ou ao menos propiciava, “diversos tipos de mobilidades, sejam de pessoas ou de bens”. embora o fato de ser fluído não signifique algo abstrato ou indefinido, pelo contrário: “a fronteira constitui um elemento de existência concreta e incontornável” que se afirma não apenas como “um cenário onde as relações ocorrem, mas como um campo que oferece estratégias particulares, que precisam serem levadas em conta nas atuações cotidianas dos fronteiriços” (THOMPSON FLORES, 2017, p. 342). Não é exagero nenhum, portanto, afirmar que foi a fronteira, ou essa fronteira com suas características tão peculiares, que tornou possível a Revolução Federalista acontecer.

E é com base neste enredo, a partir de uma história política e entendendo imprensa, discurso, identidade e fronteira como conceitos indissociáveis para meus propósitos que iniciarei minha história da guerra civil que opôs federalistas e castilhistas, contada a partir das páginas dos jornais não-jornais *Rio Grande do Sul* e *Eco do Sul*. Duas folhas, duas versões, mas costuradas em uma só narrativa.

2 O PRÓLOGO DA GUERRA: O SURGIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL E OS PRIMEIROS CONFRONTOS COM O ECO DO SUL NA ASCENSÃO E QUEDA DE JÚLIO DE CASTILHOS⁴¹

Começo destacando que a Revolução Federalista, entendida aqui como um processo estendido (1891-1895) **foi a primeira guerra sul-rio-grandense que teve os jornais como uma das mais importantes frentes de batalha.** Sim, eles já circulavam na época da Revolução Farroupilha, mas nem de longe tinham o alcance, os meios e a penetração, nem a variedade de títulos, como havia em fins do século XIX. Se hoje é comum falar em “guerra na era da informação”,⁴² temos na guerra civil uma espécie de gênese, ou laboratório, de como a imprensa poderia impactar os destinos de um conflito político, armado ou em vias de. A partir desse momento, os jornais têm papel (o trocadilho é involuntário) fundamental, não só por ser o único “veículo de massa”⁴³ existente à época, mas, pela agilidade que recebiam e publicavam uma das maiores adições tecnológicas incorporadas pelos periódicos para a rapidez e atualização “quase em tempo real”: **a transcrição/publicação dos telegramas**, que chegavam de todas as partes e mantinham o público informado sobre os fatos, decisões, comentários, e até mesmo “boatos”. Com esse acréscimo, os diários ganham mais relevo e importância e passam a ser a maior/melhor fonte de informação “imediate” sobre a política convulsiva sul-rio-grandense enquanto ela ocorria, e que produziu esta história.

Minha história da Revolução Federalista, baseada nos “jornais não-jornais”, tem início no dia 1º de junho de 1891, dia da edição inaugural de um novo periódico surgido na cidade do Rio Grande, o jornal que levava o nome do estado (e da cidade) como seu título. O período foi marcado pela tentativa de a

⁴¹ As 100 primeiras edições que compõem este capítulo foram uma escolha deliberada para compreender o “nascimento” do jornal castilhista em seus pormenores, e seus enfrentamentos com o *Eco do Sul*. Para isso, ainda que seguindo o mesmo rigor, metodologicamente optei por aumentar o espectro de análise, englobando além das duas páginas iniciais (opinativas, editoriais e noticiosas), as outras duas páginas dos diários, embora, em alguns casos e edições muito específicas, esse número fosse superior, igualmente tratados conforme se apresentavam, de forma a compreender e explicar melhor, através de outros indícios (econômicos, por exemplo) o que e quem eram as individualidades e coletividades que produziam os órgãos de imprensa analisados.

⁴² Algumas obras que exploram e detalham mais o assunto, nas mais diferentes áreas, são: (ARAÚJO, 2020; SILVA, 2014b; SILVA e LEÃO, 2018; e VISACRO, 2018).

⁴³ Entre aspas para não ser confundido com a imprensa “profissional”, em larguíssima escala, adotada a partir do século XX e cujo precursor, no Rio Grande do Sul, foi o *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

folha apresentar-se como representante do “novo” e com o *Eco do Sul*, em edição do dia seguinte, já apresentando seu “cartão de visitas”, usando e abusando de ironia no momento em que a saudava. Após algumas edições de recrudescimento discursivo (de lado a lado), há o estabelecimento velado de uma trégua, sendo reavivados os embates após um episódio envolvendo o proprietário do *Eco* com a polícia castilhistas, e a consequente demissão de Mário de Artagão, o monarquista que brevemente cumpriu a função de chefe de redação do *Rio Grande do Sul*.



FIGURA 1: Reprodução do frontispício da primeira edição do *Rio Grande do Sul*
Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense

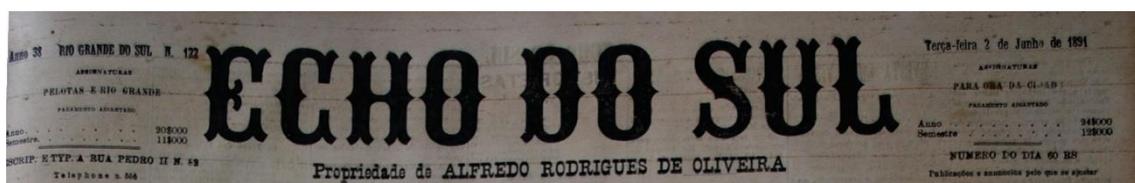


FIGURA 2: Reprodução do frontispício do *Eco do Sul*, em edição de 2 de junho de 1891, na qual o jornal dá suas “boas vindas” ao *Rio Grande do Sul*, dando início as divergências entre as redações
Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense

2.1 OS PERSONAGENS: PROPRIETÁRIOS, REDATORES E SUAS COMPLEXAS RELAÇÕES

Em concordância com Carla Silva (2014), o jornal pode (ou deve) ser pensado enquanto objeto, sem prejuízo de ser tratado como fonte, afinal, o veículo (ou os veículos, neste caso) é (são) portador(es) de determinados projetos sociais e políticos, tanto do grupo proprietário, quanto de grupos aliados, e isso fica muito evidente na postura das duas folhas antagônicas analisadas nesta tese. Ainda de acordo com a autora, “os jornais não são inertes folhas de papel, mas folhas de papel que são voz e calam a sujeitos sociais concretos”, ou seja, com tudo isso devidamente levado em consideração, é possível construir

uma história que tenha os jornais como fonte, mas também como objeto, desde que atendidos os estudos “de sua história, a relação com o grupo que o publica, os interesses econômicos, o projeto político e a inserção social” (SILVA, 2014, p. 132). Em consonância, Barros (2023, pos. 211)⁴⁴ destaca que, deparado com um texto jornalístico do século XIX, o historiador, antes de tudo, deve “tentar compreender o lugar de produção do jornal”. Perguntas como: “quem são seus editores”, “a que interesses se vinculam”, “quem são seus autores/redatores que encontram neste ou naquele jornal seu lugar de expressão”, “como a rede de jornais concorrentes interfere no jornal, e como este jornal específico responde a uma outra publicação rival ou concorrente” devem ser feitas e respondidas pelo historiador para produzir conhecimento histórico.

Com base em todos esses elementos destacados, partir do princípio de identificar proprietários e os demais sujeitos envolvidos nesta história se torna fundamental para analisar tanto interesses como entender e explicar ações.

É preciso destacar, porém, que não é objeto desta tese traçar um perfil biográfico completo dos personagens envolvidos, mas conhecê-los no alcance da pesquisa de modo a poder situá-los dentro de uma esfera política e econômica de sua época. Além disso, mesmo dentro dessa proposta de buscar o necessário, refazer as ligações e conhecer minimamente os responsáveis por ambos os jornais foi uma tarefa complexa baseada em poucos indícios e cruzamentos de dados, tendo que recorrer às mais variadas fontes porque as referências a tais personagens são poucas ou inexistentes na historiografia. Logo, há lacunas e limitações nesse processo, mas os dados descobertos e analisados oferecem uma perspectiva, ainda que preliminar, do lugar que cada um dos sujeitos de seus respectivos órgãos ocupava. Algumas respostas vieram dos próprios jornais, outras dos seus rivais, outras ainda através de documentos da administração pública, ou, extrapolando o *corpus* da tese (ou seja, as páginas 1 e 2 do *Rio Grande do Sul* e do *Eco*) e indo buscar, quase em uma operação arqueológica (com a “licença poética” que trato de fragmentos documentais e não materiais), indícios na seção comercial das folhas, para que pudesse montar

⁴⁴ Apesar de os livros eletrônicos, especialmente aqueles em formato Kindle, estarem bastante popularizados, nem todos trazem a indicação de página, emulando a versão impressa correspondente, sendo necessário utilizar a “posição”, cuja forma abreviada é “pos.” para diferenciar de “p.” (página) e facilitar a localização do trecho citado.

um pequeno mosaico que, minimamente, situasse quem era quem nas redações dos meus objetos de análise, e as suas relações com o poder, além do que exerciam em seus veículos.

O *Rio Grande do Sul* possuía tipografia própria,⁴⁵ e era de propriedade de Reis, Bastos & C., mesma denominação empresarial da Tipografia Trocadero à época, que imprimia também outros jornais, como o *Corimbo* (VIEIRA, 1997, p. 32). Os titulares da sociedade eram Manoel Antônio Afonso Reis, médico⁴⁶ e político de destaque, membro da Junta Municipal na década de 1890,⁴⁷ e José Bastos, comerciante, proprietário também do Chalet Bastos,⁴⁸ instalado na praça Municipal (atualmente, praça Xavier Ferreira) e que servia, dada sua privilegiada localização, de ponto de encontro e de sociabilidades cidadinas.

Nas primeiras edições, a folha não dá publicidade a quem é(são) o(s) seu(s) redator(es), limitando-se a informar que “a responsabilidade da redação só diz respeito aos artigos de sua lavra”, ficando subentendido, embora não explicitado, que se trata dos editoriais e demais notícias não assinadas,

⁴⁵ Sobre a propriedade da tipografia do *Rio Grande do Sul*, os dados foram obtidos no próprio jornal, que informa que o “estabelecimento está habilitado para receber qualquer trabalho a imprimir. Dispomos de abundante, rico e variado material para qualquer espécie de obra, por mais exigente que seja a encomenda” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). Essa “toda espécie de obra” refere-se a impressões inclusive de livros, conforme apurado na folha de rosto do livro *Guerra do Paraguai*: memórias de Madame Dorotéia Duprat de Lasserre - versão e notas de J. Artur Montenegro, na qual se lê, na parte inferior: “Rio Grande do Sul - Editores: Reis, Bastos & C. - Tipografia Trocadero, 1893”. Tal livro, constante do acervo digitalizado da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, encontra-se disponível em <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5068/1/011816_COMPLETO.pdf> Acesso 22 mar 2021.

⁴⁶ Na edição inaugural do *Rio Grande do Sul*, na seção “Avisos” já consta que “junto à Farmácia Godoy”, o médico “dr. Manoel Antônio Afonso Reis [...] dá consulta diariamente, das 12 à 1 hora da tarde” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). O exíguo horário para o exercício da medicina sugere que boa parte do seu tempo era dedicada a outras atividades, como a comercial (sendo o empreendimento do jornal uma delas) e a política. Sobre a atuação de Afonso Reis como médico, em especial no enfrentamento de epidemias e na vacinação no Rio Grande, ver: (CRUZ, 1998, p. 91-108).

⁴⁷ A respeito de sua atuação política, no *Rio Grande do Sul* elas aparecem sutil e indiretamente, mas são mais destacadas pelo *Eco*, como analiso adiante (em especial durante as eleições municipais que aconteceram nesse mesmo ano de 1891). Além disso, seu nome consta nos livros de atas da Junta e do Conselho Municipal do município, que compreende os anos de 1891 a 1896 (LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Segunda reunião ordinária - 6ª sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 31 de agosto de 1893. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 1891-1896, e LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Nona Sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 15.10.1894. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 1891-1896.), corroborando sua importância no cenário político local da época.

⁴⁸ Esse estabelecimento era um misto de cafeteria, bar e armazém, que anunciava “sorvetes, biscoitos ingleses, leite ‘puro’, ameixas e azeitonas recentemente colhidas” (RIO GRANDE DO SUL, 2/01/1893, p. 3).

complementando que “todo artigo que vier pelas nossas colunas sob a rubrica especial de colaboração trará a responsabilidade do seu autor” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). Tal destaque quanto às responsabilidades está inserido no contexto legal vigente sobre a atividade jornalística, adotada a partir da instauração da república. O regramento desse período foi definido a partir do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 11 de outubro de 1890, “onde ficaram regulamentados os novos critérios delimitadores da liberdade de imprensa”, segundo Francisco das Neves Alves, que complementa:

O Código Penal, quanto à imprensa, apresentava uma nova modalidade na apuração dos responsáveis, era o sistema de solidariedade criminal, em substituição ao sistema de responsabilidade sucessiva do Código anterior. Deste modo, a nova legislação determinava que “nos crimes de abuso de liberdade de comunicação do pensamento”, seriam “solidariamente responsáveis o autor, o dono da tipografia, litografia ou do jornal e o editor”; também era considerado responsável, “o vendedor ou distribuidor de impressos ou gravuras”, quando não constasse quem era o dono do estabelecimento de impressão ou esse fosse “residente em país estrangeiro”. Segundo o Código, nesses crimes “a ação criminal respectiva” poderia “ser intentada contra qualquer dos responsáveis solidários, a arbítrio do queixoso”; e garantia que “no julgamento destes crimes os escritos não seriam “interpretados por frases soltas, transpostas ou deslocadas”. A nova legislação buscava punir os crimes contra a existência política e a segurança interna da República e contra os direitos autorais, coibia também a calúnia e a injúria e previa as formas do uso ilegal da arte tipográfica, prevendo as respectivas punições às práticas criminosas. [...]

No que tange às formas de julgamento e “às regras processuais, o novo regime federal as retirou da competência da União, confiando-as aos Estados, uma vez que a estes deixara a competência de prover à própria organização judiciária”. Desta maneira, o controle sobre os crimes de imprensa tornava-se ainda mais direto, tendo em vista a maior proximidade das autoridades regionais e locais, que, em cada unidade da Federação, seriam as responsáveis pela apuração dos possíveis delitos de imprensa (ALVES, 2004b, p. 17-19).

Logo, embora o Código Penal estabelecesse o sistema de solidariedade criminal, o *Rio Grande do Sul* se valia da falta de ordenamento legal do estado naquele período, (cuja Constituição só seria outorgada por Júlio de Castilhos em 14 de julho de 1891) para assumir a responsabilidade apenas pelos seu conteúdo assinado, eximindo-se da responsabilidade pela publicação de artigos de terceiros assim publicados (o que incluía, também, os pseudônimos adotados ou a figura dos “correspondentes”, alguns revelados mais tarde, enquanto outros nunca tiveram sua identidade divulgada). Voltarei a questão quando ambos os

jornais tratem do artigo específico sobre a atividade jornalística na Constituição castilhistas.

Assim como a folha rival, o *Eco do Sul* também tinha sua própria tipografia (ALVES, 2006, p. 100). Era seu proprietário Alfredo Rodrigues de Oliveira, comerciante, tendo participado do poder local em ao menos duas oportunidades: como subdelegado de polícia⁴⁹ e como Intendente municipal, junto com dr. José Pio Alves e José Ferreira Camboim Filho, este último eleito presidente da Junta, conforme publicado n' *A Federação* de 15/11/1890 (p. 2).

Entretanto, não é apenas o fato de ter participado da administração cidadina que o dono do *Eco* tinha em comum com os proprietários do jornal rival. Aparecia n' *A Federação* do dia 22/08/1891 (p. 3 e 4) os “Estatutos da Companhia Farmacêutica e Industrial, (antiga Drogaria Inglesa)” empresa com sede na cidade do Rio Grande e com filial em Porto Alegre, que trazia, como princípios de sua sociedade anônima, “explorar e desenvolver em maior escala o cultivo, aproveitamento e produção dos recursos naturais e químicos do país, promovendo o bem-estar público e os interesses dos acionistas”, “aumentar e aperfeiçoar a produção da Fábrica de Águas Minerais já existentes em Porto Alegre”, e, entre seus planos futuros, abrir filiais “em Pelotas e onde mais convier”. A companhia possuía um total de 2.500 ações, distribuídas entre diversos acionistas nominados na folha, sendo os principais José e Tomás Hallawell (625 ações cada, o primeiro baseado em Porto Alegre e, o segundo, no Rio Grande) e o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (450 ações, aparecendo como incorporador do empreendimento). Aqui apresenta-se a curiosa ligação: Alfredo Rodrigues de Oliveira possuía 2 ações na dita companhia, enquanto Reis, Bastos & C., possuíam 5. Destaco que não há menção de tal nota (mesmo na seção comercial), nem no *Eco*, nem no *Rio Grande do Sul*, em igual período (agosto de 1891). O valor de cada ação foi auferido a partir do cruzamento de dados informados da Companhia Hallawell (que também se denominava “antiga Drogaria Inglesa”, sendo, portanto, a razão

⁴⁹ É também através d' *A Federação* que se tem notícia da sua nomeação para esse cargo. Diz a folha porto-alegrense que: “foi dispensado Daciano Reis do cargo de subdelegado de polícia do 1º Distrito do termo do Rio Grande, e nomeado para substituí-lo o cidadão Alfredo Rodrigues de Oliveira” (A FEDERAÇÃO, 9/05/1890, p. 2). Por coincidência (sem deixar de notar certa ponta de ironia das circunstâncias), *A Federação* tinha como chefe de redação, nessa época e em específico nessa edição, Júlio de Castilhos.

social que acabaria se chamando “Companhia Farmacêutica e Industrial”), cuja informação é veiculada na primeira edição do *Rio Grande do Sul* (alguns meses antes do veiculado no jornal da capital), em fato relevante ocupando a totalidade da página 3, sendo que cada ação seria negociada ao preço de 200\$000⁵⁰, de um capital total de 500:000\$000 dividido em 2.500 ações que “poderia ser aumentado”. Na mesma nota aparecem os nomes da diretoria e conselhos, sendo os mesmos nomes citados n’*A Federação*. A aquisição, embora pequena, de ambos os proprietários dos jornais provavelmente se deu após a publicação da abertura do capital da referida empresa, o que talvez explique a ausência de notícia nos dois veículos.

A respeito do redator do *Eco do Sul*, João José César (que assinava J. J. César), as informações são mais abundantes.⁵¹ Com apenas 13 anos de idade, já trabalhava como aprendiz nas oficinas do *Eco do Sul*. Além disso, trabalhou em Pelotas e em Porto Alegre, atuando n’*A Federação* de 1884 a 1886 (ALVES, p. 39 e 45). Foi na capital que fundou a *Folha da Tarde*, no ano de 1887, mesmo ano em que adquiriu outro empreendimento, o “Café Brasil”, que passou a se chamar “Café High-life” (ALVES, 2020, p. 46-47). Foi no período como proprietário da *Folha da Tarde* que ocorreu o rompimento com o castilhismo. Conforme Alves, “pelas páginas do periódico ele acabaria por manifestar-se contrariamente às autoridades governamentais e, como foi típico dos primeiros tempos republicanos, sofreu perseguições motivadas por tal postura” (ALVES, 2020, p. 50).

Diante disso, voltou à cidade natal e foi admitido como principal redator do *Eco*, em 1890, quando publicou o editorial intitulado “No mesmo posto”, apresentando “um breve histórico de sua carreira, notadamente em suas origens na cidade do Rio Grande” e também narrando “a sua versão para os atos coercitivos com os quais sofrera e enfatizava sua postura de ‘franco opositor’ ao regime que se afirmava no Rio Grande do Sul” (ALVES, 2020,

⁵⁰ Em valores estimados, levando em consideração a cotação da moeda da época e o seu equivalente em ouro, atualizado, duzentos mil-réis equivaleriam, hoje, a aproximadamente R\$ 90.000,00.

⁵¹ Notadamente graças ao trabalho de Francisco das Neves Alves, que possibilitou o breve resumo que será apresentado (em que abordo especificamente o período anterior até ser admitido no *Eco*), baseado em seu livro *Sátiras políticas versejadas no Brasil Meridional: as origens das Historietas* (1890), (ALVES, 2020), livro em que o autor traça um perfil biobibliográfico detalhado de J. J. César e analisa sua atuação (em especial, mas não apenas), nas “Historietas”.

p. 54). Além disso, possuía ligações com outras personalidades influentes da época: era cunhado de Antônio Joaquim Dias, “personagem ligado às lides jornalísticas e literário-culturais, fundador do periódico literário *Arcádia*, na cidade do Rio Grande, proprietário do *Correio Mercantil* de Pelotas e fundador da Biblioteca Pública Pelotense” (ALVES, 2020, p. 43). Também teve papel de destaque e foi um dos líderes da Revolução de 8 de Novembro (como será visto adiante), além de ter sido, brevemente, durante o período em que a Junta Governativa esteve no comando do estado, juiz de direito interino da comarca do Rio Grande (RIO GRANDE DO SUL, 26/03/1892, p. 1). À época, tais servidores eram nomeados em cargo de confiança, ao contrário do modelo atual.

Em síntese, a tabela abaixo informa os principais personagens desta trama e os situa na esfera do poder local, seja político ou econômico:

Tabela 3: Proprietários e principais redatores dos periódicos

RIO GRANDE DO SUL				ECO DO SUL			
Nome	Função	Profissão	Participou da administração ou teve cargo público	Nome	Função	Profissão	Participou da administração ou teve cargo público
Manoel Antônio Afonso Reis	Sócio, redator	Médico, político, empresário	Sim	Alfredo Rodrigues de Oliveira	Proprietário	Empresário	Sim
José Bastos	Sócio	Empresário	Não	João José César	Redator	Empresário, jornalista, escritor	Sim
Francisco de Paula Pires	Redator	jornalista, professor, escritor	Não	Mário de Artagão	Redator	Escritor, jornalista	Não

Fonte: o autor

Quando o *Rio Grande do Sul* passou a ser publicado como sendo “de uma associação” (16/06/1894) as informações sobre sua propriedade não estão disponíveis, e por isso não constam da tabela acima. Destaco também o fato de ter utilizado os redatores e proprietários mais longevos em ambas as folhas, o que exclui Fernando Antônio de Almeida Pimentel, cuja sociedade na folha castilhistas durou apenas de 2/05/1894 até 16/06/1894, pouco mais de um mês.

Mário de Artagão, pelos mesmos motivos de brevidade no cargo, é creditado ao *Eco* e não ao *Rio Grande do Sul*.

Vemos, feito este breve resumo, que as relações que se apresentarão como antagônicas (e, em determinados momentos, embates ferrenhos) nas páginas seguintes, conservavam entrecruzamentos e similaridades, proximidades e distanciamentos tanto em seus aspectos econômicos quanto políticos, o que demonstra o quão complexas e intrincadas eram as relações de poder e a disputa discursiva que envolvia os diferentes personagens envolvidos no período de gestação da Revolução Federalista. A chamada “luta entre irmãos” parece fazer ainda mais sentido quando se aproxima a lupa.

2.1.1 Os primeiros embates: entre “escândalos” e ironias

A edição inaugural do *Rio Grande do Sul* traz dupla saudação. A primeira, abrindo a folha, é “à imprensa”, e, a segunda, não imediatamente após, mas ainda em posição de destaque, encimando a terceira coluna da primeira página, é “ao público”.

À imprensa, a mensagem dizia que, apesar de “apartidário”, “livre” e “isento de paixões partidárias”, estavam “prontos para o *combate*”, dando início a um “trabalho árduo, nobre e nobilitador”, indicando que não haveria sacrifício que o detivesse: “não haverá contrariedade, obstáculo, *ataque* que nos arrefeça o ânimo” (grifos meus), destacando ainda que suas principais bandeiras, ou seja, as causas que defenderia mais ferrenhamente, seriam “a liberdade e a instrução”, rumo a um “progresso” que só seria possibilitado conjugando ambas as aspirações (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). As palavras “combate” e “ataque” sugerem que a pretensa/suposta posição apartidária não significaria neutralidade por parte da nova folha, bem como o vocábulo “liberdade”, utilizado e reiterado ao longo do seu programa, teria significado diferente do propalado, algo mais próximo do ideal que defendiam, do que de um conceito mais amplo do termo.

Ao público, apresenta o jornal que “é fruto de muito sacrifício, muito trabalho”, e que não foram poupadas despesas, “tendo sempre em vista ser o mais útil possível aos que nos têm, e *principalmente ao comércio* que, fica dito

já, terá sempre em nós um defensor, um propugnador do seu desenvolvimento, dos seus interesses” (grifos meus). Aqui há algo diferente não apresentado no programa dirigido à imprensa: sua terceira bandeira, a defesa do comércio, o que parece coerente uma vez que metade do espaço físico dos jornais da época era composto por anúncios e avisos comerciais. Informa ainda que “hábeis penas se encarregam da redação do *Rio Grande do Sul* (o jornal mais simpático deste resto do século XIX)”. Anuncia que possuía correspondentes “no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Pelotas, em Bagé, em Portugal e em breve em S. Paulo, Minas, Pernambuco e outros lugares”, que eram “escritores que desde muito tem o seu nome gravado no quadro de ouro da literatura brasileira” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1), sem, no entanto, nomeá-los. Desses, o que teria presença mais assídua e marcante, na primeira fase da folha, era o de Pelotas (cuja identidade ainda não havia sido revelada), personagem que terá análise mais detalhada nas páginas seguintes, não só em virtude de seus posicionamentos, mas também quanto às funções que viria a exercer.

O *Eco do Sul*, no dia seguinte ao surgimento do *Rio Grande do Sul*, o saúda em artigo cujo título era “Novo jornal”. Nomeia o periódico, a sociedade que era sua proprietária, e reproduz trechos do programa da nova folha, para em seguida apresentar suas primeiras críticas:

Vê-se que o ilustrado órgão, **parecendo sustentar o que é insustentável, a neutralidade da imprensa perante os acontecimentos políticos do país, apresenta-se como reformador de todos os usos e de todos os costumes**, neste meio social de *imprensa escravizada*.

O *Rio Grande do Sul* vai ser o único jornal livre, o único educador, o único a cimentar “a base de moralidade do povo”, na “luta pelo progresso, que é a luta em prol da liberdade, o combate em prol da instrução”.

Empenhado em tentame tão dignificador, o *Rio Grande do Sul* acrescenta, em outra coluna, depois de vibrar golpes violentos sobre as folhas que “calcam aos pés do patriotismo” e que devem ser “repelidas pelo público”: “se nos perguntassem qual o programa do *Rio Grande do Sul*, diríamos em poucas palavras: guerra sem tréguas aos que querem afugentar a paz da nossa terra; apoio a todos os que trabalham em favor da instrução popular”.

Apesar de novo, livre e independente, o *Rio Grande do Sul não descobre a sua redação*, não diz quais são os modernos lutadores da liberdade e da instrução, nesta época em que a imprensa tão desnorteada, cheia de ódios e de paixões ruins, mas quando é vencedor o princípio da abolição e do anonimato.

À digna folha, que tão galharda se exhibe, endereçamos as nossas sinceras saudações, desejando-lhe longa vida e a maior prosperidade.

Esta cidade só tem a lucrar com o aparecimento do *Rio Grande do Sul*. (ECO DO SUL, 2/06/1891, p. 1) [grifos em itálico no original, em negrito os meus].⁵²

Afirma que, como programa, não diz muito, mas que gostaria de vê-lo implementado na prática, ou seja, a forma pela qual pretende o concorrente executar/promover as causas que afirma defender. Ironiza ainda a pretensa disposição do *Rio Grande do Sul* em ser um jornal “neutro”, ainda mais em virtude dos acontecimentos do país. Essa afirmação do *Eco* pode ter duas leituras, não excludentes: a primeira, que à imprensa não cabia, ou não era possível, manter a neutralidade: era necessário estar a favor ou contra o governo, apoiá-lo ou a ele ser crítico (nos âmbitos estadual e nacional); e, a segunda, de que, conhecedor do grupo proprietário e suas inclinações e vinculações político-partidárias, essa declarada neutralidade era apenas um discurso vazio. Crítica permeada de ironia aparece ainda quando comenta que o veículo representante do “novo” não “descobria” (revelava) sua redação, o que, de fato, não ocorreu. Como destacado, nenhum nome fora apresentado pelo *Rio Grande do Sul*, embora pareça bastante plausível que a redação do *Eco* tivesse conhecimento sobre os envolvidos no jornal concorrente, a julgar pelas críticas, e pelo fato de a população não ser tão grande no período, todos da imprensa ou com relações com ela, certamente se conheciam.

Entretanto, o golpe mais duro do *Eco* aparece na sua página 2, do mesmo dia. Sob o título “Escândalo na praça”, em letras grandes, dá publicidade a um fato que estaria ligado diretamente ao jornal rival, especificamente a um de seus sócios:

Deu-se escândalo, anteontem, no chalé ou quiosque da praça Municipal, e propriedade do Sr. José Bastos, um dos associados da nova folha, o *Rio Grande do Sul*.

Cinco tipos e duas mulheres de má fama ofereceram ao Sr. José Bastos a quantia de 30\$000 para poderem gozar livremente dentro do quiosque, bebendo e patuscando em grande regabofe.

O proprietário do quiosque aceitou a proposta, mas por 50\$000, e deixou que no quiosque imperasse a orgia, o mais desenfreado bacanal.

⁵² A partir dessa nota e em todas as seguintes, a regra persistirá: toda vez que um grifo aparecer em itálico, será o destaque do jornal (como era praxe em suas próprias publicações, salvo raríssimas exceções onde era utilizada outra tipologia, maior e mais encorpada); já os que aparecerem destacados em negrito, serão os meus, de modo a diferenciar as ocorrências e deixar em evidência o que os periódicos queriam chamar a atenção, e aquilo que entendo como importante a ser destacado/analísado.

Às janelas do quiosque, quando na praça havia grande número de pessoas, famílias na maior parte, apareciam em afrontoso descaro os convivas da formidável pandega, o que ocasionou reprovação geral. É escusado dizer que as famílias foram obrigadas a retirar-se da praça Municipal.

Aqui está uma bela tese para ser discutida pelo *Rio Grande do Sul* – liberdade e instrução! (ECO DO SUL, 2/06/1891, p. 2).

A praça Municipal hoje corresponde à praça Xavier Ferreira, no centro da cidade do Rio Grande, como já dito. Devido à sua privilegiada localização, era um local de sociabilidades cidadinas, grande circulação de pessoas e, por isso, de alta visibilidade. Qualquer fato destoante da normalidade que ocorria ali ganhava proporção e, obviamente, repercussão. No entanto, parece que o *Eco* amplificou um acontecimento de maneira proposital para atacar o *Rio Grande do Sul*, na figura de um de seus sócios. Aproveitava para estabelecer ligações, e talvez, expor incongruências, entre as causas alegadamente defendidas pelo rival, e o que, na prática, se via. Liberdade parecia ser uma irônica forma de acusar libertinagem, e instrução seria o (mau) exemplo demonstrado.

Não tardou a resposta do *Rio Grande do Sul*. Na primeira página da edição do dia 3 de junho, sob o título “Perversidade”, o jornal apresentava sua avaliação da nota:

Sob a epígrafe estrondosa de “Escândalo na praça”, o *Eco do Sul* acomete brutalmente contra o Sr. José Bastos, um dos coproprietários desta folha.

Como o público sabe já, os proprietários do Chalet Bastos responderam ontem devidamente pelo *Artista*, provando a inveracidade da referida notícia.

Nada mais temos, pois, hoje a fazer do que chamar a atenção do público para o procedimento da **folha da rua Pedro II**, que denota da parte dos seus autores inqualificável perversidade (RIO GRANDE DO SUL, 3/06/1891, p. 1) [grifo meu].

E, logo após, em nota intitulada “O *Eco do Sul*”, complementa:

Tremendo traçamos estas linhas.

Chegou a nossa vez.

O *Eco do Sul*, que já inutilizou o *Artista*, o *Diário do Rio Grande*, a *Gazeta Mercantil*, fazendo-os fugir do campo da discussão; que já matou a fábrica Rheingantz; que derrocou o dr. Castilhos e o governo; que já fez desaparecer da política o dr. Demétrio Ribeiro, quando o chamou de coveiro do Partido Republicano do estado; que tirou a voz da Gattini, que nunca mais cantará!

O *Eco do Sul* voltou para nós, pobres nascentes de hoje, as bocas de fogo da sua inexpugnável fortaleza!

Não, *Eco do Sul*, não! Retira o *Elzevir*, o *Cantu-Mirim*,⁵³ o *Tic-Tac*. Nós te deixaremos só em campo.

Agora, à vontade! Podes dizer aos povos que venceste, que venceste sempre.

D'ora em diante, quando nos vieres ao encontro temos um recurso supremo: é fugir, fugir sempre da inevitável destruição que fazem os canhões da tua lógica (RIO GRANDE DO SUL, 3/06/1891, p. 1).

A primeira acusação é a menos óbvia ao leitor desatento. O *Eco do Sul* era acusado (e com alguma razão, ao menos nesse período, como se verá adiante) de ser monarquista, ou, ao menos, simpático ao regime extinto. Destacar seu endereço como “a folha da rua Pedro II” era mais do que uma mera metonímia: estava vinculando, ou reforçando, os pendores monárquicos do rival. Apesar de afirmar nada mais dizer sobre o ocorrido, uma vez que os sócios do estabelecimento já haviam se pronunciado através de outro jornal que não o seu (intentando atingir, talvez, mais credibilidade), logo a seguir é demonstrado com maior clareza o real “dano” que o petardo do *Eco* causara na redação: ao anunciar que “tremendo traçamos estas linhas” e “chegou a nossa vez”, o *Rio Grande do Sul* respondia ao rival com um misto de ironia e até desdém, reforçando que fora atingido, derrotado, como foram (em tom de deboche) também destruídas as demais entidades e pessoas citadas. A mensagem que parece querer transmitir é que, se estavam sendo atacados de tal forma pelo *Eco*, é porque estavam no caminho/lado certo, e, de certa forma, como se equiparando em importância aos demais citados. Quando manda tirar os pseudônimos do campo de batalha, poderia sugerir duas constatações: que os “combatentes” já não seriam necessários frente à sua capitulação, ou, que não seria necessário usar de anonimato para atacar a ele, *Rio Grande do Sul*: poderia fazê-lo sem cerimônia. O fato de a resposta vir na sequência de uma nota que afirmava não responder, mas respondendo de forma altamente irônica, demonstrava que sim, havia resposta, e ao sarcasticamente “reconhecer a derrota”, parecia mais tentar desqualificar o adversário, e, de certa forma, acusando o golpe.

⁵³ Cantu-mirim era o nome pelo qual João José César, redator do *Eco do Sul*, assinava a seção de poematos satíricos “Historietas”, naquela folha, “em uma referência a um dos historiadores mais conhecidos mundialmente naquele final de século XIX. O italiano Césare Cantu” (ALVES, 2020, p. 34). Elzevir, como veremos adiante, também era um de seus pseudônimos. Sobre o Tic-tac, é ignorada sua verdadeira identidade, embora pareça se tratar da mesma pessoa, ou até mesmo o proprietário do jornal, Alfredo Rodrigues de Oliveira.

O *Eco* novamente voltaria ao assunto na edição seguinte, repetindo o mesmo título original. Dizia-se atacado:

O *Rio Grande do Sul*, da firma Reis, Bastos & C., folha que apareceu para **regenerar a imprensa e reformar os costumes**, agrediu-nos ontem de um modo grosseiro, desleal, indigno, a propósito de uma notícia do *Eco* sobre a orgia praticada no Chalet Bastos, à praça Municipal.

É do conhecimento público o fato escandaloso, e muitas pessoas respeitáveis ofereceram-nos testemunho a respeito, mas não perderíamos tempo em afirmá-lo, se o *Rio Grande do Sul*, imprimindo novas normas à imprensa, não se servisse de miseráveis anônimos, de indivíduos que fogem à responsabilidade das verrinas que lhes mandam assinar, para sair em defesa de atos vergonhosos e dos sevandijas que os praticam.

Tão somente em homenagem ao público é que deixaremos comprovada a verdade da notícia do *Eco*. (ECO DO SUL, 4/06/1891, p. 2) [grifo meu].

Mais uma dose de sarcasmo quando afirma que o rival, que surgira para “regenerar a imprensa e reformar os costumes”, seria uma fraude. Especialmente os dois últimos termos, “reformar” é sinônimo de mudar, e vinculando ao que citara como ocorrido na praça em termos tão moralmente reprováveis, este era o recado que parecia querer transmitir: os partidários do *Rio Grande do Sul* queriam “reformar” os costumes, mas degradando-os, rebaixando-os, sendo essa a ideia de progresso ou objetivo daquele grupo. A seguir, na continuação da mesma matéria, reproduz uma troca de correspondências que seria a tal comprovação do noticiado como “escândalo na praça”: uma carta de Alfredo Rodrigues de Oliveira, proprietário do *Eco*, ao capitão do Exército Febrônio de Brito, pedindo confirmações sobre o ocorrido no Chalet Bastos, e este responde, também em carta, datada de 8/06/1891, confirmando o ocorrido em detalhes. Ambos os documentos, transcritos na íntegra, atestavam a versão do *Eco*. Ao final, provocava a folha:

Que poderá dizer o *Rio Grande do Sul* diante desta afirmativa do ilustre militar? Será capaz de desmenti-lo?

Ou mandará, como já fez em relação ao *Eco*, injuriá-lo indiretamente pelos safardanas que tem como *testas de ferro* para casos urgentes? Esperemos pela resposta do órgão reformador...

E, enquanto ela não vem, cumpre-nos dizer:

Os anônimos de que se serviu, por conselhos de quem é useiro e veseiro em *mofinas* e *cartas anônimas*, já estão descobertos [...] mais a gosto estarão por trás da redação anônima do *Rio Grande do Sul*, onde existem, de certo, companheiros de antigas façanhas, hoje arvorados em guias da opinião.

No quiosque da praça ou no órgão regenerador, a moral é a mesma...
(ECO DO SUL, 4/06/1891, p. 2).

Sem citar nomes, o jornal sugere que sabe quem são os autores anônimos, os “testas de ferro”, “companheiros de antigas façanhas”, ou seja, que conhece o método de ação e seus responsáveis. Mais eloquente é a acusação final, de que em ambos os espaços, o comercial e o jornalístico (e, por extensão, de seus envolvidos), o tipo de “moral” é o mesmo. O *Rio Grande do Sul* não se pronuncia mais sobre o assunto, mesmo instigado pelo rival na reprodução da carta de Febrônio de Brito⁵⁴. Porém, o assunto ainda mereceria novos disparos por parte do *Eco*, na seção “Revista em revista”, objeto da análise a seguir.

2.1.2 As “revistas” em choque: Tobias versus Elzevir

Mesmo diante do que foi tratado até aqui, é possível afirmar que as hostilidades tiveram seu início com o *Rio Grande do Sul*, uma vez que a resposta do *Eco* (e toda sua artilharia discursiva) viria apenas um dia após o surgimento do concorrente, que se tornaria seu rival. Ainda na edição de estreia daquele jornal, na página 2, surgia a seção intitulada “Revista local”, assinada por “Tobias”, cujo objetivo era comentar as notícias veiculadas nos outros jornais locais. O material é bastante rico em relação à imprensa rio-grandina, e sua contundente escrita era permeada por ironias, sarcasmos e até mesmo pilhérias direcionadas a todos os lados (essa era a promessa), não poupando nenhum escrito ou colega. Porém, neste recorte, destacarei apenas as menções ao *Eco do Sul*, no qual aparece a primeira investida contra:

Do *Eco*:

Artigo de fundo em que examina à luz de um critério positivo a inconveniência do parlamentarismo. Não quer câmaras de deputados nem de senadores, porque estas corporações são criaturas do poder. Pois então, de quem haviam de ser? Do *Eco*?...

Faz-te governo primeiro (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 2).

⁵⁴ Febrônio de Brito foi um militar que, posteriormente, teve destacada atuação como major na campanha de Canudos, em especial na segunda expedição (liderada por ele). Especificamente sobre este período, ver MELLO, 2014, p. 119-125, 145, 179, 210, 226 e 295.

Como o anonimato ainda não estava proibido, não se pode saber quem era, afinal, Tobias. Poderia ser o redator principal (ainda desconhecido), um correspondente, ou o próprio Afonso Reis, que mais tarde assumiria oficialmente a chefia de redação da folha. Fato é que já principia criticando posicionamento do *Eco do Sul*, estreando, oficialmente, o antagonismo, ao menos momentâneo, entre os jornais.

O *Eco do Sul*, na edição do dia 2 de junho de 1891, criava sua própria versão à “Revista local”, a “Revista em revista”. Porém, ao contrário daquela, mirava exclusivamente a seção do *Rio Grande do Sul*, ignorando os demais jornais, sendo, portanto, uma resposta e fonte de ataques sem trégua à folha concorrente. Era assinada por “Elz.”, a forma abreviada de Elzevir, pseudônimo do redator chefe do *Eco*, João José César, como será visto adiante.

Apareceu ontem o *Rio Grande do Sul*.

*Surge et ambula!*⁵⁵

E já vai caminhando, de vento em popa, fresco, adorável.

E novo, novo sobretudo.

No programa, no primeiro, só quer liberdade e instrução, mas no segundo prega guerra contra os que “querem afugentar a paz”.

Coitada dela, da paz.

O Rio Grande do Sul é “o jornal mais simpático deste resto do século XIX”.

Quer dizer um jornal *fin de siècle*.

O noticiário é abundante, e novo também.

Tem duas notícias iguais sobre a partida do dr. Antônio Pinto, que em ambas é meritíssimo, em uma é *ileso* com “s” e em outra é *ilezo*, com “z”.

[...]

A gramática é igualmente nova. Primeiro exemplo:

“Os cidadãos que nos devolverem os números que lhe forem entregues, *terão* a bondade de *declararem*...”

Segundo:

“Consta-nos que se *acham* em preparo para *serem*...”

Outro:

“Pelo cidadão inspetor da alfândega *foram* designados para *servirem*...”

-

A *revista local* tem localidade... nova.

É do *Tobias*, um sujeito deveras muito engraçado.

Diz que o *Eco*, em “artigo de fundo, examina à luz de um critério positivo a inconveniência do parlamentarismo”, e “não quer câmaras de deputados nem de senadores, porque estas corporações são criaturas do poder”.

O diabo do *Tobias* não leu isso em parte alguma do *Eco*, que não tem por costume dizer disparates.

Já começa, portanto, a pregar petas ou a dar provas que tem estômago grosso para iguarias finas.

-

⁵⁵ Expressão do latim, que significa: “levanta e caminha”.

Mais engraçado é o *Tobias* quando dá a entender que o *Eco* não vai para os *pica-paus* porque estes não o querem.
O que eles querem bem o sei, mas não posso servi-los...
E bem o sabes tu, Bias!

-

Enfim, o novo, porém novo bom tem apenas o *Rio Grande do Sul* a poesia do Pinto da Rocha.

O *Tobias* então esse é um novo já velho, como pica-pau.

Por mais que procurasse esconder-se, deixou de fora uma pontinha... do seu espírito.

Espírito novo (ECO DO SUL, 02/06/1891, p. 2) [grifo meu].

Elzevir, ou o *Eco*, escancara a construção identitária externa, taxando Tobias, e por extensão o *Rio Grande do Sul*, como “pica-pau”, ou seja, um pejorativo⁵⁶. Volta a evocar ironicamente o aspecto “novo” da folha rival, como sendo, na verdade, algo já velho, além de criticar desde a escolha de termos, as escorregadelas de organização do jornal (repetições) e também as gramaticais, que viria a ser uma constante nas seções seguintes. A coluna aproveita para atacar (e associar) a folha à administração municipal, que tinha, de fato, Afonso Reis como sócio do jornal e membro da Junta. Na “Revista em revista”, agora em primeira página, consta o seguinte:

O *Rio Grande do Sul* traz um *suelto* sobre coisas municipais. Peca pela origem. Apologizando, *pro domo sua*,⁵⁷ o que tem feito a Junta Municipal, o autor do artiguete diz que ela acabou com as dificuldades financeiras e propõe-se levar à realidade umas certas obras imprescindíveis.

Os serviços da Junta se resumem nisto: pagou dezoito contos de réis de dívidas, restabelecendo o crédito.

E os desserviços são estes: deixou a cidade entregue ao desleixo, as ruas aos monturos, estes às moscas e o calçamento à *desconservação*, do que resultaram estragos que exigem quarenta contos para reparos.

Que financeiros!

Conclui o jornal livre:

“...vai a digna Junta provar que mal andaram alguns jornais da localidade, quando em artigos indelicados e mais de uma vez ofensivos aos brios brios (brios duplos) dos cidadãos que a compõe, procuravam atrair sobre os ditos cidadãos a odiosidade pública, acusando-os injustamente de desidiosos ou faltos de dedicação à causa pública”.

Anteontem, o *Rio Grande do Sul* não tinha passado e que, por isso, era livre; ontem, porém, deixou bem a limpo que o tinha, sem que o fosse...

Não há dúvida que anda por lá gente que não quis em tempo aparar o pião à unha, mas apressa-se agora em liquidar contas... próprias (ECO DO SUL, 03/06/1891, p. 1).

⁵⁶ Retomarei o assunto no subcapítulo 2.3

⁵⁷ Do latim, significa “em defesa dos próprios interesses”.

Ao desqualificar o rival que se vendia como “sem passado” (e por isso livre), mas demonstrando que, na prática, tinha, e esse era ligado ao poder local, à administração com mandato vigente, responsável pela “desconservação”, má gestão, desleixo, etc., ironizando ainda o erro tipográfico da repetição da palavra “brios”, Elzevir cumpria o ataque discursivo concatenando o governo estadual (o pica-pau) com a ineficácia, e até mesmo a má-fé – por supostamente tentar esconder suas ligações e interesses que deveriam estar “às claras”⁵⁸ – com o poder local. Atingia, assim, dois alvos com o mesmo disparo.

Na edição do dia seguinte, repete que “três números foram suficientes para demonstrar que aquilo tudo por lá é realmente velho, mas velho de ruim, passado”, complementando que “a folha é um prolongamento de ódios que estavam sufocados” e que seu lema, “liberdade e instrução”, significava “liberdade de atropelar a gramática e o bom senso; instrução pelos processos do Chalet Bastos” (ECO DO SUL, 04/06/1891, p. 2), dando continuidade ao uso discursivo político que deu o *Eco do Sul* na repercussão ao ocorrido na praça Municipal.

Tobias ignora a provocação sobre o “escândalo na praça” e sobre as críticas ao poder local, tentando levar a briga de volta ao ringue político, só que nacional. Comenta que o *Eco* “diz que o Deodoro vai pedir licença para descansar das fadigas governamentais. Pode ser que sim, mas eu duvido. Isso é o que tu querias, *Eco*”. Em seguida, emenda: “[também] transcreve da *Reforma* um artigo em que chama os governistas de – *Vencidos. Porisé* – como dizia o negro Nina em certa ocasião...” (RIO GRANDE DO SUL, 05/06/1891, p. 2, com grifos no original), sugerindo desdenhar ou desacreditar da opinião d’*A Reforma* (um jornal opositor ao castilhismo, fundado por Gaspar Silveira Martins em Porto Alegre, no ano de 1862) reproduzida pelo *Eco* (e, portanto, cuja opinião seria supostamente compartilhada), com o “porisé” (pois é), provavelmente significando algo como “veremos”. Tal posicionamento é reforçado na edição do dia seguinte, quando comenta que o rival publicou uma apuração da eleição de 5 de maio daquele ano, “na qual dá pequena maioria aos seus amigos, cujo

⁵⁸ “Viver às claras” era um dos princípios do Positivismo, doutrina filosófico-política criada por Auguste Comte e adotada pelos republicanos históricos brasileiros, influenciando, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, o castilhismo e seus seguidores.

resultado se refere a poucas localidades”, mas que, “daqui a pouco tempo, verás a vitória dos pica-paus” (RIO GRANDE DO SUL, 06/06/1891, p. 2).

Na ausência de respostas, Elzevir usa de sarcasmo para dizer que o *Rio Grande do Sul* nada apresentou de novo, sendo apenas um “*chalet* velho aberto à orgia dos que mais pagarem”, em clara associação com o ainda recente episódio envolvendo José Bastos, sócio do jornal rival, complementando que “nem ao menos responde às objeções dos honrados colegas do *Diário* e da *Gazeta*” (ECO DO SUL, 06/06/1891, p. 2), sugerindo que outros jornais apresentaram questionamentos à folha, e não apenas o *Eco*. Ao Tobias, afirma que se trata de um “pica-pau do papo amarelo”, “de um português bem castiço e bem *mascote*”, e ao *Rio Grande do Sul*, exclamava “que nome bem comprido” (ECO DO SUL, 07/06/1891, p. 2), resolvendo este problema abreviando, paulatinamente, o nome do jornal. Assim, passou a chamá-lo “Rio do Sul (nome mais curto)” em 11 de junho, “R. do Sul (vai diminuindo)” em 12 de junho, “R. G. do S.” no dia 13, apenas “Rio”, no dia 14, até finalmente (e simplesmente) “R.” na edição do dia 16 de junho, última vez em que foi publicada a “Revista em revista”. Do lado do *Rio Grande do Sul*, sua “Revista local” saíria de cena no dia 19 daquele mesmo mês.

Antes de terem suas (curtas) vidas abreviadas, as “revistas” ainda gastaram mais artilharia. Elzevir não cansava de apontar os erros linguísticos da folha rival e, em especial, de Tobias, além de destacar os erros primários de composição do jornal, como por exemplo, caso de telegramas que o *Rio Grande do Sul* noticiava e que o *Eco* já havia dado a mesma notícia há três dias, e as origens dos telegramas, ironizando que o serviço telegráfico era realmente novo: “dá recados do Canadá e da Áustria, tomando esses países por cidades” (ECO DO SUL, 10/06/1891, p. 2). Além da constante ironia com o adjetivo “novo”, do *Rio Grande do Sul*, e as críticas a Tobias, há também a deslegitimação do próprio ofício do jornalismo, sugerindo que não apenas da língua portuguesa desconheciam, mas o próprio *fazer* de um jornal, inaptidão que pode ser lida além, de uma inaptidão estendida ao seu proprietário, membro da Junta Municipal, e, por extensão, também ao castilhismo, todos intimamente ligados.

Há ataques e zombaria de lado a lado, algumas em questões específicas do noticiário local, mas o que cabe destacar, até o desaparecimento das seções, é a questão da construção da identidade explorada tanto por Elzevir quanto por

Tobias. Este afirma que o *Eco do Sul* escreveu, em artigo principal, que o programa do Partido Federal era melhor “do que o dos pica-paus. Não estará enganando a gente, *Eco*?” (RIO GRANDE DO SUL, 07/06/1891, p. 2). Elzevir responde que “nunca leu o Tobias semelhante disparate no *Eco*, porque esta folha até hoje está por conhecer qual o programa dos pica-paus”, e provoca: “se és capaz, ó Tobias, mostra-me esse programa” (ECO DO SUL, 09/06/1891, p. 1). Responde o redator da seção “Revista local”:

Na *revista em revista*, pergunta-me qual é o programa dos pica-paus. Vou satisfazer a tua curiosidade, resumindo, em poucas palavras, toda a essência do programa.
O maior empenho dos pica-paus é, para mim, conservarem o poder nas unhas só para moer os coligados deixando-os no ostracismo uns bem puxados 20 anos.
Já vês, que, assim, tu, e os teus companheiros, têm muito que esperar...
As outras partes do programa, as conheces tu muito melhor do que eu (RIO GRANDE DO SUL, 10/06/1891 p. 2).

E Elzevir rebate o colega:

Assim define o Tobias o programa dos pica-paus:
“O maior empenho dos pica-paus é *conservarem* o poder nas unhas, só para moer...”
Para moer, não, porque as unhas com cera ao canto, servem para rapinagem.
Aqui está a conclusão a que as tuas premissas obrigam, ó Tobias!
Diz ainda que o Castilhos vai mandar-me um leitão assado, para que eu o coma (o leitão) em parceria com ele, Tobias, que pagará o molho. Opto por um *pato*... em molho de vilão.
Ficará mais de acordo com a moral política do indivíduo que deu origem... a alcunha.
Afinal, trata-se de pato ou de leitão, o molho é indispensável (ECO DO SUL, 11/06/1891, p. 1) [grifo meu].

Aproveitou-se da escolha das palavras de Tobias para expor o que seria um “ato falho”, ou seja, a palavra denunciava o intento. Afinal, dedos são os que seguram; as unhas (garras), nas aves de rapina, servem para capturar (sequestrar, roubar), fazendo a “rapinagem” (sinônimo de pilhar, nesse caso, o bem público). Quando diz sobre a proposta do tal “leitão assado”, que preferia um “pato em molho de vilão”, refere-se obviamente ao apelido de Júlio de Castilhos,⁵⁹ com o molho reforçando a mensagem que queria atrelar.

⁵⁹ Pato era o apelido de Júlio de Castilhos em sua adolescência. Ao chamar de “pato”, em outras ocasiões, J. J. César, o Elzevir, tinha a “intenção claramente de aviltar o adversário, uma vez

O encerramento da “Revista local” se dá após o desaparecimento (sem explicação) da “Revista em revista” do *Eco*. Assim despediu-se Tobias:

Despedida

Se não fosse ter a certeza de que todos os meus desafetos haviam de supor que o meu retraimento desta revista era motivado pelo receio de alguns ataques que porventura alguns jornais me dirigissem, não me dava ao trabalho de explicar os motivos que me obrigam a deixar esta desprezível seção, que com tão bons intentos encetei.

São apenas duas as razões:

Primeira, é eu estar convencido de que este meu trabalho era mal recebido pelos leitores do *Rio Grande do Sul*, não contando os maus olhados do resto da imprensa local; e a segunda, sendo para mim a maior, **é o eu ter sido coarctado nas minhas manifestações, pois que o meu bom amigo e redator desta folha resolveu cortar-me**, como cortou na minha revista de ontem, toda a crítica que eu fazia da imprensa e de alguns homens que figuram nela.

Não posso, pois, continuar, porque não admito peias ao meu pensamento.

Apareci do nada, ao mesmo que me recolho.

Está encerrada a seção do

Tobias (RIO GRANDE DO SUL, 19/06/1891, p. 2) [grifo meu].

A penúltima frase indica que o pseudônimo não seria mais usado, como de fato não foi.⁶⁰ Há uma tentativa de desvincular a identidade do autor da seção com o “bom amigo e redator” do *Rio Grande do Sul*, que supostamente o censurara em edição anterior. Ora, poderiam ser a mesma pessoa, afinal, nem a informação de quem seria o redator do jornal era informado, tampouco a identidade de Tobias. Há, também, uma possibilidade de correlação entre a declarada “censura” sofrida, com a criação de uma “tensão” com o *Eco*, como factóide para encerrar a coluna. De qualquer forma, o único pica-pau autodeclarado dava seu adeus.

que o uso da expressão vinculada à ave palmípede estava calcado no linguajar mais popular, de modo pejorativo”, e, quando usada, a figura do pato “se referia ao indivíduo simplório ou a outros adjetivos similares ou mesmo a sinônimos, tais como paspalho, tolo, pacóvio, idiota e bobo” (ALVES, 2020, p. 68).

⁶⁰ Tobias reapareceria, mas como um personagem de um conto dentro da coluna “De palanque”, assinada por Mário Santos e dedicada, naquele número, à Mario de Artagão. O conto dizia que, em sonho, deparou-se com um rapaz que teria sido posto “no olho da rua” e “dois meses se passaram demorados e aborrecidos, sem que eu visse o Tobias, ou dele tivesse notícias”, reencontrando-o, após esse período, como um “dândi cor de carvão [...] não era o Príncipe Obá, não. Era o Tobias” (RIO GRANDE DO SUL, 05/08/1891, p. 1). Como se tratava de sonho, possivelmente queria expressar que o “espírito de Tobias” (a essência abandonada do *Rio Grande do Sul*) estava bem e prosperava, e a menção à sua cor possivelmente fazia relação ao *Eco* que afirmava que a escrita de Tobias estava “cada vez mais tendência para as coisas pretas”, e que o idioma em que ele escrevia era o africano, e não o português (ECO DO SUL, 10/06/1891, p. 2), servindo como uma composição perfeita, pelo autor do conto, ao personagem.

Não há informações suficientes, mas, creio, uma trégua – talvez motivada pelos ataques sistemáticos do *Eco* quanto ao “escândalo na praça”, ou pela própria postura do *Rio Grande do Sul* na seção Revista Local – fora acordada pelas folhas, que pode ser percebida através da ausência de manifestações, críticas ou até mesmo menções diretas de um jornal ao outro após aquela data. Na mesma edição da última seção assinada por Tobias, eram publicados dois textos que ajudam a sustentar essa hipótese de trégua: um curto comunicado, intitulado “Despedida”, informou que “segundo declaração, o nosso colaborador, Sr. Tobias, suspende hoje a sua seção. Em substituição a ela daremos, de hoje em diante, a nova seção Pelos jornais”, na qual prometia “transcrever o que de mais importante encontrarmos em todo e qualquer jornal, procurando assim bem servir aos nossos leitores”. Logo abaixo, abria a seção com um longo texto do *Eco*, qualificado como “um magnífico artigo”, sobre as greves operárias (RIO GRANDE DO SUL, 19/06/1891, p. 2). “Pelos jornais” teve presença irregular nas edições seguintes, aparecendo pela derradeira vez em 24 de junho, e, sem aviso prévio, muda de nome, outra vez, para “O que vai pelo mundo” em 26 de junho (uma única aparição), apenas para desaparecer permanentemente do *Rio Grande do Sul* uma seção exclusiva para tratar de outros veículos ou notícias. Os enfrentamentos posteriores se dariam mais “às claras”, menos por vontade das folhas e mais por obrigação legal a partir da Constituição castilhista.

Na folha rival, Tobias teve sua última menção de maneira indireta e inusitada. Curiosamente, o *Eco do Sul* possuía um tipo específico de propaganda, que estava fora da “Seção livre” (a dos anúncios, “a pedidos” e demais peças comerciais) que chamarei de *anúncio-político*, pois trazia, a cada inserção, alguma ligação com o noticiário político-partidário da época, e vinculado/alinhado ao ideário federalista. Além da sua localização nas páginas 1 e 2 (que não era uma exceção, porém, não muito usual) o que mais chamava a atenção era a forma admitida, similar à uma notícia comum, com título, geralmente chamativo, e tamanho de fonte (tipográfica) exatamente igual ao restante da parte noticiosa, ao contrário dos outros anúncios que eram veiculados no próprio *Eco*, que utilizava de tipologia menor, em um aparente intento de delimitar, claramente, que se tratava de uma peça publicitária. O que a diferenciava de uma nota normal da folha era a parte final, no qual aparecia o

produto (invariavelmente um fármaco)⁶¹: se o público lesse apenas a chamada e a primeira parte do anúncio-político, não diferenciaria de uma notícia regular do jornal federalista. Pois foi em um desses que, um dia antes da edição que se despediria do público, aparece no *Eco* uma menção a Tobias:

Consta que o Tobias, o incomparável revisteiro, vai interromper os seus **belíssimos trabalhos literários**, que tanto sucesso tem alcançado. Diversos telegramas têm sido passados ao Tobias, inclusive um de S. José do Norte, onde é trunfo o *Capa*, inquerindo na verdade do fato. O homem está um pouco atacado do peito, por causa das *friagens* que tem apanhado, à noite, ao escrever as suas adoráveis revistas. Dentro de poucos dias, porém, vê-lo-emos a postos, pois sabemos que está sendo revigorado pelo xarope calcáreo balsâmico do Dr. Ramiro Barcelos. (ECO DO SUL, 18/06/1891, p. 2) [grifo meu]

Além da ironia (“belíssimos trabalhos literários”), o anúncio, que reconhece o sucesso do personagem “que tanto sucesso tem alcançado”, poderia sugerir tratar de mais uma pilhéria do jornal, mas o tal “xarope calcáreo balsâmico”, apareceria em outras peças, mais tarde, como fabricado por “Pasquier & C.”.⁶² Apesar de tentadora, a referência a Ramiro Barcelos não se tratava de indireta ou sarcasmo do anúncio. A fórmula era, de fato, atribuída ao

⁶¹ A ligação do anúncio-político com o ideário federalista pode ser tanto ideia do seu redator, como do(s) proprietário(s) da indústria farmacêutica que o produzia (ou seu representante na cidade, uma vez que o anunciante também o fazia em *A Federação*, como veremos a seguir), isso é difícil de precisar. O que se pode afirmar é que estava em consonância e aquiescência do *Eco*, dado o formato admitido. Chama a atenção também que os federalistas utilizavam bastante do expediente de vincular o castilhismo a uma doença, e a revolução, sua cura, e, depois, a própria guerra era a doença, e as propostas dos federalistas, a cura (sobre o assunto, ver OLIVEIRA 2018a, p. 19-21 e 88). É dessa época que emerge o “médico-político” (SCHWARCZ, 1994, p. 144), inserido e ativo no meio social e político em que vivia (com exemplos de ambos os lados, como o próprio Afonso Reis no *Rio Grande do Sul* e Ângelo Dourado, aparecendo mais tarde no *Eco*). Então, faz bastante sentido veicular um anúncio-político que apresente um remédio ao final, conjugando a “cura” para dois males, em dois níveis do discurso, o *posicionamento* (do grupo ou ideário ao qual está inserido) e a *intertextualidade* (o remédio anunciado dialogando com a cura subentendida), em consonância com o defendido por SARFATI (2010, p. 23).

⁶² Pasquier & C. era uma farmácia denominada “Farmácia Pasquier” com estabelecimentos em ao menos duas cidades: Rio Grande e Porto Alegre. Nesta, ora aparecia como “Farmácia Central (Farmácia Pasquier)”, “Farmácia Central (de Pasquier & C.)” ou “Farmácia Pasquier (Farmácia Central)”, nos anúncios verificados em *A Federação*. A empresa tentou fazer algo parecido com o veiculado no *Eco do Sul*, mas sem continuidade. Foram cinco inserções do tipo, uma sobre um assunto local da capital, uma sobre os boatos de revolução, e três repetidas (em edições diferentes) sobre “as eleições”, uma espécie de “manual do eleitor”, mais ligado ao cômico do que ao político. Depois destes, não houve mais anúncios que destoassem dos demais veiculados, e por isso o exemplo do *Eco* é mais interessante porque é mais recorrente e mais “engajado”.

famoso médico e político gaúcho,⁶³ desde, pelo menos, 1884, conforme anúncio publicado n' *A Federação*, de 28 de fevereiro daquele ano, em sua página 4.

Após essa última “homenagem” indireta do *Eco* e o desaparecimento formal do Tobias no *Rio Grande do Sul*, em breve espaço de tempo, porém, começaria um período de relativa trégua entre as folhas, em especial quando entra em cena o escritor e jornalista Mário de Artagão.

2.1.3 A Era Mário de Artagão, o fim do anonimato e as eleições municipais

O *Rio Grande do Sul*, como jornal novo e ainda perdido na própria lide jornalística, como explorado pelo *Eco do Sul* (erros gramaticais, tipográficos, dificuldades ou desconhecimentos do *fazer* jornalístico como a troca da cidade pelo país na seção telegráfica) e, sabidamente que sua propalada postura “livre” e “isenta” estaria sob suspeita (em especial pela ação de Tobias) e, por último, a não publicidade de quem, afinal, era o seu redator, por todos esses fatores necessitava de um nome forte o suficiente para solucionar, de uma vez, seus problemas. O nome escolhido foi Mário de Artagão, escritor, intelectual, jornalista e poeta, homem cuja riqueza familiar possibilitou efetuar seus estudos na Europa, conforme Alves:

De tal continente trouxe uma bagagem cultural que se mesclou com os tempos vividos no Brasil, trazendo como resultados as intrínsecas características que imprimiu à sua obra. Como homem de letras de seu tempo, atuou nos mais variados campos, mas a essência de sua carreira esteve ligada à poesia e ao jornalismo, através dos quais expressou suas visões de mundo.

Artagão foi um homem rico, mas inconformado com muitas das realidades vividas. Em primeiro lugar, foi um monarquista convicto, jamais aceitando a mudança na forma de governo brasileira e lutando ardorosamente pelo restabelecimento da monarquia (ALVES, 2016, p. 15).

⁶³ Ramiro Barcelos foi figura importante vinculada ao castilhismo, tendo sido deputado provincial, ministro (embaixador) no Uruguai e senador pelo Rio Grande do Sul. Anos mais tarde, se tornaria crítico ao governo Borges de Medeiros (nomeado por Júlio de Castilhos para sucedê-lo no comando do estado), com quem rompeu, e depois escreveria o poema satírico “Antônio Chimango”, comparando o então rival à essa ave, e alcunhando, posteriormente, a todos os borgistas como “chimangos”, em oposição aos “maragatos”, que se enfrentariam na Revolução de 1923, ou Revolução Assisista.

Então, em nota de primeira página na edição do dia 16 de julho, o *Rio Grande do Sul* noticia que Mário de Artagão passará a ser seu redator-chefe. Na edição seguinte, com o título “Simples apresentação” o jornalista se apresenta na primeira coluna, acrescentando:

[...] **Este jornal não tem política:** pode ter simpatias, mas estas não serão com certeza as que derivam de uma filiação por esta ou aquela forma de governo, por esta ou aquela seita partidária. Simpático considerarei todo aquele que no cumprimento rigoroso do dever se mostre honesto, bom e patriota leal. Nutro com infinito carinho crença política no canto mais puro da minha alma. Por ela tenho me batido com um fanatismo de faquir e com ela espero amortilhar-me. Quem se tiver dado ao trabalho de me ler depois de 15 de Novembro de 1889 terá compreendido que eu pertença a essa raça de pobres diabos que não têm a coragem de transigir, mas que em um momento dado sabem converter as artérias do punho em cordas de chicote. E, no entanto, jamais a minha raiva feriu um coração de austero republicano: muito ao contrário, visei sempre ferir em cheio o coração de um trãnsfuga monarquista.

O Rio Grande do Sul, admitindo-me no corpo de sua redação, de sobejo conhece-me as ideias. Mas não é para fazê-las valer que eu assumo nesta coluna o meu posto de jornalista. É preciso repetir: este jornal não tem política.

Mas se não vou pregar a defesa da minha crença, também não vou acariciar os homens do governo.

Sempre que os seus atos mereçam censura, sempre que os seus decretos violem a liberdade, sempre que as suas leis tentem arranhar a dignidade de um povo livre, firme me acharei na estacada a zurzir desapiedadamente atos, decretos e leis.

É esta a missão de um jornalista: será essa a minha missão.

Pugnar com fervor pelo progresso da minha terra, da nossa terra, é também um atributo nobre que acompanha o cargo de todo o lutador de imprensa.

Encerro nisto a promessa santa do cumprimento de um dever.

E aqui está a razão porque não tenho programa.

Após meus colegas um aperto de mão: aos meus leitores o oferecimento dos serviços que puder prestar.

Mário de Artagão (RIO GRANDE DO SUL, 17/07/1891, p. 1) [grifos meus].

A manifestação de Artagão, ao afirmar que “este jornal não tem política”, seguia a linha ou postura editorial pretendida desde a fundação do *Rio Grande do Sul*, em 1ª de junho. O experiente jornalista não deveria desconhecer que política havia/haveria no jornal, porém, uma autodeclarada neutralidade na política partidária estaria pactuada justamente pela sua contratação como redator principal, uma vez que era um monarquista declarado e seus contratantes conheciam as “suas ideias” e crenças. O escritor, inclusive, parecia chancelar sua associação ao jornal, como se fosse um acordo em prol do que seria considerada uma boa prática da imprensa, a neutralidade, justamente em

tempos de acirramento de ânimos entre apoiadores e opositores do castilhismo. Com sua afirmação de que não utilizaria sua função ou espaço como palanque, estava, de certa forma, reconhecendo que suas ideias não eram compartilhadas pelos diretores do *Rio Grande do Sul*, e era um esforço conjunto o equilíbrio de posições para atingir a propalada isenção. Sua posição no jornal, portanto, seria tão somente exercer o cargo de redator-chefe.

Na mesma edição, página 2, em nota intitulada “Permutando”, o jornal destaca: “esta redação agradece com toda a explosão de sentimentos cordiais, as felicitações que o nosso amabilíssimo colega do *Artista* nos dirigiu pela aquisição que fizemos de Mário de Artagão”. Na edição seguinte (18/07/1891, p. 2), em coluna repetindo o título, destaca as menções dos demais jornais, como os pelotenses *Correio Mercantil*, *Nacional* e *Diário Popular*, e os rio-grandinos *Artista*, *Diário do Rio Grande* e até mesmo o *Eco do Sul*. Sobre este, reproduziu parte das linhas dedicadas ao novo titular de sua redação.

Sua participação, no entanto, não durou muito: em 10 de setembro de 1891 ocorreu seu desligamento. De qualquer forma, foi um movimento ousado, que, de certa forma, atrairia prestígio e respeito e “calaria” as vozes oposicionistas, ao menos as externas. Com o *Eco do Sul*, não apenas tal estratégia teve êxito como o jornal parabenizou o antigo rival “pela aquisição”. Após um hiato de exatamente um mês sem mencionar direta ou indiretamente o *Rio Grande do Sul*, noticiava o *Eco*:

Nova fase

A empresa *Rio Grande do Sul* confiou a direção dessa folha à pena de Mário de Artagão, um jornalista feito na grande imprensa do Rio de Janeiro, onde ele deixou vestígios de uma opulenta mentalidade, na literatura e na política.

Mário de Artagão ressurgiu com as crenças intactas, impolutas, recomendando-se assim ao apreço dos homens sérios de todos os partidos.

Radicalmente opostos em opiniões, folgamos em vê-lo no posto que há de nobilitar, sem que se comprometa a uma propaganda que deveras seria – quem sabe se improfícua, para não dizer antipatriótica? [...]

Retribuindo o aperto de mão do colega ilustre, folgaremos sempre em tê-lo por companheiro decidido nas conquistas dignificadoras do progresso, cada qual impulsionando pelo ideal que divide opiniões sem separar os amigos.

Felicitemos o *Rio Grande do Sul*, ao qual está aberta uma fase do maior brilhantismo, pela aquisição de um jornalista que faz honra à terra do berço (ECO DO SUL, 18/07/1891, p. 1).

Até o início de setembro, se dá a trégua entre ambos os jornais, possivelmente pela presença de Mário de Artagão, que apesar de o *Eco* anunciar ter “opiniões radicalmente opostas”, ou seja, supostamente não compactuar com o monarquismo aberto do escritor, nas eleições municipais daquele mesmo ano o jornal oposicionista defenderia a chamada “chapa monarquista”.

Mas, o “fogo amigo” viria pelas próprias colunas do *Rio Grande do Sul*. O “correspondente” de Pelotas enviou sua carta datada de 18 de julho, e assim recepcionou seu novo “chefe”:

A minha missiva de hoje tem um único fim: saudar o *Rio Grande do Sul* pelo motivo de contar em sua redação com as aptidões de Mário de Artagão.

Hosanas!

Li, atentamente, o artigo inicial do primoroso escritor e desvaneço-me de se me haver deparado, ainda uma vez, ocasião de apreciar o senso prático do atual redator do Rio Grande do Sul.

Sim, senhor: é assim que eu, humilde correspondente de uma acreditada empresa jornalística, desejava ver sempre as manifestações da imprensa, digna de tal nome.

O artigo de Mário de Artagão *encheu-me as medidas*, como se diz em gíria popular.

Nunca me foi possível concordar com a oposição sistemática, que é o apanágio da imprensa adversa à política dominante; como não acho razão de ser no otimismo passivo dos amigos da situação.

Republicano intransigente, tanto quanto Mário de Artagão é monarquista, como ele, jamais trarei para estas honradas colunas o despeito partidário.

Uma circunstância deixo, porém, patente, e é a doutrina republicana, em toda a sua pureza, será sempre para mim o mais querido objeto.

E, para que não reste dúvida sobre este meu pronunciamento, direi que aplaudo sem restrições a política atual do nosso Estado.

Como se deixa ver, é uma opinião individual, que nada tem de comum com o programa desta folha.

É assim que jamais me manifestarei, em minhas missivas, a não ser fazendo justiça a quem a merecer ou noticiando ante a luz da verdade o que ocorrer neste centro populoso.

Creio que, para bem servir à causa da República, não é mister retaliar reputações nem usar de meios que repugnem a consciência dos homens de bem.

Se tanto fosse preciso então eu solicitaria a minha baixa de soldado voluntário.

Assim, também, cumpre-me não consentir que – sem razão – sejam acusados aqueles que, como eu, detestam as instituições decaídas.

Cada um em seu lugar, como cada corpo celeste ocupa a sua órbita.

Creio, pois, que, como até aqui, continuarei a exprimir os meus pensamentos com a maior liberdade e a contento dos diretores do *Rio Grande do Sul*.

Agora mais duas palavras relativas à Mário de Artagão: à empresa desta folha felicito por ter ampliado a sua importância com as luzes do fecundo jornalista; e a este os meus parabéns.

Correspondente (RIO GRANDE DO SUL, 19/07/1981, p. 1) [grifos meus].

Como Artagão, o correspondente de Pelotas reafirma que suas opiniões político-partidárias são próprias, desvinculando-as do posicionamento oficial adotado pelo *Rio Grande do Sul*, o da suposta neutralidade. Desta forma, o ainda anônimo correspondente saudava a chegada do redator, mas com ressalva de divergência bem explicitada, tanto no sentido de ser republicano “intransigente”, quanto a ser entusiasta do governo estadual, merecedor de seus “aplausos” e defesa, ou seja, fazia política demarcando seu posicionamento ideológico de maneira explícita.

Entretanto, o período ficaria marcado por uma mudança importante na atividade jornalística, o que mereceria atenção de ambas as folhas, pois as atingia diretamente (bem como a toda a imprensa estadual): a promulgação da Constituição Rio-grandense, em especial o parágrafo 16 do artigo 71, que tratava da imprensa. Ambos os jornais publicaram a Carta na íntegra (ao longo de várias edições), iniciando no mesmo dia, 23 de julho. A repercussão do caso, contudo, se daria em dias distintos por cada folha, sendo o *Eco* tratando do assunto primeiro, no dia 24 de julho, enquanto o *Rio Grande do Sul* manifestou-se pela primeira vez em 26 de julho. Eis o referido parágrafo:

Parágrafo 16. Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, respondendo cada um deles pelos crimes comuns que cometer no exercício dessa liberdade. Não é permitido o anonimato, cumprindo que os escritos sejam assinados pelos seus respectivos autores. Em lei especial serão determinadas as condições e penalidades referentes à obrigação imperiosa da assinatura (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1891).

Apesar de não estar em vigor de forma automática, visto que necessitava de lei específica para determinar as condições e as penas para quem infringisse a norma que vedava o anonimato, os jornais se manifestaram de diferentes maneiras, com o *Eco* em apenas uma ocasião, assinada pelo seu redator-chefe, e com o *Rio Grande do Sul* com duas manifestações, nem radicalmente opostas nem totalmente concordantes entre si. O *Eco do Sul* assim se manifestava, sob o título “O anonimato”, após transcrever o artigo 16:

Fomos sempre contra o anonimato na imprensa, por considerá-lo um uso que dá lugar a todos os abusos.
Coerente com o nosso passado e seguindo a orientação da escola política a que temos servido, nunca fugimos à responsabilidade dos

nossos escritos, assumindo-a até em relação a artigos que não nos pertenciam, porém aos quais dávamos inserção nas colunas dos jornais por nós dirigidos.

Ao assumir a redação do *Eco do Sul*, firmamos a mesma doutrina, pondo o nosso obscuro nome por baixo do artigo de apresentação, Não há muito tempo, a propósito da polêmica travada com uma folha local [o *Rio Grande do Sul*], em escritos de crônica, tivemos igual procedimento, declarando que *Elzevir* – pseudônimo que está inscrito em muitas páginas da *Federação* – era o diretor da redação do *Eco do Sul*.

Este jornal não é, portanto, de redação desconhecida, não possui *testa de ferro*, não foge à responsabilidade legal de nenhum dos artigos publicados nas rubricas editoriais, como já o demonstramos quando fomos chamados a responder pelo que havíamos escrito sobre o bacharel Júlio Moreira.

[...]

Cumpre-nos, entretanto, aguardar a lei especial em que “serão determinadas as condições e penalidades referentes à obrigação imperiosa da assinatura”, porque o que está decretado para o estado não pode anular as disposições do novo Código Penal, que torna a responsabilidade solidária, que a estende aos proprietários das empresas tipográficas ou dos jornais, admitindo ainda o editor, o que de alguma forma ilude o espírito da lei, pois um indivíduo qualquer pode apresentar-se como *editor* e *autor* ao mesmo tempo.

E o que desejamos é que a responsabilidade não seja iludida.

[...]

Moralmente responsável pelo que escrevemos, assumiremos a responsabilidade jurídica dos nossos artigos sempre que contra nós for dada a queixa.

Não é anônima esta redação, sejam ou não sejam assinados os escritos editoriais.

Redator e proprietário, solidários perante a lei, não procurarão jamais fugir à moralidade do que praticarem, confiados em que a justiça seja representada por magistrados dignos e não servos obedientes a interesses partidários.

De uma vez por todas, e até que conheçamos a *lei especial* em preparo, declaramos que é redator responsável do *Eco do Sul* o cidadão brasileiro

João José César (ECO DO SUL, 24/07/1891, p. 1).

Quando J. J. César diz que o *Eco* nunca teve redação desconhecida, já que os pseudônimos adotados por ele eram de conhecimento público de tempos anteriores à sua chegada à folha rio-grandina, e novamente declarados quando assim fosse preciso, não deixa de ser um ataque ao *Rio Grande do Sul*, em especial quando se refere às “testas de ferro” que já havia acusado o rival de ter. Além disso, quando diz que nunca fugiam à responsabilidade dos seus escritos, assumindo-a até em relação a artigos reproduzidos ou de terceiros, ia de encontro ao anunciado pela folha rival, que em seu programa dizia que “só se responsabilizava por seus artigos assinados”.

O *Rio Grande do Sul* traria reações divergentes. Na primeira, o titular da seção “Caleidoscópio comercial” lamentava a perda do anonimato porque, acreditava, isso dificultaria seu trabalho:

Caleidoscópio comercial

(Colaboração)

O assunto do dia na imprensa é o novo decreto que acaba de ser promulgado, conforme o parágrafo 16 do art. 71 da Constituição do Estado, não permitindo o anonimato e exigindo a assinatura dos escritos.

Diz mais, que em lei especial serão determinadas as condições e penalidades referentes à obrigação imperiosa da assinatura.

Caspite! Por esta não esperávamos nós.

Lá se vão por água abaixo o Elzevir, Maquiavel, Marcellus, Cantu-Mirim, Zenith, Zé Maria e companhia.

Não há dúvida que a abolição do anonimato vem trazer uma limpeza geral de nossa imprensa, varrendo os covardes, que por trás das cortinas apedrejavam o próximo.

O que, porém, sinceramente devemos lastimar é a desapareição de nomes literários e conhecidos.

Pobre Caleidoscópio, eu que te trouxe sempre aconchegado ao peito e apresentei-te como um ramallete comercial, cujas flores são colhidas em diversos jardins, como os do cais, da macega e canalete, atando ao teu pé a fita da inofensiva crítica, será possível que me queiram fazer passar pela dor de ver-te descansar à sombra dos eucaliptos? (RIO GRANDE DO SUL, 26/07/1891, p. 1).

As tais “flores colhidas em diversos jardins” eram as informações apuradas nos diferentes locais da cidade. Sabendo a quem estavam falando, (o titular da coluna) continuariam revelando as informações? E, ainda que soubessem de quem se tratava, ao serem vistas conversando com tal figura, seriam facilmente apontadas como suas fontes, o que poderia prejudicar nas notícias que trazia. Em edição do mesmo dia, um personagem que ganharia relevo no futuro do jornal finalmente dá as caras. O “intransigente republicano”, até então anônimo correspondente de Pelotas, envia sua carta, revelando sua verdadeira identidade:

Pelotas, 24 de julho.

Ocupa, atualmente, entre nós, a atenção pública, a disposição da lei do Estado que exige a extinção do anonimato.

Se não fora federal essa lei, penas tivesse eu para aplaudi-la.

Pena julgo, por certo, que em toda a República não esteja essa lei em vigor.

Felizmente, no nosso Estado o *anonimato* é um cadáver que já foi levado à vala comum.

Para honra do nosso caro Rio Grande, creio que a sábia e necessária disposição de lei será bem recebida pela imprensa honesta e bem intencionada.

Para mim, que julgo ter de meu lado a causa da imprensa digna de tal nome, a nova lei será um incentivo à prática do bem, considerando que,

morto o *testa de ferro*, aparecerá o cidadão honesto, assumindo a responsabilidade do que publica pela imprensa. Ainda bem! (RIO GRANDE DO SUL, 29/07/1891, p. 1).

E segue declarando os jornais que divulgaram seus “responsáveis pelo noticiário”, como *Diário Popular*, *Nacional* e *Gazeta da Tarde*, nomeando um a um dos redatores. Prossegue:

Ainda foi a imprensa que tornou conhecido o nosso estado, além de outros dignos cidadãos, o intemerato Júlio de Castilhos, que devido às suas aptidões jornalísticas, manifestou-se digno do alto cargo que lhe foi confiado pelo Rio Grande do Sul. A imprensa, pois, é um sacerdócio digno das mais acrisoladas mentalidades.

É por ela que o cidadão manifesta as suas aptidões para os diversos misteres da vida pública. Quem por ela não se manifesta digno do consenso popular é que não dispõe das qualidades exigidas para semelhantes misteres. [...]

Lançando à margem as apreciações dos espíritos apaixonados, cumpre-me felicitar à pátria rio-grandense pelo motivo de contar como seu presidente o ilustre cidadão Júlio de Castilhos.

O correspondente, verdadeiro observador da lei, assina

F. de Paula Pires (RIO GRANDE DO SUL, 29/07/1891, p. 1).

O “verdadeiro observador da lei” assina pela primeira vez somente depois de publicada a Constituição do Rio Grande do Sul – também identificada como Constituição Castilhista. Há aqui o princípio de uma construção identitária interna muito cara ao castilhismo: o fato de serem legalistas, observadores (e defensores) do que estabelece a legislação republicana, em franca oposição aos federalistas, que seriam considerados como transgressores dessas leis.

F. de Paula Pires, ou Francisco de Paula Pires, era poeta, jornalista, professor, contista e cronista, tendo sido redator de *A Ventarola* e fundador do *Radical*, um periódico republicano e literário de Pelotas que durou alguns meses em 1890 (LOPES, 2006, p. 40 e 69), além de ser colaborador assíduo de diversos jornais literários, como *Tribuna Literária*, *A Pena* e *Arauto das Letras*. Ocupou o cargo de secretário da Biblioteca Pública Pelotense por 16 anos e também foi professor do Colégio Honra e Trabalho, aspectos que, somados, lhe conferiam uma posição de destaque entre a intelectualidade da cidade vizinha (CUNHA, 2009, p. 28-59).⁶⁴ Além da sua cidade natal, também atuou como

⁶⁴ Ambos os autores citados, Aristeu Lopes e Jaqueline Cunha, trazem em seus trabalhos estudos aprofundados sobre esse intelectual pelotense. Lopes apresenta o jornalista e sua atuação político-partidária através da imprensa, enquanto Cunha destaca sua atuação literária,

jornalista em Bagé e Rio Grande, onde usou os pseudônimos de Felício Peres, Júlio Silvino (MARTINS, 1978, p. 445 e 445) e Marilândico. Foi autor de, ao menos, seis livros; *Quadros horripilantes; Charitas, Rimas, Versos; Dispersas; Sonoras* e *De moço a velho* (VILLAS-BOAS, 1974, p. 383). Sua atuação na biblioteca e como professor explica sua íntima ligação com o *Rio Grande do Sul*, lembrando que a “instrução pública” era uma das bandeiras defendidas pelo jornal desde sua fundação, e teria esta ligação ainda ampliada, como veremos adiante.

Foi com o fim do anonimato e a saída de Mário de Artagão como redator-chefe do *Rio Grande do Sul* que se daria a volta dos embates entre este e o *Eco*, com cada folha assumindo de vez suas vinculações e interesses político-partidários e alinhando-se, respectivamente, ao castilhismo e a sua oposição.

O começo do fim se deu a partir de um episódio envolvendo a força policial cidadina e personagens do *Eco do Sul*. No artigo intitulado “Polícia ou bandidos?” o jornal oposicionista começava a construir uma narrativa de perseguição pelo aparato castilhista local e, por extensão, estadual, transformando um ato que poderia ter sido apenas um mal-entendido ou despreparo do oficial envolvido, ou mesmo de ânimos acirrados (o que é plausível) em um fato (ou um discurso) político. Dizia a nota:

O proprietário desta folha foi anteontem, à noite, no Teatro Sete de Setembro, provocado pelo subdelegado de polícia Rosalvo de Azevedo, que estava armado de grande adaga e rodeado de praças da guarda cívica.

Por circunstâncias muito alheias aos desejos da autoridade, o assalto não deu os resultados esperados, mas o plano ficou descoberto.

A polícia, invertendo os papeis, em vez de ser garantia da ordem, da tranquilidade pública, arma-se como bandido e tenta contra a vida dos cidadãos!

Não podemos narrar hoje, com toda a verdade e apelando para o testemunho de pessoas respeitáveis, o que se dá entre nós e a polícia. O redator desta folha acha-se bastante doente, entregue a tratamento médico, e não pode por isso cumprir o seu dever.

Nesta comarca, apenas devemos confiar na primeira autoridade judiciária, no honrado Sr. dr. Juiz de Direito, mas S. S. de certo não terá poder de livrar-nos das emboscadas da polícia, ao serviço dos nossos inimigos.

Temos, portanto, necessidade de armar-nos para repelir toda e qualquer agressão.

e alguns aspectos de atuação política, uma vez que, como Mário de Artagão, literatura, jornalismo e política andavam muito próximos.

Felizmente, temos amigos, prontos e decididos a opor a necessária resistência aos atos de banditismo das autoridades policiais e da Guarda Cívica (ECO DO SUL, 09/09/1891, p. 2).

No dia seguinte, o *Rio Grande do Sul* publica uma nota, de primeira página, chamada “Não concordamos” na qual dava a posição oficial do jornal, e já anunciava a saída do seu redator-chefe, em episódios interligados:

O *Eco do Sul* de ontem, sob a epígrafe “Polícia ou bandidos?” lançou iníquas acusações sobre as dignas autoridades policiais desta cidade. Toda a população é unânime em elogiar os importantes serviços prestados à causa pública pelos ilustres cidadãos capitão Cintra e Rosalvo de Azevedo.

Ninguém deixará de repelir, pois, por injustas e indignas as imputações editadas pela citada folha.

Fazendo estas considerações, não nos inspira o desejo de abrir contenda com quem quer que seja.

Corre-nos o dever, porém, de protestar contra a injustiça que, passada incólume pelo seio da opinião pública, possa ir brutalmente molestar cidadãos a quem a sociedade rio-grandense deve inestimáveis serviços, quais os de, sem a menor remuneração, velar pela ordem, hoje mais do que nunca assaltada por abusos de toda a espécie.

Aqui fica o nosso protesto, que nos deixa a consciência plenamente satisfeita.

-

Mário de Artagão

Conforme declaração deste nosso ilustre amigo, deixa ele, com grande pesar nosso, de fazer parte da redação desta folha, a qual tanto ilustrou com o brilho do seu talento.

A empresa (RIO GRANDE DO SUL, 10/09/1891, p. 1).

Apesar da sucinta nota, abriu espaço para a versão de seu ex-colaborador, que declarava:

Como tenho demonstrado em mais de uma vez, a minha pena nunca foi aparada para ser posta em aluguel.

Quero com isto dizer que entre os intransigentes eu sou o mais intransigente, pautando todas as demonstrações da minha vida pela mais austera independência de caráter.

Quis a fatalidade do acaso que no dia 7 de setembro eu me achasse presente no momento em que se deu a troca de palavras entre o Sr. Alfredo Rodrigues de Oliveira e o Sr. Rosalvo Azevedo, como presente me achei na véspera quando o Sr. Rosalvo Azevedo chegou à fala com o Sr. João José César, todos, pessoas de minha relação.

O papel que nessas duas ocasiões representei, foi a de um simples intermediário que não desejava ver correr o sangue de pessoas que me merecem acatamento.

Cumprindo esse dever de cavalheiro, julguei a minha consciência satisfeita, e tomando o propósito de guardar silêncio sobre o fato cuja discussão me é muitíssimo desagradável, atirei-me com ardor ao meu labutar de cada dia.

Hoje, porém, apareceu em minha casa o Sr. dr. Afonso Reis, meu distinto amigo, proprietário desta folha, e fez-me saber que o jornal do

qual eu era redator-chefe ia tomar a defesa das autoridades policiais, cuja conduta era condenada pelo *Eco do Sul*.

Esta decisão dos proprietários do *Rio Grande do Sul* vinha como que ferir a minha neutralidade, e nesta posição tão falsa, aconselhei-me com a minha consciência que me mandou imediatamente pedir a exoneração do lugar que ocupava nesta folha.

E foi isto o que fiz.

Mário de Artagão (RIO GRANDE DO SUL, 10/09/1891, p. 1).

O caso ainda se desenrolaria mais, com o *Eco* publicando mais detalhes do imbróglio na edição também do dia 10 de setembro, porque, dizia, “devia em respeito ao público” uma “explicação completa do fato ocorrido” entre o seu proprietário e o subdelegado de polícia. E faz uma longa e detalhada exposição do ocorrido, se destacando o seguinte:

O que se deu na noite de 7 do corrente, no teatro, não foi um mero incidente, uma ocorrência sem maior importância entre dois homens que guardassem ressentimentos, esperando a oportunidade para um escândalo, para um pugilato, que poderia ser inconveniente, porém que, até certo ponto, tivesse desculpa ou justificativa.

Há, no fato, **uma premeditação, uma prova robusta de que o subdelegado é apenas instrumento de ódios alheios**, uma criatura inventada para o cargo apenas com o fim de iniciar o plano malévolo de indivíduos que têm sido severamente acusados pelo *Eco do Sul* – o promotor público Artur Pinto da Rocha e o médico José Dias de Almeida Pires, que, por seu turno, **nada mais são do que agentes do governo deste estado**, contra o qual empregamos as melhores armas dos nossos arsenais de oposicionistas sem receios nem vacilações.

Verá o público se dizemos ou não a verdade.

Entre o subdelegado Rosalvo e esta folha nada absolutamente havia que desse lugar a prevenções. Apenas o proprietário do *Eco*, por não querer publicar mais os anúncios de leilão de Rosalvo, **rescindido o contrato, o que motivou desgostos desse leiloeiro**, mas sem que houvesse nada de inconveniente entre ambos. Com o redator, então, mantinha Rosalvo boas relações, conversando sempre em cordial camaradagem (ECO DO SUL, 10/09/1891, p. 1) [grifos meus].

Nessa primeira parte, introduzindo o assunto e começando a construir sua narrativa, João José César, já reassumindo seu posto e dispondo de retórica discursiva superior a Alfredo de Oliveira (e, por isso, os fatos completos não foram narrados na véspera), tenta demonstrar que “não havia motivo” para vinganças ou revanches pessoais do subdelegado, ainda que diga que houve quebra de contrato com o leiloeiro em o *Eco do Sul* não mais publicar seus anúncios. Seria pela sua posição política? Seria por ter aceitado e assumido o cargo na gestão castilhistas? Mesmo negados ou diminuídos, o próprio jornal dá indícios de que motivos para uma desconfiança, ou até um estranhamento, havia sim. Mas, não é o subdelegado a quem o *Eco* deseja atingir. Parece, mesmo

com os ânimos inflados, querer eximir a responsabilidade do agente policial para atribuí-la somente ao governo do estado:

Empossado do cargo de subdelegado, Rosalvo não foi censurado por esta folha, que nunca se ocupou com tal autoridade. [...]

Na noite de 6, o redator desta folha, João José César, apesar de doente, cedeu aos instantes rogativos de um filho e levou-o ao Politeama. Pelo seu estado, César manteve-se quase indiferente ao que se dava no espetáculo, estando sempre em conversação com os seus amigos dr. Tito Lopes e Correia Neto (funcionários da comissão das obras da barra), Mário de Artagão, Henrique Hasslocher e Manoel José Soeiro Júnior. [...] Na pantomima aparece em representação um cabo ou sargento de polícia que é embriagado por duas raparigas, e César, virando-se para Mário de Artagão, a meia voz, disse: - Eis uma coisa engraçada – a polícia na pedra!”. Ato contínuo, ouviu vozes do camarote da polícia. Virou-se e deu com Rosalvo, que assim lhe falava: - Está inticando comigo?

Surpreso, César respondeu por estes termos (textual):

- Palavra de honra que não sabia que você estava aí!

Rosalvo replicou, dizendo que ouvira uma alusão à polícia... polícia, e César, falando em voz baixa e calmamente, disse:

- Homem, eu falo da polícia do circo, e havia de ter graça se você por causa disso quisesse comprometer uma violência policial!

Rosalvo, então, mostrando-se já mal com os seus nervos, resmungou que pediria exoneração do cargo e tomaria um desforço como homem, saindo bruscamente do camarote. [...]

Ao saírem todos, viram Rosalvo rodeado de toda a polícia (seis ou oito praças), e não deixou de manifestar-se, por parte de alguns, desejos de reagir contra semelhante espalhafato, que **provava evidentemente a execução de um plano perverso.**

A César dirigiu-se o subdelegado, pedindo-lhe uma *palavra em particular*, mas Mário de Artagão avançou para a *autoridade*, envolvendo-a com um abraço e levando-a para a porta da saída.

Trocaram-se algumas frases, mas, sem a menor exaltação, dizendo César a Rosalvo que, uma vez que se tratava de homens, no dia seguinte poderiam entender-se, e não em meio de uma multidão, em lugar impróprio para um *ajuste de contas* de que não cogitava.

Ao suboficial, que, um tanto arrogante, meteu-se a gaiato, tentando intervir no que não era da sua conta, disse César, energicamente:

- Não me amole! Entendo-me apenas com o seu *patrão*...

O caso não passou do que fica narrado, e que terá a plena confirmação dos amigos que acompanhavam César, os cidadãos dr. Tito Lopes, Correa Neto, Soeiro Júnior, Mário de Artagão e Henrique Hasslocher. Não faremos comentário algum sobre a ocorrência (ECO DO SUL, 10/09/1891, p. 1) [grifo meu].

Este seria o preâmbulo dos acontecimentos, um “mal-entendido” envolvendo o redator do *Eco*, mas que teria conexão direta com o episódio mais marcante, do dia seguinte, agora com o proprietário da folha, revelando estarem ambos ligados por um planejamento, sendo, portanto, um atentado orquestrado, segundo a narrativa do jornal:

Na noite de 7, concluído o espetáculo da sociedade Filhos de Thalia, no Teatro Sete de Setembro, estava no saguão Alfredo Rodrigues de Oliveira, acompanhado de Mário de Artagão, Henrique Hasslocher e Carlos Ribeiro, quando apareceu o subdelegado Rosalvo de Azevedo, rodeado de praças da Guarda Cívica. Vendo-o em tal aparato, em lugar onde não tinha a fazer, pois o espetáculo era presidido pelo Sr. capitão delegado de polícia, Henrique Hasslocher disse a Alfredo de Oliveira:

- O tal subdelegado de ontem.

Alfredo, ao virar-se para ver o *herói*, encontrou-se com este, que arrogantemente perguntou-lhe:

- Está se dirigindo a mim?

- De certo que não; mas se estivesse?

- Se estivesse, replicou o subdelegado, eu faria isto.

E levantou a mão direita contra Alfredo de Oliveira. Este não lhe deu tempo para mais: ergueu a bengala que tinha na mão e descarregou-a, por duas vezes, sobre a cabeça da petulante *autoridade*.

Rosalvo, que trazia à cintura uma grande adaga, tira o ferro e tenta – talvez assassinar – a quem nem sequer o havia provocado!

Desembainharam então os policiais as espadas e ameaçaram para Alfredo, enquanto outras pessoas procuravam afastar Rosalvo.

Três ou quatro policiais agarraram, pelos braços, o proprietário desta folha, no momento em que alguém apagava o gás (o conflito deu-se à entrada para a plateia). Os policiais que seguravam Alfredo, enquanto outros procuravam esbordoá-lo, faziam esforços para arrancar-lhe a bengala. Nessa conjuntura, reconhecendo que seria vítima, pois lutava nas trevas e tendo recebido uma pancada sobre o nariz que produziu uma hemorragia, Alfredo abandonou a bengala, abaixou-se e saiu em direção ao palco, onde chegou a ser visto pela polícia, dali dirigindo-se à casa de sua residência.

Testemunhas oculares afirmam que o subdelegado Rosalvo estava armado de adaga e que se serviu dessa arma, tentando empregá-la contra o proprietário desta folha.

Esbravejando no saguão do teatro, a *autoridade* desafiava a que lhe tomassem contas todos aqueles que entendessem que estava procedendo mal.

Nessa ocasião, o nosso distintíssimo amigo e colega Mário de Artagão declarou-lhe energicamente:

- Procedeu pessimamente, Sr. Rosalvo! Ao que este respondeu:

- Não tenho nada com o senhor...

Tal exclamação do raivoso subdelegado deixa bem claras as intenções que o levaram a exhibir-se tão indignamente, como o fez, demonstrando o valor moral da *empreitada* de que o encarregavam.

[...]

Acreditando no quanto é capaz **o nosso inimigo**, apenas prevenimo-nos contra qualquer ataque, e, hoje, por novos avisos recebidos, temos necessidade de preparar-nos para repelir os assaltos da capangada, policial ou não. Não somente com os bandidos é que devemos ajustar contas. Mandatários e mandantes terão de sofrer pelos crimes que cometem e mandam cometer. A represália será inevitável se o plano for de todo posto em prática.

Esperamos pelo procedimento das autoridades superiores, do presidente do estado, os quais não podem decentemente manter tão aviltados representantes do poder público.

E é conveniente que toda essa gente se lembre de que não há nada como um dia depois do outro... (ECO DO SUL, 10/09/1891, p. 1) [grifo meu].

A citação é longa propositadamente, para situar o leitor do teor dos acontecimentos naquilo que chamarei de “noite das bengaladas”, por meio das

palavras utilizadas pelo próprio periódico para descrever o ocorrido. A partir desse episódio, há um acirramento de ânimos cada vez maior, como um subproduto análogo ao da política sul-rio-grandense. Mera coincidência ou sincronia de fatos?

Destaco os termos “premeditação”, “agentes do governo deste estado”, “intenções”, e a acusação de tentativa de assassinato, tornam as duas bengaladas (que também foram agressões), desferidas pelo proprietário do *Eco*, no mínimo, um desacato, pela óptica castilhista. Por que o subdelegado não deu ordem de prisão é fato que não foi explicado. Se somarmos isso à atitude de Mário de Artagão, testemunha do fato e que, por laços de amizade ou por julgamento próprio, resolveu tomar partido de Alfredo Rodrigues de Oliveira, reforça a narrativa de orquestração por parte do poder estadual, que se valia do seu aparato policial, para intimidar, agredir ou até mesmo assassinar seus desafetos. A história da Revolução Federalista é farta neste tipo de episódio, mas este, em especial, parece ser uma construção narrativa por parte do *Eco*. De qualquer forma, os ânimos se acirravam cada vez mais, sendo o ocorrido reflexo direto de acontecimentos similares no mesmo período por todo o Rio Grande do Sul, em especial depois da Carta castilhista ter sido outorgada em 14 de julho.⁶⁵

As discussões seguem entre o *Rio Grande do Sul*, agora com a redação definitivamente assumida pelo sócio Afonso Reis, e o *Eco do Sul*, com aquele publicando desmentidos da polícia, e este rebatendo com mais detalhes e cartas de testemunhas do ocorrido, além de prestar em diferentes oportunidades solidariedade e homenagens a Mário de Artagão pelo ato “heroico” de ter se desvinculado da folha castilhista. Na edição do dia 13 de setembro, o *Eco* traz uma curta nota em sua primeira página intitulada “Em paz...” que dizia: “O *Rio Grande do Sul* não tem tempo nem espaço para responder ao *Eco do Sul*. Entrou, por isso, na conspiração”, ou seja, a folha anticastilhista acusava a rival de estar ela também envolvida na suposta trama. Na verdade, o *Rio Grande do Sul* publicava, sob o título “Ao *Eco do Sul*”, transcrições de textos extraídos do *Artista* e do *Diário do Rio Grande*, ambas com acusações à conduta do *Eco* e ataques dirigidos à folha, dizendo que usava deste expediente por “não ter tempo

⁶⁵ Ver (ESCOBAR, 1983, p. 85-89; e CABEDA e COSTA, 2002).

nem espaço disponível para discutir” (apesar de o espaço que destinou para as transcrições ser generoso), mas que fazia das palavras dos outros dois diários, “como se fossem por nós escritas” (RIO GRANDE DO SUL, 12/09/1891, p. 2).

Paralelamente à narrativa da perseguição/tentativa de assassinato por parte do castilhismo (que é levada a cabo a estratégia de insistir na tese da premeditação do episódio local como um escândalo estadual e da participação do governo na eliminação dos adversários), reforça seu posicionamento político em outra frente: em um aviso, afirma que “na seção competente, vai publicada hoje uma chapa de candidatos ao Conselho Municipal. Por ela ficará o leitor sabendo que, *entre nós*, ao menos, *há sete monarquistas declarados*” (ECO DO SUL, 13/09/1891, p. 1), grifos meus. Ainda nessa edição, também na primeira página, sob o título “Bela homenagem”, o jornal dá a notícia de que

Um grupo de amigos distintos prestou anteontem ao ilustre Mário de Artagão a mais bela das homenagens, significativa do alto apreço em que sempre o tiveram. [...] Foi uma festa íntima, na casa de residência de Mário de Artagão, sendo orador dos manifestantes nosso distintíssimo amigo Alfredo Ferreira Rodrigues, que na imprensa rio-grandense teve a mais brilhante atitude (ECO DO SUL, 13/09/1891, p. 1).

Ambos os nomes concorreriam na “chapa monarquista”, que seria divulgada na “Seção livre” daquele dia, com os nomes de Alexandre Luiz Pereira da Silva, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alberto Ferreira Sampaio, José de Oliveira Monteiro, José Joaquim Duarte e Souza, Plínio Canarim e Mário de Artagão. Curiosamente, na mesma seção, consta também outro anúncio, a “chapa da classe operária”, com nomes semelhantes aquela. Encabeçando a lista, Mário de Artagão, seguido por Plínio Canarim, Dr. José Pio Alves, José Maria Santiago, Alfredo Ferreira Rodrigues, Antônio Rodrigues de Souza e José Maria de Mourão (ECO DO SUL, 13/09/1891, p. 2). Destaque para a associação aberta do *Eco* com uma das identidades das duas chapas apresentadas, a monarquista, embora o jornal e seu redator dessem declarações, no passado, de serem republicanos. Seria por força de lei, convicção ou mudança de postura, frente aos acontecimentos? Esta última me parece a explicação mais coerente, uma reorganização de forças para enfrentar o castilhismo. Logo, a pecha de ‘monarquistas’ ou ‘restauradores’ que os seguidores de Júlio de Castilhos atribuíram aos federalistas, não era de todo infundada, em consonância ao

defendido por Janotti (1986) de que o movimento monárquico, os “subversivos da República” (o termo é da autora), eram um grupo ativo cujos simpatizantes estavam espalhados pelo país, a despeito de uma suposta aceitação generalizada e relativamente tranquila ao novo regime e da ausência de grandes movimentos com fins restauradores.⁶⁶ Havia, sim, grupos não apenas saudosos, especialmente entre as classes populares e dos ex-escravizados (SCHWARCZ, 2012, p. 26-27) mas, verdadeiros “guerrilheiros da palavra”, que, embora “sem uma coordenação central”, eram “formados na militância da imprensa” (JANOTTI, 1986, p. 85). Com efeito, Mário de Artagão se insere nesse quadro, tanto na sua pretensão política, quanto pela sua atuação na imprensa.

No dia 18 de setembro, o *Eco* trazia o resultado das eleições municipais:

Eleição Municipal:

Neste município, realizou-se ontem o recolhimento de cédulas para formação do Conselho Municipal, segundo o que determina o regulamento-Alvim já repellido pelo governo federal, que dele serviu-se para arranjar o primeiro congresso desta república trocista.

Eis o resultado da votação:

Chapa governista

Manoel A. A. Reis: 547

Rodrigo T. de Almeida: 547

Virgilino J. da Porciúncula Júnior: 541

Carlos G. Rheingantz: 540

João A. Vasques: 540

João L. Viana: 540

Teófilo de Azevedo: 527

Chapas monarquista e de operários:

Mário de Artagão: 102

Alfredo Ferreira Rodrigues: 92

Plínio Canarim: 80

José Maria Santiago: 61

Alberto F. Sampaio: 52

Dr. José Pio Alves: 57

José Joaquim Duarte Souza: 46

Alexandre L. Pereira da Silva: 42

José de Oliveira Monteiro: 41

Antônio R. de Souza: 40

⁶⁶ Janotti afirma que, após a instauração da República, consagraram-se dois “mitos” sobre o evento: o do “consenso nacional e o da indiferença da população”, que, como “visão dos vencedores” acabou influenciando a historiografia tornando tais mitos algo como um “senso comum” historiográfico (JANOTTI, 1986, p. 7-8). Encontro paralelo em como a historiografia sulina foi influenciada, de modo bastante similar, pelo castilhismo triunfante. Porém, aqui, o apagamento da resistência monárquica se deu em duas frentes: pela adoção da versão dos historiadores que “aderiram ao mito”, mas, também, pelos reconhecidos excessos castilhistas que atribuíam a todo e qualquer adversário, indiscriminadamente, a pecha de restauradores, o que certamente contribuiu para ajudar a relativizar, ou “esvaziar” a acusação, e, portanto, a existência de tal grupo.

De 1.473 eleitores que consta a cidade, apenas votaram 636. Excetuando os sufrágios das chapas avulsas, a votação governista foi de 534. A isto é que pode verdadeiramente chamar-se um triunfo eleitoral de arromba! (ECO DO SUL, 18/09/1891, p. 1) [grifo meu].

Ironiza a votação da chapa castilhista que, embora vencedora, foi em um universo no qual menos da metade dos eleitores aptos compareceram às urnas, e, destes, conquistou “apenas” 534 votos, dos 636 válidos. Apesar da incontestada vitória, o *Eco* parece sugerir que o castilhismo, mesmo com a máquina estatal e todas as outras denúncias de fraudes que sempre pairaram nas eleições da jovem república, não tinha legitimidade em número de votos para se sustentar no governo. Note, porém, que o mais votado (com 547 votos, empatado com Rodrigo T. de Almeida) foi Afonso Reis, o médico, sócio e redator do *Rio Grande do Sul*, que não publicou nem uma linha sobre a vitória, apesar de, durante o período anterior a eleição, ostentar antes do artigo de fundo, em letras de destaque, a “chapa governista”.

É de se destacar também a chapa “monarquista”, que em um primeiro momento poderia denotar uma espécie de conservadorismo, até certo ponto reacionário, no contexto em que se apresenta, ou seja, diante de um castilhismo incipiente, mas desde o seu nascimento autoritário, em uma análise mais profunda sugere não só um ato de rebeldia, uma afronta e uma resistência ao modelo vigente, mas também uma “sobrevida”. Era um projeto que dificilmente os seus representantes acreditavam que poderia sair vencedor das urnas, mas, ainda assim, fizeram questão de levar adiante para que o público, a sociedade, visse que nem todas as vozes estavam caladas, nem todas as vozes se submetiam passivamente aos acontecimentos políticos. A existência da chapa monarquista, então, teria mais um efeito simbólico do que prático. No entanto, é relevante o número de votos conseguidos, ainda mais levando-se em conta a baixa adesão de votantes: cerca de 20% dos que compareceram às urnas, escolheram-na, seja pelo prestígio de Artagão, seja pela simpatia ao regime deposto. De toda a forma, à essa altura, o monarquismo ainda encontrava eco em expressiva parcela da sociedade (guardadas as proporções do recorte), ao menos é o que indica a eleição no Rio Grande.

Em 19 de setembro, data da centésima edição do *Rio Grande do Sul*, o diário noticia que o promotor público da comarca apresentou denúncia ao juiz municipal contra Alfredo Rodrigues de Oliveira, pelo caso das bengaladas no subdelegado. A audiência, ainda segundo a folha, se daria “na segunda-feira, ao meio dia, na Câmara Municipal” (RIO GRANDE DO SUL, 19/09/1891, p. 2).

O *Eco*, no mesmo dia, não dá publicidade ao fato, mas segue sua homenagem a Mário de Artagão:

O ilustre escritor que com tanta galhardia e hombridade abandonou a pena, em honra à solidariedade jornalística, tem sido alvo de constantes homenagens por parte da sociedade honesta e independente.

A eleição municipal ofereceu ensejo para novas demonstrações de simpatia a Mário de Artagão.

Dedicados amigos do distinto moço lembraram-se à última hora de organizar uma chapa, incluindo-o para receber os sufrágios populares, bem como a outros cidadãos.

A seu turno, os operários, dentre os quais muitos *homens de cor* briosos e patriotas exaltados, cercaram do maior prestígio o nome do enérgico jornalista, sufragando-o de modo a atestar o valor moral de quem tão bem compreende as imperiosas exigências da profissão.

Monarquistas convencidos, poucos, sagraram uma das chapas, mas cumpre reconhecer que a votação do Mário não é uma afirmação de crenças monárquicas, pois a classe operária, na sua maioria, é republicana, porém tem sempre protestos veementes contra a bambochata desta atualidade de sofrimentos para o pobre, que já sente fome e experimenta os horrores da miséria.

Na compostura cívica dos seus deveres, a classe operária repudia os míseros que se arrastam na vilania das ações que praticam, na proporção do *quantum* retributivo dos serviços que prestam aos evadidos do pudor partidário.

O *Eco do Sul* participa das esplêndidas manifestações populares a Mário de Artagão, que representa a causa da dignidade da imprensa. Honra à classe operária! (ECO DO SUL, 19/09/1891, p. 1).

Com esse reconhecimento público, o *Eco* prestava homenagens à classe operária, ainda sem voto, mas com crescente poder de mobilização (como demonstrado através das greves) que poderia vir a ser uma aliada em disputas futuras pelo poder, mas, retribuía, de certa forma, o gesto de Artagão reforçando a sua gratidão. Gradativamente, porém, o monarquista convicto e letrado escritor iria abandonando a vida jornalística, vindo “a culminar com a decisão do autoexílio, elegendo Portugal como o seu novo lar e abandonando de vez os debates através do periodismo, voltando-se essencialmente para a criação literária” (ALVES, 2016, p. 16).

Encerra-se, desta forma, em meio à reconhecimentos públicos e silêncios (por parte de seu antigo empregador), a Era Mário de Artagão, que marcou não apenas o jornal em que desempenhou funções de redator-chefe, o *Rio Grande do Sul*, mas também o próprio *Eco do Sul*, tendo sido testemunha e tomado partido em favor do redator e do dono desta última folha, em consonância com seus ideais, mesmo tendo que enfrentar seu antigo empregador e pedir seu desligamento. E, o *Rio Grande do Sul*, com o poder municipal já reassegurado, abandonava definitivamente sua pretensa posição neutra e caminharia, a passos largos, para o castilhismo mais atuante.

2.2 O ROTEIRO ENVOLVIDO: IDENTIDADE, FRONTEIRA E O QUE SE DIZ (E SE ESPERA) DA GUERRA ENQUANTO ELA AINDA NÃO ACONTECE⁶⁷

Na amostragem contida nas 100 edições iniciais, a fronteira é noticiada de forma muito parecida pelos dois jornais, ambos mais preocupados com suas fronteiras mais próximas, isto é, o porto do Rio Grande e o Uruguai. Notícias da Argentina e do Chile, que enfrentavam seus próprios problemas domésticos⁶⁸ dominavam o noticiário estrangeiro, assim como de outros países também constam, especialmente na seção telegráfica, mas não eram tratadas como aspectos que pudessem sugerir uma dinâmica fronteiriça, que tivesse ligações com a cidade ou com o estado, diretamente.

A forma como a fronteira é abordada também dá indícios do tratamento, apresentação ou construção da identidade do rio-grandino e do sul-rio-grandense, em especial, mas também da própria brasilidade. Por exemplo, na sua segunda edição, o *Rio Grande do Sul* traz, em artigo de fundo intitulado “Mais imigrantes”, uma crítica ao governo federal pela leva de estrangeiros vinda indiscriminadamente de outros países e entrando pelos portos brasileiros, nesse caso, o porto do Rio Grande. Segundo o diário:

⁶⁷ Ainda levando em conta o recorte preliminar das 100 primeiras edições do *Rio Grande do Sul* e as equivalentes 100 edições do *Eco*, por imposição do prazo da qualificação e por conta das adversidades impostas pela pandemia de COVID-19. Este subcapítulo ficará aberto em função da interrupção das edições que não darão conta do período inicialmente planejado para o capítulo.

⁶⁸ Da Argentina vinham notícias de quebras e falências de estabelecimentos bancários, em uma crise econômica que assolava o país. Já do Chile, as notícias eram de convulsões e agitações internas, sociais e políticas.

Continuam a chegar **ao nosso porto** vapores conduzindo imigrantes. Parece-nos que o governo tem cometido grave erro a este respeito. Não podemos concordar que seja de vantagem para nosso Estado a introdução em grande massa, dentro de um pequeno período de tempo, de indivíduos, na sua maior parte não preparados para o serviço da lavoura. Mais sedentos de bom passadio e do bem estar que não encontram na sua pátria e que julgam aqui conseguir, do que inclinados ao trabalho; mais aventureiros do que possuidores de nobres ambições, a maioria desses indivíduos podem só trazer-nos muito prejuízo.

Vem a favor do que afiançamos o que se observa aqui quase diariamente: grande número deles, carregados de famílias, **vagueiam pelas cidades explorando a caridade pública**.

Uns passam de um para outro país percorrendo a pé distâncias imensas, despertando a compaixão, às vezes, o sobressalto e a desconfiança. Outros ensaiam a profissão agrícola para daí a pouco trocarem-na por uma nova, em que patenteiam **idêntica inaptidão**; outros, enfim, regressam à pátria, aos boldões, queixando-se amargamente do governo que os atraiu e da falta de hospitalidade do país em que aportaram – assim classificam eles, o descuido do governo que não lhes deu ocupação pronta, guardando-os na miséria. Quantos milhares de contos tem consumido o governo com a verba [da] imigração? Quanto tem aproveitado o país com este enorme dispêndio? (RIO GRANDE DO SUL, 02/06/1891, p. 1) [grifos meus].

O “nosso porto”, fronteira primeira, seria a porta de entrada para os imigrantes, que, de uma forma generalizante, o *Rio Grande do Sul* desqualifica como inaptos para os serviços aos quais supostamente teriam vindo (a agricultura) como a outros ofícios que porventura se lançassem, contando com a inépcia do Estado que não apenas dá continuidade à política imigratória, como desperdiçaria recursos do erário público que poderiam ser melhor empregados.

O periódico prossegue, indagando se não seria erro mandar vir dezenas de milhares de indivíduos sem de antemão ter-se cuidado “nos meios de empregá-los, sem primeiramente dispor de locais onde encontrassem desde logo o trabalho, a garantia do futuro para si e para o Estado?” Defende, então, que cessasse a imigração:

Se, em lugar de proceder-se desta forma, perdendo-se tão grande parte da fortuna pública, com o transporte, com o sustento dos imigrantes e com os empregados, em cujo excessivo número se encontram as maiores sanguessugas do Tesouro Nacional, se em lugar disso **o governo suspendesse temporariamente a corrente imigratória**, cuidasse dos meios de aproveitar na agricultura os milhares de recém-chegados que por aí temos já – não é certo que o país, menos sobrecarregado de gastos consideráveis e inúteis e mais rico de gente que trabalhe, entraria num meio de vida mais seguro de prosperidade?

Ainda não dissemos tudo: esta inundação de gente, em ondas de milhares, faz grandes estragos, que ao que parece, não chegam aos

olhos do governo (RIO GRANDE DO SUL, 02/06/1891, p. 1) [grifo meu].

Mas, os elencados acima não seriam o único “mal” que produzem os imigrantes, segundo a folha. Outros elementos são destacados:

As nossas matas tem de ser derrubadas de um modo brutal para satisfazer as necessidades de milhares de bocas.

Florestais imensos foram já consumidos pelo fogo: os imigrantes sem a lenha não podem viver, apesar de poderem estar custando-nos dinheiro sem nada produzirem.

As matas, as florestas, são de um valor inestimável relativamente à saúde pública. Além de purificarem o ar, ao ponto de servirem de obstáculo invencível à invasão de muitas epidemias, elas evitam o dessecamento do solo, contribuindo deste modo para o benefício do clima. A vizinhança das florestas proporciona um ar mais fresco, mais puro, mais salubre. O clima de um país abundante em florestas é melhor do que o de um país que tem o solo desnudado, árido.

É quase um crime permitir-se que num país que está ainda sem agricultura, devaste-se as florestas.

E, no entanto, o governo consente tal, atraindo ainda ondas de imigrantes, na sua maior parte mais consumidores do que produtores. Parece-nos que o governo tem cometido gravíssimo erro [a] respeito da imigração.

Voltaremos ao assunto (RIO GRANDE DO SUL, 02/06/1892, p. 1).

Não deixa de ser surpresa que uma sociedade em plena transformação, rumo à “modernidade”, ao “progresso” e cujo novo século estava batendo à porta, as florestas serem consideradas essenciais, e sua preservação, necessária. Ainda mais se levarmos em conta que o jornal que publicava tal editorial era um veículo ligado ao castilhismo positivista. Do seu lado, o *Eco do Sul* do dia 3 de junho comenta o texto, “dirigindo aplausos” ao seu articulista em relação “à destruição das matas” (ou seja, concordando com ele), mas vai além, tocando em um ponto que considero central:

O *Rio Grande do Sul*, em editorial, defendeu ontem boa causa quanto à imigração

Para que seja mais profícua e de melhor orientação a crítica, deve o novo órgão atender a uma questão capital: **a nacionalidade brasileira está em formação**; deve por isso o governo exterminar de um só golpe a imigração oficial.

Venha quem quiser, porém que a ninguém se convide para vir.

E sem casa não se pode dar agasalho a hóspedes (ECO DO SUL, 03/06/1891, p. 1) [grifo meu].

As folhas parecem concordar que o malefício advinha do apoio público para a atração de imigrantes, com o *Rio Grande do Sul* dividindo a

responsabilidade entre a “qualidade” das pessoas que aqui chegavam e a política governamental para o assunto, enquanto o *Eco*, igualmente crítico ao aspecto político, defendia que poderia vir quem quisesse, desde que com seus próprios recursos. Afinal, para o jornal, a “nacionalidade brasileira está em formação”, mas, vou além e diria que a nacionalidade, nesse momento específico, está em uma tentativa de (re)fundação, a partir de dois elementos basilares: a extinção do trabalho escravizado em 1888 e a instauração da forma republicana de governo em 1889, eventos ainda muito recentes. Esses dois elementos, combinados às massas de imigrantes europeus que aqui aportavam, poderiam sinalizar um movimento de formação de uma outra nacionalidade, uma outra identidade, que não era nem aquela deixada para trás (para o bem e para o mal), nem a que se via naquele momento, mas algo que *viria a ser* (em construção, portanto, não pronto).

Ainda sobre a imigração, o *Rio Grande do Sul* apresenta um terceiro ponto a respeito dos perigos que representam (ou trazem):

Nos Estados Unidos da América do Norte, onde poderemos encontrar muito exemplo para nós outros, **não são recebidos os imigrantes que não sejam sadios**, nem os que, portadores de moléstias infecciosas ou contagiosas, possam prejudicar a saúde pública.

Pois, apesar da vigilância, apesar da ordem que se observa neste exame, mais de uma moléstia comunicativa tem ali sido levada pelos imigrantes.

Que diremos nós agora a nosso respeito?

Os imigrantes chegam aqui e imediatamente estão livres.

Podem trazer-nos os mais perniciosos miasmas, podem trazer-nos os ativíssimos germes da tuberculose e da sífilis, e nós, completamente desarmados contra essa possível invasão de males, nada mais teremos que fazer senão esperarmos com paciência por um tempo em que um governo mais hábil, mais cuidadoso e mais prático nos venha livrar do peso deste como de muitos erros que estão abatendo (RIO GRANDE DO SUL, 03/06/1891, p. 2) [grifos meus].

Aqui trata de algo mais prático, mas que assusta a todos, especialmente a quem, como os rio-grandinos, são os primeiros a entrar em contato após o desembarque desses imigrantes, os primeiros a ser contaminados com os “miasmas” e “germes” trazidos pelos imigrantes que o governo, de forma incompetente e irresponsável segundo o diário, trata da questão. Relevante notar que o elemento imigrante, embora inserido em uma “construção da nacionalidade”, não é reivindicado ou mesmo disputado por nenhum dos lados na construção identitária interna ou externa. Preferem recorrer ao passado para

tal artifício, como fez o *Rio Grande do Sul* em 9 de julho de 1891, em um artigo de natureza histórica (sem assinatura), afirmando que, em Bagé, “os aguerridos e nunca vencidos Minuanos, nossos primitivos antepassados [...] foram os progenitores da raça rio-grandense” (RIO GRANDE DO SUL, 09/07/1891, p. 1). Vincular um povo “aguerrido e nunca vencido” à identidade do habitante do mais meridional estado do Brasil, é um exemplo de construção de identidade interna buscando no passado um atributo que julga ideal no presente para legitimar seu mito fundador, no qual não cabiam os imigrantes. Porém, a palavra “imigrante” parece que era utilizada apenas em sua forma depreciativa (aqueles que vieram sob a tutela do governo, os mais pobres). Os demais, eram os “estrangeiros”. E, a estes, era dispensado tratamento diferente. Alguém, sob o pseudônimo “Prud’Homme”, em texto de primeira página intitulado “Os estrangeiros no município” defende que a ideia de “aproveitar na gestão de negócios municipais os bons serviços e a inteligência dos estrangeiros” (RIO GRANDE DO SUL, 12/09/1891, p. 1). O assunto volta à pauta do jornal na edição dos dias 16, 17 e 19/09/1891, sempre na página 1 e com o mesmo título, ou seja, em uma longa e destacada exposição de como o elemento estrangeiro “capacitado” ou o “proeminente imigrante”,⁶⁹ aquele que atingiu posição de destaque (sobretudo econômico) na sociedade em que estava inserido, poderia contribuir para o enriquecimento da nação, sobretudo admitido no serviço público. Curiosamente, a própria Constituição de 14 de Julho vedava, aos não nascidos no Rio Grande do Sul, ocupar a presidência do estado.⁷⁰ Haveria, por parte da folha castilhista, um desalinhamento com o pensamento estadual ou algum interesse local específico? Destaco que o período em que foi publicada a série de artigos é posterior à saída de Mário de Artagão, ou seja, a folha estaria já totalmente inclinada ao castilhismo e abandonado a ideia de “neutralidade”.

A fronteira com o Uruguai, por sua vez, conjuga melhor os aspectos identitários e é onde mais a tensão de uma guerra iminente pode ser sentida. O *Rio Grande do Sul* noticia que, de Bagé, “seguiu para sua fazenda no Estado

⁶⁹ O termo foi cunhado por SCOTT, 2000.

⁷⁰ Tal disposição constava no Art. 12º, que tinha a seguinte redação: “Nenhum cidadão poderá ser escolhido para presidente, se, além de reunir as condições gerais de elegibilidade estatuídas na Constituição Federal, não for rio-grandense nato, não residir no Estado e não tiver mais de trinta anos de idade.

§ Único. Exigem-se os mesmos requisitos quanto ao vice-presidente”. (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, de 14 de julho de 1891).

Oriental o Sr. Cândido Xavier de Azambuja. Acha-se no exercício do cargo de delegado de polícia deste termo, na qualidade de 2º suplente, o cidadão João A. Damé” (RIO GRANDE DO SUL, 18/06/1891, p. 2). Não é desconhecido que muitos líderes federalistas da fronteira possuíam terras dos dois lados (brasileiro e uruguaio), mas é menos comum atribuir essa característica também a castilhistas. A fronteira era “móvel” ou “fluida” para ambos os grupos políticos, com uma certa predominância aos federalistas pela proximidade com os *blancos*, conforme já citado, mas estava longe de ser uma zona exclusiva, a oriental.

O *Eco do Sul* traz, em letras garrafais, a palavra “Grave”, afirmando que “telegrafaram de Montevideú ao *Jornal do Rio*: ‘o coronel Garcia ordenou que fossem distribuídas patrulhas na fronteira do estado do Rio Grande do Sul” e, a 13 do mesmo mês (maio), teria publicado *La Razón*, do Uruguai: “circulou a notícia de que tinham havido movimentos subversivos na província do Rio Grande”, e que, segundo o diário oriental, tanto informações particulares quanto comunicações oficiais, havia respondido o governo de lá “imediatamente” ao marechal Deodoro, e afirmando “que cumpriria todos os deveres da boa vizinhança, havendo já expedido ordens neste sentido” (ECO DO SUL, 03/06/1891, p. 2). Ainda de acordo com a folha, o *Diário Oficial* publicou nota negando ter pedido qualquer auxílio ou apoio ao Estado Oriental. Retruca o Eco: “isto quer dizer, em trocos miúdos, que são mentirosas todas as declarações, de caráter oficial, feitas pela imprensa de Montevideú. Esperemos pela verdade... verdadeira” (ECO DO SUL, 09/06/1891, p. 2). No dia 14 de julho o assunto volta à tona, com a notícia de que o ministro (equivalente hoje ao cargo de embaixador) brasileiro em Montevideú, Ramiro Barcelos, escreveu ao *La Razón* contestando que o governo brasileiro havia pedido auxílio na fronteira com o Rio Grande do Sul. O que teria pedido, segundo o ministro, seria “vigilância nas fronteiras” (ECO DO SUL, 14/07/1891, p. 2). Dias antes, o mesmo jornal havia noticiado, sob o título “Boatos”:

A União Nacional de Bagé refere o seguinte:

“Anteontem e ontem estiveram de prontidão e impedidos em seus respectivos quartéis o 5º Regimento de Cavalaria, o 4º de Artilharia e o contingente de Infantaria, correndo a esse respeito várias versões na cidade.

Fala-se em revolução, fala-se de graves sucessos no Congresso Nacional contra o marechal Deodoro, presidente da República; fala-se ainda que S. Ex. está preso.

Nada se sabe ao certo, senão que anda muita coisa no ar, que o horizonte está carregado e que pode de um momento a outro desencadear medonha tempestade.

O telégrafo esteve ou está ainda trancado para Porto Alegre. É provável que para o Rio de Janeiro também o esteja.

Repetimos a pergunta com que encabeçamos estas linhas e que todos a fazem neste momento:

– Que haverá...?” (ECO DO SUL, 10/07/1891, p. 2).

O *Eco* não se compromete diretamente com os tais “boatos”, apenas transcreve a notícia referida pela folha de Bagé, mas, ajuda a trazer a atmosfera de conflito iminente, uma revolução contra Deodoro com consequências e desdobramentos no estado e na região. Reforçando o argumento das conexões do ambiente nacional com o local, a folha noticia, apenas 6 dias depois:

Movimento de forças

Seguiu ontem para a cidade de Bagé uma força do 12º [Batalhão] de Infantaria, composta de 6 oficiais e 84 praças, sob o comando do major fiscal do mesmo corpo, Manoel Clímaco dos Santos Souza.

Ignora-se o motivo que determinou esse transporte por telegrama urgente do comando das armas (ECO DO SUL, 16/07/1891, p. 2) [grifo meu].

“Há muita coisa no ar”, já referia a transcrição do jornal bajeense, e esta notícia, com o *Eco* afirmando que ignorava o motivo que determinou o deslocamento a partir de “telegrama urgente” ajudava a manter o clima de insegurança e possibilidade de guerra a qualquer momento, que poderia ser tanto com vistas ao presidente da república, quanto ao governador do estado, uma vez que Bagé, cidade com forte presença oposicionista (foi lá fundado o Partido Federalista, por exemplo), eram de lá ou possuíam bases e/ou propriedades de um ou do outro lado da fronteira importantes líderes como Gaspar Silveira Martins, João Nunes e Francisco da Silva Tavares, enfim, se alguma agitação fosse ocorrer que envolvesse as oposições, a cidade fronteira estaria certamente ligada aos acontecimentos, sendo a nota do deslocamento da tropa um indício nesse sentido.

No dia 27 de julho, o *Rio Grande do Sul* também dá espaço aos “boatos”. Sob a epígrafe “Será sério”, diz que a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em

sua edição do dia 8 de julho, recebeu o seguinte telegrama de seu correspondente em Montevideu:

“Circulam novamente boatos de revolução no Rio Grande do Sul, e diz-se que o movimento anunciado rebentará no dia 15.

Fala-se em um depósito considerável de espingardas Winchesters escondidas no departamento de Salto e destinadas à revolução, acrescentando-se que o governo recebeu comunicação nesse sentido. Recorremos às fontes oficiais para colhermos informações e foi-nos respondido que quando esses boatos circulam não se lhes dá crédito. Entretanto, parece que se vai proceder a averiguações para saber se efetivamente existe ou não o depósito de Winchesters no Salto a fim de cumprir-se os deveres de boa-vizinhança”.

-

O mesmo jornal publicou o seguinte telegrama:

Montevideu, 8 – Segundo corre aqui, está para rebentar uma revolução no Estado do Rio Grande do Sul (Agência Havas).

Seria receio de revolução o movimento de tropa que se operou em dias do corrente mês neste Estado?

Parece que tudo não passa de *broma* de nossos vizinhos (RIO GRANDE DO SUL, 21/07/1891, p. 1).

Enquanto o *Eco* parece deixar a questão no ar, o *Rio Grande do Sul* fala em averiguações, boatos sem crédito e “piada” dos vizinhos, uma vez que tal sugestão vem após citar o “movimento de tropas”, saindo do Rio Grande em direção à Bagé, noticiado pelo *Eco* dias antes. A situação estaria, segundo o jornal castilhistas, aparentemente sob controle no Brasil e no Rio Grande do Sul. Dois dias depois, porém, noticia publicação do *União Nacional*, de Bagé, sob o título “Revolução”:

Segundo comunicação recebida pela *União Nacional*, foi chamada no serviço ativo, a Guarda Nacional do município de Sant’Ana do Livramento, em consequência de se ter espalhado o boato de estar prestes a rebentar uma revolução naquela cidade.

O 12º Regimento de Cavalaria acha-se de prontidão.

Acham-se acampados junto à cidade três corpos da Guarda Nacional, sendo um ao mando do tenente-coronel Ismael de Vargas, outro do tenente-coronel Bento de Melo e o outro do major Joaquim da Rosa.

Esperavam-se todos os dias mais dois corpos sob o comando do tenente-coronel Ataliba José Gomes e Aarão Cardoso.

O povo em massa emigra para o Estado Oriental conduzindo a cavallhada que possui.

Espalhou-se, segundo o mesmo jornal, que o general Astrogildo marchava sobre Livramento com uma força de 800 homens (RIO GRANDE DO SUL, 23/07/1891, p. 2) [grifo meu].

Na nota, o tom adotado é diferente do anterior. Embora ainda diga se tratar de boato da iminência de uma agitação bélica, não nega a grande movimentação de forças militares naquele local, nem mesmo a “emigração em

massa” do povo levando consigo seus cavalos. Poucos dias antes, o *Eco* também abordava assuntos daquela cidade:

O *Canabarro* dessa data relata mais um ato ilegal, e ao mesmo tempo perturbador, por parte do castilhanismo daquela cidade. Refere o honrado órgão:

“Segunda-feira última, na casa de residência do Sr. dr. Campos, reuniram-se, em seção secreta, os srs. General inspetor de fronteiras, comandante superior interino da Guarda Nacional e vários membros do partido governista, afim de deliberar sobre diferentes assuntos.

Apesar do sigilo com que se fez a reunião, podemos obter informações de que os governistas andam assustados, temendo uma revolução, que, dizem, estar em casa, e cremos que, **para sufocar o movimento sedicioso, só existente nos cérebros governistas**, foi resolvido na reunião secreta fazer recrutamento da Guarda Nacional.

Para este fim, dizem-nos, já seguiu para a campanha o tenente coronel Ataliba Gomes, comandante de um dos corpos da Guarda Nacional.

Quer-nos parecer que há neste caso precipitação da parte do Sr. comandante interino da Guarda Nacional, pois que esta só se pode mobilizar em casos excepcionais e não consta que haja casos excepcionais a requisitar a mobilização de nossa *briosa*.

E não é somente precipitação da parte do Sr. tenente-coronel João Fernandez; S. S., abusando da superioridade do posto que lhe foi confiado, autoriza ou determina um ato ilegal, como é o recrutamento, pois que ele foi abolido pela Constituição do país.

Protestamos, pois, ainda bem em tempo, contra este ato ilegal do Sr. tenente-coronel João Fernandes, e prevenimos a todos os cidadãos em geral que o recrutamento foi abolido pela Constituição política do país.”

Este *movimento secreto* coincide com os boatos espalhados em Porto Alegre, segundo noticia o *Rio Grande*, sobre a prisão de alguns dos nossos amigos de Sant’Ana do Livramento, e entre eles o enérgico redator do *Canabarro*, o Sr. Cabeda.

Que plano será esse... (ECO DO SUL, 18/07/1891, p. 2) [grifo meu].

Ao passo que o *Rio Grande do Sul* constrói a narrativa de que a marcha, e a organização das forças oficiais, é preventiva, e ela só existe face aos boatos (e ameaças) disseminadas na fronteira, causadores do sofrimento do povo, sendo obrigado a emigrar em função da ameaça de revolta, o *Eco* privilegia as arbitrariedades e ilegalidades do castilhanismo, que não teria motivos para agir como age, concentrar forças e recrutar membros para as hostes militares, porque o perigo da guerra seria um desvario governista, só existindo em sua mente. Poderia ser uma tentativa de tornar injustificadas as ações e perseguições castilhistas (já que, para a folha, não haveria motivos para tal) e, ao mesmo tempo, acobertar um movimento de organização de um conflito que já ensaiava seus primeiros passos. A região da fronteira, em especial àquela com o Uruguai, era estratégica tanto para a reunião de forças de ataque, no caso dos

federalistas, como de defesa e rechaço inicial, por parte do governo, por isso se explica a preocupação, ações e movimentações naquele local.

No mesmo dia, sobre Bagé, confirma a chegada da força deslocada do Rio Grande, sem, contudo, saber o motivo de estar ela lá, “apenas que tiveram ordem de partir para esta cidade com toda a pressa, em virtude da requisição das autoridades daqui” (ECO DO SUL, 18/07/1891, p. 2). As notícias sobre o recrutamento castilhistas seriam destaque ainda nas edições dos dias 21 a 24 de julho, e, à 29, o jornal informa brevemente que teria retornado, de Bagé, o 12º Regimento de Infantaria (ECO DO SUL, 29/07/1891, p. 2). Na mesma edição, ganha destaque uma notícia que discute um assunto recorrente quando se fala em Revolução Federalista: o contrabando da fronteira como causa (uma delas, pelo menos), da revolta. Reproduz notícia do *Mercantil*, de Porto Alegre, na seção da Assembleia dos Representantes do estado, em que se tratava uma moção sobre o levantamento das chamadas zonas fiscais⁷¹, quando discursava o deputado Alencastro sobre não haver razão de conservar a medida porque “o comércio da fronteira não é contrabandista”, teria sido apartado pelo “conselheiro Orlando”: “Entre cá e lá, mas fadas há. São todos contrabandistas os negociantes da fronteira como os daqui. É só agarrar. Sabe-se até quais os negociantes que fizeram fortuna”, que prossegue acusando que, em Porto Alegre, “até empregados públicos fazem deste negócio, todo o mundo sabe, eles são apontados a dedo!” Este aparte teve, segundo o diário, vários protestos, entre os quais o do “dr. Luiz Englert” que disse: “o comércio lícito de Porto Alegre, este que luta com todas as dificuldades, que agradeça ao representante do estado, o juízo altamente significativo que faz da sua moralidade!”. Tal destaque merece atenção por, parece-me, tentar agradar a classe comerciante, colocando um representante castilhistas em evidência negativa tanto em face dos descontentamentos dos comerciantes da fronteira com as zonas fiscais, quanto

⁷¹ As zonas fiscais foram, segundo Gunter Axt, criadas pelo Decreto nº 196, de 1º de fevereiro de 1890, que, junto com a Circular de 28 de Fevereiro de 1890, proibiam a concessão de guias de trânsito para mercadorias ingressas no país pela fronteira. A medida foi ratificada pelo Decreto nº 805, de 4 de outubro de 1890, o qual, com base no Artigo 644 da Consolidação de Leis das Alfândegas de 1885, conformou as zonas fiscais em ¼ de légua além da linha divisória das municipalidades fronteiriças, o que trouxe sérios prejuízos ao comércio da região, pois, conforme Axt, “efetivamente, o fluxo do comércio se alterou e os clientes da fronteira passaram a consumir nas praças do litoral”. Com as demandas aumentando, a insatisfação crescendo e os boatos de revolta se avolumando, o Governo Deodoro da Fonseca, “com a interferência de Júlio de Castilhos, pelo Decreto nº 590, de 17 de outubro de 1891, através do seu Artigo 9º, retrogradou, abolindo as polêmicas zonas fiscais” (AXT, 2002, p. 2 e 3).

pela acusação que foi feita quanto ao contrabando enquanto prática geral do comércio estadual (fronteiriço e também o da capital) (ECO DO SUL, 29/07/1891, p 2).

No dia 18 de agosto, o *Rio Grande do Sul* também adentra o tema, sob o título “Borrasca no Sul”, vinculando-o aos líderes federalistas. Escreve a folha:

Borrasca no Sul

Com este título escreve *O Tempo*, conceituada folha da capital federal, um artigo manifestando receios de perturbação da ordem pública neste Estado.

As impressões do honrado colega foram motivadas pela leitura dos seguintes telegramas que lhe foram transmitidos de Pelotas e Porto Alegre:

“Pelotas, 7. Os chefes de oposição ao governo do estado realizaram aqui uma importante reunião, à qual compareceram o visconde de Pelotas, que veio de Porto Alegre, o barão de Itaqui, vindo de Bagé, os barões de S. Luiz e Santa Tecla e outros chefes influentes.

Nada transpirou do que foi resolvido nessa reunião.

O visconde de Pelotas e barão de Itaqui negam que o objeto de sua viagem fosse efetuar a aludida reunião, e que tinham vindo a passeio. O general Astrogildo, chefe político em Jaguarão, fez-se representar nessa reunião.

As oposições nestes últimos tempos têm desenvolvido grande atividade, enviando emissários a diversos pontos do estado.

O visconde de Pelotas, apesar de seu estado de saúde, anda sempre em viagens.

Estes acontecimentos coincidem com a atitude assumida pela imprensa oposicionista após a eleição do dr. Júlio de Castilhos para governador do estado, a qual tem publicado artigos apaixonados, clamando por submissão ou **revolução**.

-

Porto Alegre, 7. É notícia corrente nesta cidade que os **contrabandistas, prejudicados com a zona fiscal, preparam um levante armado em todo o sul do estado**, se não for abolida a zona” (RIO GRANDE DO SUL, 18/08/1891, p. 2) [grifos meus].

Não é de balde que as notícias de Pelotas e Porto Alegre estejam agrupadas sob o mesmo título, e uma seja seqüência da outra. Não é preciso muito para ligar as informações e dizer que os chefes federalistas estão preocupados com o prejuízo aos seus interesses que as zonas fiscais representam, segundo o discurso subliminar do *Rio Grande do Sul*, em uma tentativa de vincular aos federalistas a pecha de contrabandistas, foras-da-lei, ao contrário dos legalistas, observadores da lei. É um claro exemplo discursivo de construção de identidade externa, depreciativa, ao grupo adversário.

O contrabando sai de cena e as notícias envolvendo guerra e fronteira continuam. Notícia o *Eco*, sob a epígrafe “O Rio Grande e o Prata”:

A imprensa do Rio da Prata muito se ocupa com o desmembramento do Rio Grande do Sul, que deixará de pertencer à União do Brasil para ir anexar-se à República Oriental.

Encontramos a respeito a seguinte notícia no *Jornal* da capital federal: “No jornal *El Amigo del Pueblo*, de Concordia, encontramos um artigo sob a epígrafe “La República Cisplatina”, que prova ter carradas de razão quem diz que o Brasil é um grande pão de ló do qual os *amigos vizinhos* querem tirar sua fatia. Enquanto se discute Missões, para não perderem tempo, lançam eles os olhos para o Rio Grande do Sul, agitando a velha questão da República Cisplatina.

São interessantes as razões aduzidas pelo citado jornal para que o Rio Grande seja desmembrado do Brasil. Em primeiro lugar recorre a configuração hidrográfica. Depois, as razões geográficas, de clima e até de raça, pelas quais pretende provar o referido jornal que o Rio Grande deve fazer parte da República Oriental.

E, por último, o equilíbrio americano, em proveito da República Argentina, porquanto enfraquecido o Brasil, teria menos que temer aquela república.

Mas, diz *El Amigo del Pueblo*, é quase impossível que o Brasil não queime seu último cartucho para defender o seu florão rio-grandense, tão inestimável quanto rico.

E então, é ainda o mesmo jornal que fala a única possibilidade que se desenha é a anarquia que o Brasil produziu à passagem do estado monárquico para o republicano, anarquia que debilita a unidade do ex-império.

Como se vê, esperam os nossos vizinhos que o Rio Grande passe a fazer parte da República Oriental, sendo por esta absorvido. Puro engano! Se um dia se desse essa ligação, fatalmente seria absorvida a república pelo Rio Grande.

Mas, nem isso se dará, porque este estado pretende desmembrar-se do Brasil, separação que nenhuma vantagem lhe traria, nem o Brasil, como disse o citado jornal, deixaria de queimar ‘o seu último cartucho para defender o seu florão rio-grandense, tão inestimável quanto rico’” (ECO DO SUL, 15/08/1891, p. 2) [grifos no original].

Ainda que a notícia pareça infundada, tal possibilidade já tinha sido aventada pelo próprio Castilhos, de acordo com o *Eco*, em matéria principal, da mesma edição. Há duas constatações importantes a serem feitas aqui: a primeira, de que o país vizinho é visto pelos federalistas como um anexo, um apêndice, um Estado menor, e que por isso este seria absorvido pelo Rio Grande do Sul, e não o contrário. A segunda, é a tentativa de atrelar a Castilhos (e seu “castilhanismo”) a opção pela sedição, sendo então, ele um traidor da pátria, da unidade brasileira, um verdadeiro criminoso.⁷² O termo, aliás, recorrente na

⁷² Embora o elemento estrangeiro, sobretudo o uruguaio, fosse presença constante em ambos os lados em disputa, havia a tentativa de associar o outro (opositor) como sendo ligados aos “mercenários orientais”, reivindicando, implicitamente, uma identidade com o Rio Grande [do Sul] brasileiro” (FÉLIX, 1995, p. 184). Na construção discursiva que trazia termos como “pátria”, “povo”, “povo sul-rio-grandense”, cada qual buscava para si (e seu grupo) a legitimação dos atos que faziam ou dos ideais que defendiam, como autodenominados representantes verdadeiros da identidade genuína da brasilidade ou, em específico, da condição de sul-rio-grandense. Pelas páginas da imprensa, discurso e identidades em disputa serviam de suporte para a obtenção (federalista) ou manutenção (castilhista) do poder.

imprensa opositora da época, em uma – talvez – tentativa de associar com “castelhanismo”, aproveitando-se da similaridade sonora e escrita, como sendo os seguidores de Júlio de Castilhos exógenos, estrangeiros, ou ainda quanto aos métodos mais caudilhescos, embora tal associação seja mais facilmente notada no lado federalista. Pode ser somente um termo da época, sem relação com os falantes do castelhano, mas, fato é que os jornais opositoristas tinham pouco ou nenhum respeito pela figura de Castilhos nesta época, fazendo questão de grafar seu nome de forma errada, como “Júlio Castilho”, “Júlio Castilhos Prates”, em várias ocasiões e mesmo em editoriais, sugerindo duas posturas: a primeira, de tratar-se de um desconhecido e por isso não saberem seu nome direito, ou, que por ser alguém sem importância, que em breve sumiria, então não valeria a pena gravar-lhe o nome, ou ainda, e tão simplesmente, para irritar a ele e seus seguidores.

No dia 18 de agosto, há um longo artigo assinado por João José César intitulado “Rumores”:

Desta cidade, de Pelotas e da capital do estado têm sido enviados telegramas ao Centro, falando em guerra civil no Rio Grande do Sul.

A imprensa já comenta com certo interesse esses recados, transmitidos pelos correspondentes das principais folhas fluminenses, e o *Tempo* publica um editorial em que se mostra apreensivo pelo que se passa entre nós, acreditando que a revolução não tardará a manifestar-se por toda a parte, pois os elementos de resistência já estão aqui acumulados.

Como, segundo o ditado popular, os de casa são os últimos a saber do que nela se passa, os rio-grandenses somos os que menos conhecimento temos do movimento que se anuncia.

Do que temos certeza, sim, é que a revolução existe em todos os espíritos, mas em período latente, porque o atual estado de coisas não perdurará por muito tempo.

O primeiro homem que, cheio de abnegação e coragem, erguer-se contra os males que perturbam a marcha regular das coisas públicas no Rio Grande, há de forçosamente encontrar companheiros para a luta contra a prepotência constitucionalmente inaugurada em 15 [na verdade, 14] de julho de 1891.

Isto é apenas uma convicção individual, não encerrando, portanto, o característico de um plano de que possamos ter conhecimento.

Já nos externamos neste sentido, mas com a convicção de que nos falta ainda uma individualidade superior, recomendável pela coragem, pela prudência e pela firmeza, qualidades práticas essenciais para uma agitação ativa de profícuos resultados (ECO DO SUL, 18/08/1891, p. 1) [grifos meus].

As tais apreensões, a despeito do suposto desconhecimento dos preparativos e da iminência de uma guerra civil em solo sul-rio-grandense,

mesmo atribuídos a imprensa do centro do país, não deixam de encontrar certo estímulo, apesar de o redator negar saber de qualquer indício da existência de movimento nesse sentido, quando afirma que faltaria um líder, alguém que, dando início ao levante, encontraria homens decididos a acompanhá-lo em sua jornada. Admitia, talvez apelando aos brios dos opositores, que faltava ainda “uma individualidade superior” para dar início e liderar tal empreitada, uma “agitação ativa de profícuos resultados”, ou seja, uma revolta que conseguisse seu intento: derrubar Castilhos e revogar a Constituição de 14 de Julho.

Aliás, sobre ela, nos curiosos anúncios-políticos do *Eco*, aparecia, travestida de notícia, uma nota intitulada “A Constituição”. Dizia: “Toda a imprensa do Estado, sem excluir os jornais redigidos por velhos republicanos, atacam o plano de Constituição do Sr. Castilhos”. Prossegue, afirmando que se tratava de um movimento de revolta digno das mais sérias atenções. Conclui que “igual *sucesso*, senão superior, só tem sido obtido pelas gotas de cocaína de Pasquier & C., sempre eficazes contra as nevralgias dentárias” (ECO DO SUL, 12/07/1891, p. 1, com grifo no original). De semelhante natureza se repetiria uma chamada, sob o título “Fala-se em revolta”, imiscuído entre outras notícias:

Andam por aí a assoalhar que é grande o movimento em toda a parte, por causa da abolição dos privilégios. A **pedantocracia** está furiosa, porque vê prestes raiará a extinção do reinado das *bulas falsas*. É profícua a revolta, tanto mais por saber-se que cada vez mais se impõe o xarope calcáreo balsâmico, o maravilhoso estrangulador da tuberculose. Não se iludam os incautos quanto aos que espalham rumores. Tudo isso é para arredar as atenções dos apologistas da Esmaltina, o belo preparado dentifrício de Pasquier & C., já universalmente reconhecido como o melhor de todos (ECO DO SUL, 06/08/1891, p. 2).

O termo “pedantocrata” (do qual a designação “pedantocracia” deriva) já havia sido utilizado para referir-se ao castilhismo em ao menos dois textos, nas edições de 2 e 18 de agosto de 1891, tendo a peça publicitária se “apropriado” do vocábulo crítico ao governo. Ainda haveria uma última notícia sobre o estado de ânimos em vigor no Rio Grande do Sul, a expectativa ou ideia da iminência de uma guerra e seus motivos, que respingava até mesmo nos anúncios. Há dois exemplos veiculados sobre ela, diretamente, nas páginas do *Eco*:

Fala-se de novo que teremos sérios movimentos no Rio Grande, que está sentindo a necessidade de romper com todas as opressões.

Quanto a nós, a revolução já está encaminhada, mas em pleno regime industrial, tendo a primazia em preparados farmacêuticos o xarope calcáreo balsâmico feito segundo a fórmula do Sr. Ramiro Barcelos. Vai de triunfo em triunfo o invencível debelador das tuberculosas (ECO DO SUL, 1º/07/1891, p. 2).

E, em manchete denominada “Lá se foi a revolução!”, dizia:

A 7 de Setembro, a capital do estado esteve em alarma, com guardas reforçadas e a polícia de prontidão. Disseram ao Sr. **Castilho Prates** que nesse dia rebentaria a tão falada revolução, e por isso o homem acautelou-se. Indagadas as coisas, soube-se que se tratava de um grande movimento para pedidos do xarope calcáreo balsâmico de Pasquier & C., o enérgico debelador das enfermidades pulmonares.⁷³ Mesmo assim não foi pequeno o susto que raspou o Sr. Prates... (ECO DO SUL, 16/09/1891, p. 2) [grifo meu].

De maneira proposital, alterou-se a ordem do sobrenome de Júlio de Castilhos e subtraiu-se o “S”, no espirituoso anúncio. Simples coincidência ou piada do redator, o dia 7 de setembro daquele ano havia sido marcado pelo episódio da “noite das bengaladas”, conforme visto anteriormente, fato que seria um divisor de águas e que demarcaria o acirramento de ânimos do *Eco*, no qual era veiculado esse anúncio, com a folha assumindo de forma mais ferrenha sua oposição e recrudescendo as acusações ao castilhismo.

Até esse momento que encerro o recorte das 100 primeiras edições, a cidade do Rio Grande tem envolvimento periférico com a situação política mais tensionada entre a capital e a fronteira, especialmente a uruguaia, isso talvez ajude a explicar porque os jornais locais aqui analisados, tratam dos episódios como “boatos” trazidos de fora, ou da capital federal, ou dos jornais fronteiriços. Como os fatos mais notáveis eram as notícias do deslocamento (fornecimento) de tropas para outras praças (no caso, daquele momento, a de Bagé) e, dada a importância tanto estratégica quanto econômica de uma das maiores cidades do Rio Grande do Sul, era de se esperar que algum fato político surgisse para a inserir também no mapa da guerra que se ameaçava vir, e a “noite das bengaladas”, com a acusação de tentativa de assassinato de Alfredo Rodrigues de Oliveira, proprietário da folha opositora *Eco do Sul* pelo castilhismo, é o início dessa inserção, dessa narrativa maior federalista, cujos desdobramentos se darão a seguir.

⁷³ Conforme se verá na tabela 4, na sequência.

2.3 MISTÉRIO NA TRAMA: DE ONDE SURTIU ESSE PICA-PAU?

Pica-pau foi, sabidamente, o termo escolhido pelos federalistas para denominar os castilhistas, sendo também o segundo mais usado para tratar dos rivais políticos pelo Eco do Sul, por exemplo. Tanto o termo como seu uso, adotado e já bastante disseminado em meados de 1891 (o que sugere sua cunhagem a período ainda anterior), precede qualquer guerra e sendo mais antigo do que o designativo rival (maragato) que teria uma aplicação inicial restrita aos mercenários de origem oriental, somente durante o conflito bélico passou a designar todos os federalistas em uma construção identitária externa até ser absorvido pelos próprios federalistas como qualitativo.

Penso que a origem e o significado do termo pica-pau, até hoje, não têm explicação satisfatória, talvez por ter sido o projeto castilhista vencedor, e este nunca ter aceitado a alcunha (ao contrário dos federalistas, que absorveram o antes pejorativo termo “maragato” como seu designativo), o que torna difícil (re)construir uma versão convincente. Parto da premissa que consideravam (e este deveria ser) depreciativo, então as explicações comumente disseminadas são bastante frágeis, e nenhuma delas aponta em livre associação a “desonra” ou “vergonha”; ao contrário. Porém, se assim fosse, por que a rejeição ao designativo?

Vejamos: o *Vocabulário sul-rio-grandense*, editado em 1898, traz uma sucinta explicação para o termo: “adjetivo: alcunha que os rebeldes rio-grandenses de 1893 davam e dão aos republicanos ou legalistas” (CORREA, 1898, p. 159). A historiografia da Revolução Federalista costuma destacar outros detalhes e diferentes versões. A primeira é a associação com as cores e indumentárias, como a cor vermelha do “bonet” que usavam (VILALBA, 1897, p. 53), o “enfeite amarelo na barretina” (FLORES, 2016, 39), ou ainda as “divisas brancas que os governistas levavam nos chapéus” (REVERBEL, 1985, p. 12), não apenas são contraditórias entre si (ora vermelho, ora amarelo, ora branco), como, na segunda hipótese seria pelo “som das armas detonadas” parecendo o som do pássaro bicando as árvores (FLORES, 2016, 39), elas se referem ao período da guerra propriamente dita, ou seja, entre 1893 a 95, e mesmo nela as cores como designativos de um ou outro lado do conflito são problemáticas, não sendo possível divisar, somente através delas ou de adereços quem era

maragato e quem era pica-pau, especialmente na região da fronteira (LOPES, ANDRADE e BRASIL, 2021, p. 136-137) palco da maior parte dos combates. Conforme apresentado acima, pica-pau como sinônimo de governista (ou, antes, seu defensor, o que faria sentido a ligação militar) já era um termo comum e de fácil reconhecimento e associação em 1891, do contrário não teria sido usado pelo *Eco* e pelo *Rio Grande do Sul*. Mas, que governista seria esse? O nacional? O local, de Castilhos? Ambos? A explicação cai por terra quando se percebe que o termo foi mantido mesmo quando Castilhos não estava mais no poder e, portanto, **não era mais o governo**, estando sem o comando direto ou o apoio dos militares nas instâncias federal e estadual (como a recorrência do uso do termo “pica-pau” pelo *Eco do Sul* entre dezembro de 1891 a maio de 1892, por exemplo, segundo meu levantamento).

Voltando ao elemento militar como inspirador/motivador da alcunha, a figura abaixo é sintomática:



FIGURA 3: Capacete da artilharia republicana utilizada entre 1890 e 1894

Fonte: BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército brasileiro (1730-1922)* Publicação oficial do Ministério da Guerra comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: A. Ferroud-F. Ferroud, Succ., 1922, p. 68.

Na imagem, extraída de uma publicação oficial do governo federal, e que reproduz a parte superior do fardamento militar brasileiro de 1890, percebe-se o “penacho” do capacete; mas que mais se assemelha a um rabo de cavalo, se fôssemos fazer uma associação animal, em nada lembrando o “topete” de um pica-pau. Na mesma obra, Gustavo Barroso explica que a próxima mudança nos uniformes só se daria em 1894 (BARROSO, 1922, p. 69). Portanto,

cronologicamente, é descartada a hipótese. E ainda, se for mesmo a partir do elemento militar o apelido: seria alguma variante do Exército? Da Guarda Cívica? Da Brigada Militar, que usava as tais “metralhadoras”? Desta não pode ser, uma vez que foi criada em 1892 e o termo a precede. Insistindo na explicação ligada as forças armadas oficiais: se, efetivamente, o termo fosse ligado a elas, não seria a elas circunscrito? Por que extrapolaria sua abrangência para designar aos civis, do PRR? Os políticos seguidores de Castilhos, republicanos históricos, não eram militares em sua maioria.⁷⁴ Como demonstrado na citação da página 68 (“mais engraçado é o *Tobias* quando dá a entender que o *Eco* não vai para os *pica-paus* porque estes não o querem”, grifos no original), não parece, aqui, tratar-se de construção de identidade interna uma vez que o personagem Tobias era irreverente, e se valia de sarcasmo e ironia tanto para si quanto para seus oponentes discursivos. Já o *Eco*, não só utilizava do expediente para dizer que não era pica-pau, como reforçar que o redator da “Revista local”, e por extensão o jornal que a abrigava, eram.

Chama a atenção, porém, uma despreziosa nota dentro da seção “Caleidoscópio comercial”, que era escrita por um colaborador do *Rio Grande do Sul* antes mesmo da chegada de Mário de Artagão), e que noticia a ação de um “roubo importante” em uma ourivesaria local, cuja nota termina na certeza de o subdelegado conseguir “armar a ratoeira para pegar o *pica-pau do alheio*” (RIO GRANDE DO SUL, 16/08/1891, p. 1). Os grifos estão no original. A expressão “amigo do alheio” como eufemismo para ladrão é bem conhecida, mas “pica-pau do alheio” pode tanto significar expressão corrente (então faz sentido a rejeição, senão informal e jocosamente, do termo, pelos governistas) ou foi proposital, mas, esta hipótese é questionável, uma vez que a seção referida ocupava posição de destaque na folha governista, sempre na primeira página, abrindo o jornal, quando veiculada e era caracterizada pelo tom sério, afinal, era dirigida ao comércio local, uma importante fonte de renda e credibilidade para o jornal.

Penso que é suficiente para denotar o caráter pejorativo do termo. Todavia, pretendo ir além: ainda que inconclusivas, trago duas hipóteses, a

⁷⁴ O caso mais emblemático, o de Pinheiro Machado, sabidamente foi militar durante a Guerra do Paraguai, porém desde 1878 era o Direito sua área e, de 1889 até 1893, exerceu o cargo de senador da República, voltando apenas ao Rio Grande do Sul com a guerra deflagrada (1893) para organizar e comandar a Divisão do Norte.

primeira baseada em um fato (os significados do termo) e a segunda, um exercício de conjectura empírica, que considero explicações de origem mais coerentes, ainda que, para responder definitivamente à questão, seria necessário respaldo maior em documentos da época,⁷⁵ que poderiam atestar se são ou não válidas ou qual (quais) explicação (ou explicações, pode haver mais de uma, igualmente providas de sentido) é a sua real origem.

Consultado o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, “pica-pau”, tem as seguintes definições:

[Ornitologia] Ave passeriforme insetívora (*Ifrita kowaldi*) da família dos ifritídeos, endêmica da Nova Guiné, de plumagem parda e amarelada, com o alto da cabeça azul e negro, que secreta para a pele e para as penas uma toxina potente para se defender de predadores.

[Brasil] [Armamento] Espingarda antiga de pequeno alcance, de carregar pela boca. = LAZARINA

Origem etimológica: árabe *ifrit*, gênio maléfico.⁷⁶

Tal explicação traz vários e tentadores argumentos (toxina, gênio maléfico), porém, mesmo entendendo que não fosse impossível que parte da elite intelectual pudesse conhecer e fazer a associação ao nome científico, e até mesmo a origem etimológica do nome popular da ave, considero pouco provável e complexa a associação. Mais provável é o segundo significado, atribuído ao Brasil: uma “espingarda antiga de pequeno alcance, de carregar pela boca”. Ora, o castilhismo, em especial seu líder, Castilhos, era bastante conhecido pela sua retórica, com seu discurso sendo sua mais poderosa arma, desde os tempos de redator de *A Federação*. Então, “municar pela boca”, faz sentido. E o pejorativo seria seu “pequeno alcance”, em uma espécie de desdém de até onde esse poder de fogo teria efetividade.

Outra hipótese, esta mais livre e, de certa forma, “ousada” é conjecturar a analogia que o som contínuo e repetitivo das batidas do bico da ave contra o tronco pode evocar um aspecto peculiar do próprio Júlio de Castilhos: sua gagueira. Quem é portador de tal distúrbio neurobiológico costuma titubear, “travar” no início das palavras, e, em outros casos, repetir, por vezes de forma bastante rápida e sequencial, sílabas iguais, o que poderia ser facilmente

⁷⁵ Nos jornais “sérios” tal explicação talvez não apareça, quiçá em algum caricato/satírico, o que merece futura investigação específica.

⁷⁶ “Pica-pau”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2023. Disponível em < <https://dicionario.priberam.org/pica-pau> > Acesso em: 28 ago, 2023.

utilizado como troça associando sua condição de fala ao som produzido pela ave, que repete o mesmo som ao bicar a madeira. Então ele seria o pica-pau, assim como seus seguidores, que “repetiam” tudo o que dizia. É importante lembrar que Júlio de Castilhos atuava desde os anos 1880 como redator de *A Federação*, com artigos publicados regularmente até abril de 1892, ou seja, ele vinha repetindo o assunto há bastante tempo, ou “batendo no mesmo ponto” tal qual fazem os pica-paus até atingir o seu objetivo.⁷⁷ Talvez tenha surgido de forma oral e informalmente, jocosa até, mas certamente depreciativa, a ligação do “tac-tac” do pica-pau às repetições de emissões sonoras na fala (habilidade de falar, não discurso) de Castilhos, e sua disseminação, ainda que assimilada e reverberada amplamente, não tenha sido externada a explicação ou por ser de “invenção” incerta, ou por ter significados “indignos”, ou pouco confessáveis, de serem publicados em jornais, por exemplo. Não se trata de uma ideia solta: encontro paralelo em Ramiro Barcelos, que escreveu a famosa obra *Antônio Chimango – Poemeta campestre*, cujo alvo era Borges de Medeiros. O termo “chimango” designava, ao mesmo tempo, Borges e seus seguidores. Pode ser apenas coincidência, mas também não poderia ser uma inspiração e herança de outra ave, o “pica-pau”, já morto?⁷⁸

Ainda que especulações, mera teoria, considero estas duas explicações mais críveis. Parece-me que o termo, para obter tal sucesso e penetração, teve um componente de identificação fácil e direta e que, além de ser depreciativa, levasse a desqualificação, ou mesmo o deboche instantâneo, provocasse o riso imediato, em relação aos oponentes, e ambas atendem a esse requisito.

⁷⁷ A seleção e compilação dos seus mais emblemáticos artigos publicados nas páginas de *A Federação* foi feita por Martins, Silva e Neves (2003).

⁷⁸ Como estudioso de longa data da produção discursiva de Ângelo Dourado (médico, político e escritor federalista), o termo “pica-pau” não é utilizado por ele para o sucessor de Castilhos, Borges de Medeiros, presidente do estado a partir de 1898. Desde 1896, é seguro afirmar que Dourado, um dos maiores publicistas da causa federalista, não fez uso da expressão quando se referia, em seus escritos, ao seu momento presente ou ao futuro, seja em livros, folhetos ou crônicas publicadas nos jornais, até 1905, ano de sua morte. Aliás, chama a atenção que ele próprio não utiliza o termo, talvez por julgá-lo inapropriado, sendo um intelectual (OLIVEIRA, 2010, p. 83-92), e só menciona quando transcreve ditos por outros, como quando, em *Voluntários do martírio*, afirma ter ouvido o alerta “os pica-paus!” como indicativo de que esses estariam se aproximando de seu acampamento (DOURADO, 1992, p. 357). Então, o “desuso” pode tanto significar uma desvinculação de Castilhos porque já não era presidente (embora continuasse a figura mais influente do partido) ou, uma “aposentadoria” a partir do armistício de 1895, cujo intento plausível seria formatar as críticas, mesmo as mais ferrenhas, para o âmbito das ideias, abandonando os pejorativos mais “baixos”. Ambas as hipóteses, contudo, dialogam com a associação do termo à figura de Castilhos.

Na tabela 4, identifico os quatro termos mais utilizados pelos dois diários para qualificar os adversários políticos. Embora o *Rio Grande do Sul* seja associado aos castilhistas e o *Eco* aos federalistas, a tabela não contempla as formas que as duas folhas se (des)tratavam, que será objeto de outra compilação. Sobre os federalistas (aqui, neste caso, o grupo político sem incluir o *Eco*), curiosamente termos associados à restauração monárquica aparecem em menor quantidade no *Rio Grande do Sul* do que dirigidos ao diário rival.

Também considero importante destacar que o termo “maragato” como designativo dos federalistas, só surge com mais intensidade no *Rio Grande do Sul* a partir de 1894, no período em que o *Eco* teve sua circulação interrompida, portanto, ficando fora desse recorte.

Tabela 4: Termos mais utilizados em relação aos adversários políticos

<i>RIO GRANDE DO SUL</i>		<i>ECO DO SUL</i>	
Termo	Predominância das incidências	Termo	Predominância das incidências
Federais, federalistas	Todo o período	Castilhano(a), castilhanista (até 1892) castilhista (pós-1892)	Todo o período
Emigrados	Junho de 1892 até 1893	Pica-pau	Todo o período
Bandidos, criminosos	Poucas menções em 1892, aumentando a partir de 1893 até 1895	“Legalista”⁷⁹	Todo o período
Sebastianistas, restauradores, monarquistas	Intensifica-se a partir de 1893	Tiranos, tirania, ditador	A partir de 1892

Fonte: o autor

Como adendo, se levássemos em conta a parte que não era prosa, ou seja, poemas, versos e sonetos satíricos, o termo “pica-pau” seria o mais recorrente. Outro termo, usado pelos castilhistas em relação aos opositores, “quero-quero” (pouco difundido, que “não emplacou”, e sugeria o modo tático de

⁷⁹ O termo aparece sempre entre aspas, conforme transcrito na tabela, uma forma estilística de pôr em dúvida o caráter “legal” dos castilhistas.

batalha dos federalistas, móvel, migratório e agressivo (associado ao comportamento do pássaro) surge a partir de 1893, com a guerra civil já em curso, mas, de igual forma, não em prosa, e, por esse motivo, o primeiro não impacta e o segundo não é tabulado, ambos por se distanciarem do escopo da análise proposta.

3 A GUERRA NO PRELO: A REVOLUÇÃO FEDERALISTA COMO OBRA PRONTA PARA SER PUBLICADA⁸⁰

“No prelo” é um jargão editorial que significa que uma obra (que pode ser um livro, um panfleto ou mesmo um jornal) está pronta para ser impressa (prelo é sinônimo de prensa, máquina de impressão). Como o título sugere, estar pronto (finalizado), não significa que o objeto esteja em circulação, mas sua gênese está concluída. A alusão que escolhi para abrir este capítulo traz a convicção que, a partir dos eventos da Revolução de 8 de Novembro (como o termo ficou conhecido à época) todas as condições estavam postas para que a Revolução Federalista, em seu recorte temporal tradicional (1893-95) ocorresse. Obviamente, no ofício do historiador não tem lugar o “se”, porém, tendo sucesso a Junta Governativa a partir da deposição de Castilhos, é possível que sequer houvesse a guerra civil, ou, caso ocorresse, situação e oposição estariam em lados diferentes.

Deixando de lado o futuro do pretérito, o 8 de Novembro de 1891 foi silenciado, minimizado ou ignorado pela historiografia dos vencedores, ou seja, pela versão castilhista assimilada pela história da Revolução Federalista (que nos legou, além do apagamento de tal evento, a perpetuação de termos depreciativos como “Governicho”, por exemplo). A retomada do interesse pela “revolução esquecida”, cujo termo de Francisco das Neves Alves (2014), tomo emprestado, é relativamente recente na escrita historiográfica (que retomarei e aprofundarei mais, oportunamente) e corrobora no sentido de ter ela exercido papel central nos rumos políticos e também bélicos do Rio Grande do Sul da última década do século XIX. Pude ver, e mostrarei nas páginas seguintes, como se deu o processo, sua relevância e impacto para a época, impressa de forma contundente nas páginas dos periódicos de todos os espectros políticos em sua origem e como, gradativamente, o castilhismo foi mudando seu discurso e se distanciando em relação ao movimento revoltoso.

O que não tenho dúvidas é sobre sua decisiva importância como **marco fundador da Revolução Federalista** em sua dimensão ampla, ou seja, compreendida como processo histórico estendido e que comporta, mas não se

⁸⁰ A partir deste capítulo e nos seguintes, volto minhas atenções às páginas 1 e 2 dos jornais analisados, ou seja, a parte editorial, opinativa e noticiosa, excluindo os anúncios e demais publicações de caráter comercial/publicitário, que compunham as páginas 3 e 4 de ambos os diários.

restringe, a guerra entre 1893-95, e, com base nos jornais analisados, o que foi publicado, como e por quem foi publicado, e o tratamento dado pelos personagens que desempenharam papéis decisivos na trama, aliada a minha interpretação analítico-narrativa dos fatos, demonstrarei o porquê da afirmativa, afinal, a força do 8 de Novembro representava não apenas uma simbologia eloquente, forte o suficiente para aglutinar forças políticas contrárias em seu período inicial, mas uma forte inspiração e aspiração por parte dos federalistas, e um certo “medo” dos castilhistas, especialmente quando da mudança discursiva em relação a ele.

3.1 MONTANDO OS TIPOS: ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS E O GOLPE DE DEODORO DA FONSECA

O início do último trimestre de 1891 ainda foi marcado sobre o “episódio das bengaladas”. A rusga entre os diários ganhou novo capítulo quando Carlos Ribeiro, identificado como “noticiarista e revisor” do *Rio Grande do Sul*, foi queixar-se de sua demissão e os motivos que levaram a ela, considerando “demasiado levar ao conhecimento do público”, justamente no concorrente, por meio de uma longa carta dirigida e publicada pelo *Eco*.

Segundo relata, o ambiente não era dos melhores naquela redação, especialmente pelas ordens contraditórias que recebia, de sócios “que não se entendem”:

E afianço que é bastante difícil em uma casa que há sócios que não se entendem, o empregado proceder corretamente como eu.
Ninguém poderá fazer uma pequena ideia do que se passa atualmente no *Rio Grande do Sul*.
O Sr. Bastos diz que só ele é que manda e não admite que o Sr. Reis faça alguma coisa sem lhe consultar, diz mesmo muito mais coisas, que talvez eu seja obrigado a trazer ao conhecimento do público.
O Sr. Reis diz não achar competência no Sr. Bastos, para contrariá-lo, censurar escritos seus, e que é mais dono do que ele; chega mesmo a dizer, como a mim disse, que estava mil vezes arrependido de meter-se com Bastos, por ser um moço de precedentes maus. E que mesmo já tinha sido censurado por pessoas respeitabilíssimas, pelo motivo de ter se associado à sua empresa o Sr. Bastos (*ECO DO SUL*, 4/10/1891, p. 2).

O trecho menciona que havia mais desentendimentos, que o autor “talvez seja obrigado a trazer ao conhecimento público”, ou seja, uma espécie

de ameaça não tão velada. E, ao tratar Bastos como “um homem de precedentes maus”, de certa forma confirma, servindo aos interesses do *Eco*, a versão difundida sobre o “escândalo no Chalet da Praça”. Mas a divulgação da carta não serviu apenas como estratégia de ataque ou desqualificação do rival, também atendeu ao propósito de acolher alguém que, segundo o próprio, mantinha “amizade” com “funcionários do *Eco*”, o que teria sido um dos motivadores de sua demissão. Porém, o que deve ter sido mais decisivo, foi o fato de seu autor ter sido testemunha “imparcial e independente” (suas palavras) em depoimento prestado sobre a briga entre Rosalvo de Azevedo e Alfredo Rodrigues de Oliveira. Tal depoimento parece ter desagradado os dirigentes do *Rio Grande do Sul* a ponto de despedi-lo. Importante notar que ele era “revisor”, então, muitas das críticas do *Eco* em relação a erros de grafia e tipográficos podiam ser atribuídos ao demitido, que, mesmo assim, não hesitou em procurar o *Eco*. Ao finalizar a narração dos acontecimentos e da conversa que teve com José Bastos, quem o demitiu, concluiu: “preferi deixar em paz homens tão extraordinários e fui exonerado, exultando o contentamento, por ver-me livre de personagens que Victor Hugo devia copiar nos *Miseráveis*” (ECO DO SUL, 4/10/1891, p. 2).

O *Rio Grande do Sul* não responde às acusações feitas pelo seu ex-revisor imediatamente, nem ao diário concorrente que as publicou, na edição seguinte. Prefere emitir uma brevíssima nota, dois dias depois, misturada entre várias outras de similar formato, desmentindo que houvesse “qualquer desarmonia na redação da empresa *Rio Grande do Sul*” (RIO GRANDE DO SUL, 6/10/1891, p. 2) Há, porém, uma “tréplica” na “Seção Livre”, assinada pelo mesmo Carlos Ribeiro, contestando as informações do jornal (“intima” Afonso Reis, atribuindo-lhe a redação da nota, diretamente) e faz perguntas/acusações a respeito da atuação do próprio Reis e de seu sócio, sugerindo negócios ou práticas condenáveis, por exemplo: “Por que motivo foi demitido seu sócio da antiga empresa?” e outras de tom semelhante (ECO DO SUL, 7/10/1891, p. 2). Não teve resposta.

A “verdadeira” resposta (ao seu verdadeiro destinatário, ou seja, o *Eco do Sul*) foi dada usando do mesmo expediente do rival: as acusações de terceiros. Em artigo publicado na sua primeira página, intitulado “O ‘Eco’ julgado pela companhia Paulo Serino”, o *Rio Grande do Sul* contra-ataca reproduzindo

“um avulso da companhia dirigida pelo artista Paulo Serino, distribuído domingo pela cidade”, ou seja, que sequer foi dirigido ao jornal, ou pedida a sua publicação, porém, que servia aos seus propósitos de desqualificar o concorrente. Na peça reproduzida, não há nenhuma grave acusação, apenas uma resposta sobre a solidez (estrutural e “das galerias”) da casa de espetáculos Politeama, que supostamente teria sido posta em dúvida pelos dirigentes do *Eco* (talvez em alguma conversa, porque não há qualquer menção a isso encontrada no jornal, nesse período). A nota termina afirmando que as dúvidas não seriam mais do que “falação de certos diaristas, aos quais a empresa negou desde a primeira função a entrada grátis, por serem diários de muito pouca circulação” (RIO GRANDE DO SUL, 14/10/1891, p. 1, com grifos no original). Aqui, parece-me que a intenção do periódico é atestar que o *Eco* não tinha boa reputação na sociedade, não merecia crédito, e, pela última frase, de que não tinha “muita circulação”, ou seja, pouco importante. Na mesma edição, à página 2, tece elogios rasgados aos espetáculos de Paulo Serino no Politeama, cujo título da nota era exatamente este, “Politeama”, como forma explícita de enfatizar de que não apenas discordava do rival, mas que apreciava muito o trabalho desenvolvido pelo artista e pela casa de espetáculos.

Outro embate se deu nas acusações do *Rio Grande do Sul* sobre o *Eco* “copiar” os telegramas daquela folha, oriundos de correspondente próprio da capital federal, como se fossem seus, no que é rebatido de forma irônica na nota igualmente intitulada (também no *Rio Grande do Sul*) de “Filantes de telegramas” e ainda convida o rival a visitar suas oficinas, “para ver os originais que lá recebe” (ECO DO SUL, 23/10/1891, p. 2).

Tudo isso levava a crer em um acirramento dos embates entre os periódicos que indicava serem irreconciliáveis, até o momento em que um fato novo mudou tudo: o golpe de Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro de 1891. No editorial intitulado “Política de feudo”, o *Eco* trata da nomeação dos primeiros intendentess, chamados de “eleitos da fraude”, no qual faz manifestações críticas sobre o golpe de Estado perpetrado por Deodoro, e reproduz discurso no senado de Aristides Lobo, depois finalizando o editorial com a frase “a reação há de vir afinal, como necessidade imperiosa, afim de que a República possa constituir-se dignamente” em texto assinado por João José César (ECO DO SUL, 5/11/1891, p. 1).

Na edição do fatídico dia 8 (produzida na véspera, ou seja, antes dos eventos que ocorreriam no dia), outro editorial, nomeado “Desonra ou separação?”, traz o seguinte:

Cada povo tem o governo que merece – ou é digno.

[...]

É possível que a **capital do ex-império seja adesista**, que não tenha estímulos nem sinta palpitar nas veias o sangue dessa raça cruzada de heróis que inscreveram o nome imaculado nos pórticos da grandeza nacional.

Isso que importa?

Se de lá nos vem a indiferença, a aceitação, tácita embora, ao fato consumado, ou a ignominia dos submissos a todos os atentados, nós, os rio-grandenses, é que não podemos baratear créditos adquiridos à custa do próprio sangue.

[...]

Nós queremos a Pátria como nos foi entregue pela monarquia – a Pátria grande, nobilitada pela unificação de todos os seus filhos (ECO DO SUL, 8/11/1891, p. 1) [grifos meus].

Bastante revelador que apareça termos como “capital do ex-império” e onde reforça algumas características que parecem recorrentes, como o “adesismo” ou “conformismo” que pode ser tanto associado ao golpe de Deodoro quanto à instauração da República. É possível fazer a afirmação pela escolha de palavras: “capital do ex-império” ao invés de capital federal, ou capital da República, e também “se de lá nos vem a **indiferença, a aceitação, tácita embora, ao fato consumado**, ou a ignominia dos submissos a todos os atentados” por exemplo, reforçam a célebre frase de Aristides Lobo, à época, de que o povo viu e aceitou a República assistindo a tudo “bestializado” (CARVALHO, 2008, p. 9). A associação parece ser intencional. Em consonância, o trecho “nós queremos a Pátria **como nos foi entregue pela monarquia – a Pátria grande, nobilitada pela unificação de todos os seus filhos**” parece ir também no mesmo sentido, que a omissão, aceitação e/ou indiferença fez com que a República, ao invés de “melhorar” o Estado, o estava desvirtuando-o. Com base nisso, questiona qual seria a saída escolhida pelos sul-rio-grandenses, em dois cenários: a separação (no discurso percebe-se ao mesmo tempo essa como a expulsão de Castilhos mas, também, a possibilidade de separação efetiva do

estado da federação brasileira):⁸¹ ou seria condenado à desonra por participar do golpe de Deodoro (ou a ele se submeter passivamente).

José Murilo de Carvalho afirma que a instauração da República não transformou, “magicamente”, a sociedade brasileira em republicana, do dia para a noite. Ao contrário, afirma o autor que “a monarquia caiu quando atingia seu ponto mais alto [ao menos entre os populares]” e que “a simpatia popular não se dirigia somente à princesa Isabel, mas também a Pedro II” (CARVALHO, 2008, p. 29). Ainda que nas camadas “baixas” não se encontrassem eleitores, devido a sua quantidade e em um estado onde parte da população não era tão “conformista” (lembrando a vocação bélica do Rio Grande do Sul na qual as guerras eram mais comuns e ocorriam de maneira muito mais intensas e recorrentes em relação a capital federal), então a mensagem pode ser um “afago” aos monarquistas (declarados ou simpatizantes) de aqui, para angariar seu apoio, ou até mesmo uma declaração genuína de simpatia do *Eco* ao regime deposto, seja por convicção ou decepção com o tipo de república implementada. Além disso, clama aos “brios” sul-rio-grandenses uma resposta contundente, ou, caso não viesse, sua complacência significaria a capitulação, a derrota do orgulho/altivez desse povo.

Como visto, inicialmente, o *Eco* manifestou-se quase que de forma imediata contra o golpe, com longos editoriais já a partir do dia 5, enquanto o *Rio Grande do Sul*, entre os dias 4 e 9 de daquele mês, não fez nenhuma menção ao golpe ou sequer tratou de assuntos político-partidários nacionais ou estaduais. O que alterou a ordem dos eventos foi a Revolução de 8 de Novembro.

3.2 REVIRAVOLTA NA TRAMA: A "REVOLUÇÃO DE 8 DE NOVEMBRO" E O INÍCIO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

As edições do dia 10 de novembro de 1891 publicam algo que parecia impensável, ao considerarmos o arrefecimento dos embates. Os outrora antagonistas repercutiam o mesmo evento, em editorial, nomeado pelo *Eco* de

⁸¹ Tal possibilidade foi considerada no estado, à época, conforme apontou a análise dos telegramas da família Tavares, feita por Gustavo Andrade (ANDRADE, 2021, p. 82-102).

“A revolução” enquanto o *Rio Grande do Sul* intitulava o seu de “O dia 8 de novembro”. Havia nuances que diferenciava as abordagens, claro, a começar pela escolha do termo “revolução” pelo diário federalista, enquanto o castilhista optou por celebrar a simbologia do dia, sem adjetivá-lo.⁸² O teor, contudo, era mais de uma inusitada união no aspecto macro, a despeito das diferenças no micro.

A narração dos fatos era a mesma, que o movimento foi iniciado “pelo elemento civil da cidade”, liderado pela imprensa local, com a “imediate adesão de todas as classes”. Eis o comunicado distribuído e reproduzido nas edições do referido dia dos dois periódicos:

Boletim da imprensa:

A imprensa, inspirada nos interesses do bem público, **convida todas as classes sociais para a reunião popular** que se realizará hoje, às 4 horas da tarde, na praça Municipal.

Trata-se de ouvir o pronunciamento do povo, em face do grave acontecimento da dissolução do Congresso Nacional.

Rio Grande, 8 de novembro, 91.

Rio Grande do Sul

Artista

Gazeta Mercantil

Gazeta da Tarde (de Pelotas)

Eco do Sul

(Deixou de assinar o proprietário e redator do Diário do Rio Grande por achar-se ausente) (RIO GRANDE DO SUL, 10/11/1891, p. 1 e ECO DO SUL, 10/11/1891, p. 1) [grifos meus]

A ordem das assinaturas poderia indicar que o jornal castilhista teria a primazia nos eventos, pois aparentemente foi o “primeiro a assinar” (note que não há uma ordem alfabética), e o *Eco do Sul*, o último. Penso ser proposital: ao iniciar pela folha declaradamente castilhista, o movimento sugeriria ser suprapartidário, e não “golpismo”, ou “contragolpismo” da folha federalista, que aparece por último. Porém, sua participação no estopim parece ser inquestionável, não apenas pelos fatos que narra (sem receber qualquer contestação pelo Rio Grande do Sul, por exemplo), quanto da própria “comissão

⁸² Convencionalmente, adoto o termo “revolução” seguindo o mesmo critério dos jornais da época, que assim a nomearam (inicialmente apenas o *Eco*, depois também o *Rio Grande do Sul* e outros jornais rio-grandinos), porém, sua natureza é difícil de situá-la sem encontrar alguma contradição. Se levarmos em conta seus objetivos contra o governo federal, seria um contragolpe ao golpe perpetrado por Deodoro, ou uma “contrarrevolução”. Por outro lado, estando Castilhos investido oficialmente do poder estadual, nesta esfera estaria caracterizado um golpe. Como o 8 de Novembro estava atuando, simultaneamente, em ambas as frentes, torna-se difícil afirmar ou negar sua real caracterização.

revolucionária” que viria a se constituir. Além disso, o *Rio Grande do Sul* mesmo afirma ter tomado conhecimento dos eventos da capital por meio do *Artista*, através “do sinal convencional, os foguetes”⁸³ pois do seu serviço telegráfico “apenas esperava”, sem nada receber.

Tudo teria começado quando o *Eco* soube que a polícia castilhistas teria lavrado contra ele uma “ordem ilegal”, enquadrando-o no crime de “conspiração”. Sabendo disso, os envolvidos em sua administração trataram de se antecipar a ela “**tratamos por isso de reagir, chamando a postos todos os patriotas**: Rio Grande, Pelotas, Bagé, Jaguarão, Santa Vitória” (grifo meu) e “outras cidades da fronteira agitam-se em obediência à lei escrita, à lei sancionada regularmente e que o presidente da república desprezou para tomar de assalto o resto dos dinheiros públicos”. Até aqui, “patriotismo”, “obediência a lei”, eram termos por ambas as folhas. Mas, o *Eco* ia além: “das cidades das fronteiras partirão as forças armadas com destino à capital, e esta não tardará a ver-se livre da ignominia do governo *castilhano*” (ECO DO SUL, 10/11/1891, p. 1, com o grifo no original).

Como, naquela tarde, chovia muito e havia um contingente considerável de pessoas, o encontro foi deslocado para o paço municipal. Ficaram encarregados de “pedir as chaves”, os 1^{os} tenentes da Armada, Amorim Rangel e Pio Torelly, e os empresários Afonso Nunes e José Bernardino Fuão (este abastado e ligado ao porto, ao que se supõe pelas páginas do próprio *Eco*), que se dirigiram à residência do intendente, coronel José Luis de Mesquita que, informado pela comissão, “gentilmente” cedeu as chaves da Junta para que lá ocorresse a reunião. Às 4 horas as salas da Junta achavam-se “repletas de povo”, segundo o *Eco do Sul*, “sendo impossível dar entrada à multidão que se aglomerava na rua e na praça” (ECO DO SUL, 10/11/1891, p. 1).

Depois de uma rápida conferência entre Manoel Antônio Afonso Reis (proprietário e redator do *Rio Grande do Sul*), Fernando Pimentel (redator do *Artista*) e João José César (redator do *Eco*), foi resolvido que a este coubesse a

⁸³ Expediente bastante utilizado pelos jornais sul-rio-grandenses da época quando algum evento de forte apelo público era comunicado via telégrafo. Geralmente, acompanhado do alarido dos fogos de artifício, ou era feita uma proclamação na sede do jornal, ou fixado um boletim à sua porta com o detalhamento do fato extraordinário. O *Eco do Sul* não só fazia quando ocorriam os “sucessos” do que apoiava, como também, em se tratando de rivais, noticiava tais “foguetórios”, às vezes, de forma irônica ou sarcástica, prática igualmente adotada por outros periódicos, dentre eles *O Bisturi*.

exposição dos motivos “do *meeting* convocado pela imprensa”, que, em sua fala, defendeu que “sobre a classe militar pesava **enorme responsabilidade**, porque **foi ela o grande fator** da insurreição gloriosa de 15 de novembro de 1889”, e que, portanto, “à classe militar competia manter integral a lei, para que a ordem pudesse ser mantida e para que as **liberdades públicas não fiquem à mercê de quaisquer tiranetes**” (ECO DO SUL, 10/11/1891, p. 1).

Depois, passou aos aspectos práticos da organização da revolta “em nome da lei”, declarando que foi deliberado que “os beneméritos rio-grandenses, o capitão de fragata Rodrigo Rocha e o tenente coronel Onofre dos Santos”, assumissem a direção das operações de resistência contra o presidente do estado, “instrumento da ditadura central”. Prosseguiu afirmando que “obedecendo a essa direção, toda a oficialidade da guarnição e a da Armada constituíram-se em garantia da ordem, para que fossem respeitados todos os direitos individuais” (ECO DO SUL, 10/11/1891, p. 1). Num primeiro momento, sabendo do papel decisivo do apoio dos militares, e os primeiros a “atenderem ao chamado” foram os da Armada (até pelo fator local), com posterior adesão de elementos do Exército, César sabia que era essencial inclui-los (e submetê-los) aos anseios da “vontade popular”. Importante destacar, sobre o discurso do redator do *Eco*, a evocação de uma “tradição” arraigada em nossa cultura política de que as Forças Armadas exerceriam, ou antes deveriam exercer, o “Poder Moderador”,⁸⁴ pensamento que, de tempos em tempos ressurgiu (sem nunca ter sumido, totalmente) desde então, e que encontra ecos até no presente.

O chamado, informalmente, “partido da revolução” instituiu uma “Comissão Federal Permanente”, uma espécie de “comissão revolucionária”, composta pelo coronel André Alves Leite de Oliveira Salgado, Capitão Evaristo dos Anjos Sandim e pelo próprio César, como líder. A Junta municipal provisória foi composta por Camboim Filho, Dr. Pio Alves e Alfredo de Oliveira. Outros nomes aparecem assumindo os demais postos-chave, como a delegacia e subdelegacia de polícia, comandante da guarnição, comando das forças da guarda cívica, com a noite daquela data passando “em plena tranquilidade”,

⁸⁴ Joaquim Nabuco foi o primeiro a constatar a apropriação do Poder Moderador pelo Exército, na célebre frase “substituíram o imperador pelo imperator”, em que acrescenta: “Deodoro, pelo simples fato de suceder o imperador, se achou com os mesmos poderes (NABUCO, 1890, p. 10). No mesmo sentido, Angela Alonso afirma que “abolido o Poder Moderador, o ‘elemento militar’ ascenderia naturalmente a condutor da política partidária” (ALONSO, 2016, p. 75)

destacando que os “telégrafos nacional e submarino estão sob a inspeção do poder executivo provisório”. Além disso, a frota militar estava sob controle, assim como a alfândega e a Mesa de Rendas do Estado e “todas as outras repartições obedecem ao novo poder”, além de outras ações como a vigilância “atenta de patriotas” na ferrovia entre Rio Grande e Bagé, além de Pelotas e “as cidades da fronteira”. Também informou que na capitania do porto e na rua Riachuelo “foram colocadas várias peças de artilharia do 3º corpo da guarnição” (EO DO SUL, 10/11/1891, p. 1), ou seja, a cidade, ponto estratégico por seu porto, mas as demais cidades fronteiriças e até mesmo Pelotas estavam sob controle dos insurgentes, e o *Eco*, ou seus principais expoentes, nos postos-chave de liderança do movimento.

Sobre os fatos, o *Rio Grande do Sul* não omite nada, repetindo o narrado pelo *Eco* e acrescentando que na reunião estavam representadas “todas as classes sociais”, cita os “trunviratos” e faz efusivos elogios aos militares que, “arriscando suas cabeças”, se colocaram ao lado “da paz e da pátria”. E completa:

O Rio Grande do Sul [estado, pois estava sem o itálico que comumente diferenciava os nomes dos veículos de imprensa], pondo-se à frente do protesto que há de ser geral em todos os estados, assim o esperamos, protesto que há de **desarmar a ousadia das forças do marechal Deodoro**, o Rio Grande do Sul mais uma vez pôs em evidência seu civismo, a sua coragem, a sua independência, a sua dignidade (RIO GRANDE DO SUL, 10/11/1891, p. 1) [grifo meu].

Apesar do apoio e alinhamento com as forças reunidas, não foi feita nenhuma menção ao governo do estado ou a Júlio de Castilhos, e o trecho em destaque é um perfeito exemplo de que o tom adotado, naquele primeiro momento, foi o do silenciamento. Além disso, fala do estado como um todo, sem destacar a fronteira, forte reduto federalista, que também teve parte relevante dos eventos do dia 8, como veremos adiante.

Na edição seguinte, talvez para mostrar uma certa “independência”, ou por entender a situação difícil de Castilhos em apoiar o golpe de Deodoro, faz uma espécie de crítica, ainda que branca, ao presidente do estado. Em editorial intitulado “Homens que sobem, homens que descem”, escreve que o líder estadual “perdeu a melhor das oportunidades para firmar a sua independência de caráter, a pureza de suas convicções republicanas” e a “inteireza da sua

lealdade de batalhador pela vitória da república, como ele a desejava quando simples propagandista” (RIO GRANDE DO SUL, 11/11/1891, p. 1).

Amigo pessoal de Júlio de Castilhos, não podemos acusá-lo veementemente, envolvê-lo nessa acusação todos os qualificativos imagináveis contra a probidade, a honra e o caráter, como num excesso de arrebatamento desculpável no momento que é, o fazem algumas pessoas.

Lamentamos que ele não tivesse tido a boa inspiração de, sem demora, o primeiro do Rio Grande do Sul, colocar-se ao lado do povo.

Não podemos acusá-lo indignado porque não sabemos ainda que ele tenha mandado fazer fogo sobre os representantes da revolução – que tem de triunfar amanhã, pelo direito, pela justiça, pela força, suceda o que suceder, intermediariamente.

Mas um erro é sempre desculpável ao homem, principalmente quando a razão não presidir às deliberações pela invasão das ideias revoltas e batidas pela brutalidade do imprevisto.

Para nós, o Dr. Castilhos se acha diante destes **dois dilemas: ou combater contra o povo, ou descer do poder sem reação armada**. Ele escolherá o segundo alvitre; eis o que esperamos, eis o tanto que bastava para a felicidade do estado.

Lamentamos a penosa situação em que colocou-se o Dr. Castilhos. (RIO GRANDE DO SUL, 11/11/1891, p. 1) [grifos meus].

Quando destaca gozar da “amizade pessoal”, não é pela ligação afetiva que o editorial (não assinado, mas, muito provavelmente, escrito por Manoel Afonso dos Reis) “protege” Castilhos, mas por, supostamente, conhecê-lo intimamente. Ao contrário do que o título possa sugerir, não se trata de “quem ganhou e quem perdeu” com o golpe de Deodoro, mas uma defesa, ainda que tímida, de que a “descida” de quem subiu, por incalculada ação e ainda que “movidada por princípios bons”, seria a saída mais honrosa, dados os rumos da Revolução de 8 de Novembro. No editorial, uma crítica cheia de “mas”, quase uma defesa, ou, antes, um lamento. Essa foi a única “reprimenda” ao ato de Castilhos. Nenhuma palavra mais, a não ser direcionadas a Deodoro, foram impressas no *Rio Grande do Sul*. Nem sobre a queda do líder estadual o jornal publicou uma linha sequer. Somente na edição do dia 25/11/1891, já com ambas as quedas consumadas, apareceria uma nota em defesa do castilhismo.

O *Eco do Sul*, em sua edição seguinte, traz o sintomático, cujos trechos mais relevantes reproduzo abaixo:

Tudo pela pátria

A revolução gloriosa **que teve início nesta cidade é toda popular**, tem por base a **ordem** e encaminha-se ao **progresso** definitivo da pátria.

É certo que a força armada a apoia, mas não lhe imprime o caráter de militarismo, porque as classes civis estão colaborando ativamente na grandiosa obra, que marca a época da reivindicação do nome rio-grandense.

[...]

O Rio Grande do Sul começou a sentir o rubor queimar-lhe as faces, indignado por ver o presidente Castilho colaborando ao lado do ditador central, tentando encaminhar a terra de Bento Gonçalves ao precipício da desonra a mais ignomiosa.

[...]

Era preciso **dar o primeiro passo**, urgia correr em auxílio dos nossos concidadãos oprimidos. **Foi o que fez a população desta cidade, no dia 8, foi o que fizeram, umas após a outras, unificando a ação cívica, muitas outras localidades.**

[...] Todo o sul está armado, e os chefes militares e os chefes civis arregimentam o voluntariado que em numerosas legiões acodem a cimentar a grandeza moral deste povo (ECO DO SUL, 11/11/1891, p. 2) [grifos meus].

Primeiro, é preciso reforçar a afirmação de que o 8 de Novembro teve seu início em Rio Grande, em que pese as repetições. Além disso, percebe-se um redirecionamento do discurso, ou uma adequação, reivindicando o protagonismo para “o povo” e não mais as forças armadas, como no primeiro artigo. Igualmente relevante é o fato de, ao usar a expressão “ordem e progresso”, sugere não apenas uma alusão explícita ao positivismo (em amplo espectro, em seus “verdadeiros valores”, sugerindo um esforço republicano incluindo mesmo os positivistas, exceto Castilhos), mas também ao lema da bandeira republicana, ou seja, em confluência aos valores pátrios, como uma apropriação discursiva de um dos símbolos da república como sinal de patriotismo. Há, também, outra apropriação simbólica: o trecho em que se lê “a terra de Bento Gonçalves”, evoca o caráter revolucionário de levante frente as injustiças ou desmandos do poder central, ou centralizado. A memória, ou “herança” da Revolução Farroupilha, seus ideais e figuras-chave, como o próprio Bento Gonçalves, além de menções à data de início (“heróis de 35”, “filhos de 35”, “herdeiros de 35”, todas diminutivo de 1835) serão recorrentes e evocados/reivindicados tanto pelo *Eco* quanto pelo *Rio Grande do Sul*, doravante.

Mesmo com a renúncia de Castilhos a 12 de novembro, o diário federalista seguia na ofensiva contra Castilhos, chegando a afirmar que sua queda seria uma “necessidade nacional”, ou seja, não apenas local, para justificar e, de certa forma, legitimar, sua destituição. No mesmo artigo, equipara em importância as datas de 15 de novembro de 1889 e 8 de novembro de 1891

e volta a enfatizar que “o elemento civil em sua poderosa maioria e grande número de militares compreendiam que era preciso eliminar o mal que estava mais perto de nós” refere-se a Castilhos, “a fim de que o Rio Grande adquirisse força para esmagar a prepotência central”, descrevendo a revolta, portanto, como “popular”. (ECO DO SUL, 27/11/1891, p. 1).

O jornal também publica que chegaram em sua redação notícias telegráficas “anunciando que o ditador pedira ao governo do Estado Oriental permissão para fazer entrar tropas pela fronteira, e que tal permissão lhe foi negada”. Segundo o *Eco*, o que pretende Castilhos “está aos olhos de todos, é simular que dispõe de elementos, que está disposto a sustentar a luta que heroicamente o provocou este Estado, que não nos teme, enfim...”, e seus planos estariam, “por todos”, “perfeitamente conhecido”: seu desejo seria amedrontar os inimigos, “fazendo chegar a notícia de que tenta trazer-nos combate” (ECO DO SUL, 17/11/1891, p. 1).

O *Rio Grande do Sul*, no artigo “Ainda a ditadura”, trata de um tema pouco explorado pela historiografia da Revolução Federalista, ainda que seja um “efeito colateral” adjacente a toda e qualquer guerra: os reflexos econômicos internos. Segundo a folha, já eram “incalculáveis os prejuízos que ao comércio causou o irrefletido passo dado pelo Sr. Deodoro”, e cita os exemplos:

A navegação está cercada, a moeda papel, desvalorizada, as transações, quase suspensas, os capitais retraídos, o crédito, abalado. Não acreditamos que esta situação prolongue-se mais do que alguns dias. Porém, assistimos a um fato que muito nos impressiona: é o conservar-se ainda no altíssimo cargo de presidente da República brasileira um homem que usurpou violentamente posição que neste momento ocupa, e da qual ainda ousa ameaçar aos que, expandindo briosos sentimentos, protestam contra um ultraje que em hipótese alguma pode ficar sem uma represália (RIO GRANDE DO SUL, 19/11/1891, p. 1).

Seja para evitar o assunto da política estadual ou mesmo considerar ainda precipitado lançar-se a uma defesa do castilhismo na efervescência do momento, a discussão é apropriada e merece um olhar mais atento em futuras investigações nesse sentido. Contudo, passados alguns dias, o diário voltaria suas atenções para a política estadual, em um incipiente movimento de evitar a “apropriação” do 8 de Novembro pelo *Eco*, dando os primeiros passos para o fim da “trégua”, em editorial cujo título era justamente este, no plural:

Tréguas

O movimento que teve início nesta patriótica cidade em 8 do corrente, não significa a queda de um partido, tal qual se dava no tempo da execranda monarquia.

Tratava-se de uma causa comum, a reivindicação de direitos conspurcados por um governo que não representava a opinião.

[...]

Pois bem, **não haja vencedores nem vencidos**. Dignifique-se a pátria no altar do patriotismo.

Conjure-se a reação partidária, deixando patente que a revolução de 8 de novembro inspirou-se no bem comum e não no miserável desejo de galgar ao poder, em satisfação de desejos inconfessáveis (RIO GRANDE DO SUL, 25/11/1891, p. 1) [grifos meus].

Primeiro, confirma que a Revolução de 8 de Novembro teve seu início em Rio Grande, ou seja, não é uma reivindicação megalômana ou inverídica do rival para com a cidade. Quando propõe que seu resultado não teve “nem vencedores nem vencidos”, está afirmando que o Partido Republicano Rio-grandense não havia sido derrotado ou derrubado (mesmo que não haja menção direta a ele ou a Castilhos, mas é facilmente entendido como), mas, a “trégua” foi circunstancial e momentânea, e quem (a oposição) celebrava como queda do PRR no poder local, estaria alinhado “à execranda monarquia”, em clara alusão ao *Eco*, sem, contudo, ser explícita.

Um fato insólito é que, enquanto o *Eco do Sul* não cansava de exaltar o “povo” como fator principal aos sucessos de novembro, o *Rio Grande do Sul* resolveu, em editorial, destacar a importância de um grupo em específico: “as senhoras rio-grandenses”. A surpresa com o destaque não é por considerar sua participação menos importante do que a dos homens, mas pelo fato de que o jornal só fez afirmações genéricas e reducionistas ao “belo sexo”:

As senhoras rio-grandenses

Edificante e eloquentemente honrosa para a causa da revolução de 8 de novembro é a atitude tomada pelo belo sexo rio-grandense.

O entusiasmo com que tem ele festejado a grande vitória, tomando parte ativíssima nas manifestações populares, é realmente digno de nossa admiração.

Grandes e valorosas nos dias de paz e felicidade, elas dignificam o lar, que perfumam com carinho dos seus corações bondosos.

Vencedores, ei-las ao nosso lado, enaltecendo a vitória com os rasgos de seu entusiasmo, coparticipando de nossas glórias, sagrando com sua presença a nobreza da causa que o Rio Grande se empenhou.

O *Rio Grande do Sul* maravilhado ante o procedimento digno e honroso do belo sexo rio-grandense envia-lhes as suas sinceras e entusiastas felicitações (RIO GRANDE DO SUL, 27/11/1891, p. 1) [grifos meus].

Ou seja, ao invés de uma homenagem, ou reconhecimento, parece que a verdadeira afirmação é “depois de fazermos o trabalho, elas se juntam entusiasticamente às comemorações” uma outra maneira de ler o trecho “vencedores, ei-las ao nosso lado”, sendo esse o seu papel, “enfeitar” as celebrações. Diferentemente do *Eco*, o diário castilhistas (em consonância com os princípios positivistas, aliás) encontra outro elemento a exaltar na revolução, sem, contudo, exemplificar como e de que maneira tal auxílio se deu, parecendo mais um afago vazio do que, realmente, um aplauso ou reconhecimento verdadeiro.

O *Eco*, como parte vencedora, evita um embate direto com o rival mesmo após a “indireta” da pecha de monarquistas. Prefere centrar sua artilharia discursiva ao castilhismo, chamado por ele, à essa época, como “castilhanismo”, em referência tanto a emigração de alguns de seus seguidores para o Estado Oriental, como anteriormente já considerado, como pelo modelo “estrangeiro, platino”. No editorial de 12 de dezembro, publica o seguinte:

O castilhanismo

[...]

Eis o que tentava o castilhanismo: organização de um exército policial [centrado em Porto Alegre, para “desencorajar” inimigos], dispondo este de metralhadoras, para a garantia de uma república toda especial! **Sabemos que o dever ordena-nos o esquecimento de lutas que foram tempestuosas**, mas não nos é possível guardar silêncio diante das manifestações de calculado egoísmo, por parte de um poder que envidava o maior esforço para sufocar a liberdade no Rio Grande do Sul.

O castilhanismo, que é uma história de tristezas e vergonhas, **conspira ainda, e, portanto, é preciso não deixá-lo a gosto** nas suas explorações criminosas (ECO DO SUL, 12/12/1891, p. 1) [grifos meus].

Ou seja, embora momentaneamente derrotado, o “castilhanismo” não deveria ser esquecido ou mesmo subestimado, e era necessário reafirmar a oposição e manter acesa a chama de alerta em relação a Castilhos. Aqui não parece disposição de perdoar, talvez apaziguar os ânimos para manter a união tanto quanto fosse possível, mas, se fosse o caso, se aplicaria à máxima “perdoe seus inimigos, mas não se esqueça de seus nomes”. O castilhismo não estava morto, nem uma reação poderia ser desconsiderada, e os federalistas sabiam disso.

3.2.1 O capítulo (quase) deletado do enredo: o 8 de Novembro e a historiografia

Ignorada por parte da historiografia da Revolução Federalista, sobretudo a influenciada pelas versões castilhistas e/ou produzidas a partir das universidades que inauguraram os programas de pós-graduação em História no Rio Grande do Sul (mestrado e doutorado)⁸⁵ estarem localizadas em Porto Alegre e região metropolitana e terem seus professores/pesquisadores com base documental essencialmente nessa cidade, aliada à bibliografia “oficial” herdada dos vencedores, ou seja, escritas por autores com tendências/influências positivistas,⁸⁶ ela (a Revolução de 8 de Novembro) não é de todo desconhecida, embora sua “redescoberta” seja relativamente recente e sua exploração se deu, não por acaso, por iniciativa de historiadores da metade sul do estado, dentre os quais me insiro a partir da análise dos jornais aqui empreendida. Não se trata de “reescrever a história”, mas apresentar novos argumentos, novas “descobertas” e novas interpretações para expandir a história. Não rechaçar, mas agregar.

Francisco das Neves Alves e Gustavo Figueira de Andrade se somam a esses esforços de reinserir a Revolução de 8 de Novembro à cronologia do processo de instauração republicana no Brasil, sendo que Andrade também situa a data como marco fundador da guerra civil sul-rio-grandense, em um movimento que possibilita ampliar não apenas o entendimento do conflito, mas alargar a compreensão do processo maior que envolve a Federalista como um evento de proporções temporais maiores do que os tradicionalmente aceitos e inalterados desde sua deflagração, ou seja, iniciando em fevereiro de 1893 (dia 5, se considerado o manifesto de Joca Tavares, ou dia 11, se escolhido o combate do Salsinho) até agosto de 1895 (quando foi assinada a ata da pacificação) ou setembro (a anistia concedida pelo governo federal). Mesmo não

⁸⁵ Pela ordem de criação, os PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), seguida da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), fundados entre as décadas de 1980 e 1990.

⁸⁶ O seu contraponto, ou seja, as “versões dos vencidos”, obras originalmente publicadas entre fins do século XIX e início do XX e relegadas ao ostracismo por décadas, foram republicadas e revisitadas pela historiografia somente nas últimas décadas do século passado. Junto com adições de transcrições documentais e/ou de manuscritos inéditos compilados em formato livro (na sua maioria, diários) dos federalistas, são iniciativas recentes. Os detalhes a respeito das principais obras “retomadas” e seus publicadores, são tratados por Oliveira (2017).

desconsiderando sua importância (afinal, os estimados 10 mil mortos, os três estados do sul envolvidos, a conexão com a Revolta da Armada, etc., estão longe de serem dados insignificantes), o recorte temporal circunscrito pode reduzir um amplo e complexo jogo bélico/político a apenas dois anos e alguns meses de existência.

Alves é, sem dúvida, quem mais explorou o tema, publicando ao menos quatro estudos sobre a “revolução esquecida” pela historiografia, especialmente ancorado nas fontes periódicas rio-grandinas,⁸⁷ como o *Diário do Rio Grande*, *Bisturi*, *Artista*, e o próprio *Eco do Sul*, além de documentos oficiais e das Atas da Junta Municipal do período.⁸⁸ Assim, é reconhecido o papel de destaque da cidade e de sua imprensa no êxito do movimento, com “os novos detentores do poder buscando cristalizar a identidade de uma ‘heroica Revolução de 8 de Novembro’, a qual teria aberto o caminho para a deposição da ‘tirania castilhista” (ALVES, 1999, p. 33-35). Mesmo jornais tidos como mais “moderados”, caso do *Diário do Rio Grande*, se mostrou favorável à revolução desde o seu início (ALVES, 2006, p. 140).

No sentido da equiparação das “datas máximas da República”, a construção de uma “mitificação” em torno da Revolução de 8 de Novembro é exaltada até mesmo pela nova administração da Junta Municipal, lembrando que nem só de federalistas foi composto o movimento daquele mês. Nesse sentido, passados quatro meses do estopim do movimento,

Na cidade do Rio Grande, de modo simbólico, o grupo anticastilhista, que assumiu o poder entre o final de 1891 e a metade do ano seguinte, inaugurou na sala de sessões da Intendência “um quadro das Armas da República, alegórico das datas de 15 de Novembro de 1889 e 8 do mesmo mês de 1891, comemorativas da Proclamação da República e da queda da ominosa ditadura que se quis implantar nesta grande nação”. (ATA da Intendência Municipal da Cidade do Rio Grande – 6 de fevereiro de 1892, citado por ALVES, 1999, p. 40-41)

Além do poder municipal, Alves destaca outras iniciativas entusiásticas e laudatórias em torno da data, como a edição do *Bisturi* publicando em sua

⁸⁷ A exceção é justamente o *Rio Grande do Sul*, cuja existência de sua coleção ainda era desconhecida na época da produção de Alves sobre o tema (a mais recente, publicada em 2014) e o jornal foi “descoberto” posteriormente, em 2017.

⁸⁸ Sobre os escritos de Francisco das Neves Alves sobre o 8 de Novembro, ver: (ALVES, 1999; 2004a; 2006; e 2014).

seção ilustrada as efígies dos principais líderes do movimento com o dístico “Homenagem do *Bisturi* aos heróis do 8 de Novembro”. Alves afirma que, na mesma edição, o semanário publicou o artigo “Heróis de 8 de Novembro”, destacando que, “mais uma vez, mostrara o heroico Rio Grande do Sul ao mundo civilizado que tinha bastante brio e coragem para repelir aqueles que atentavam contra a liberdade do povo brasileiro”, explicando que se referia à revolução **“iniciada na cidade do Rio Grande e que se propagou por todo o Estado”** (ALVES, 2004a, p. 76-77), grifo meu. O jornal chegou a defender que a data fosse celebrada todos os anos, junto a outras datas cívicas (ALVES, 2004a, p. 78) demonstrando, uma vez mais, como a imprensa local “abraçou” a revolta e dela se orgulhava.

O 8 de Novembro, a despeito de sua importância, foi apagado, segundo o autor, porque “prevalecera a visão dos vencedores, silenciando-se ou desvirtuando-se os anais da história acerca da Revolução” à qual “acabaria por perder espaço junto à memória coletiva”, nem em âmbito local, menos ainda no estadual. Sabemos que, no panteão sul-rio-grandense, existe apenas uma guerra exaltada: a Revolução Farroupilha. As demais, ainda que evoquem ao tradicional “espírito revolucionário” sul-rio-grandense, são mencionadas com maior ou menor interesse, mas, de alguma forma, são lembradas. Já quanto ao 8 de Novembro, “não houve vez nem voz para os derrotados e, neste quadro, a Revolução foi condenada a não fazer parte do rol das ‘heroicas revoluções’ gaúchas” (ALVES, 1999, p. 41).

Andrade, por sua vez, em sua análise da correspondência da poderosa e influente família Tavares, de Bagé, em especial o general João Nunes da Silva (Joca) Tavares, destaca a memória da data e a sua relevância na época (ANDRADE, 2021, p. 81-98). Em uma das cartas citadas, “também estava dito que seriam convocados, para a fundação do Partido Federalista, em Bagé, apenas aqueles chefes que tivessem participado da Revolução de Novembro” (ANDRADE, 2021, p. 91).

A memória da força simbólica da “revolução esquecida” se fazia presente e era bastante viva na fronteira, como destaca o autor. Durante a retomada do poder, por parte de Castilhos, em Porto Alegre, e tendo o general Tavares, em um último esforço da Junta Governativa, assumido o governo a partir de Bagé, ou seja, o estado estava com dois governos ao mesmo tempo, convoca os

aliados para o apoiarem e lutarem ao seu lado evocando os companheiros de 1891:

Estamos portanto em aberta luta com o governo instituído na Capital do Estado, **defendendo o que se acha em minhas mãos como legítimo, pois que é oriundo da gloriosa revolução de 8 de novembro.**

[...]

Diante da atitude que tem tomado, como digo, aqueles que eram nossos dissidentes, em favor de nossa causa e contando com o vosso nunca desmentido patriotismo, cheguei a convencer-me, que outra não pode ser a posição dos **valentes soldados ao lado dos quais formei na gloriosa revolução de 8 de novembro**, senão a íntima solidariedade na defesa da obra da mesma revolução [...] (TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta], 26 jun. 1892, Bagé. [Para] BITTENCOURT, Carlos; SALGADO, Joaquim Pedro; ONOFRE; PEDRO; CONTREIRAS. Sem local, 3 folhas, citado por ANDRADE, 2021, p. 98) [grifos meus].

Reconhecida e documentada a importância do 8 de Novembro (em duas frentes importantes do estado à época, a região da fronteira com o Uruguai e a cidade do Rio Grande), como um “divisor de águas”, nessas tentativas de excluir o qualitativo “esquecido” da revolução, a queda de Castilhos marca a primeira vitória das oposições, daqueles excluídos (mas, em muitos casos, e em diferentes períodos, antigos usufruidores) do poder sob o duro e fechado regime castilhista. O Rio Grande do Sul entra em um estado de efervescência político-militar que não recuaria mais, com sucessos e insucessos de lado a lado, e o clima de guerra civil (atentados, movimentações de tropas, organizações e aparelhamentos de emigrados de ambas as greis políticas nos países vizinhos) já instaurado irremediavelmente. Por isso situo o começo da Revolução Federalista na “revolução esquecida”. Mas, não só esse é o peso significativo a data: com o êxito e os rumos do 8 de Novembro especificamente ocorrido na cidade do Rio Grande, passa-se a constituir um “modelo perfeito” que indicaria os caminhos para a derrota do castilhismo, e que passaria a nortear o cenário desejado, ou a “fórmula” ideal de sucesso dos federalistas tanto na guerra civil (ou seja, durante o conflito) e mesmo após: repetir a união de “todas as classes” sociais, econômicas e militares,⁸⁹ “orquestradas”, em movimento sincrônico, e não apenas pela força das armas (os militares deveriam ser agentes do “povo”,

⁸⁹ As crônicas de Ângelo Dourado são um exemplo bem acabado dessa pretensão federalista, unir “opinião pública” e as forças armadas. Sobre o assunto, ver Oliveira (2018a e 2018b).

ou seja, submissos à sua vontade, como vimos na “readequação” do discurso de J. J. Cesar), cujo melhor exemplo eram os chefes fronteiriços, com forte penetração na campanha, mas sem as mesmas representações e influências nos maiores centros urbanos e nas chamadas classes médias desses centros (funcionários públicos, profissionais liberais e “pequenos negociantes”), nos quais o castilhismo era proeminente.⁹⁰ O almejado era uma ampla aliança com todos os atores possíveis (ou, pelo menos, a maioria incontestada das forças) imbuídos do mesmo objetivo e agindo na mesma direção. Com esse intuito a imprensa opositora a Castilhos agia sistematicamente, para angariar simpatias em múltiplas frentes e possibilitar, desse modo, a reedição da Revolução de 8 de Novembro. O fim, então, seria como no início.

3.3 A BREVE SAÍDA DE CENA DE UM DOS PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA: O PERÍODO DAS OPOSIÇÕES NO PODER

Passada a euforia inicial do 8 de Novembro e a efêmera “união” circunstancial das folhas rivais, pouco mais de um mês depois cada qual reassume seu posto e volta o clima de enfrentamento. Como o novo governo ainda dava seus primeiros passos (a “anarquia” ainda não era evocada, mas seria exaustivamente repetida depois, emulando Castilhos),⁹¹ a “artilharia” discursiva do *Rio Grande do Sul* apontava em velhas direções: o monarquismo. Não sem antes fazer uma espécie de *mea culpa*, uma autocrítica, sobre a cisão dos republicanos históricos: “é preciso dizer-se a verdade ao povo; é preciso falar-lhe com franqueza”, era a primeira frase do editorial “Os partidos políticos”, de 18 de dezembro de 1891. Continuava a folha de que a “nossa atualidade política é de desorganização e, por isso, de dúvidas e de receios”, precisando “reagir no sentido de entrarmos num período de paz, para que o braço do homem do trabalho tenha a conveniente aplicação” e “organizar a nossa vida política sob um ponto de vista patriótico e estável, levantar o nível moral do povo.” Tal intento, no entanto, seria inalcançável “sob a influência dos partidos políticos que

⁹⁰ Sobre tal afirmação, ver especialmente Romero (1912, p. 9).

⁹¹ Repetindo a célebre frase dita por Júlio de Castilhos quando respondeu a indagação “para quem passaria o governo” após a renúncia, este teria respondido: “a quem... a ninguém... à anarquia!” (FRANCO, 1993, p. 33).

atualmente se digladiam, tal como eles se acham enfraquecidos pelas cisões. Ambos estão fracos, incapazes de uma regeneração” (RIO GRANDE DO SUL, 18/12/1891, p. 1).

Segundo o diário, o partido republicano histórico, “que representava as honrosas tradições da ideia democrática, aos poucos meses do advento da República”, passou por “mais um fracasso, tanto na capital federal como nos estados”, Sendo que, no Rio Grande do Sul, “devido ao movimento revolucionário de 8 de novembro, o glorioso partido fracionou-se, ficando a maioria de seus chefes em difícil e esquerda posição”, já não existindo mais a unidade, e cujos reflexos dessa desunião seriam as mútuas hostilizações que se via através da imprensa. E vai além: “sem orientação, sem harmonia, sem um objetivo determinado, sem unidade de ação, não pode sobreviver, não pode engrandecer-se, não pode ser útil o partido republicano histórico” (RIO GRANDE DO SUL, 18/12/1891, p. 1).

Sobre os opositores, é ainda mais duro: “o partido federal, já pela origem, já pelos intuitos, já pelos seus atos, não pode inspirar confiança, não merece o apoio dos espíritos lúcidos, a proteção e o concurso do povo”, sendo um “simples agrupamento de cidadãos de todos os credos, **poucos são aqueles identificados com a causa republicana**”, e, por isso, não teriam “no seu passado, a necessária garantia que é forçoso exigir de quem se propõe a governar”, completando que “**infenso à causa republicana** esteve sempre o partido federal, **por sua imprensa combatendo-a sem tréguas**” e que “o advento da República chamava levante”. Sem um “programa conhecido, composto em grande maioria de **chefes estremados dos velhos partidos monárquicos**”, não se poderia saber quais seus reais objetivos e, por isso, os federalistas não deveriam governar (RIO GRANDE DO SUL, 18/12/1891, p. 1). Os grifos são meus, para destacar a posição da folha, se, primeiro aparentemente desencantada com a cisão do PRR, ainda via nele uma possibilidade de regeneração, enquanto aos federalistas desferia ataque duríssimo, que não eram afeitos “à causa republicana”, ou seja, monarquistas, e inaptos ao governo.

Cabe destacar que os ataques eram direcionados ao grupo político, sem menção direta ou indireta ao *Eco do Sul*. Este, no entanto, “respondeu” ao rival, na edição do dia 19/12/1891, igualmente “requeitando” velhas críticas:

Diga-se a verdade

O *Rio Grande do Sul*, que foi sempre para nós e para todos, considerado, não uma folha alheia às lutas partidárias, como se apresentou ao público, mas um órgão de feição política, adeso à facção dirigida pelo Dr. Júlio Castilho, guardando apenas algumas reservas nas manifestações de suas ideias, *para salvar as aparências...* está hoje, franca e decididamente político, e, não há negá-lo, ao lado do chefe decaído.

O colega deve, está no dever de dizer, com verdade, sinceramente o que é. Deixe-se de aparentar uma neutralidade que contrasta com a sua linguagem, com o seu *modus vivendi*. (ECO DO SUL, 19/12/1891, p. 1). [grifos no original]

O mesmo tema se estendeu, com o mesmo título, por mais 4 edições (20, 23, 24 e 25/12/1891). Instiga o diário com uma série de questionamentos e provocações: “quereis o poder, ambicionais os cargos, cuja perda no momento vos contraria? Conquistai-os nos comícios populares”, afirmando que “aí vem as eleições, congregai-vos; se o povo estiver convosco, como alardeais, a vitória será vossa”, porém, “até lá, porém, resignai-vos”, [...] pois seria “impatriótico procurar atualmente perturbar a marcha das coisas políticas” (ECO DO SUL, 20/12/1891, p. 1). Em outra edição, continua atacando a persistência da “neutralidade política” propalada pelo rival, afirmando: “colega, não leve a mal que lhe lembremos o aforismo: *res non verba*”,⁹² com isso, queria “desnudar” a pretensa neutralidade que deveria ser provada com fatos, não apenas palavras (ECO DO SUL, 24/12/1891, p. 1).

No editorial de 23/12/1891 (p. 1), o *Rio Grande do Sul* rebate as acusações de ser um órgão castilhista, ao mesmo tempo em que acusa o *Eco* de, ele sim, ser uma “folha essencialmente política, e de um partidarismo intransigente, não preparada para receber sem prevenções as nossas palavras”. Na mesma edição e página, publica a seguinte nota:

A morte do ex-imperador

O Club Republicano Sul-rio-grandense, considerando que os republicanos brasileiros não devem ficar silenciosos ante as manifestações escandalosas que os poucos partidários da extinta monarquia estão promovendo sob o pretexto de comemorar a morte do ex-imperador [...] julgou tomar a iniciativa de convidar os seus correligionários para uma reunião hoje à 1 hora da tarde, no Largo de S. Francisco de Paula [...] (RIO GRANDE DO SUL, 22/12/1891, p. 1)

⁹² Locução latina que significa “obras, não palavras”.

Pode ser um caso de desvio de foco, mas, se fossem “poucos partidários da extinta monarquia” não parece que haveria motivo razoável para preocupação nem sequer uma reunião às pressas (para o mesmo dia), convocada em primeira página do jornal, com título em grande destaque, maior do que as demais chamadas daquela página. Poderia significar algum tipo de temor, por parte dos castilhistas, de que a suposta “pequena, mas barulhenta” chama da restauração se propagasse e constituísse “perigo real” à República?

Com a mudança do ano, mudou também o posicionamento do *Rio Grande do Sul* em relação a Revolução de 8 de Novembro. Sob o indicativo título “Restauração”, pondera o periódico que cada vez mais se evidenciam as “tendências restauradoras dos antigos chefes liberais e conservadores que por meio de uma fusão indecente organizaram o partido dominante com o concurso de alguns chefes republicanos genuínos”. Justifica a sua “apreensão” pelos “últimos jornais vindos da capital do estado”. Diz a nota, seguida de transcrição:

O *Jornal do Comércio*, órgão oficial, dá a seguinte notícia:

“JUSTA HOMENAGEM

Ontem foi colocada na sala da intendência municipal [de Porto Alegre] o retrato de D. Pedro de Alcântara. O retrato está colocado entre o do duque de Caxias e o de José Bonifácio de Andrada e Silva”.

Na atualidade este fato representa pelo menos um acinte feito aos republicanos e admira que o Sr. Dr. Barros Cassal nem ao menos protestasse contra a sua realização.

No Arroio Grande já lançou-se a primeira pedra para a ereção de um monumento em homenagem ao rei morto. E tudo isto se faz quando a filha desse rei acaba de declarar na Europa que não desiste de *seus direitos à coroa* do Brasil! (RIO GRANDE DO SUL, 26/01/1892, p 1) [grifos no original].

Após a transcrição, reafirma ser uma “folha republicana sem restrições”, protestando contra “esses pródomos de uma reação que parece não estar longe de, como um ciclone, desencadear-se na querida terra brasileira” e aproveita a oportunidade para publicar um artigo que “por um republicano lhe foi enviado” apesar de não mencionar quem (e sequer o texto é assinado), “fazendo seus os conceitos nele externados”. Eis alguns trechos do artigo:

Republicanos, em guarda!

A hidra da monarquia alça o colo.

A revolução de 8 de novembro, proclamada para abater a tirania, levantou milhares de tiranos e abriu longo caminho à propaganda

monárquica e longe de ser uma pugna da liberdade na sublimidade de seu início, ergueu o trono da anarquia.

[...]

Um partido argamassado com os despojos de todos os partidos, sem norte nem bandeira, talhava a ruína do colosso americano e larga mortalha, imunda e salpicada de ódios, torpezas e raivas sanguinárias estava preparada nas trevas, porque nas trevas se reuniam, porque os monstros vivem nos antros.

[...]

A monarquia é uma condenada que não deve ter guarida em nenhum recanto da América. A luz a deportou, a anarquia a aclama: cerremos fileiras em defesa da República!

Descendentes dos heróis de 35, lembrai-vos que sois rio-grandenses, que o mundo tem os olhos fitos em vós! Não vos curveis! De lança em riste!

Em guarda, Republicanos!" (RIO GRANDE DO SUL, 26/01/1892, p. 1) [grifos meus].

Percebe-se nítida mudança em relação à Revolução de 8 de Novembro: se antes era um ato patriótico, agora a define com fins restauradores. Além disso, novamente a memória de "35" é desvinculada do 8 de Novembro e reivindicada para os castilhistas (aqui lidos como "republicanos", mas não todos, claro, apenas os que ainda eram leais a Castilhos). Igualmente merecedor de destaque, o termo "anarquia" começa a se difundir e é associado recorrentemente a partir de então tanto aos federalistas quanto aos governantes não ligados a Castilhos.

O manifesto reproduzido dá a ideia de que o estado como um todo pode ser um pêndulo monárquico. Não apenas pela notícia da capital, mas por iniciativas no interior (como Arroio Grande, que na mesma edição é confirmada a notícia da estátua na praça central em telegrama reproduzido d' *A Federação*) e as outras notícias do Rio Grande, como as reuniões monárquicas, a já citada "celebração da morte do ex-imperador" e também, nunca é demais lembrar, de que os novos/velhos donos do poder estadual eram realmente oriundos, à exceção dos dissidentes republicanos históricos, de ex-liberais e ex-conservadores do império, então as duas interpretações das intenções do jornal são possíveis: a de deslegitimar a oposição e também demonstrar que o "perigo da restauração" era real e persistia no Rio Grande do Sul.

Ao longo do primeiro trimestre de 1892, os embates se dão mais em questões locais específicas, e alguma discussão sobre as indenizações, "pelos cofres públicos, feitas pela Revolução de Novembro", que o *Eco* se mostra favorável, como "contingência natural das revoluções" (ECO DO SUL,

19/01/1892, p. 1), e a folha castilhista, um “assalto ao erário público”. Argumenta que “suponhamos que a ditadura tivesse vencido a revolução e que o colega houvesse gasto, por sua parte, certa quantia; o que faria em primeiro lugar: **garantir a cabeça** ou apresentar a conta dessas despesas ao governo?” (RIO GRANDE DO SUL, 18/01/1892, p. 1). O jornal federalista não afirma, em nenhum momento, que a prerrogativa das indenizações seria apenas aos “vencedores”, mas a resposta do *Rio Grande do Sul* deixa claro o *modus operandi* em uma eventual vitória castilhista: salvar a própria vida em detrimento do pedido de ressarcimento.

Em março, a discussão ocorre pela lei de imprensa, oriunda da Constituição castilhista e que, sob o governo de Barros Cassal, passa a ser fiscalizada pela polícia. O *Eco* também defende essa medida (afinal, apoia o governo) e salienta que a Constituição de 14 de Julho teve “incondicional apoio do nosso correligionário que atualmente dirige o *Rio Grande do Sul*”, e completa que “muito antes de conhecida essa lei, nós tivemos o prazer de inaugurar as boas praxes, assinando todos os nossos artigos” (ECO DO SUL, 25/03/1892, p. 1). O rival rebate, primeiro sobre o uso do termo “correligionário”:

O redator do *Rio Grande do Sul* aceita o tratamento de *correligionário* que lhe foi dado consciente de que o *Eco do Sul* se refere à qualidade de republicano intransigente. Quanto a questão partidária só a aceitará no caso do redator do *Eco* concordar, como concordamos, que o Rio Grande está entregue aos horrores da anarquia, que o governo legal do estado foi vítima de um esbulho; que a opinião pública não está com o governo do Sr. Barros Cassal; **que esse governo tem perseguido cruelmente a distintíssimos republicanos, em proveito dos antigos monarquistas**, hoje disfarçados em republicanos federais e, finalmente, que um governo republicano, honrado, patriótico e honesto, não consente que se prenda e mutile honrados chefes de família, **por motivo de serem republicanos**, deixando os bandidos no gozo da impunidade. Se concorda com o que aí fica exarado, então é certo que somos correligionários na ampla acepção da palavra (RIO GRANDE DO SUL, 26/03/1892, p. 1) [grifos meus].

As perseguições, como é sabido, se deram de lado a lado, ou seja, também empreendidas pela antiga oposição à Castilhos e, naquele momento, detentora do poder estadual. O *Rio Grande do Sul* apenas confirma isso, destacando, uma vez mais, que essa se dava “em proveito dos antigos monarquistas”, embora, o grupo mais atrelado ao termo, o dos gasparistas, estar

em processo de oposição com a Junta Governativa, fato destacado tanto pelo *Eco do Sul* quando pelo rival, naquele mês de março.

Quanto a lei de imprensa, o Rio Grande do Sul a considera “justíssima, honesta e moralizadora”, porém, com a ressalva de que essa lei, “não exige assinatura em anúncios e outras publicações em que ela não vem ao caso, tal como se depreende do regulamento decretado”, julgando “indigno de um governo que se diz de ideias adiantadas, entregar a imprensa à fiscalização imediata da polícia. Aí tem, pois.” (RIO GRANDE DO SUL, 26/03/1892, P. 2) Achava suspeita a medida por prever, talvez, represálias políticas e prisões arbitrárias, mas o fato esconde uma prática comum na imprensa da época: os já citados “anúncios-políticos”, primeiramente identificados no *Eco do Sul*, mas que depois se tornou prática adotada também pelo órgão castilhista, sugerindo um uso recorrente pela imprensa: chamar a atenção para um fato em voga (ou boato, mas amparado no “real”) para, ao final, propagandear algum produto, geralmente farmacêutico. Ora, tal expediente poderia muito bem “mascarar” todo o tipo de notícia ou mesmo opinião, sem ter a figura do seu autor revelada. Então, ao passo que a exigência de assinatura inclusive nos anúncios poderia sugerir uma exigência absurda e arbitrária, também era uma forma de evitar que a imprensa, sobretudo a oposicionista, em burlar a lei usando daquele artifício.

O assunto volta a ser tratado na edição do dia 27, em editorial intitulado “Mudam-se os tempos”, que compara a maneira “nobre e clara” da lei castilhista e como estava sob Barros Cassal, ao delegar sua fiscalização à força policial, equipara-o as “ditaduras de Rosas e Solano Lopes”. Na mesma página há um artigo, que ocupa duas colunas, assinado por Júlio de Castilhos, intitulado “A questão da imprensa”, em defesa de seu jornal, *A Federação* e atacando fortemente o governo do estado, a legitimidade do atual governo em tratar da lei da imprensa, etc. Trata o 8 de Novembro de “rebelião militar de novembro” que culminou no “golpe de Estado”. Também se refere ao governo estadual de “o governicho”, termo provavelmente cunhado pelo próprio, mas que, segundo ele, “é a denominação aceita pelo bom senso popular” (RIO GRANDE DO SUL, 27/03/1892, p. 1). O *Eco do Sul* não toma mais para si nenhuma dessas discussões, direcionando seus ataques aos gasparistas, os “amigos de ontem” (ECO DO SUL, 31/03/1892, p. 1)

Em fins de maio, em uma notícia sem aparente grande importância para os intuitos desta tese, surge uma engenhosa forma de “batizar” o rival, assim como, antes, o *Eco* tratava por diminuir cada vez mais a folha castilhista nos primeiros embates (*Rio do Sul, Rio, R...*). Assim, comentando um despacho judiciário de impacto local, publicado pelo jornal federalista, diz o seguinte:

Penas de pavão

O **jornal Eco** vem muito ancho dizer a seus leitores que:

Por sentença do juiz de direito interino [...]

Diz mais o **jornal Eco** [...]

E vem o **jornal Eco** todo cheio de si, mal sabendo que revela com tal notícia a insidia do juiz interino e o seu interesse em servir os queixosos... (RIO GRANDE DO SUL, 29/05/1892, p. 1) [grifos meus].

A notícia é o menos relevante, por se tratar de assunto local e restrito (o preço das certidões de nascimento e óbito praticadas “pelo escrivão local”) mas sim a forma pela qual o *Eco* é mencionado pelo *Rio Grande do Sul*, e por isso selecionei apenas os trechos nos quais ocorre a repetição da expressão, como forma de, pela ênfase das ocorrências, sugerir, “marcar” na mente dos leitores, o intento. De forma criativa e pejorativa é cunhado o termo para (des)qualificar o opositor: “jornal *Eco*” seria lido como “jornaleco”.

Junho se encaminhava para o aumento das tensões e o colapso da Junta Governativa, e Alfredo Rodrigues de Oliveira, sabedor disso ou apenas desencantado com os rumos do governo que apoiara, resolve declarar, em editorial intitulado “Minha atitude” sua retirada da cena político-partidária. Desse modo, o proprietário do *Eco* afirma no dito editorial que “basta de política”, e que tomara a decisão “em face dos acontecimentos que enlutam a moral política do nosso país e principalmente do nosso estado”. E segue: “os acontecimentos fazem-no descreer de tudo e sobretudo convencem-no de que os sacrifícios não foram feitos para as lutas do partidarismo” (ECO DO SUL, 8/06/1892, p. 1). Não utiliza o termo “neutro”, mas “alheio”. Mesmo assim, é da primeira forma que o *Rio Grande do Sul* interpreta a declaração do chefe do jornal rival nas edições em que Castilhos já está de volta ao poder, porque, nas edições imediatamente subsequentes a publicação do editorial, não há nenhuma menção ao texto ou a atitude de Oliveira. Nesse período, a folha castilhista direcionava seus embates com a *Gazeta Mercantil*, órgão “governicheiro”, conforme suas palavras.

3.4 UM PROTAGONISTA VOLTA À TRAMA: O RETORNO DE JÚLIO DE CASTILHOS

Na edição do dia 18 de junho, o *Rio Grande do Sul* traz um aspecto curioso: dedica um editorial ao governo interino do Visconde de Pelotas, e dá a notícia (telegráfica) da vitória de Castilhos:

A nova situação

Como foi dito pelo Sr. Visconde de Pelotas assumir o governo do estado, o novo governador fê-lo por contar com a maioria da opinião e cheio, portanto, de grande prestígio. Ao que se nota, porém, a nova situação não foi inaugurada sob tão valentes e seguros auspícios.

Por toda a parte sabe-se que o governo trata de garantir-se, não só concentrando forças na capital do estado como reunindo elementos nas localidades.

Da guarda cívica desta cidade já foram retiradas para a capital dez praças, ficando aquela força reduzida a quatro que estão fazendo todo o serviço policial da cidade.

[...]

O estado não pode continuar nessas constantes correrias que se dão por toda a campanha, mormente quando o Sr. Visconde de Pelotas declarou que não tem filiações partidárias.

As depredações que se dão pela fronteira estão a pedir paradeiro: dê-se caça às malocas de bandidos que infestam a campanha, acoroçados pela impunidade em que tem vivido.

Para isto é preciso energia e dedicação à causa pública. Os governos fortes não precisam o concurso de caudilhos e arruaceiros; não acoroçam o banditismo que vive do roubo e a cometer toda a sorte de desatinos.

Antes da revolução de 8 de Novembro o estado desfrutava a mais completa paz: por toda a parte a lei era respeitada e o princípio de autoridade era acatado. O banditismo não encontrou guarida durante a administração republicana.

[...]

Se é certo, porém, a afirmativa do novo governador de não ter filiação alguma partidária, como se pode admitir que ele se esteja rodeado de elementos de uma única facção?

Para nós o governo do Sr. Visconde de Pelotas não dispõe desse apoio e desse prestígio noticiados e não poderá, por isso, reprimir a anarquia em que se acha todo o estado.

O tempo falará com mais eloquência (RIO GRANDE DO SUL, 18/06/1892, p. 1).

Quando afirma que “bandidos infestam a campanha”, que “antes do 8 de Novembro o estado desfrutava da mais completa paz”, e, finalmente, que para conter a “anarquia” era necessário “energia e dedicação à causa pública, [pois] os governos fortes não precisam o concurso de caudilhos e arruaceiros” está qualificando o presidente interino de fraco. Chama a atenção, também, não apenas nesse artigo, mas em vários outros, que os títulos nobiliárquicos são mantidos mesmo pelos republicanos mais convictos, caso do *Rio Grande do Sul*,

sem aspas ou itálico, os recursos utilizados para ironizar ou destacar algo. Aqui aparece “Visconde de Pelotas”, mas também já havia aparecido “Barão de Lucena”, entre outros. Seria por força do hábito ou para melhor identificar os personagens, cujo nome de batismo pudesse ser do desconhecimento da maioria dos leitores? Não localizei explicação para a manutenção do tratamento em nenhuma das folhas consultadas, o fato é que resistiram à queda da monarquia e não foram alvos, no caso específico, de atrelamento “automático” à causa monárquica.

Destaco, também, que já se percebe a mudança radical em relação a Revolução de Novembro, não apenas no editorial, mas principalmente em um artigo na mesma página e edição, é qualificada como “arruaça de Novembro”.

A edição toda é dedicada ao “novo governo” do Visconde de Pelotas e ataques a “anarquia”, porém, na seção “Telegramas”, consta em destaque:

Porto Alegre, 17, às 6.35 da tarde.

Júlio assumiu governo proclamando ordem constitucional. Nomeou vice-presidente Vitorino Monteiro e resignou cargo. Aceito pelo povo. Polícia jubilosa. Nenhuma intervenção federal. Ordem completa. Soltos oficiais condenados política Cassal (RIO GRANDE DO SUL, 18/06/1892, p. 2).

A aparente contradição de informações tem uma explicação técnica, mas denota que até mesmo os correligionários de Castilhos foram pegos de surpresa pela vitória: como a seção telegráfica era a última a ser “montada” na tipografia, todo o jornal estava “pronto”, o que inviabilizaria descartar o já feito a tempo de reescrever, remontar e publicar na manhã seguinte o “sucesso”, e não havia, pelo visto, material laudatório “na gaveta” que pudesse vir a substituir a edição que já vinha à luz desatualizada, “vencida” pelos fatos do triunfo de Castilhos na véspera, dia 17. Isso, contudo, foi mero detalhe: ao receber o telegrama, festejou o ocorrido com grande estardalhaço e o tradicional “fogueteiro”, tendo reunido, segundo o periódico, “grande massa popular em frente ao nosso edifício e crescido número de amigos dos Srs. Drs. Júlio de Castilhos e Vitorino Monteiro”, seguido por cortejo “iluminado” que percorreu várias ruas da cidade, “precedido de uma banda musical e ao estrugir de centenas de foguetes”. Prossegue o relato de que, “durante todo o trajeto” foram dados “vivas aos Drs. Castilhos e Vitorino Monteiro, à República, à legalidade,

etc., debandando o préstito em frente ao nosso edifício” (RIO GRANDE DO SUL, 19/06/1892, p. 2), sendo inquestionável, portanto, o caráter de centro, ou uma espécie de diretório “popular”, do PRR rio-grandino, uma vez que lá iniciou e terminou a comemoração.

Do outro lado, Alfredo Rodrigues de Oliveira parece empenhado em seguir com o seu “basta de política”, o que não significa que o *Eco* não tenha se posicionado. Para tal, transferiu a escrita do editorial para ninguém menos do que Mário de Artagão. O longo editorial intitulado “Profecias de sangue” preconizava que a vitória de Castilhos era mais um capítulo da convulsionada situação do estado, e que prenunciava algo de “pavoroso”:

Anteontem [17/06], noite de S. Manoel, ouvimos o *allegro* dos hinos marciais e o espocar de dúzias de foguetes. Julgamos, ao princípio, que um célebre admirador do milagroso santo [...]. Nada disso. Tratava-se simplesmente de festejar a ascensão do Sr. Dr. Júlio de Castilhos às culminâncias das esferas governamentais.

É natural que apelassem para os foguetes quando não podiam apelar para os entusiasmos do povo.

[...]

Mas este governo que sobe, parece que traz alguma coisa de pavorosa, alguma coisa de desconhecido que nos aterra!

Há nos seus sectários o riso enrugado e mau das bruxas shakespearianas; há neles as rugas da premeditação das vinganças, há sanhas mal contidas, há punhos fechados que ameaçam e risadas surdas que maldizem.

As colgaduras das varandas enfloradas não os aclamam, os lenços não acenam, as magnólias não voam desfolhadas. Parece uma entrada de triunfadores arrastando os cadafalsos.

E é por isso que de longe nos chegam os ruídos fatídicos da borrasca. Luzem nas trevas as lâminas dos sabres, arrastam-se os canhões chispando faíscas no granito das estradas, espumam os arreios, despenham-se os ginetes, vociferam os gaúchos.

E tudo avança num aglomerado de raiva e ardor, e tudo avança vomitando a praga, e tudo avança num horrível atropelo de gritos e reivindicações.

É a hora do extermínio que se aproxima! É a hora do sangue, a hora do pranto, a hora do pavor, a hora das maldições.

As urnas poderiam ter evitado isto. Mas assim o quiseram e assim o tenham os triunfadores.

Ninguém apele para a sentimentalidade, ninguém se apegue a comiseração. O enternecimento de hoje está fechado no bojo do canhão, e o bronze não tem alma.

O canhão só tem o ventre entumecido pela pólvora e a boca escancarada pela morte. Não deglute, vomita; não fala, uiva!

O drama vai começar. Sentimos o cheiro da pólvora e vemos o sangue espadanar já perto (ECO DO SUL, 19/06/1892, p. 1).

Artagão, então em Porto Alegre, regressa para Rio Grande (talvez por receio de alguma represália) imediatamente após a vitória de Castilhos.

“Escalado” para comentar o fato, não apenas por ser testemunha ocular, mas, creio, pela força de sua pessoa e escrita. Artagão usa com maestria de seu estilo refinado, literário, quase um “texto-poema” para afirmar que com Castilhos vem o embrutecimento, a vingança, o poder da força, o extermínio, e, é claro, uma possível reação. Ao barbarismo e selvageria que buscava destacar nos opositores, contrapunha-se com sua prosa, seu estilo rebuscado, polido, “civilizado”, além de tentar demonstrar (como o *Rio Grande do Sul* havia feito em relação ao Visconde de Pelotas) que não havia respaldo ou apoio legitimamente popular, só dos homens guiados “pelo fanatismo de uma crença” (ECO DO SUL, 19/06/1892, p. 1).

O *Rio Grande do Sul* responde ao editorial, afirmando que, apesar de “mais uma vez retirado da política, e de ter mudado de redator, não perde ocasião de atacar a política que tem por chefe o Dr. Júlio de Castilhos”. E, sobre o autor do texto, ironiza: “quanto ao sangue que o Sr. Mário de Artagão, julga que em breve correrá, estamos certos que isso não passa de uma dessas tantas infantilidades a que estão sujeitas as imaginações isabelinas” (RIO GRANDE DO SUL, 21/06/1892, p 1), em evidente referência ao monarquismo declarado daquele autor. Na página 2 da mesma edição, o diário noticia, em nota cujo título era “Uma adesão”, o fato de um “distinto cidadão” da cidade de Estrela, que “sempre foi gasparista”, teria ingressado no PRR. Poderia ser fato isolado, poderia ser adesismo (apesar de a carta ter sido enviada à *Federação* e reproduzida pela folha rio-grandina, e datada de 15 de junho, antes, portanto, da vitória de Castilhos), mas indica, o que é natural, mas pouco explorado, que as dissidências não ocorriam apenas no PRR. Menos registrados, esse caso de Estrela mostra que entre os federalistas (ou gasparistas), também havia a “troca de lado”.

Em uma nota na página 2, cujo título foi “Sempre mentiroso”, o *Rio Grande do Sul* afirma que “o jornal *Eco*, apesar de se ter recolhido à *privada*, voltou ontem no seu ‘Boletim do dia’ a continuar a impingir os seus carapetões” O texto segue repercutindo notícias locais, desmentidos, etc., e finaliza com “e diz a folha da rua Pedro II que foi para a *privada*...” (RIO GRANDE DO SUL, 22/06/1892, p. 2). A palavra grifada tem dupla função: ironizar o fato de que o rival não trataria mais da vida pública (sendo seu antônimo, a “privada”), apesar de que, o “basta de política” não indicava ausência do debate público e

dedicação somente a assuntos privados (o que nem seria possível em um jornal “tradicional”) e, também, o dúbio sentido do vocábulo, sendo “privada” associada ao assento sanitário, de onde estaria (e seria seu lugar, portanto), o “jornaleco”. Além disso, a recorrente menção de “Folha da Pedro II”, como visto, referência ao seu endereço, segue o intuito de atrelar ao diário concorrente a pecha de monarquista.

Nas edições dos dias 23 e 24 de junho, desmente a suposta “censura à imprensa, que seria realidade já um dia depois da última negação. Nesse sentido, sob o título “Liberdade de imprensa”, a folha castilhistas afirma que é preciso que se compreenda “bem” a palavra “liberdade”, não sendo ela “sinônimo de licença ou de anarquia. Não pode haver liberdade onde não se respeita a lei, os princípios de sua moral e os deveres que cumpre a cada sociedade”. Prossegue:

A liberdade da imprensa não consiste em escrever-se quanto quando a imaginação, por mais extravagante que seja, queira dar lume.

A própria imprensa deve repugnar tais excessos.

Não pensa assim o *Eco do Sul*: observando a quadra de agitação popular que atravessamos, aquela folha conterrânea, ao contrário de todos os seus colegas de localidade procurou alarmar o espírito público dando publicidade a boatos aterradores.

Foi nestas condições que a **autoridade julgou de toda a justiça não consentir na reprodução daquele fato**, como medida de interesse geral.

Ora, ninguém dirá de boa-fé que o procedimento do Sr. delegado de polícia fosse de leve ferir a liberdade da imprensa.

A autoridade não proibiu que aquela folha desse as suas notícias como entendesse; o que ela acentuou foi que se não desse curso à *boatos alarmantes*, como os não têm dado todas as mais folhas locais.

E não é isto um benefício para a sociedade, não é uma garantia de ordem?

A correção **do ato da autoridade policial** foi reconhecida pela imprensa local que, noticiando-o, não se manifestou contra ele.

Com estas linhas temos justificado que a liberdade de imprensa não foi nem será atacada (RIO GRANDE DO SUL, 26/06/1892, p. 1) [grifos em itálico no original, em negrito os meus].

Imediatamente após esse texto, traz outra nota no mesmo sentido, intitulada “Medida acertada”, noticiando que “o *Comitê Revolucionário intimou* anteontem à *Tribuna Federal*, de Pelotas, para não publicar notícias alarmantes, quer de conta própria, quer a pretexto de transcrições”. Na sequência, publica o seguinte:

Tem graça!

Os nossos colegas do *Quinze de Novembro* e da *Folha do Sul*, de Bagé, receberam *intimação* do Sr. general Tavares para *não dar* notícias nem boletins favoráveis ao governo do estado!

Isto, se por um lado tem o seu quê de cômico, por outro lado oferece margem para julgar o estado mental dos federalistas de Bagé!

Ou essa gente perdeu a cabeça, ou envolvida em crime de sedição, quer agora arriscar a última cartada!

Será crível, entretanto, que os federalistas de Bagé sejam os únicos a não conhecer o triste e ridículo papel que estão representando? (RIO GRANDE DO SUL, 26/06/1892, p. 1) [grifos no original].

Os trechos citados são emblemáticos para demonstrar o confuso posicionamento do *Rio Grande do Sul* em relação à liberdade de imprensa. Primeiro, é favorável no caso da censura da “autoridade policial” às matérias do *Eco*, lembrando que foi efusivamente contrário ao uso da polícia como “fiscalizador” da imprensa há apenas meses antes. Nesse momento, parece não só concordar, como justificar. Outro ponto de destaque é que o mesmo termo, “intimou”, aparece com apreciações distintas em matérias localizadas na mesma página, e, mais sintomático, “juntas”, ou seja, sequenciais, uma à outra. Notícias sobre os federalistas e seus “sucessos” eram “boatos alarmantes” e mereciam, com toda a justiça, serem censurados, sob “intimação”. Do lado contrário, notícias castilhistas eram “boletins favoráveis”, e a “intimação” dos órgãos vinculados a Castilhos seriam não apenas censura, como algo insólito, merecedor de riso de tão absurdo. Ou seja, dos adversários, as notícias eram imediatamente tachadas de “boatos”, cujo intuito não seria outro senão “alarmar a população” e, portanto, não deveriam ser publicados; do seu lado, em sentido inverso, seriam “notícias” e configuraria absurdo proibir sua veiculação. A régua que mede Rio Grande, decididamente, não é a mesma que mede Bagé.

Ainda na mesma página, apesar de criticar o uso de “boatos” e “especulações”, publica uma nota chamada “Especulação” reproduzida do *Diário Popular*, de Pelotas: na qual se lia: “um Sr. Cabeda, que a anarquia arrojara a esta cidade”, teria espalhado, na véspera, um “boato de que a cidade de Sant’Ana do Livramento havia sido retomada por um tal de Rafael Cabeda”, que ambos os jornais qualificavam como “personagem que ocupa lugar saliente na história sinistra daquele município” (RIO GRANDE DO SUL, 26/06/1892, p. 1). É relevante notar que havia dois pesos e duas medidas também para a aplicação dos termos. Para os rivais, eram proibidos. Para si e aliados, era permitido. Se figurassem em edições separadas, espaçadas no tempo, exigiria um esforço

maior do historiador em encontrar e evidenciar sua contradição; no mesmo número e página, fica ainda mais aparente sua incoerência em se tratando do mesmíssimo assunto.

Os embates seguintes não trazem grandes novidades, com acusações, réplicas e trélicas de lado a lado sobre assuntos locais ou artigos castilhistas e anticastilhistas, cada qual na sua “trincheira”, mas chama a atenção um detalhe relativo ao aumento da tiragem do *Eco do Sul*. Respondendo ao rival em uma dessas questões menores, diz a folha federalista que “o público que nos julga, não cessa de aplaudir-nos, fazendo aumentar a tiragem desta folha e exortando-nos a continuar no caminho do dever” (ECO DO SUL, 7/07/1892, p. 2). Não encontrei, em números, qual era a anterior nem em quanto aumentou, mas a resposta do concorrente não desmente o fato, porém, ironiza-o ao citar que “não admira que a folha da rua Pedro II tenha aumentado a tiragem, pois é sabido que **pouco papel de embrulho** tem vindo à praça” (RIO GRANDE DO SUL, 9/07/1892, p. 2), aproveitando para desqualificar o rival. Esse aumento da tiragem pode ser tanto um indício de que havia mais interesse nas ideias federalistas, ou uma “cartada” de Alfredo Rodrigues, em intensificar sua propaganda. Outro detalhe curioso que merece atenção é que, a despeito das constantes menções e destaques, à época, o *Rio Grande do Sul* também estava instalado à rua Pedro II (aliás, quase vizinhos: o *Eco* tinha suas redação e oficinas no número 84, enquanto o *Rio Grande do Sul* ocupava os números 88 e 90 da referida via), mas, no frontispício desse, era grafado “Rua Pedro **Segundo**”, e não em algarismos romanos, talvez propositadamente, para não evocar a figura monárquica, ou para se “distanciar” do “vizinho”. A “folha da Pedro II”, por conseguinte, eram ambas.

Seja por estratégia, seja por interesse do público, o aumento da tiragem do *Eco*, direta ou indiretamente, provocou um movimento do *Rio Grande do Sul*, que nunca escondeu seus problemas financeiros, resolve agir e tornar-se uma “folha da tarde”. O jornal federalista destaca, em matéria intitulada “Rio Grande do Sul”, que “começou ontem essa folha a ser publicada à tarde”. O *Eco* traz em seu título, nesse período, o subtítulo “folha da manhã”. E prossegue o comentário afirmando que, “não fora a hora em que recebemos o benevolente órgão, exatamente a em que cá em casa se trata de encerrar o expediente, dar-lhe-

íamos resposta. Entretanto, de hoje até amanhã... não será longa a espera” (ECO DO SUL, 2/08/1892, p. 2).

De fato, na véspera, o jornal castilhista aparece repaginado, com novo frontispício e novo logotipo, a volta da seção “Em revista” que reproduz as principais notícias dos demais jornais da cidade, com comentários irônicos e/ou indagações ferinas, exatamente como na primeira versão. Além disso, justifica se tornar uma folha da tarde para beneficiar “os comerciantes”, que receberiam “no mesmo dia” as “notícias telegráficas da capital federal, da Europa e de todos os lugares de onde o diário as recebe”, e finaliza: “para esse fim tivemos de aumentar nossas despesas, esperançados de que, como até o presente, o público compense os nossos sacrifícios dispensando-nos a sua valiosa proteção” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/08/1892, p. 1).

Esse não era o primeiro movimento do diário. No início do mesmo ano, uma estratégia com o intuito de aumentar seus assinantes foi enviar exemplares a várias pessoas, pedindo que, quem não quisesse se tornar um subscritor automático, deveria devolver o jornal na sua sede, tentando, talvez, viabilizar economicamente o jornal, enquanto via o *Eco* aumentar sua tiragem e, nas edições de igual período que comparei, não consta a prática do envio indiscriminado desse jornal tornando compulsória sua condição de assinante como artifício para aumentar o número de seus subscritores, sugerindo ter, ele, uma tiragem mais “orgânica”.

Algumas hipóteses para o *Rio Grande do Sul* ter abdicado da condição matutina e passar a circular como jornal vespertino, podem ser aventadas: primeiro, uma tentativa de redução de custos, sob o ângulo econômico, uma vez que, sendo montado no mesmo dia em que saía, aproveitava os funcionários da tipografia Trocadero, sem necessidade de funcionários noturnos, ou, sob o prisma estratégico político-partidário, ser “a última palavra” do dia, respondendo os embates com seus concorrentes na própria data, enfim, ser a fonte “mais atualizada” dentre as folhas locais (em especial aos telegramas), como o próprio destaca, lembrando que os jornais diários se inserem em uma necessidade “vital” das pessoas, ou seja, passam a figurar/nortear as atividades cotidianas da sociedade, em seus mais diferentes níveis e aspectos, especialmente dos centros urbanos (GROTH, 2011, p. 157).

3.4.1 O episódio da visita de Castilhos ao Rio Grande e os “monarquistas do Café”

Desejada e festejada por uns, indesejada e execrada por outros, assim se deu a visita de Júlio de Castilhos ao município. Como figura tão carismática quanto polêmica, que desperta em igual proporções amores e ódios, é coerente pensar que não seria um evento qualquer, e mereceu dias e dias de embates através das folhas antagônicas, como é de se supor. Muitos deles foram prolongamentos e repetições, então vou concentrar minha análise ao que considero aspectos mais relevantes nos discursos veiculados sobre o episódio.

Naturalmente, o *Rio Grande do Sul* dedica a sua publicação de 10 de agosto como uma edição comemorativa a visita de Castilhos à cidade, estampando, centralizada e com bordas que lembram folhas de louros (símbolo associado a glória e a vitória), um retrato em destaque do seu líder (figura 4).

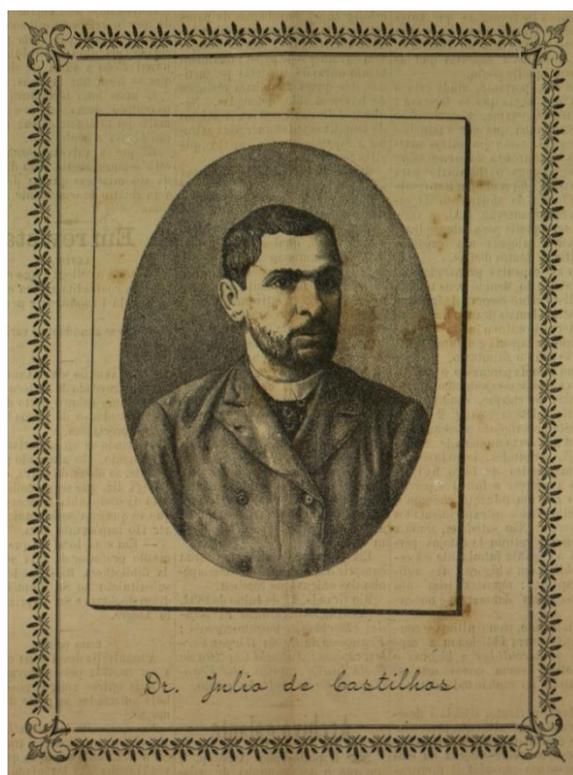


FIGURA 4: Efigie em homenagem a visita de Júlio de Castilhos pelo *Rio Grande do Sul*
Fonte: *Rio Grande do Sul*, 10/08/1892, p. 1 / reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Tal inserção era raríssima nas páginas do jornal, e a primeira dedicada a uma pessoa.⁹³ Após várias odes ao líder republicano, afirma que a folha, “**que aqui representa as doutrinas republicanas**, veste-se de gala neste dia solene em que o benemérito patricio se hospeda nesta cidade”, completando que “associando-se intimamente aos festejos que se vão realizar em homenagem a tão distinto cidadão, dá nesta página o seu retrato como um sincero preito da alta admiração e grande estima que o liga à pessoa do valente patriota” (RIO GRANDE DO SUL, 10/08/1892, p. 1).

Logo após outros artigos laudatórios, traz uma informação de que “as despesas da revolução” (que teve Castilhos vitorioso e não a de 8 de Novembro) foram pagas “às expensas particulares” na localidade de Santa Cristina (um distrito de Parobé), para contrastar com os pedidos de indenização pagos pelo estado, fato questionado pelo jornal na época da Junta Governativa. Não trata, porém, se todas foram pagas dessa maneira ou apenas da inexpressiva localidade. Outro aspecto referenciado na edição comemorativa é sobre a diferença do presente em relação “ao tempo do governicho de Gumercindo e seus amigos” (RIO GRANDE DO SUL, 10/08/1892, p. 2). Pela primeira vez Gumercindo Saraiva é apontado como um líder da oposição, e não mais Barros Cassal ou mesmo Joca Tavares, o que seria mais lógico em um primeiro momento. Sua menção como “chefe” da Junta Governativa não corresponde aos fatos, uma vez que ele não teve participação política no comando estadual. Talvez, a explicação resida no fato de seu crescente protagonismo (e, portanto, perigo), que seria verificado mais tarde, durante a eclosão da Revolução Federalista.

Na edição seguinte, a primeira e parte da segunda página foi de novas louvas de entusiasmo e elogios à figura e à própria visita de Castilhos. Na segunda página, sob o título “Manifestação” relatou com detalhes os preparativos, a chegada, as manifestações e também as ocorrências da passagem do líder do PRR pela cidade. Em um subtítulo pequeno denominado “Incidente”, narra:

⁹³ Em outra oportunidade, o *Rio Grande do Sul* ilustrou sua capa com a imagem do navio Solimões, que havia naufragado, como “homenagem às suas vítimas” (RIO GRANDE DO SUL, 16/06/1892, p. 1).

Quando o Sr. Dr. Júlio de Castilhos proferia o seu discurso e tratava da exploração realizada pelos federalistas, por ocasião da revolução de 8 de Novembro contra o ato do general Deodoro, ouviu-se um “não apoiado” que o interrompeu por alguns momentos e a detonação de um tiro que não se sabe de onde partiu.

Houve então um **pequeno rebuliço** e dispersão de povo, por alguns instantes, serenando tudo imediatamente e continuando o orador o seu discurso entre calorosos aplausos.

Ao terminar o seu discurso o Sr. Dr. Júlio de Castilhos incorporou-se aos manifestantes dirigindo-se pela rua Pinto Lima e seguindo pela rua Demétrio Ribeiro.

Ao enfrentarem ao Café 24 de Maio, da janela daquele edifício onde se achavam diversas pessoas ouviu-se alguns gritos insultuosos.

Então diversos populares dirigiram-se para dentro do café **onde deu-se troca de tiros**.

Terminado o **incidente** continuou a coluna popular, percorrendo aquela rua até a Francisco Marques [...] (RIO GRANDE DO SUL, 11/08/1892, p. 2) [grifos meus].

Assim, contemporiza e não dá grande destaque aos “incidentes”, tanto do discurso quando da caminhada, especialmente ao do Café 24 de Maio, embora noticiasse que houve “troca de tiros”, o que não era normal nem para a época, ainda mais em tempos de “paz” como propalava o jornal.

O *Eco* traz mais informações, mais detalhes, mesmo que se reconheça que poderia haver certos “exageros” intencionais por parte da folha federalista, sendo que qualquer evento vindo de castilhistas ganharia dimensões maiores, com propósitos de exploração (em seu benefício) políticas.

O jornal, que desde sempre se referia ao maior adversário como “o bacharel Castilho”, ou “Dr. Júlio de Castilho”, sempre sem o “s” final,⁹⁴ dessa vez tudo o que se relaciona a seu nome escreve corretamente, a iniciar pelo seu editorial, intitulado “A visita do Dr. Castilhos”. Nele, noticia de forma protocolar a chegada do comboio de Castilhos, o acompanhamento das “marchas musicais, do pipocar no ar dos foguetes e do desembarque dos passageiros de seus carros do trem”, que, segundo o jornal, vinham “cheios de partidários do Dr. Castilhos, formou-se uma massa popular, que veio pela rua Pedro II dando vivas ao recém-chegado”, fala do local dos festejos, as quadras da rua Pedro II (lembrando que era sede do *Rio Grande do Sul* e também do *Eco*), onde os apoiadores gritavam vivas de apoio “à legalidade, à República e ao Dr. Castilhos”, algo que a folha

⁹⁴ Tal escolha, me parece, se deu não por um (pouquíssimo provável, para não dizer impossível), desconhecimento, já que ele foi presidente do estado, o que significa que vários documentos oficiais foram de conhecimento geral (inclua-se o *Eco* e seus redatores), mas de forma proposital, como se dissesse “não sei seu nome, não o conheço”, ou mesmo “não é importante”, ou, ainda para facilitar a variação “castilhano” (castelhana).

afirma ter visto como “algo muito razoável, e até mesmo muito interessante”. Logo em seguida, usa um subtítulo (“Boatos”) com o seguinte teor:

Após a chegada do Dr. Castilhos, com o qual dizia-se tinham vindo personagens exaltados e valentes, gente disposta a tudo o que desse e viesse, vieram avisar-nos muitas pessoas de que, na noite de ontem, aproveitando o rumor, a confusão da festa, as nossas oficinas iam ser assaltadas e destruídas.

Boato que corre desde o momento da agitação da legalidade governante, sem que se tenha realizado, não demos-lhe a menor importância. Um amigo, no entanto, nos disse que, tendo conversado com um governista, este lhe adiantara que efetivamente se realizaria o assalto, mas no caso que houvesse qualquer desordem nas festas que deviam ter lugar à noite. O *Eco do Sul* seria o responsável pelas alterações de ordem que se dessem (ECO DO SUL, 12/08/1892, p. 1).

Se o tal “boato”, que era recorrente, não tivesse dada a importância pelo *Eco*, não seria necessária sua menção. Ocorre que tal nota estava vinculada a outras, como as que se seguem, que, em conjunto, noticia à sua maneira os “incidentes” narrados *en passant* pelo concorrente:

Grupos suspeitos

À noite percorreram as ruas, passando pela nossa porta, grupos de indivíduos desconhecidos, dando vivas, ora à República, ora à anarquia e ora ao Dr. Castilhos.

Num deles (que todos andavam sem luminárias e provavelmente bem armados) divisamos um soldado de polícia da cidade vizinha.

Pareciam espectros sinistros a amedrontar a população, que nunca vira coisa assim.

E, ouvimos “foras” ao *Eco* e outras apreciáveis *amabilidades*.

Desordem

Não fomos aos festejos realizados ontem à noite.

Soubemos, entretanto, que, quando o Dr. Castilhos falava às massas e referia-se à revolução de 8 de Novembro, houve apoiados e não apoiados, foras, etc., etc., ocasionando desordem tal que deram-se tiros e houve espaldeiramentos, um *charivar*⁹⁵ desusado em festas tais.

Como é natural, espalhou-se o pânico nas famílias que apreciavam a iluminação e a música, e conseqüentemente o acotovelamento de homens, mulheres e crianças, cada qual a querer escapar-se o mais depressa possível, pisando-se nesse afã muitas crianças e várias senhoras, que foram vítimas síncope.

Daí formarem-se grupos de pessoas na extensão nas ruas Príncipes e Pedro II, e nos quais o susto e o pavor eram patentes.

Nós

Logo ao romper aquele conflito, numerosas pessoas correram assustadamente a avisar-nos do fato, acrescentando que um grupo composto por Trajano Lopes, Manoel Simões Lopes, empregado do

⁹⁵ A expressão é polissêmica, e seu uso pode denotar uma desqualificação se levarmos em conta o que é, mas, em síntese, pode ser lida como balbúrdia, desordem, confusão.

gasômetro; Utalix Lupi, delegado de polícia de Pelotas; Benito Marell, empregado da comissão das obras da Barra, seguido de uns quantos vagabundos desta e da cidade vizinha, tinham saído em direção ao *Eco do Sul* gritando:

– Vamos ao *Eco*! Vamos ao *Eco*!

O tal Trajano Lopes, que desde a chegada do chefe *legalista*, não pensava senão em assaltar o *Eco*, aí vinha sôfrego e faticamente.

Entretanto, o *Eco do Sul* ficou impassível, no mesmo lugar, rua Pedro II, n. 84, próximo ao beco do Afonso, com uma porta e duas janelas de frente.

E... passou a tempestade... escapou (ECO DO SUL, 12/08/1892, p. 1 e 2) [grifos no original].

Em sequência, os acontecimentos e a forma como foram narrados dão a entender que a “festa” era um pretexto para atacar o *Eco*, inclusive com a identificação dos “suspeitos”, que, no entanto, não ocorreu. Há um “que” de valentia, até, ao informar seu endereço completo, características do prédio, etc., como para “facilitar” o trabalho dos pretensos agressores, como se tal informação não fosse amplamente conhecida. Na nota “desordem”, amplifica o que teria ocorrido no discurso de Castilhos. Em decorrência dela, terminou precocemente a fala do líder do PRR e imediatamente iniciou-se o que o jornal qualificou como uma *marche aux flambeaux*, algo como “procissão iluminada”, em livre tradução.⁹⁶ Segundo relatos ao *Eco* e por ele narrados, “não podendo o Dr. Castilhos estender a sua oração, foi organizada a marcha”, na qual tomou parte e a qual “*respeitosamente* todos os transeuntes abriam alas, bem como fecharam as portas todas as casas de negócio”. O itálico, constante no original, sugere ironia, e entendo seu significado como “foram obrigados a”, caso contrário, não haveria motivo para o destaque, assim como o fechamento do comércio. A seguir, com o título “Novas desordens”, traz sua versão do que ocorreu no Café 24 de Maio:

Ao chegar o préstito ao beco do Castro **ouviram-se seis ou oito tiros**, não constando que houvesse ferido, mas deu-se grande alarido.

O *Café 24 de Maio*, de propriedade do sr. João Agostinho do Espírito Santo, foi alvo de um tiroteio nutrido por parte da *marche aux flambeaux*. Passava esta em frente ao referido Café, que é à rua Príncipes, além do teatro, dando vivas ao Dr. Castilhos, quando foi-lhe retrucado com vivas ao Dr. Barros Cassal e à **monarquia** por pessoas que lá se achavam.

⁹⁶ Segundo o *Dicionário Priberam*, trata-se de locução francesa que significa "marcha noturna com archotes acesos". "Marche aux flambeaux", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2023. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/marche%20aux%20flambeaux>>. Acesso em: 30 set. 2023.

Incontinentemente, **um indivíduo que foi expulso por ladrão** da estrada de ferro *Southern* e que é hoje empregado como escrevente de uma companhia de seguros, puxou de um revólver, disparando-o contra aquele estabelecimento.

Sucessivamente foram dados uns **60 tiros contra a mesma casa**, ferindo unicamente o jovem Carlos Merry, empregado na agência Carrion & C., que ficou com a coxa da perna esquerda atravessada por uma bala. E seguiu *la procesion*. Nas ruas por onde ela trajetou, algumas casas ficaram com as vidraças partidas.

Ao chegar em frente ao *Eco do Sul*, em cujas imediações viam-se numerosas pessoas esperando qualquer desacato à nossa empresa, que então se conservava fechada, tentaram arremessar-se sobre ela, sendo nisso impedidos por alguns companheiros. Mesmo assim, **deram tal empurrão na porta do Eco**, que, um dos entregadores que espreitava pela fechadura a manifestação, **ficou com a cabeça quebrada** ECO DO SUL, 12/08/1892, p. 2) [grifos meus].

O tal “tiroteio”, a se acreditar no *Eco*, foram dois, e bem mais numeroso no Café 24 de Maio, talvez justificado pelos “vivas à monarquia”. Aproveita para desqualificar o agressor como um “ladrão” e destaca as “vidraças partidas”, além da “cabeça quebrada” de um dos entregadores do jornal, embora o *Rio Grande do Sul* questione a veracidade da informação, como veremos adiante. Notícia outros casos, “pormenores” variações da “desordem” e “destruição” da passagem de Castilhos, que assim foi resumida pelo *Eco*: “entre protestos, desordens e assaltos” deixou na cidade um traço “sanguinolento” que obriga o povo a “amaldiçoar a memória daqueles que se pretendem impor pelo espírito ordeiro e civilizador, quando outra coisa não são senão embusteiros de uma política bastarda e pequenina”. Finaliza com a informação de que, às 7 e meia da manhã, embarcou Castilhos no paquete Rio Pardo, “até onde foi unicamente acompanhado pelos Srs. Dr Manoel Antônio Affonso Reis”, proprietário do *Rio Grande do Sul*, “coronel José Luíz de Mesquita, Drs. Lacerda Werneck e Júlio de Mendonça Moreira e José Bastos” o outro proprietário daquele jornal, ou seja, os dois donos do jornal rival e outras três pessoas constituíam “todo” o verdadeiro séquito de Castilhos na cidade, em uma zombaria (ECO DO SUL, 12/08/1892, p. 2).

Ainda na mesma edição (pág. 2), traz uma manchete cujo título era “Mário de Artagão”, destacando que o “distinto amigo” teve diversos pedidos e avisos de “pessoas gradas” para que se conservasse em casa, à noite, visto que “planejavam assassiná-lo, em razão de suporem-no o instigador de manifestações monarquistas que se fizeram durante as festas em homenagem ao Dr. Júlio de Castilhos” (ECO DO SUL, 12/08/1892, p. 2).

Na edição do mesmo dia, já sabendo das versões do *Eco* por ser publicado à tarde, na nota intitulada “Para que se saiba”, reproduz comentário do *Artista*: “são realmente para lamentar tais excessos e nós o deploramos sinceramente, porque depõem contra os nossos sentimentos de ordem e contra a nossa civilização”. Mas, rebate: “é justamente esse o nosso modo de pensar e estamos de perfeito acordo com o colega”, com a ressalva: “necessário se torna, entretanto, averiguar quem ou quais foram os provocadores dos acontecimentos que se deram na noite de 10 do corrente”. Segundo o diário castilhistas, “em todos os tempos” têm se realizado festas políticas na cidade “dispensando-lhes o maior respeito os membros do partido contrário”. E vai além: “nunca se deu o fato aviltante e reprovável dos adversários andarem distribuindo pasquins e pregando-os pelos postes da iluminação pública”, ato que supostamente teria feito o *Eco*. Segue afirmando que cada um defendia as suas ideias, “ou pela imprensa ou pela tribuna, guardando sempre o decoro próprio de cavalheiros que se prezam”, destacando que “ainda há poucos dias meia dúzia de senhores festejou os anos da princesa Isabel, andando um deles de *robe-chambre*, atirando foguetes pelas ruas”, e ninguém teria ido “perturbá-los em seu regozijo” (RIO GRANDE DO SUL, 12/08/1892, p. 1). Ao responder ao *Artista*, que acusou o excesso, não desautorizou o “colega”, mas, antes, atribuiu a responsabilidade como uma espécie de “sabotagem”. Por outro lado, reclama de que as festas alheias eram respeitadas, mesmo as monárquicas. Aliás, tal manifestação, aliada ao episódio do Café 24 de Maio, mostra que o monarquismo seguia vivo e sem medo de expressar-se, mesmo sob Castilhos, ainda que, nesse período, ele não estivesse “formalmente” investido do cargo de presidente do estado.

Na mesma resposta, seguem as acusações ao *Eco* (ou aos federalistas, ou a ambos, mas, certamente, ao rival, pelo que se depreende da atitude que se verá a seguir). “Fizeram mais: aliciaram crioulos de menor idade e meninos para andarem repetindo pelas ruas ditérios provocantes a membros do partido republicano”. Além disso, “a destruição dos lampiões venezianos que ornamentavam a praça Municipal foi efetuada pela molecada desenfreada que confessou estar paga para realizar a empreitada”. Finaliza com um comunicado “Ao público”, lembrando episódios precedentes das outras folhas cidadinas: “reconhecendo quanto foram criteriosos e corretos os nossos honrados colegas do *Artista* e do *Diário devolvendo a folha suja da rua Pedro II*, fazemos hoje o

mesmo, devolvendo-a para que não empesto o nosso escritório” (RIO GRANDE DO SUL, 12/08/1892, p. 1). Devolveu o exemplar do *Eco* como forma de protesto pela “cobertura” do rival. Não sem lê-lo, aparentemente, pois responde todas as acusações daquele (nos artigos “Seção Livre”, “Ao público”, “Mentiras do Eco”, “Falsidades”, “O Sr. Mário de Artagão”, “Mais uma infâmia”, “Revista local”) e publica, em apenas uma edição, o maior número de ofensas dirigidas a folha concorrente (jornaleco, folha pornográfica, pestilento, nauseante, o sujo, etc.). No “Mentiras do ‘Eco’” especialmente, refuta a publicação concorrente adjetivando cada reprodução com os termos “mentira”, “infâmia”, “falsa”, “falsíssima”, questionando inclusive como o entregador teria ficado com “a cabeça quebrada, se nem a porta foi arrombada ou danificada” (RIO GRANDE DO SUL, 12/08/1892, p. 2), o que, convenhamos, tem sentido, parece ter havido, pelo menos nesse caso, um certo “exagero” do *Eco do Sul*.

Mário de Artagão, acusado de ser um dos incitadores do Café 24 de Maio pelo *Rio Grande do Sul*, afirma que nem estava no local e nem o seu “partido” estaria envolvido:

A minha defesa

Correra pela cidade de que eu também havia sido preso – e tanto bastou para que no meu trajeto pela rua do Riachuelo, **fizesse o povo uma grande cauda levantando vivas à monarquia** que eu tentei soffrear pedindo calma e muita ordem.

Mas o povo sem me querer ouvir, continuou nas aclamações até a entrada da casa de negócio do delegado e meu amigo Sr. Cintra. Ponderou-me este cavalheiro que na sua qualidade de autoridade era **impossível dar-me audiência com semelhante algazarra** e indicou-me a secretaria de polícia para ponto de reunião.

A minha propaganda monarquista vai calando no ânimo do povo que é o único competente para julgar os meus atos políticos. **O povo começa a rugir e o Rio Grande do Sul tem medo.**

As manifestações monárquicas do dia 10 não foram obra do diretório do meu partido.

Há uma força que não conhece partidos, mas que ruge sempre que tem fome.

É o povo.

Mário de Artagão (ECO DO SUL, 14/08/1892, p. 1) [grifos meus].

Mais curioso é o registro de que ouviu, nas ruas, “vivas à monarquia” do “povo”, que fez “uma grande cauda”, ou seja, uma aglomeração de seguidores. Somando essa declaração com a negativa do delegado em atendê-lo pela “algazarra” sugere que o número de simpáticos à monarquia era considerável, ou, ao menos, bastante ruidoso.

Exagerando ou não os episódios da visita de Castilhos ao Rio Grande, o fato é que esses motivaram um apelo do proprietário do *Eco* às autoridades federais. Sob o título “Misérias”, o *Rio Grande do Sul* publica que “constou ontem de noite nesta cidade que Alfredo Oliveira telegrafara ao marechal Floriano pedindo garantias para si e seu jornal”, completando que não tinham certeza da veracidade do fato, mas “desde já lavramos o nosso protesto contra mais esta proterva que tem por fim ocultar a verdade dos fatos e fazer passar por vítima aquele que é o único provocador”. Atualiza o texto logo abaixo, afirmando que o texto já estava escrito quando recebera confirmação, através do *Correio Mercantil*, de Pelotas, a comprovação de que a notícia era procedente e ia adiante, que Oliveira também havia telegrafado ao *Jornal do Comércio*, do Rio, comunicando o fato para que desse publicidade (RIO GRANDE DO SUL, 13/08/1892, p. 2).

Na mesma edição e página, aparece a informação, atribuída ao *Diário Popular*, que “pelo trem da manhã vieram ontem, de Rio Grande, duzentos e tantos números do *Eco do Sul*, dirigidos a diferentes assinantes residentes nesta cidade...” (RIO GRANDE DO SUL, 13/08/1892, p. 2) ou seja, sua abrangência também era considerável na cidade vizinha, dada a época, o número de pessoas que podiam subscrever jornais e que pertenciam, provavelmente, a membros da elite social e/ou econômica de uma cidade que tinha, segundo o recenseamento de 1890, pouco mais de 22 mil habitantes em sua área urbana (41.591 habitantes na soma de todos os seus distritos).⁹⁷

3.5 MÁQUINAS RODANDO: COMEÇA A IMPRESSÃO DA OBRA

Em fins de outubro as movimentações ganham contornos de uma guerra cada vez mais inevitável e iminente. Assim, o *Eco do Sul*, na sua edição do dia

⁹⁷ BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898, p. 103. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>> Acesso 15 set 2023. Apesar de o próprio documento reconhecer sua “inferioridade” ao censo de 1872, “quando o país estava organizado”, ao contrário de 1890 onde o Estado estava em vias de organização por todo o país, com outras prioridades, muitos dados foram “aproveitados” daquele levantamento. No entanto, o caso do Rio Grande do Sul é apontado como “um dos poucos que todas as paróquias se fizeram representar, e por tal forma se manifestou a boa vontade nesse glorioso estado, que a esta diretoria chegaram 357 mapas riscados à mão” (BRASIL, 1898, p. IV).

25, trata, em editorial, dos “boatos”. Diz ele que “um outro rumor vago, mais verossímil e com a boa razão, veio desviar o pensamento público nestes últimos dias” e continua, afirmando que os fatos que se vão sucedendo demonstram que o “boato” tem seu fundamento, pois a vinda do general João Telles teria por objetivo “frustrar os planos de uma revolução que se supõe estar prestes a reventar no estado”, e que, para conseguir os seus fins, o enviado do marechal Floriano “julgou conveniente, *in primo loco*, entender-se com o velho e valente general Joca Silva”, e convencê-lo de que deve desistir de quaisquer planos que, “com outros chefes emigrados, tenham combinado para levarem avante um movimento revolucionário”, e que vinha já previamente autorizado a “entrar em transações com aquele chefe emigrado – a propor-lhe indenização, mesmo, dos prejuízos que a si e à sua família trouxe o desastre de 17 de Junho”, e oferecer-lhe, também, garantias para voltar ao estado. Prossegue:

Se o **invicto Joca Silva** estiver pelo acordo, e comprometer-se, mais, a não hostilizar a política genuinamente republicana, ser-lhe-á confiado o comando da fronteira de Bagé.

Depois de haver por alguns dias circulado com certa insistência esse boato, lá seguiu para Bagé o sr. general Silva Telles, onde se encontrará, ao que se diz ainda, com o velho Joca Silva e conferenciarão.

Como acima dissemos, esse boato é em todo acreditável, mormente, se considerarmos que ao governo do Centro convém, a todo transe, obstar uma revolução no Rio Grande do Sul, que pode muito bem trazer-lhe sérios embaraços.

Dado, porém, que o **invicto Silva Tavares** tenha, efetivamente, acordado com os demais chefes emigrados um movimento reivindicador dos direitos e liberdade da maioria dos rio-grandenses, pisados aos pés por essa criminoso *legalidade*, que vive unicamente apoiada no bacamarte e no cutelo dos bandidos, desde já podemos afirmar que o heroico soldado procederá corretamente, dignamente, como de costume, mantendo-se firme no posto que o dever cívico e a honra militar lhe haviam assinalado.

[...]

E, ao traçarmos a última tira deste artigo, chega-nos aos ouvidos o boato de que o Sr. general Telles entende indispensável, para que se faça a paz no estado, **uma mudança radical na sua política.**

Que o boato se realize e que o ilustre enviado do Sr. Floriano obre bem inspirado, são os nossos desejos (ECO DO SUL, 25/10/1892, p. 1) [grifos meus].

O editorial não é assinado, então muito provavelmente seja da lavra do próprio Alfredo Rodrigues de Oliveira. O texto traz algumas considerações importantes: as indenizações (objeto sempre em pauta), e, mais importante, atribui por duas vezes, no mesmo texto, o termo “invicto” ao general Joca

Tavares. Seria um aviso? Lembrança? Ameaça? E, igualmente importante, trata por “boatos” ao mesmo tempo que afirma que são “verossímeis”. Destarte, o *Eco* já havia dito que, embora não fosse órgão oficial, falava em nome do Partido Federal (ECO DO SUL, 13/08/1892, p. 1), ou seja, não poderia falar abertamente em planos de revolução, para não causar uma reação antecipada, ao mesmo tempo que não devia negar a hipótese, justamente para usar da possibilidade, ou “iminência”, um trunfo nas delicadas costuras políticas locais e mesmo federais, algo como um afirmar negando, ou negar, afirmando. Parece uma estratégia calculada pelos federalistas e disseminada pelos seus órgãos simpáticos, que agiam dentro da lógica da “formação dos espíritos” da opinião pública, aviso aos governantes, e, em certa medida, encorajamento dos partidários.

Os dois últimos parágrafos parecem indicar, mais do que um boato, uma ameaça, embutida a uma espécie de “recado” de quais os termos seriam aceitáveis, além das exigências primeiras, para evitar o derramamento de sangue. Se as palavras, ou “intenções” de Telles eram realmente essas, isso pouco importa: são as palavras escolhidas, os termos ali expostos, os objetivos bem destacados não apenas do *Eco*, um porta-voz, mas do grupo político ao qual estavam alinhados: por “mudança radical”, entenda-se a retirada do PRR, especialmente Castilhos, da chefia ou influência no Rio Grande do Sul e, em paralelo, a revogação da Constituição castilhista.

No dia seguinte, o *Rio Grande do Sul* responde ao editorial com o mesmo título: “Os boatos”:

Com este mesmo título o jornal *neutro* publicou ontem um artigo cujo autor teve apenas em vista especular e especular feiamente.

Não se diga que o patriotismo movera a pena do autor do artigo em questão: velhos e inveterados ódios dominam-lhe há muito a razão e daí esse acervo de injúrias ao partido republicano.

Calculada e antipatrioticamente o rancoroso inimigo do partido republicano procura a todo o transe intrigar o governo, julgando talvez que essas intrigas terão o poder de diminuir-lhe o prestígio ou nulificar-lhe o poder.

Os 8 de Novembro não aparecem todos os dias nem quando deles se precisa: só uma grande e grave sucessão de fatos pode determiná-los.

[...]

A exploração com o general Teles, com o general Floriano e com o general Joca Silva, etc., foi bem arquitetada: pena é que o expediente seja por demais conhecido e não produza o desejado efeito.

Já há muito tempo que o jornal da oposição anunciara a patranha de oficiais gerais virem assumir o governo do estado: primeiro foi a invenção de que o general Pego Júnior viria ao estado para aquele fim; agora é o general João Telles, amanhã será um outro de que a fantasia do jornal da oposição se lembrar (RIO GRANDE DO SUL, 26/10/1892, p. 1) [grifos meus].

Quando afirma que “os 8 de Novembro não aparecem todos os dias” apenas confirma a importância do evento, e a mudança no discurso em relação a ele denota que, sua reedição era o intento dos federalistas, enquanto, por outro lado, os castilhistas temiam se repetir, seja pelas circunstâncias, seja pelos resultados. Isso reforça minha teoria de que a “revolução esquecida” foi o evento primeiro do amplo processo que inclui a Revolução Federalista, pois possibilitou um exemplo de sucesso para os agora opositores, e uma espécie de “lembrança amarga” para os apoiadores de Castilhos. Além disso, a aspiração de que o exército tomasse partido dos federalistas, afinal, se mostra não apenas uma leitura futura. Os castilhistas também a percebiam naquele momento, embora julgassem, pelo que se lê através de sua imprensa, algo pouco possível.

No mesmo dia (porém antes, pois era publicado pela manhã, enquanto o rival saía à tarde), o *Eco* responde a um artigo do *Rio Grande do Sul*:

Normalidade e paz!

Assim começou ontem o *Assobio do Beco* o seu artigo editorial:

“Em contraposição à grita infernal dos adversários do glorioso partido republicano, este, mirando os seus atos na mais profunda isenção do espírito partidário, vai enveredando sobranceiro para a normalidade que a lei delimitou, franca e abertamente apoiado no consenso unânime das classes conservadoras”.

Caracoles!

Se o assassinato e o roubo são os atos de mais profunda isenção de espírito partidário com que vão os republicanos da *legalidade* enveredando para a normalidade da lei, estamos arranjados, bem arranjados, mesmo.

[...]

O que ficamos sabendo é que o que o *Assobio* chama de *sombra*, de *paz* e de *lei* é a tal *gravata colorada*.

Hipócritas! Cínicos! (ECO DO SUL, 26/10/1892, p. 1) [grifos no original].

Aqui há a primeira menção ao termo “gravata colorada” (degola) por parte dos federalistas contra os castilhistas verificada em ambos os jornais, antes de começar a guerra civil propriamente dita, ou seja, o termo a antecede. E “Assobio” era como o *Eco* chamava qualquer jornal castilhista, mas, em especial, o *Rio Grande do Sul* que recebia essa alcunha, bem como suas variações

“Assobio do Sul” e “Assobio do Beco” (em referência ao seu novo endereço, Beco do Afonso, atual Travessa do Afonso). A concepção de “beco” – atualmente equivalendo a rua escura, estreita e curta, e às vezes sem saída, na época em pauta era diferenciada. Segundo Antenor de Oliveira Monteiro:

Foram muitos os becos que existiram no Rio Grande e que depois, alargados, se tornaram ruas e vários outros desapareceram. Alguns chamados becos eram apenas intervalos que os proprietários deixavam ficar entre dois prédios, fazendo um corredor para aí caírem as águas dos telhados, que eram de ‘meia água’.

Os becos, quase sempre, tomavam o nome do morador que ficava à embocadura do beco e daí existem aqueles conhecidos por mais de um nome (MONTEIRO, 1947, p. 97).

O mesmo autor arrola todos os becos que teriam existido na cidade do Rio Grande, dentre eles o do Afonso, que se situava da rua Riachuelo à Marechal Floriano, o que possibilitou a afirmação de sua atual localização. Já “assobio”, segundo o *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa*⁹⁸, tem origem etimológica do latim *assibilo*, -are, que significa sibilar, murmurar. Além disso, para que o assobio seja possível, ou seja, para que haja o som agudo resultado da passagem do ar pela boca, é necessário que os lábios estejam comprimidos, em formato de “bico”. Um bico é característico das aves, em especial uma muito associada aos castilhistas: o pica-pau, e talvez isso explique o porquê de o *Eco*⁹⁹ assim chamar os jornais fiéis a Castilhos. Além dessa associação possível, outra explicação pode ser quem um assobio não tem a força (ou a beleza) de um cantar, nem mesmo um cantarolar, ou seja, o *Rio Grande do Sul* seria algo menor, um som agudo, mas sem alcance, força ou mesmo talento. Assobiar uma canção não é cantá-la, mas, de certa forma, imitá-la. Se formos levar em conta a etimologia latina, o “murmurar” também difere do gritar, vociferar, uma vez que aquela palavra está mais associada ao segredo, ao conluio, ao conchavo. Parecem-me duas plausíveis explicações, já que a folha não explicita, para a adoção do termo.

⁹⁸ "Assobio", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2023, Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/assobio>> Acesso em: 30 set. 2023.

⁹⁹ Não apenas o *Eco*, mas também o *Bisturi* chamava o Rio Grande do Sul de Assobio do Beco, sendo verificado em, pelo menos, duas edições: 7 de agosto de 1892 (p. 1) e 4 de setembro de 1892 (p. 3).

Retomando, o *Rio Grande do Sul* publica a primeira menção direta à “ameaça” de sublevação, pela transcrição de uma nota sobre a concentração de tropas leais a Castilhos na cidade vizinha. No artigo “Forças legalistas”, escreve o seguinte: “diz o *neutro* que não havendo nenhuma perturbação de ordem em Pelotas e nem em qualquer outra cidade do estado”, seria, então, o caso de perguntar “às autoridades policiais porque consentiram que transcrevêssemos do *Diário Popular* uma notícia sobre as forças que estão reunidas na cidade vizinha”. Negando que eles “alarmam” o povo, preferem ironizar o rival: “nós alarmamos o povo, e vós outros que dizeis por toda a parte que haveis de revolucionar o estado, que dispodes de tantos mil homens nas fronteiras, o que sois?” (RIO GRANDE DO SUL, 27/10/1892, p. 2).

Sob o título de “Conjuração tenebrosa”, a folha castilhista traz um artigo aos moldes dos antigos livros, ou seja, após o título, aparecia, em fonte menor, uma espécie de “índice” dos assuntos que seriam abordados naquele capítulo, ou, no caso, daquele artigo. Ocupou quase toda a primeira página e se estendeu à segunda. As entradas de índice eram: “Grandes revelações. Numerosos assassinatos projetados. Matanças: vindita sem limites. Mutações de instituições”.

Tratava-se de um extenso artigo no qual, supostamente, teve acesso a uma carta de que “até hoje não conseguimos saber de quem era a assinatura da epístola diabólica, datada de Montevidéu, cumprindo notar que a única pessoa considerável que lá estava nessa ocasião era o Dr. João de Barros Cassal” onde os emigrados teriam se reunido em Rivera, “numa sala do hotel Galagorri” para que fosse lida a correspondência e ali arquitetar o plano de reconquista do estado, passando por campanha de desinformação e “forjar calúnias e difamações”, e até mesmo assassinatos de figuras eminentes do PRR, incluindo o próprio Castilhos, e “depois de desflorado o partido republicano e mortos os cidadãos mais prestimosos desta terra, proceder-se-ia a invasão”. Para combinar o tal plano “que devia ser observado ao operá-lo, reuniram-se em Melo” (Uruguai), os “principais chefes coligados”. Seguem os trechos mais sintomáticos:

Segundo notas colhidas pelo informante que tínhamos entre os próprios conspiradores, as decisões tomadas foram as seguintes:
A invasão se faria simultaneamente por toda a fronteira do sul, indo a maior força, dirigida pelo general Joca Tavares, em marcha batida com rumo geral do Rio Grande, para onde marcharia também, entrando por

Santa Vitória, a força do célebre bandido e feroz assassino Gumercindo Saraiva, o mesmo que atravessou em novembro o município de Jaguarão, praticando mil depredações, e cujos seguidores seguiam o lema de “*los defensores de la patria*”. Tomada aquela cidade, trancariam a barra, impedindo toda e qualquer comunicação do estado com a capital da república.

Ao mesmo tempo que isso se faria na fronteira, rebentava a revolução no centro e norte do Rio Grande do Sul, capitaneada por Facundo Tavares e outros, cujos nomes serão conhecidos pelos nossos leitores.

[...]

Levantou-se, finalmente, a questão de saber se deveria ser levantada a bandeira monárquica desde logo, no começo do movimento. Opinaram muitos por esta ideia, observando que assim se produziriam logo demonstrações das pessoas com que o Dr. Gaspar Martins está conluiado nos outros estados; mas, vingou a de que era mais prático o Rio Grande na guerra civil e, depois de vitoriosos em Porto Alegre decidirem definitivamente, visto que assim não perderiam o concurso dos republicanos dissidentes.

Conclusão

Conclui-se, portanto, da exposição que fazemos, que o partido federal projetava revolução que seria única em nossos anais, pela ferocidade do plano. Eram, primeiro, os assassinios de lista na mão; segundo a degola dos principais republicanos, acompanhada das matanças sem peias em toda a plenitude do rancor entregue a si mesmo; terceiro, o saque, a entrada violenta nos domicílios, o atropelo às famílias, o devastamento das propriedades: uma irrupção de vândalos; quarto, o reentronizamento da monarquia, proclamada aqui e repercutindo o grito restaurador em S. Paulo e outros lugares, em que fez combinações o mentor dos revolucionários, que e o ex-conselheiro Silveira Martins.

Era este pavoroso quadro que os federais queriam desenrolar em nossa terra: o banditismo em pleno bacanal sobre um lago de sangue, iluminado pelo incêndio da guerra civil: que painel patriótico!

Que horror! (RIO GRANDE DO SUL, 7/11/1892, p. 1 e 2) [grifos no original].

“Los defensores de la patria” evoca o caráter, sem mencionar, das tropas ou de Gumercindo ou aos mercenários chamados de “maragatos”, mesmo que o jornal não use tal termo, ainda. Chama a atenção, porém, o minucioso detalhamento do “plano” dos federalistas, bastante crível em alguns elementos, que pode ter seus toques de fantasia em outros, como uma maneira de alarmar o povo frente ao perigo “real” (a “invasão”) e ao perigo “suposto” (o projeto de restauração monárquica, iniciado aqui e reverberado por outros estados, em uma – talvez – tentativa de alertar mais o governo federal da urgência do socorro ao Rio Grande do Sul). Não se pode saber ao certo sem acesso a tal carta. O que é certo é que muitos dos detalhes do divulgado plano ocorreram de fato, outros, se foram sequer tentados, não há registros fortes.

No dia 11 de novembro, um artigo do *Eco* rebatia uma afirmação do concorrente sobre a participação de Alfredo Rodrigues de Oliveira no plano da

invasão e que as pessoas que se teriam se ausentado da cidade porque se achavam implicadas em um movimento sedicioso, diz o jornal que “cumpre-nos declarar, em relação ao proprietário e diretor do *Eco do Sul*, o Sr. Alfredo Rodrigues de Oliveira, não é verídica aquela asserção”. Sua ausência da cidade foi justificada “não por achar-se envolvido em movimento algum de revolta”, mas, para evitar que, sob esse pretexto e segundo “a praxe em muitos lugares adotada atualmente, alguns governistas, seus desafetos ou inimigos, num suposto caso de revolução, tentassem tolher-lhe a liberdade tanto individual como moral”. Conclui que “talvez que isto não se desse, admitamos; entretanto, ensinando conhecido adágio que mais vale prevenir do que remediar, foi o que acertadamente fez o nosso chefe” (ECO DO SUL, 11/11/1892, p. 2).

Os movimentos já começavam. Seria prudência excessiva de Oliveira a saída da cidade ou havia alguma informação “de bastidor” de que a revolta iria acontecer a qualquer momento, ainda em novembro? Isso fica aparente em especial no trecho “num suposto caso de revolução” e “talvez que isso não se desse” (que pode ser lido tanto como sua prisão quanto ao início da revolução) ou seja, era algo esperado meses antes de ela ser, efetivamente posta em prática. O assunto seguiu rendendo mais duas notas, nas edições de 12 e 13 de novembro de 1892.

A movimentação é seguida de perto pelo *Rio Grande do Sul*. Três notas publicadas dão o tom do momento:

Medidas enérgicas

Despacho telegráfico de Montevideú para *O País*, em data de 30 do passado, diz: “o governo uruguaio toma medidas enérgicas para evitar reuniões suspeitas em seu território”.

Bagé:

Diz a *Folha do Sul* de 4:

“Acham-se acampadas junto a esta cidade as forças republicanas comandadas pelos nossos valentes companheiros políticos, cidadãos tenentes-coronéis Cândido Garcia de Vasconcelos e Antônio Cândido de Azambuja. De hoje até amanhã o partido republicano terá em armas, nesta cidade, 800 homens”.

Acrescenta o *Quinze de Novembro*:

“Foram distribuídas, segundo nos informam, 1.000 lanças e 500 espingardas pelas forças legais que estão acampadas nos subúrbios. Chegaram ontem, 3, as forças do comando do brioso major Ismael Proença e que atingem a 300 homens” (RIO GRANDE DO SUL, 8/11/1892, p. 2).

A primeira nota tem o intuito de passar a ideia de “situação controlada”, pois sabia-se que o maior contingente se encontrava (e se reunia) do outro lado da fronteira, ou seja, entre os “emigrados”. Sabe-se que nem o governo uruguaio quis (ou pode) fazer nada a respeito, como, no lado argentino, a província de Corrientes era aliada a causa federalista. As duas últimas demonstram que, caso ocorresse a tal “invasão”, as tropas governistas estavam movimentadas e devidamente equipadas para rechaçar a tentativa.

No dia 29 de novembro, o *Eco* publica duas breves notas a respeito da situação: Na primeira, informa que o chefe de polícia passou o seguinte telegrama ao delegado de polícia de Bagé:

Convém manter reunião exercendo mesma vigilância recomendada até ordens governo que irão logo. Sacrifícios feitos serão aproveitados completamente com os que se fizer mais uns dias. Ameaça invasão em via dissipar-se; mas tergiversando ainda deslealdade adversários. Viva a República!
(Assinado) Antunes Ribas (ECO DO SUL, 29/11/1892, p. 2).

E, na mesma página: “acompanhando o Sr. general Silva Telles, seguiu de Bagé para a fronteira no dia 24 uma força de 10 praças de cavalaria ao mando do Sr. alferes Junqueira”. As notícias trazem dois cenários: a prontidão da força policial estadual na expectativa de dissipar qualquer tentativa revolucionária, mas, por outro lado, uma movimentação real (noticiada pelo *Eco*, aliás) do general Telles rumo à fronteira. Pelo número reduzido da força, o encontro sugere mais uma negociação do que uma efetiva dissipação de forças, ou demonstração de. A conferência ocorreu de fato e é confirmada por Sérgio Franco (FRANCO, 1993, p. 59).

A “borrasca” já era possível de vislumbrar no horizonte, e seus desdobramentos começavam a se fazer sentir na imprensa, precedendo a “rolha” que viria a seguir. Nesse sentido, o *Eco* já chamava a atenção para o assunto em, pelo menos, dois momentos: primeiro, no editorial “Imprensa livre!”, denuncia as perseguições políticas que sofrem os jornais de oposição, incluindo prisões de jornalistas e mesmo do proprietário do *Eco*, “chamado ditatorialmente à cadeia, há tempos” (ECO DO SUL, 27/11/1892, p. 1), e no artigo “Ingrato!”, diz o seguinte:

O jornal *castilhista*, defendendo e apologiando os responsáveis pelos saques e furtos de que tem sido vítimas alguns estancieiros do município de Jaguarão, edita umas tantas ingenuidades sobre liberdade de imprensa, no desejo de ver os órgãos oposicionistas de toda a parte sujeitos à cadeia e ao arroxó (ECO DO SUL, 25/01/1893, p. 2) [grifos no original].

Percebe-se uma mudança no discurso, especialmente de nomenclatura. É substituído o termo “castilhano”, usado até aqui pelo *Eco*, por “castilhista”. A dissociação parece ter um objetivo claro: se antes era importante associá-lo ao estrangeiro, ao modo de fazer política platina, agora com as forças se organizando no país vizinho, parece mais prudente não mais fazer uma associação pejorativa aos platinos, por motivos óbvios e já destacados aqui: sua base de organização e seu destino enquanto “emigrados” era nos países “castelhanos”.

A guerra não era mais questão de “se”, mas “quando” e “onde”. A obra estava impressa e empacotada, pronta para ir às bancas, aguardando apenas o aval dos seus autores...

4 EXTRA! EXTRA! A GUERRA É PUBLICADA! – O PERÍODO ENTRE 1893 E 1895 NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

O ano de 1893 começou com as tensões da inevitável guerra permeando os discursos de ambas as folhas, ainda que a cautela nas notas publicadas fosse o tom adotado. Durante a maior parte do mês, apenas publicam pequenas notas sobre deslocamentos de forças (todas em direção da fronteira: Bagé, Livramento, Uruguaiana, Santa Vitória) e, sobre o estado de ânimos, o *Rio Grande do Sul* não emite nada, editorialmente, de sua própria lavra, apenas transcreve o que se publicava em outros jornais, especialmente os da capital federal.

Na edição do dia 24 de janeiro, pequena nota que diz: “Os emigrados”, transcreve que, em 14 daquele mês, recebeu *O País* o seguinte telegrama de Montevideú: “em Passo dos Livres [sic], fronteiro a Uruguaiana, estão congregados alguns grupos sediciosos de federalistas. As autoridades argentinas, entretanto, vigiam-nos com o maior cuidado” (RIO GRANDE DO SUL, 24/01/1893, p. 1). No dia 25, traz um editorial cujo conteúdo é uma transcrição de um artigo de *O Tempo*, precedido de um breve comentário. Sob o título “Política rio-grandense”, diz a folha que “a imprensa da capital federal, dividida em duas facções, tem, como sabem os leitores, se ocupado da política do nosso estado”, e distingue as ditas: as “acentuadamente republicanas”, (*O País*, *Diário de Notícias*, *O Tempo* e *O Fígaro*), “defendem o governo republicano do estado”; enquanto as de “origem monárquica, federalista e duvidosa”, (*Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Cidade do Rio* e *Jornal do Brasil*), acusariam-no como o responsável pela agitação. Em virtude desses posicionamentos antagônicos, só transcrevem a “transcrição da transcrição”, ou seja, a resposta (com os devidos argumentos em defesa) do que é publicado por ambas as “facções”, com a “vantagem” de já virem com a versão apresentada e contestada/respondida (RIO GRANDE DO SUL, 25/01/1893, p. 1).

Talvez não se trate de “preguiça”, ou de considerar os textos fluminenses “melhores”, mas penso que há duas explicações plausíveis: a primeira, como os donos e redatores fossem destacados atores políticos (e me refiro tanto aos do *Rio Grande do Sul* quanto ao *Eco do Sul*, que usava semelhante expediente), é

possível que estivessem sob constante “estado de alerta”, com reuniões, preparativos, ações, etc., o que demandaria mais de seu tempo, pouco sobrando para se dedicar ao seu jornal. Ou, talvez as transcrições e as notícias de movimento de forças fosse uma estratégia definida a partir do governo estadual (no caso do *Rio Grande do Sul*), tanto como forma de manter a população “tranquila” quanto os próprios adversários (o governo federal sabe de tudo, porque a imprensa de lá repercute), enquanto, ao mesmo tempo, mostrava que não estava “parado” ou mesmo “despreparado”, e que a situação estava, desse modo, sob controle. A estratégia do “o que se diz pelo país” (mas, muitas vezes, com informações oriundas do estado) ao mesmo tempo em que se desvencilha da responsabilidade da publicação, mantém informado o leitor sobre a situação de guerra civil iminente. Uma folha “oficial” tem comportamentos distintos de jornais oposicionistas, controlando minuciosamente aquilo que é dito e, principalmente, como é dito, ainda mais em um governo centralizador e autoritário quanto o de Castilhos.

Durante o mês não responde nem provoca o *Eco*, exceto por duas pequenas notas, uma da edição de 27 e outra na do dia 28:

Não se entende, não

O Sr. Dr. Escobar disse claramente que o Rio Grande nada tinha, quanto a política, com os outros estados; que na hipótese de uma luta entre os dois partidos no Rio Grande, os outros estados nada tinham que ver com isso.

O *Eco* diz o contrário: entende que **se não houver a pedida e suspirada intervenção a República periga**; e mesmo assim entende que não caiu em contradição...

Mas, falando sério, perigará mesmo? (RIO GRANDE DO SUL, 27/01/1893, p. 1) [grifo meu].

O *Eco do Sul* apresenta uma versão realmente contraditória enquanto explicação, habilmente explorada pelo opositor, na nota acima. No mesmo dia 27, cujo título era “Entende-se perfeitamente”, afirma, em um longo artigo, que, quando diz “a República periga” está falando do país, e não do regime, e que a interpretação teria sido deturpada propositadamente pelo rival. Porém, ao final do texto, escreve “fique certo o órgão situacionista, que uma guerra intestina, ainda mesmo sem os intuitos restauradores, pode pôr em perigo a República, mormente no seu período de organização, que ainda não passou” (ECO DO SUL, 27/01/1893, p. 1). Tal dubiedade, parece-me, tanto pode ser uma “ameaça”

de restauração, desejada ou não pelo diário, como uma falta de clareza (igualmente, desejada ou não) de seu redator ao expor suas ideias.

Voltando ao Rio Grande do Sul, logo abaixo daquela primeira referência ao rival, publica uma curiosa nota a respeito da família real portuguesa. Tal notícia, em um jornal republicano e sabedor que a casa reinante em Portugal é do mesmo ramo da deposta brasileira, sem críticas ou ironias aparentes (os itálicos, as aspas...), é no mínimo exótico que tal notícia ocupe seu espaço. Na íntegra, diz ela:

Família real portuguesa

A família real portuguesa, à exceção da rainha Mãe e do infante D. Afonso, partiu, no dia 14 de dezembro, para Vila Viçosa, onde se demoraria até às vésperas do natal.

Os dias lindíssimos e a excelente temperatura que tem feito em Portugal, em pleno mês de dezembro, convidam realmente a ir para o campo aproveitar o belo sol (RIO GRANDE DO SUL, 27/01/1893, p. 1).

Ainda que fosse outra casa reinante, tal nota, por si só, soaria despropositada. Entretanto, sendo um jornal “republicano histórico” em um momento de iminente guerra civil e, cujos adversários encontravam-se monarquistas restauradores (sabemos que é fato, mas o tamanho e influência desse grupo entre os federalistas muito provavelmente foi superestimado pelos castilhistas), em um espaço privilegiado (a primeira página do jornal), constitui uma estranheza digna de menção. Contudo, há um subtexto na aparentemente descabida e pequena nota: trata-se de uma alegoria, onde cada personagem mencionado não representa a si, e sim outro. Ainda que a informação seja verídica, porém, por se tratar de “notícia velha” (afinal, ocorrera supostamente em dezembro, e a edição é de final de janeiro do ano seguinte), ela servia aos propósitos do jogo de palavras proposto. Dessa forma, Portugal não é Portugal, mas o Brasil, ou, em especial, o Rio Grande do Sul. A “rainha Mãe” seria Isabel, e o Infante, seu filho Pedro. Note que eles “não foram ao campo”, ou seja, não estariam no *front*. Quem para lá se deslocou foi sua família, entendida como os seus mais próximos, os que “fazem parte” da monarquia, ou seja, representariam seus adeptos (ou leais súditos) aqui no sul. O campo, então, seria o de batalha. Finalmente, o trecho que faz referência aos “dias lindíssimos e a temperatura amena” que “convidam realmente a ir para o campo aproveitar o belo sol” é uma analogia ao tempo propício de se iniciar uma guerra, o verão, evitando os rigores

do inverno gaúcho, sendo que “aproveitar o belo sol” seria, portanto (e sarcasticamente) “desfrutar” a guerra em céu aberto.

A segunda menção ao *Eco*, intitulada “Boateiros falsos”, afirma que, em suas notas políticas, “a folha oposicionista, tornando-se eco de tais boatos”, estaria se tornando “cada vez mais inconveniente”. Entretanto, prossegue, “cumpre que o público não dê crédito às mentiras desses maus indivíduos, que só desejam a desgraça da pátria” (RIO GRANDE DO SUL, 28/01/1893, p. 1).

No dia 28 de janeiro, sob a epígrafe “Saques e assassinatos!”, o *Eco* denuncia “novos horrores desta situação agonizante” que seriam reportadas ao diário “por intermédio de amigos que recorrem ao *Eco do Sul*, confiantes no ardor com que ele defende a causa pública, sacrificada pelos inimigos da paz do Rio Grande”. No editorial, narra arrombamentos em Cerrito, Canguçu e Pelotas, seguidos de roubo de suprimentos, joias, dinheiro “e tudo quanto lhe podia servir”, matança de gado e aves, destruição de carretas, não apenas de “casas de família” como as “habitadas apenas por senhoras”, saques a casas comerciais, destruição “a machadadas”, além de degolarem ao menos nove indivíduos, sendo três “pretos agregados” e dois “ex-escravos”. Ainda na mesma página, dá relatos semelhantes de atos praticados em Bagé, Dom Pedrito, Livramento, São Gabriel, Herval, Arroio Grande, “enfim, em toda parte onde penetraram os janízaros que se se fazem conhecer pela denominação pomposa de patriotas (!)” (ECO DO SUL, 28/01/1893, p. 1). Em outra coluna, transcreve uma carta supostamente enviada de Rio Pardo “para um cavalheiro do Desterro” (atual Florianópolis), em que se lia “A invasão realiza-se, e é preciso que se realize; pelo que tenho ouvido, deve ter lugar até o dia 25 deste mês”. A data referida é a da posse de Castilhos. Complementa o jornal:

Felizmente os chefes castilhistas daqui não são tão desumanos como os de Cachoeira e de outros lugares; eles têm recebido ordens para reunir gente e fazer prisões, mas não as têm cumprido, e alguns mesmo são amigos particulares dos federalistas, aos quais comunicam as loucuras que de Porto Alegre os chefes SUPREMOS lhes recomendam.

Valha-nos isto, ao menos. (ECO DO SUL, 28/01/1893, p. 1) [grifo no original]

Aparentemente, a sanha destruidora castilhista que o *Eco* relatava não ocorria, até aquele momento, na cidade. Não por falta de “ordens”, e sim pela

suposta “desobediência” dos agentes locais, alguns “amigos particulares dos federalistas”, como destaca a folha.

Enquanto o jornal federalista denuncia os desmandos e violências pelo estado, evocando a iminente guerra, o *Rio Grande do Sul* parece dirigir-se em movimento contrário a partir do dia 31. Nesse sentido, o periódico dedica parte de uma coluna na primeira página ao general Tavares. Diz ela:

Pelo nosso telegrama de ontem sabe-se constar em Montevidéu que “consultado o general Silva Tavares pelos emigrados que estão em Corrientes acerca do manifesto do Dr. Castilhos, respondera este que aqueles não eram criminosos para aceitar a anistia e que deveriam entrar vitoriosos ou sucumbir, defendendo a liberdade da Pátria”. Lá, como cá, os “consta” e os “boatos” formigam sem o menor fundamento e mal de nós se formos a dar-lhes ouvidos. Ainda há poucos dias a imprensa contrária ao governo republicano dava curso entre nós a boatos de invasão, **obrigando-nos a afixar no nosso edifício que semelhantes boatos eram falsos, pois estávamos e estamos oficialmente a par de todo o movimento que se dá na nossa extensa fronteira.** (RIO GRANDE DO SUL, 31/01/1893, p. 1) [grifo meu].

Ainda que, de certa forma, negue a possibilidade de uma guerra por se tratar apenas de “consta” e “boatos”, nas entrelinhas reconhece tal possibilidade, ao adiantar-se em transferir a responsabilidade de uma eventual eclosão à “teimosia” dos “emigrados”. Ao mesmo tempo, depreende-se pelo trecho o “papel” que desempenha naquele momento, não apenas por meio de suas páginas, mas também em avisos “afixados” em seu prédio: desmentir as notícias sobre a revolução, e transmitir o sentimento de normalidade, tranquilidade e, especialmente, controle da situação por parte do governo do estado, cujo portavoz era a folha castilhista local.

A “verdade” não é um conceito absoluto, embora pareça. Pode ser que exista “a” verdade, porém o que mais ocorre é uma submissão do termo a algum referencial, ou ainda a uma perspectiva. O céu é azul. É verdade. Para quem tem a capacidade de enxergar tal cor, ou simplesmente para quem pode ver. Cegos não tem essa compreensão por desconhecer o que é uma cor. A lua é pequena. Também é verdade, se comparada ao tamanho de outros corpos celestes. Se comparada a nós, ela é gigante. Da Terra, parece pequena. Saindo do mundo físico e entrando no mundo das ideias, o termo ganha mais força ainda em sua relatividade. Não em vão, os historiadores abandonaram há muito a

pretensão de escrever “a verdade”, mas adotaram uma “busca pela”, e, ainda assim, sabemos que ela sempre será balizada pelas limitações, influências e “repertório” do profissional. Na política, em que, de tempos em tempos, suas ideias ganham feições próximas às religiosas (sebastianismo, o próprio positivismo, o populismo e o culto à personalidade são alguns exemplos), o conceito de verdade se relativiza, e, às vezes, até se esvazia (e nem falamos na “pós-verdade”, permaneçamos no século XIX). O que quero dizer é que uma noção da verdade pode coexistir com outra, sendo ambas noções de verdades. O trecho a seguir, extraído do *Eco do Sul*, é um bom exemplo dessa reflexão:

Houve e há!

Sempre esforçou-se o *Rio Grande do Sul* para provar que o Centro não teve a menor intervenção para o levante policial que deu com o Sr. Castilho no poder. Agora, porém, não querendo mais intervenção, por julgar o estado *definitivamente organizado*, apoia-se falsamente na opinião do Fígaro, pensando que lhe aproveita.

No entanto, diz o *Fígaro*: – “O governo federal não deve ir além da intervenção em que está empenhado”. Logo, há intervenção, mas a favor do Sr. Castilho, que sem ela não poderia viver no governo vinte e quatro horas.

A força federal é que o aguenta, a quando faltar-lhe essa base... adeus governo!

[...]

Houve e há intervenção! (ECO DO SUL, 29/01/1893, p. 1) [grifos no original].

Ora, estava correta a folha. Houve intervenção (ato de intervir, intromissão, apoio), já que seria “a força federal que o aguenta”, ou seja, lhe dá suporte e condições de se manter no poder. Logo, é verdade, simultaneamente, que **houve intervenção federal** (em favor dos castilhistas) e **não houve intervenção federal** (conforme pretendida pelos federalistas, ou seja, depondo Castilhos). Quando o *Eco do Sul* publica que “houve e há” intervenção, sua noção de verdade o habilita a fazer tal afirmação. Do lado oposto, também é verdade que **não houve e nem haverá intervenção**, consoante o seu ponto de vista. Todavia, se o general Telles recebera “carta branca” para negociar com Joca Tavares, não seria uma intervenção do governo federal em relação a Castilhos? A julgar pela reunião, documentada e reconhecida pela historiografia, a intervenção, nesse caso, ocorreu, ou seja, é verdade. Cada um, ao seu modo e de acordo com suas perspectivas, visões e entendimentos, estavam certos e falavam a verdade. Ou, a sua noção da verdade.

4.1 AS PÁGINAS MANCHADAS DE SANGUE DA HISTÓRIA: O CAPÍTULO DA GUERRA

A maior parte da historiografia consultada converge para estabelecer o início da Revolução Federalista para o começo de 1893 (LOVE, 1975; ESCOBAR, 1983; FRANCO, 1993; GUTFREIND, 1995; FÉLIX, 1996; FLORES, 1997; CHASTEEN, 2003), divergindo apenas no dia em que ela “oficialmente” começou.¹⁰⁰ Duas exceções são verificadas, e indicam o ano de 1892 (VILALBA, 1897; FLORES, 1996).¹⁰¹

Como a maioria dos historiadores, também é esse o entendimento dos dois jornais aqui analisados, embora não no seu princípio. Ambos reconhecerão, após o armistício, que foi em 11 de fevereiro (Batalha do Salsinho), o início da guerra civil. De fato, a primeira quinzena de fevereiro foi uma continuidade dos “boatos” e as “iminências” da guerra, com um “aumento de tom” no editorial do *Rio Grande do Sul* de 15 de fevereiro de 1893:

Que notícia...

O *Eco* noticiou, **metaforicamente**, que hoje terá lugar a invasão do estado.

E fê-lo com tal contentamento como quem dá aos seus leitores e ao público uma agradável e boa notícia.

Não se lembrou a folha oposicionista que, **a realizar-se a sua notícia, muitos dos seus correligionários e amigos sucumbirão forçosamente na luta;**

Não se lembrou das lágrimas da orfandade e da viuvez que hão de rolar pelas frentes puríssimas de quem não aplaude esses excessos de ódios e ambições;

Sim, o órgão da oposição, num exacerbamento partidário, não cogitou, jamais, do dia de amanhã.

[...]

Pois bem: **não se diga que o partido republicano foi o causador desse triste estado de coisas.**

Não se diga que o governo do estado foi o causador dessa campanha em que se vê colocado. Ele sempre foi pela paz: não houve alvitre que não tomasse para sustentá-la, porquanto era esse o seu propósito, o seu dever.

Assim não o quiseram, como noticia a folha oposicionista. **Aguardem as consequências.**

¹⁰⁰ Love (1975, p. 66) considera 2/02/1893, (invasão federalista rumo a Bagé”); Escobar (1893, p. 94-95), defende 5/02/1893 (invasão de Gumerindo e a proclamação de Tavares "e outros chefes subalternos"); Flores (1997, p. 158) afirma ser 02/02/1893 (quando "5.000 federalistas invadiram o estado em pontos diferentes"); Chasteen (2003, p. 58) situa 22/02/1893 (tomada de Dom Pedrito); Franco (1993, p. 59) defende o 11/02/1893 (Batalha do Salsinho, "primeiro, embora inexpressivo, combate da guerra civil"); e sem especificar uma data específica, estão Félix (1996, p. 64) e Gutfreind (1995, p. 140).

¹⁰¹ Os dois autores apontam a mesma data, 17 de junho de 1892, a tomada de Porto Alegre por Castilhos (VILALBA, 1897, p. 11; FLORES, 1996, p. 107).

Os tempos mudam: o Rio Grande de hoje não é mais aquele burgo podre que fora até 15 de novembro de 89: esta verdade está em prova. **Assim o quiseram, assim o têm.** Não encontraram outro meio para chegar a necessária conclusão, pois seja esse o meio.

Nós não fugiremos da luta.

Aguardamos os nossos inimigos: venham eles! (RIO GRANDE DO SUL, 15/02/1893, p. 1) [grifos meus].

O editorial começa em um tom, e termina com outro. Começa evocando as “lágrimas”, “viuvez”, “orfandade” para logo a seguir, recrudescer o discurso dizendo que não serão responsáveis os republicanos pelo derramamento de sangue, e que a resposta será contundente, estão preparados. Mais abaixo, transcreve a nota “Banditismo”, do *Diário Popular*, em que a folha de Pelotas descreve uma série de assaltos e agressões atribuídas aos “miseráveis emigrados”, em uma clara tentativa de associar aos federalistas a pecha de “bandidos”, talvez porque, “monárquicos” ou “restauradores” não tivesse o mesmo apelo junto à opinião pública.

Aparentemente, o *Eco* não desejava ser acusado de ter noticiado a revolta, talvez para não ser acusado de insuflador. Assim, responde ao rival:

Que artigo!...

Declamatório e sem fundo o artigo que dirigiu-nos anteontem o *Rio Grande do Sul*, sob o título “Que notícia...”, a propósito de uma local em que, diz ele, metaforicamente noticiamos o dia da falada invasão. [...] Recorremos ao *Eco do Sul* de domingo para certificarmos de que lançara mão o articulista para tamanha arenga. E, nada vimos como tal, a não ser a refutação da mensagem do Dr. Júlio de Castilhos, feita criteriosamente pelo nosso amigo *Voltaire*. Sobre isso, porém, o *Rio Grande do Sul* não disse uma só palavra (ECO DO SUL, 17/02/1893, p. 1).

Além de ter “revisitado” a edição citada e lá “nada vendo” sobre a acusação do concorrente, afirma que há muito que se fala em “invasão, revolução, conflagração do estado, devido à ilegalidade da situação e aos horrores decorridos do restabelecimento do Sr. Castilhos no governo”. Segundo o *Eco*, “há sete longos meses que positiva e claramente por toda a parte deste estado e por toda a imprensa brasileira só noticia a agitação, a anormalidade atual, que nunca, em tempo algum, se viram nesta parte da República” e diz que, se houvesse reação esta seria “uma consequência natural”. Diz mais, que o rival teria feito “ouvidos de mercador, tendo-os apurados somente para bater palmas e soltar foguetes quando se dão as *vitórias* dos seus”:

Não se lembrou das lágrimas dos pais, mães e irmãos quando foram assassinados pela polícia os filhos do coronel Facundo Tavares; quando este foi gravemente ferido e conduzido em ceroulas para a cadeia de Porto Alegre; quando, logo após caiu morto, atravessado por uma bala, o comendador Frederico Haensel; quando mandaram fazer o mesmo ao Sr. J. G. Magnus, que escapou-se pelos matos do Caminho Novo e quando se cometeram tantos outros crimes que têm levado o luto e a desolação ao seio da família rio-grandense.

Acoroçados os asseclas que têm vitimado a muita gente pelos mandantes, supostos invencíveis, o *Rio Grande do Sul* os tem brindado com loas de patriotas, distintos, valentes republicanos, etc., atirando aos vencidos os maiores insultos e provocações, de parceria com os seus colegas correligionários, e escarnecendo das lamentações e lágrimas de todos os que se veem ou viram desgraçados, talvez para todo o sempre.

Poderíamos alongar-nos mais sobre este ponto [...] mas isso seria supérfluo, porque na agitação grave que se nota e na ordem natural das coisas, as simpatias, a opinião pública, estão com as vítimas, para as quais apela o *Rio Grande do Sul* falando suspeitamente em nome de viuvez e de lágrimas.

Só agora, que lhe parece haverá ajustes de contas com os falados invasores, é que o *Rio* se move ao sentimentalismo.

Finalmente, repara o Rio Grande do Sul que demos notícia sobre a tal invasão, quando ainda anteontem atirou quatro dúzias de foguetes em regozijo pela vitória dos *patriotas* no encontro que tiveram com Gumerindo Saraiva, e do qual supunha-se terem resultado mortos e feridos e por consequência – lágrimas e luto.

É original. (ECO DO SUL, 15/02/1893, p. 1).

Também entra a disputa pelas “mentes e corações” da opinião pública, entrando na mesma seara do *Rio Grande do Sul* sobre “vítimas e culpados”, revelando disputas de identidade: quem é vítima e quem é algoz, quem age em auto defesa e contra a “ilegalidade”, ou, ao menos, “farsa” da eleição, diferenciando patriota e *patriota*, o primeiro verdadeiro e o outro falso e quem comete atrocidades e crimes. Quanto às ameaças do *Rio Grande do Sul*, a folha federalista diz não tomar para si e nem acredita que o jornal os considere invasores, com a seguinte ressalva: “se bem que já uma vez, com toda a *magnanimidade* pediu cadeia para nós, desejando até que fôssemos postos ‘a pão e água’”. Finaliza afirmando que, “sem dúvida o colega não há de ser tão mau, e nem ignorará num dado caso de violência – que um dia vem depois do outro...” (ECO DO SUL, 15/02/1893, p. 1). Há uma tentativa de desvencilhamento, há também uma ameaça velada, principalmente no encerramento.

Somente na edição do dia 18 a famosa proclamação do general João Nunes da Silva Tavares, “Concidadãos, às armas!” é publicada pela primeira vez no *Eco*, não na primeira página, mas na página 2. De qualquer forma, ocupa a

parte central superior da folha, com grande destaque ao nome “Joca Silva”. Entre parênteses, logo abaixo, e em tamanho bem menor, a frase “distribuída na Campanha”.

Antes, porém, publica a seguinte nota “Pela fronteira”, na qual afirma que “continuam a pulular os boatos sobre a invasão”, segundo a folha, “acentuando-se de forma tal a quererem convencer o público de que ela se tenha dado realmente. Contudo, continuamos, felizmente, na melhor paz nesta cidade, aguardando-se os acontecimentos”. Na sequência, reproduz os telegramas de Montevideu (obtidos do *Artista*, segundo informou) sobre “o acampamento, junto de Upamaraty, de 800 federalistas”, e que de Quaraí “nada se sabe sobre a invasão por achar-se o telégrafo para ali interrompido” e “comunicam da vila de Melo que as forças de Gumercindo Saraiva, sendo atacadas pelas forças desse estado, derrotou-as”, tudo em letras de tamanho maior do restante do jornal, mesmo na seção telegráfica, e com grande destaque em negrito (ECO DO SUL, 18/02/1893, p. 2). Com essas publicações, o *Eco* adota uma postura dúbia no início da Revolução. Ao mesmo tempo que opta pela cautela, talvez temendo represálias fortes do governo ou mesmo ser associado diretamente ao conflito, em determinados momentos parece estar ciente dos movimentos, tanto pela aparente convicção dos sucessos desse, como indícios de que haverá resposta, verificado principalmente nos trechos finais de suas manifestações (“ri melhor quem ri por último”, “um dia vem depois do outro”, etc.).

Apesar de ser publicado à tarde, portanto respondendo ao *Eco* geralmente na edição do mesmo dia, o *Rio Grande do Sul* não fez menção alguma a proclamação de João Nunes da Silva Tavares, publicada naquela folha. Ao invés disso, na seção “Telegramas”, transcreve o seguinte:

Porto Alegre, 17.

À polícia foi chamado o Sr. Dinarte Ribeiro, redator do “Rio Grande”, afim de prestar informações sobre uma notícia publicada por aquela folha, dizendo que havia se dado a revolta de um batalhão federal.

Aquele cidadão declarou que era um boato que apanhara na rua.

O Dr. chefe de polícia mandou-o embora, **declarando que o corrigiria se continuasse a publicar notícias mentirosas e alarmantes.**

O “Rio Grande” foi hoje publicado, mas declarou que suspendia a sua publicação (RIO GRANDE DO SUL, 18/02/1893, p. 2) [grifo meu].

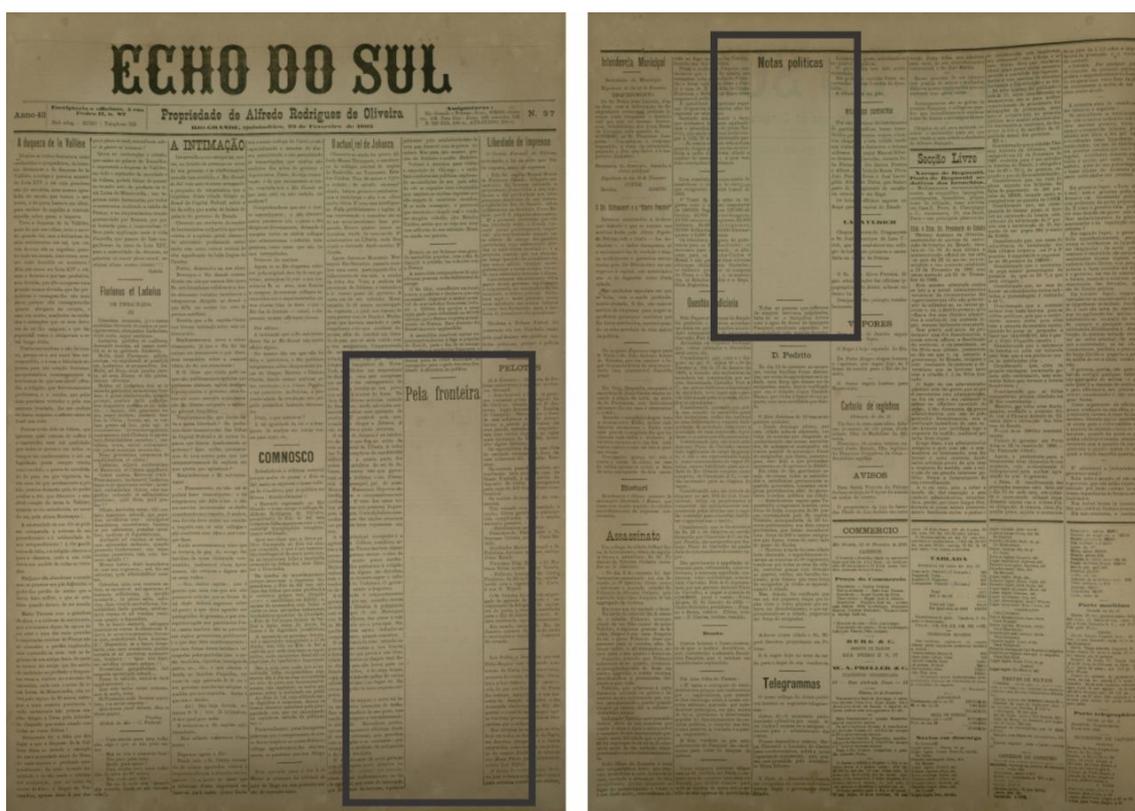
A fiscalização da imprensa pela polícia, tão criticada pelo *Rio Grande do Sul* enquanto estava na oposição, era agora apoiada. Tal fiscalização ganhou

novos elementos acirrando-se de tal forma que a censura passaria a ser um instrumento comum em franca tentativa de coibir notícias pró-federalistas ou anticastilhistas. Começava o período mais duro da repressão e, tal telegrama, a julgar pela data, bem poderia ser um aviso/alerta/ameaça ao *Eco*.

4.1.1 a “rolha”

Assim ficou conhecida a ação da censura governamental sobre as matérias consideradas “inapropriadas”, cuja pena para o descumprimento da determinação policial seria a cadeia (ECO DO SUL, 23/02/1893, p. 1).

Como forma de “denunciar” a censura à qual fora submetida, a folha usava do expediente de publicar a edição com as colunas em branco, deixando visivelmente exposto que, naquele espaço, houve o cerceamento de sua liberdade de imprensa, como se vê a seguir (figuras 5 e 6):



FIGURAS 5 e 6: colunas censuradas no *Eco do Sul*
 Fonte: ECO DO SUL, 21/02/1893, p. 1-2. Reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Assim, as notas “Pela fronteira”, da página 1, e “Notas políticas”, da página 2, foram retiradas do jornal. Para destacar ainda mais o motivo, os títulos foram mantidos, de modo ao leitor saber o que/por que foi censurado.

No mesmo dia em que surgem as colunas em branco do *Eco*, o *Rio Grande do Sul* (que não as cita), lança-se mais uma vez como porta-voz do castilhismo, e “explica” ao *Artista*, que “não compreendeu” a intimação do subintendente, a mesma que o *Eco* publicaria naquela data, e posteriormente voltaria à tona, em resposta à folha vinculada a Castilhos. Sob o título “Sem razão”, assim responde:

Ninguém ignora que há alguns meses, para não dizer mais de um ano, a sociedade rio-grandense tem vivido num completo estado de agitação, devido ao extremo a que chegaram os partidos políticos.

Foi assim que o Dr. chefe de polícia, no intuito de prevenir maiores danos, intimou à imprensa do estado a que não desse curso a notícias alarmantes.

Não houve seleção, a intimação foi geral. Nós recebemo-la e a ela nos submetemos.

Entendemos que noticiar fatos favoráveis à causa do governo do estado não entra no rol de notícias alarmantes. Parece não ter entendido assim o nosso colega do *Artista*. Diz o nosso colega:

“Esta folha desde hoje deixa de publicar quaisquer notícias que receba, com referência ao movimento político deste estado em razão de ter comparecido ontem ao nosso escritório o Sr. capitão José Joaquim da Silva Cintra, subintendente do município e feito-nos sentir que tais notícias são presentemente consideradas alarmantes e não devem ser conhecidas pela população”.

Por que razão, pois, se julga *amordaçado*, quando deixou patente em sua notícia que **não compreendeu as palavras** do Sr. capitão subintendente? (RIO GRANDE DO SUL, 21/02/1893, p. 1) [grifos meus].

O *Rio Grande do Sul* trata como um caso de “interpretação” aquilo que é, em verdade, “seleção”. Há notícias que podem ser publicadas, e outras, não. Se a métrica fosse mesmo a dos “fatos alarmantes” (também poderia se perguntar: a quem?) as denúncias que fazia e transcrevia de outros jornais, a respeito dos “bandidos” federalistas, não se enquadraria no termo? Além disso, o assunto “guerra” só era proibido quando não trazia “sucessos” do governo, mas, ao fim e ao cabo, não resultariam esses também derramamento de sangue, viuvez, orfandade, etc.?

O *Eco do Sul* explora as incongruências do rival na edição do dia 23 de fevereiro, e ainda informa a reação em conjunto das demais folhas, o envio de um telegrama que a imprensa da cidade (exceto o rival) dirigiu ao *Jornal do*

Comércio, do Rio de Janeiro, sobre a “lei da rolha que acaba de baixar do palácio do governo do estado”. A seguir, no texto “A intimação”, detalha a conversa que houve, em sua sede, com o subintendente:

S. S. disse que vinha *pedir-nos* que não publicássemos notícias que pudessem alarmar, agitar, instigar o povo contra o governo, citando-nos até como exemplo a proclamação do ilustre emigrado e valoroso general Joca Silva.

Perguntamos-lhe que limite dava a nossa liberdade? Se podíamos fazer transcrições das folhas da Capital Federal e de outros lugares, que fossem desabonáveis ao governo? Que, enfim, precisávamos de uma norma para que nos compenetrássemos da esfera em que queria que agíssemos?

Respondeu-nos o Sr. subintendente:

– Francamente, eu não sei se poderá fazer transcrições, o tal telegrama não fala nisso e não convém incomodar os chefes consultando-os a respeito. O senhor, sem dúvida deve entrar em reunião a respeito com os seus colegas e aí resolverá com eles o que cumpre fazer.

Ainda acrescentamos [...]

– Sim, senhor capitão; mas é preciso que, uma vez que nós não podemos noticiar que as forças de tal chefe federal seguiram sobre tal ponto [...] assim também não se permita aos órgãos governistas publicarem (o que têm feito mentirosamente) que tais forças foram batidas e esmagadas pelos patriotas tais e que são bandidos, réprobos, inimigos da pátria, etc., etc., o que alarma e desola a família daqueles, em nome de cuja quietude S. S. ou o seu governo mandavam adotar a medida que nos impunha. Assim é que era de direito.

– Ah! Não haja dúvida – retrucou S. S. – vou já intimá-los.

A lei é igual para todos.

E retirou-se o Sr. capitão subintendente. (ECO DO SUL, 23/02/1893, p. 1) [grifos no original].

O itálico em “pedir-nos” já sugere que não se tratou de um pedido, mas de uma ordem. Demonstra também que, mesmo para a autoridade que fazia a intimação, não estava muito claro o que poderia ou não fazer, especialmente no caso das transcrições dos jornais do Rio de Janeiro (uma estratégia de “burlar” a censura). Ao responder que não sabia, e que “não convém incomodar os chefes consultando-os a respeito” parece querer sintetizar como funcionava o castilhismo: inepto, medroso, obediente mesmo sem entender, porém truculento.

O destaque na frase “a lei é igual para todos” também foi uma forma de ironia do jornal, uma vez que, na mesma edição e página, afirma que a intimação que o Sr. subintendente fez ao *Rio Grande do Sul* não surtiu efeito algum: “no mesmo dia em que ela foi feita e noticiou-a, o *Rio* publicou telegrama sobre choque entre forças de Gaspar Barreto e Idalcio Correa, dando outras notícias sobre revolução” e inclui o *Diário Popular* na nota, que “a propósito ainda da

revolução tem pregado patranhas bastante alarmantes. Daí, o que inferir-se? A tal igualdade da lei e a franqueza da análise são meras coisas para inglês ver” (ECO DO SUL, 23/02/1893, p. 1).

Contudo, as mensagens, mesmo censuradas, eram transmitidas, de certa forma, com o diário buscando meios alternativos de “informar” seu público e usar o recurso a seu favor, uma vez que, ao invés de “acalmar” o leitor, os espaços não preenchidos talvez aguçassem ainda mais sua curiosidade ou (e a associação me parece lógica), que o tamanho do espaço em branco poderia ser proporcional aos “sucessos” federalistas, que o governo “não queria” que a opinião pública soubesse.

Além disso, como a ironia e o sarcasmo eram usados corriqueiramente para tratar de diversos assuntos, especialmente em relação ao que discordavam ou para atacar/responder os concorrentes, seus redatores buscavam meios criativos de ironizar a situação. Como exemplo, no espaço dedicado a seção “Pela fronteira” do dia 24, no lugar do vazio anterior estava impressa a inscrição “Reina a paz...” e, em letras menores, “e aqui a rolha” (figura 7).

Na mesma edição, à página 2, sob o título “Eco do Sul”, traz a breve nota: “esta folha só será publicada domingo. Entretanto, o que soubermos de importante... será o mesmo que se não soubéssemos”, ironizando, novamente, a “rolha”.



FIGURA 7: Ironia à censura imposta ao Eco do Sul
 Fonte: ECO DO SUL, 24/02/1893, p. 1. Reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Apesar da censura, o Eco ainda mantinha suas atividades mais ou menos normais, o que não significava que, por ser das folhas mais antagônicas ao castilhismo, não considerasse que, a depender dos rumos da guerra, não tivesse que interromper sua publicação, o que acabaria por se tornar realidade. No entanto, naquele momento, ainda circulava e tratava de desmentir os “boatos” a seu respeito. Em uma breve nota na página 2 da edição de 5 de março, sob o título “Eco do Sul”, afirmava: “é inexacto que se pense nesta folha suspender a sua publicação, como se propala”.

Importante destacar, ainda, que no momento do anúncio e enquanto o jornal esteve ativo, as páginas “comerciais” (anúncios, reclames, editais, etc.)

permaneceram ocupando as duas últimas páginas do jornal, sem espaços vazios ou aumentados, ou seja, no mesmo padrão pré-revolução.

Ocorreu, talvez por conta da censura ou pelo fato de ter de descartar materiais inteiros (ou, vencidos pelo cansaço, nem mais escrevê-los), a publicação de um folhetim, que ocupava o espaço tradicional a eles dedicados, ou seja, o chamado “pé de página”, a parte inferior da primeira página. A publicação desse gênero literário, comum em outros jornais, mas não tanto pelo *Eco* (nesse período ou nos anos imediatamente anteriores), teve início na edição de 14 de março de 1893, e cujo título era “O encilhamento”, de autoria do escritor Heitor Malheiros (originalmente publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro). A última parte publicada do romance foi a de número 79, na edição do dia 14 de junho de 1893 (p. 1), estranhamente começando pelo capítulo LI (as partes podiam ser compostas de vários capítulos, ou um capítulo se estender em várias partes, a depender do estilo de cada autor) e pulando para o LIII, em um aparente descuido do montador do jornal (seja na numeração, seja na omissão, proposital ou não, do capítulo LII) e finalizando, como de praxe, com o termo “continua”, sem, contudo, ser retomada sua publicação.

Em maio do mesmo ano, “lamenta” que a censura tenha atingido também o rival:

A rolha

Temos notado que a imprensa governista vai atualmente se votando de *motu* próprio à rolha.

Retrai-se na publicação de notícias que ainda há pouco era pródiga em dar à luz e de usar os termos *belos* que empregava em tratando dos federalistas.

As vitórias que os seus têm contado, já não mais são decantadas.

Nem mais um estrangulamento. Nem abatimento.

A rolha, simplesmente, a rolha. Lamentamo-lo. Que a rolha andasse cá por nós, vá; mas pelos governistas, é com o que temos muito a perder...

Oh! Tempos, tempos... (ECO DO SUL, 21/05/1893, p. 2).

O *Eco* ironiza ao utilizar o termo latino *motu* (motivo), como se, desobrigado à censura por ser governista e gozar dos “privilégios” de noticiar os feitos e sucessos castilhistas, adere voluntariamente à “rolha”. Em uma leitura superficial, parece compadecer-se de que até o adversário está sujeito ao cerceamento da liberdade de imprensa, quando, em uma análise mais apurada, está comunicando que o *Rio Grande do Sul* não noticia porque os sucessos castilhistas escasseiam, com a reorganização das tropas federalistas e que

viriam a se dar, ainda em maio e junho, como a Batalha do Quebrachinho (Bagé), e a tomada das cidades de Estrela e Passo Fundo.

Em junho, aconteceu algo inusitado: o *Rio Grande do Sul* cita, com entusiasmo, que a guerra havia terminado, e dedica toda a edição do dia à notícia. Em um primeiro momento, parece tratar-se do que hoje, na imprensa, se chama de “barriga”, ou seja, uma falsa notícia, que, na pressa ou ânsia de publicar antes dos demais, almeja o “furo”, isto é, a notícia em primeira mão, lançando com certo estardalhaço ou, ao menos, em destaque, como foi o caso do jornal castilhistas. Provavelmente, mais um desejo do que um fato confirmado, se levarmos em conta que a folha alinhada ao governo estava realmente, como dizia, “oficialmente bem informada” em outras ocasiões. Em editorial, traz a folha:

Findou-se a luta!

Já não podemos dizer com justiça e razão:

*Libertas et anima nostra in dubio est.*¹⁰²

Dessa luta cruenta e fratricida, que teve começo no Salsinho e terminou nos poteiros de Ana Correia, só nos resta a triste lembrança. Assim como 11 de fevereiro marcou o início da pugna que se feriu entre as forças de Gumerindo Saraiva e a 1ª Brigada Militar do estado, assim também 4 de junho assinala o termo dessa luta na fronteira do Aceguá.

Sabendo o valente general João Batista da Silva Telles que os restos do exército invasor acham-se acampados entre S. Luís e a serra de Aceguá, para ali partiu da cidade de Bagé com o seu exército das três armas.

Aniquilado por sucessivas deserções e retiradas de corpos, completos, como de Prestes Guimarães, Ulisses Reverbel, Antônio Netto, João Maria, Severo Madruga, Juvêncio Azambuja e muitos outros, o exército federal achava-se reduzido no Aceguá a pouco mais de mil homens, completamente desanimados.

Os rigores da estação, a falta quase absoluta de vestuário e os sucessivos fracassos a partir da batalha da Inhanduí, levaram a desesperação e desânimo às fileiras do exército invasor.

Essa verdade é patente: reunidas as colunas de Tavares e Salgado em número de mais de 6.000 homens, para dar-lhes batalha às forças do general Hipólito, nas margens do Inhanduí, tais foram os revezes por que passaram ali e logo após a Restinga e em Upamaroti, que delas apenas aparecem no Aceguá menos de uma quarta parte.

E forçoso é confessar que Tavares e Salgado, depois da derrota de Upamaroti, propuseram a dissolução dos restos da sua gente, o que não se efetuou devido a Gumerindo Saraiva.

Foi um prolongamento de mais alguns dias de agonia.

Hoje, felizmente, para o Rio Grande e para todo o país, a luta está terminada, mesmo contra a gosto da imprensa reacionária, que tanto se empenhou pela continuação dessa calamidade que nos assoberbou por tantos e tão longos meses.

Sim, ante a evidência da verdade o reacionarismo partidário não pode continuar sofisticada e criminosamente (RIO GRANDE DO SUL, 15/06/1893, p.1).

¹⁰² Do latim, “Nossa liberdade e nossas almas estão em jogo”.

Quando cita que que “teve começo no Salsinho¹⁰³ e terminou nos poteiros de Ana Correia” (ambos próximos à fronteira com o Uruguai, o primeiro entre Dom Pedrito, Lavras do Sul e Bagé, o segundo, no hoje município de Aceguá, mas, à época, pertencente à Bagé) é como se indicasse um **fim de ciclo**, que **terminara onde começara**, e que era uma luta “dos emigrados”. Os fatos em que se apoiava para uma afirmação tão definitiva, eram dois: uma proclamação do general João Telles, publicada “pela imprensa de Bagé” e um telegrama de Júlio de Castilhos. Dizia o primeiro:

AOS RIO-GRANDENSES EMIGRADOS¹⁰⁴

O vosso recente procedimento, passando a fronteira e abandonando o campo de operações, bem mostra a impossibilidade absoluta em que vos achais de prosseguirdes no movimento antipatriótico e injusto que haveis iniciado.

Estais, portanto, pela força dos acontecimentos desobrigados moralmente do compromisso de solidariedade, pelo qual até hoje haveis lutado.

Nestas condições, convido-vos a regressardes aos vossos lares, vindo previamente à minha presença, afim de facultar-vos todas as necessárias garantias, e para que seja definitivamente restabelecida a normalidade da paz e da vida social no nosso amado Rio Grande.

General João Telles (RIO GRANDE DO SUL, 15/06/1893, p. 1).

Como se vê pela carta-manifesto, é mais uma tentativa de convencimento do que uma prova do fim do conflito. Entretanto, para o órgão castilhista, segundo seus próprios termos, “é um documento oficial que, pela honorabilidade do seu signatário”, merece o “acatamento das pessoas honestas e sérias, mesmo porque esse resultado era previsto por todos aqueles que dispõem de bom senso e não se deixam levar por sugestões de qualquer espécie”. O *Rio Grande do Sul* felicitava “a pátria republicana” na pessoa do general Telles “e todos os seus companheiros de jornada” e “congratula-se com os ilustres patriotas Srs. General Floriano Peixoto, vice-presidente da República e Dr. Júlio de Castilhos, presidente do estado”. Entusiasmado, declara: “estão firmadas as

¹⁰³ O Combate do Salsinho “foi considerado o batismo de fogo da Brigada Militar”, segundo a própria. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Segurança Pública, Brigada Militar. História da Brigada Militar (s/d). Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia> Acesso em: 25 set. 2023).

¹⁰⁴ Os termos relativos aos opositores vão se alterando conforme a guerra se constrói. Primeiro “emigrados”, depois que o conflito se estabelece, “federais”, e, nesse momento de “reconciliação”, volta a aparecer os “emigrados”. Esses eram os termos mais “formais” de como eram tratados os federalistas, até essa altura. Nos sonetos e outras peças satíricas, o termo “quero-quero” também aparecia, em oposição ao “pica-pau”. “Maragato”, por sua vez, ainda não havia sido registrado, pelo menos de forma oficial, conforme tabela 4.

nossas instituições!”. Também pede que “volvam os emigrados a seus lares, trazendo no coração os apreciáveis sentimentos da paz” e que tragam também na consciência “a convicção de que devem esquecer os ódios e as vinganças para nos ajudarem no patriótico cometimento do progresso pátrio” (RIO GRANDE DO SUL, 15/06/1893, p. 1).

Sob o título “Telegrama notável” reproduz mensagem de Castilhos para “vários e importantes chefes republicanos do interior e da fronteira do estado [...] dando mais uma vez prova de seu patriotismo e espírito de tolerância”:

Estou informado que emigrados dessa fronteira desejam voltar ao nosso país, não o tendo feito ainda por temerem perseguições. Autorizo-vos, em nome deste governo, a oferecer as mais amplas garantias a todos. Não permitiremos a menor tropelia a qualquer cidadão que, pacificamente, regresse aos seus lares. Queremos fundar uma paz duradoura, e isto só se conseguirá, inspirando-se o governo num sincero desejo de concórdia e fraternidade, e são os sentimentos que nos animam. Esqueçamos magnanimamente os erros do passado e trabalhemos dentro da ordem e da lei, onde há campo aberto a largo para todas as aspirações legítimas, abandonando ara sempre os processos violentos e bárbaros da guerra entre irmãos, Saúdo-vos.
Júlio de Castilhos (RIO GRANDE DO SUL, 15/06/1893, p. 1).

É difícil afirmar se a “barriga” fora causada pelo entusiasmo compartilhado a partir de Castilhos, se foi algum tipo de estratégia traçada pelo chefe que ordenara tal atitude da imprensa aliada, como forma de convencer os federalistas de que não havia mais sentido a luta, ou da “boa-vontade” do presidente do estado, ou se havia mais informações que não apenas a carta-manifesto do general Telles e que não deram conhecimento para justificar a afirmação tão taxativa. Mesmo para o historiador, que sabe dos fatos porque escreve “do futuro”, qualquer leitor não concluiria, apenas pelo que estava impresso, de que a guerra tivesse, realmente, acabado. No máximo, em vias de acabar, e, ainda assim, levando-se em conta que essa versão apresentada era a de um órgão oficial, ou seja, a de um lado. E o outro: o que diziam? E mais, a “barriga” que convenceu (ou autoconvenceu) Castilhos, o levou a disparar telegramas pelo país, tendo algumas respostas de congratulações pela vitória vindas, também pelo telégrafo, de autoridades de estados como os presidentes do Ceará e Alagoas, o vice-governador do Maranhão e o “governador” (este mesmo foi o termo) do Piauí. Nenhuma felicitação veio dos estados vizinhos, ou mesmo do centro do país.

Tal fato não passaria despercebido pelo *Eco* que, embora não respondendo diretamente ao rival sobre a notícia do fim da guerra, opta por transcrever artigo do *Rio Grande*, da capital, sobre o assunto:

Paliativo falaz

O governo do Sr. Castilhos está agravando consideravelmente a sua deplorável situação com os mendazes expedientes empregados no intuito de iludir o país.

Os reveses que vai experimentando, a opinião nacional que dia a dia se levanta, verberando os erros e os crimes oriundos da *legalidade*, já deviam, entretanto, ter demonstrado ao atual governo que os processos que põe em prática só produzem efeitos negativos.

[...]

Ante os olhos do país atônito com a revolução rio-grandense, e dos estados da União, que começam a ver horrorizados o sangue abundantemente derramado em holocausto, aos caprichos e às veleidades inconfessáveis, como procede o castilhismo?

Manda a sua imprensa declarar que a revolução está vencida, completamente sufocada, ao mesmo tempo em que seu chefe, o atual governador, faz publicar um telegrama-circular no qual convida os revolucionários a se repatriarem, prometendo-lhes todas as garantias de vida e liberdade!

[...]

Como pode o governo afirmar que os seus energúmenos auxiliares, nas localidades do interior, darão aos revolucionários indultados o que ele próprio não pode dar: garantia de vida e liberdade?

Não é só a falta de sinceridade que notamos na tirada castilhista, é também a ousada pretensão de iludir tão desasadamente.

Mas a insensatez do castilhismo vai ainda mais longe: para fugir à pressão patriótica exercida pelos demais estados da União, o governo envia para toda a parte despachos telegráficos anunciando o extermínio completo da revolução.

Ainda no último número da *Federação* vimos, com surpresa, publicados alguns telegramas de presidentes de estados do norte, felicitando ao governo do Rio Grande pela terminação da guerra civil! Isto demonstra simplesmente que o castilhismo perdeu de todo a tramontana; não tendo a sinceridade precisa para confessar que a revolução rio-grandense é invencível, inventa que a exterminou!

E não se apercebe o desnorteado governo que amanhã, quando se convencerem os presidentes do norte que foram iludidos, mais precária e insustentável será a sua situação!

Fatal cegueira que não deixa ver a improficuidade dos paliativos falaciosos, trabalhosamente encontrados pelo castilhismo em desespero!

Dinarte Ribeiro (ECO DO SUL, 18/06/1892, p. 1).

O *Eco* reproduz, parece-me, porque sua resposta não seria muito diferente, ou, talvez, para demonstrar que o *Rio Grande do Sul* era uma espécie de “anexo” d’*A Federação* (e, por extensão, de Castilhos) logo, a resposta do *Rio Grande* ao concorrente porto-alegrense se aplicava igualmente a folha rio-grandina, pois tudo era igual, incluindo-se os telegramas enviados e recebidos. Ademais, a transcrição cumpria também outra função, a de que a opinião era

compartilhada, ou seja, a mesma, pelo estado afora, ou, pela “opinião pública” geral.

O articulista da folha da capital destaca bem que, com efeito, apenas alguns presidentes geograficamente distantes, “do norte” (Nordeste, no caso) eram os que estavam entre os “enganados”, ou, pelo menos, os que responderam. Se houvesse algum telegrama de estado mais próximo, especialmente do centro do país, certamente seriam publicizados com destaque pelo governo, o que não aconteceu. Muito mais do que convencer o resto do país, Castilhos e a imprensa a ele ligada queriam convencer os próprios rio-grandenses, e quem sabe, os federalistas, que a luta havia acabado. Estes, por sua vez, não apenas desmentiram, como deram sequência a luta avançando por outras frentes.

Estranhamente, no dia seguinte, o *Rio Grande do Sul* não propala nem reverbera com o mesmo entusiasmo o “fim definitivo” da guerra civil, como era de se esperar, caso fosse verdade. Ao invés disso, resolve publicar uma “carta” dirigida ao Bispo do Rio Grande, em longo editorial que refuta outra carta, que o líder diocesano enviou ao Marquês de Tamandaré, “presidente da comissão de socorros aos federalistas...feridos”. O assunto era ainda a “rolha”, mas não se sabe ao certo o teor da carta porque pouco é transcrito. Poderia conter algum tipo de defesa dos federalistas, ou mesmo acusações aos excessos do governo, para despertar tamanha reação. Em trechos fala que “não foi verdadeiro” em seus argumentos, e que é “um desastrado fiasco” que se “afasta de sua alta missão de paz e misericórdia”. Em meio a defesas do castilhismo e ataques aos federalistas, escreve a folha:

Entre outras coisas diz o ilustre Claudio José que “a imprensa está por todos os modos amordaçada, e por isso nos outros estados pouco se sabe do que se está passando neste infeliz estado”.

A imprensa amordaçada!

Que o digam *A atualidade*, o *Diário*, o *Artista*, o *Eco*, folhas que só porejam ódio contra tudo quanto tem o cunho do governo republicano. Todos os órgãos de publicidade vão vivendo a sua vida normal sem que ninguém os perturbe na marcha que empreenderam.

[...]

O bispo deixou a tiara para empenhar um gladio: deixou o altar para dar entrada no templo das paixões incandescentes da política.

Será mais um mártir (RIO GRANDE DO SUL, 16/06/1893, p. 1) [grifo meu].

O começo do trecho já chama a atenção: “diz o ilustre Claudio José” sem o tradicional “Sr.” que atribuía indistintamente a qualquer pessoa cujo nome era evocado no jornal, ou outro pronome de tratamento/título que tradicionalmente usava (Dr., S. S., etc.), ainda mais se tratando de algum tipo de autoridade, quando era ainda mais respeitoso. Talvez a ausência do “senhor” fosse para destacar sua reprovação ao ato do Bispo e/ou para atestar que a Igreja não tinha mais lugar na República, logo, não merecia nenhum tipo de reverência. O final, parece-me, soa como uma afronta ao líder religioso, a julgar pela afirmativa.

Há de se destacar, também, que a carta do Bispo diocesano que despertou a ira do *Rio Grande do Sul* parece divergir do posicionamento da Igreja na época, segundo Artur Isaia. Com efeito, o autor afirma que o catolicismo sul-rio-grandense, durante a Revolução Federalista, se manteve neutro e que “respeitava ambos os polos em disputa”, tanto a “ditadura científica [...] preconizada por Castilhos”, como a “observância das praxes parlamentaristas defendidas pelos maragatos eram possíveis de receber o aval da autoridade eclesiástica”, desde que, quem quer que estivesse no poder, “oportunizassem a ofensiva recristianizadora católica” (ISAIA, 1993, p. 103-108)

4.1.2: Fracasso de público? as trocas de comando nas folhas castilhistas

Um assunto que o *Eco* explorou em 1893, não apenas porque da guerra pouco podia escrever, mas, também, para mostrar ao seu público que as folhas rivais “não se sustentavam” porque “lhes faltavam leitores”, foi sobre as tratativas de vendas tanto do *Rio Grande do Sul* quanto do *Diário Popular*, usando, como de costume, da ironia para tratar do tema.

No artigo “Em leilão”, reproduz parte da matéria do próprio concorrente (que publicou, efetivamente, o trecho exatamente igual, ou seja, o *Eco* não alterou/adulterou nada):

O que se passou foi o seguinte: já há dias que me procuram os Srs. Francisco José Camboim Filho, advogado desta cidade e Abrilino Moncorvo, proprietário da *Tribuna Federal*, de Pelotas, com o fim de arrendarem a minha tipografia onde, por espaço de 15 meses, com grandes sacrifícios, publiquei o *S. José do Norte*. Não me convindo a proposta desses senhores para o arrendamento, porque estou em trato para vendê-la e recordando-me que em conversa que tive com o meu

particular amigo Dr. Manoel Afonso Reis, este me dissera que se aparecesse um comprador que oferecesse vantagens, venderia o *Rio Grande do Sul*, e falou-me em 16 ou 18 contos de réis. Propus àqueles senhores o negócio, que eu me encarregaria de procurar realizá-lo, ao que eles acharam exorbitante e nada mais se passou (ECO DO SUL, 17/06/1893, p. 2).

O artigo original, no *Rio Grande do Sul*, era para refutar que a folha estivesse em leilão, mas “à venda”, o que seria bem diferente, apesar de que, o mesmo proprietário da tipografia que publicava o jornal mencionado, também era leiloeiro, fato esse que motivou a alegação da folha federalista, que ainda afirma saber, “há bastante tempo” ter sido, “por várias vezes, e a diferentes cidadãos, oferecido à venda o *Rio Grande do Sul*”. E prossegue: “depois de sabermos tudo isso, vindo ao nosso conhecimento que o Sr. Aurélio Forte também queria vender o órgão governista, concluímos que este achava-se ao *a quem mais der*” ironizando o rival. Os supostos problemas de caixa já foram explorados em capítulo anterior, com o envio compulsório visando o aumento de assinantes, a transformação em jornal vespertino, etc., demonstram que o diário castilhista existia com o propósito de ser um “órgão oficial” (ainda que, à essa época, não utilizasse o termo) da propaganda castilhista, e não uma empresa necessariamente rentável.

No mesmo dia, na breve nota “O jornaleco do Sul!” assim mesmo, sem jogo de palavras, o *Rio Grande do Sul* apenas diz que o concorrente quer “aparecer às suas custas” e que não dará mais assunto sobre a sua referida venda, dando por encerrado o assunto (RIO GRANDE DO SUL, 17/06/1893, p. 2).

Em 24 de junho, ou seja, bem próximo da notícia da intenção de venda da folha castilhista rio-grandina, o *Eco* agora noticia sobre o *Diário Popular*. Sob o título “Estão se acabando”, publica:

Mais depressa que o órgão governista desta cidade, o seu correligionário de Pelotas, o *Diário Popular*, vai passar à nova propriedade.

[...]

Aí temos, pois, a confirmação do que há dias dissemos sobre a liquidação das folhas governistas. Falta-lhes o apoio moral, adeus recursos financeiros.

Acabam-se!

A organização de companhias, a transação entre amigos, ou a oferta a quem mais der, é a tabua salvadora que lhes resta.

As tetas governistas exaurem-se; o governo não pode esquecê-las; elas, abutres com as asas geladas pela indiferença pública, apenas rastejam... (ECO DO SUL, 24/06/1893, p. 2).

Se houve resposta do *Diário Popular*, não foi transcrita, como era de costume, pelo “correligionário” local. Sei que o *Rio Grande do Sul* não dedicou nenhuma linha sequer para tratar do assunto.

Sobre as vendas e especuladas dificuldades financeiras dos jornais situacionistas, alguns números podem ajudar a elucidar a questão, se for levada em conta o caso do diário castilhisto rio-grandino, que é meu objeto:

Nesse período em específico, segundo informações de seu frontispício, o *Rio Grande do Sul* não tinha a opção de assinatura para Pelotas ou outras localidades, somente “para a cidade” e custava 18\$000 a assinatura anual e 9\$500 a semestral, com valor avulso de 100 rs. Não publicava aos domingos e feriados. No seu surgimento, havia as opções “para a cidade” (16\$ ao ano, 9\$ ao semestre) e “para fora” (20\$ ao ano, 10\$ ao semestre), custando 60 rs. o número avulso no surgimento. Já o *Eco*, que publicava naqueles dias, oferecia durante todo o período analisado as opções “Rio Grande e Pelotas” ao preço de 20\$000 ao ano e 10\$000 o semestre (este valor em 1893 e 1894, pois em 1891-92 o semestre era comercializado a 11\$), e “para fora” por 24\$ e 12\$, respectivamente, além de informar o valor avulso, de 100 rs., e “atrasado” (edições anteriores) a 200 rs. Em 1891, na época da fundação do *Rio Grande do Sul*, o valor avulso também era 60 rs. Ou seja, mesmo em oposição, o *Eco* podia ter suas assinaturas “mais caras” em relação ao rival, o que significa que tinha público para tal, senão fatalmente “ajustaria” seus preços. Outro fator que aponta no mesmo sentido é sua presença forte (em assinantes) pelo menos na cidade vizinha, e ter aumentado a tiragem, ao menos uma vez no período do recorte, fato que não se gabou o concorrente. Parecia ser um jornal mais “saudável” economicamente do que seus rivais, que estavam “se acabando”.

O propalado “grande número de subscritores”, que o *Rio Grande do Sul* menciona ter (sem, contudo, revelar o número) nas cidades de “Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Bagé, Cachoeira do Sul, Santa Maria, São Jerônimo, Herval” além da metropolitana São Leopoldo e da capital, Porto Alegre, além de “outras localidades do estado”, “como se evidencia pelas remessas diárias” que alegadamente fazia pela repartição dos Correios” (RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893, p. 1) parecia mais uma propaganda de que seria um bom negócio adquiri-lo. Além disso, se forem consideradas suas despesas

operacionais de 1892, na casa dos 30 contos de réis, vendê-lo por 16 ou 18 contos seria uma admissão de prejuízo.

4.2 UM PROTAGONISTA SAI DE CENA: O DESAPARECIMENTO DO *ECO DO SUL* E AS REVELAÇÕES FINAIS DA TRAMA

Do final de junho até setembro de 1893 sobressaem-se embates “domésticos” com o *Rio Grande do Sul*. A partir de outubro as manifestações de natureza político-partidária escasseiam e praticamente desaparecem, em decorrência direta da repressão imposta pela “rolha” e pela vigência do Decreto Nº 1565, de 13 de outubro de 1893¹⁰⁵, que estabelece o controle absoluto sobre a imprensa e, é claro, a coerção recaía essencialmente sobre o jornalismo oposicionista. Mesmo antes dele, enquanto vigorava “apenas” a “rolha”, grande parte do que o *Eco* noticia sobre a guerra é reprodução de jornais de fora do estado, em especial aqueles do Rio de Janeiro. Não se pode descartar que tais notícias poderiam muito bem ser municadas por jornais locais, como o próprio *Eco*, que assim transformavam uma notícia de primeira mão (sujeita ao corte) em uma transcrição (algumas vezes tolerada, driblando, desse jeito, a censura estadual. Esta hipótese surgiu após ler uma nota situada imediatamente após a seção “Notícias da Revolução” (*ECO DO SUL*, 20/05/1893, p. 1), cujo título, “Espionagem”, fora extraída “das ‘Várias’ do *Jornal do Comércio*, da Capital Federal”, quando afirma: “encontramos a seguinte notícia sobre a espionagem desenvolvida ali” e detalha o caso denunciado como tal, que teria sido praticado por agentes da polícia fluminense. Não parece ser uma notícia aleatória, ou coincidentemente disposta onde foi. Poderia ser uma mensagem cifrada para leitores e/ou a imprensa federalista, de como se dá o curso das notícias e os perigos enfrentados por quem as publica, dados os métodos das polícias: no primeiro caso, a do Rio de Janeiro, mas não é impossível que não tenha se estendido a prática a do Rio Grande do Sul.

De todo modo, o decreto piorou a já precária situação das oposições. Com efeito, sua aplicação atendia aos interesses tanto federais quanto

¹⁰⁵ Decreto Nº 1565 de 13 de Outubro de 1893. In: COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. p. 716-7.

estaduais, afinal, a Revolta da Armada e a Revolução Federalista eram um "inconveniente" e um perigo iminente a ambas as esferas. Combinadas, eram a justificativa perfeita para que o governo central "fechasse o cerco" contra a imprensa, sobretudo a oposicionista, em uma forma de "sufocar" pelo menos uma das cabeças da "hidra" revolucionária. O papel dos jornais não era pequeno, como já afirmei, então tal medida se impunha como fundamental para a vitória da situação. Novamente os "abusos" eram evocados como justificativa para o decreto, ficando proibido:

- a) fazer publicações que incitem a agressão estrangeira ou possam aumentar a comoção interna e excitar a desordem;
- b) defender qualquer ato contrário à independência, integridade e dignidade da pátria, à Constituição da República e à forma de seu governo, ao livre exercício dos poderes políticos, à segurança interna e à tranquilidade pública;
- c) publicar notícias a respeito da revolta que não tenham sido comunicadas pelo governo constitucional ou que não tenham essa origem;
- d) comunicar ou publicar documentos, planos, desenhos e quaisquer informações com relação ao material ou pessoal de guerra, às fortificações e às operações e aos movimentos militares da União ou dos Estados; e
- e) apregoar as notícias, fatos ou assuntos verdadeiros ou falsos contidos nas publicações que se oferecem à venda ou se distribuam gratuitamente ou de qualquer outro modo (ALVES, 2002, p. 93).

O *Eco* consegue sustentar sua publicação nesses termos até abril de 1894, quando capitula e informa a suspensão da publicação. Assim, em letras de destaque, maiores do que o resto do corpo do jornal, em negrito, comunica o seguinte:

Eco do Sul

Esta folha suspende hoje sua publicação até ulterior deliberação.

Fundada há mais de trinta e oito anos e tendo cumprido sempre a sua missão, visando mais o interesse geral que o próprio, esta empresa declara que nada deve nesta praça ou fora dela, ao fechar sua primeira fase.

Aos Srs. Assinantes pagos adiantadamente, pedimos que aguardem oportunamente permuta dos seus pagamentos.

Quanto aos que estão em débito, ficam dispensados de satisfazê-lo, até segunda ordem.

Despedindo-nos assim de todos os que conosco entretiveram interesses e relações, agradecemos-lhes os préstimos que nos dispensaram e a delicadeza com que se houveram para conosco.

A empresa.

Rio Grande, abril, 6, 1894 (ECO DO SUL, 6/04/1894, p. 2)..

O *Rio Grande do Sul*, na edição de 13 de abril de 1894, noticia brevemente o fechamento do *Eco*, como o primeiro dos “sucessos” do dia 6. Na nota de mesmo nome, informa: “o *Eco do Sul* declara suspender a publicação até ulterior deliberação”, assim, laconicamente. Porém, figura como uma das “vitórias” do governo, uma vez que a informação está no mesmo rol de outras, onde divulgava as mesmas, como por exemplo o parágrafo seguinte, no qual se lia: “por aviso da capital federal sabia-se que os revoltosos tinham abandonado o porto do Paraná e que demandavam águas do sul” (RIO GRANDE DO SUL, 13/04/1892, p. 2).

O período do encerramento das atividades do *Eco do Sul* foi de agitação na cidade. A edição de nº 77 do jornal castilhista data de 5 de abril de 1894, enquanto a 78, imediatamente posterior (em que figura o comunicado das suspensões das atividades do *Eco*), foi publicada somente em 12 de abril de 1894. Esse hiato ocorreu em decorrência da tentativa da tomada da cidade, iniciada no dia 6, por Custódio de Melo, composta de 900 homens e “encontrando fraca resistência” (FRANCO, 1993, p. 79-80). Houve bombardeios nos dias que se seguiram, entretanto, sem grandes danos. Como as tropas federalistas que vieram em auxílio foram vencidas pelas forças governistas, a frota deixou a barra do Rio Grande no dia 11, rumo à costa uruguaia (FRANCO, 1993, p. 79-80).

Encerrado o capítulo desta história, O *Rio Grande do Sul* seguiu sua trajetória, claro, mas, em decorrência da saída do opositor, não há mais razão para continuar minha história da Revolução Federalista através dos embates das folhas antagônicas, pelo simples fato de o embate não mais existir. Por isso, antes de seguir com alguns aspectos relevantes da folha castilhista, é oportuno traçar um balanço de alguns aspectos qualitativos até aqui, sintetizados na tabela 5, abaixo. Entretanto, e é preciso fazer a ressalva, mesmo sem o *Eco*, a análise da folha castilhista prossegue, principalmente para responder algumas questões em aberto que estabeleci como objetivos importantes para entender a transformação de um jornal “neutro” a “órgão do Partido Republicano”.

Tabela 5: Termos mais utilizados sobre o jornal rival

<i>Rio Grande do Sul</i> (em relação ao <i>Eco</i>)	<i>Eco do Sul</i> (em relação ao <i>Rio Grande do Sul</i>)
Folha da Pedro II	“Neutro”, “Isento”
Jornal Eco/Jornaleco	Reduccionismos (Rio do Sul, Rio, R.)
“Neutro”	Assobio (e variantes: do Beco, do Afonso)
Outros (folha restauradora, folha sebastianista, folha saudosista, folha federalista, o sujo, folha pornográfica)	Outros (um tal, folha governista, folha paga)

Fonte: o autor

Algumas observações necessárias a respeito dos dados acima compilados: optei por agrupar as variações cujo significado eram os mesmos, por isso “neutro” e “isento” aparecem na mesma categoria, assim como “jornal *Eco*” e “jornaleco”. Por outro lado, apesar da óbvia associação que o *Rio Grande do Sul* faz, quando se refere ao endereço do *Eco* ser uma alusão à monarquia, não era tão explícita nem recorrente quanto as demais (“restauradora”, “sebastianista”, “saudosista”, etc.) e, em decorrência disso, fiz a diferenciação.

Pela compilação acima, é possível observar que, ainda que o *Eco* seja reconhecidamente uma folha “virulenta”, os pejorativos mais explícitos (assobio e suas variantes) não foi a forma mais recorrente de se referir ao rival. A ironia sobre o surgimento do rival como “neutro” e “alheio a política-partidária”, sempre foi motivo de chacota pelo jornal federalista, e, mesmo na fase em que o *Rio Grande do Sul* era assumidamente castilhistas, o termo permanece, como forma, talvez, de lembrar ao leitor que a folha era enganosa desde seu princípio. Como assumiu o dístico de “órgão do Partido Republicano” somente quando o *Eco* já não mais circulava, talvez por isso o pejorativo “assobio” não seja o termo que encabece a lista. Importante destacar, também, que, embora restrito ao início de 1893, os adjetivos mais “pesados” dirigidos ao *Eco* (e também pela sua variedade) foram bastante recorrentes, sem, contudo, “destronar” os três primeiros.

É possível também, caso as folhas tivessem circulado simultaneamente em todo o período da guerra civil, outros adjetivos aparecessem, ou, ao menos, a ordem dos aqui apresentados fosse outra. De qualquer forma, é sintomático que em apenas raríssimas exceções, o nome completo e sem alguma ironia tenha sido usado, no período analisado. É uma história de embate constante.

A saída de cena do concorrente que mereceu todos os qualitativos acima, não representou vida fácil para o *Rio Grande do Sul*. Ainda em abril (30), o jornal comunicava que, “de amanhã em diante”, ou seja, 1º de maio, passaria a ser propriedade de uma nova empresa, deixando “por esse motivo, de ser distribuída amanhã, devendo reaparecer na quarta-feira, 2 do corrente. Continuará também a ser uma folha vespertina” (RIO GRANDE DO SUL, 30/04/1894, p. 2). Conforme previsto no passado pelo *Eco*, a folha castilhistista era finalmente vendida. Na brevíssima nota, também comunica a troca de comando, permanecendo um dos sócios originais (Manoel Afonso dos Reis), com o acréscimo de novo sócio, também redator, ambos substituindo Francisco de Paula Pires na função, que aliás estava “em vacância” desde 14 de julho de 1893, a última que creditara seu nome no frontispício do jornal. A partir daí, o espaço antes ocupado pelo seu nome passou a figurar em branco a partir da edição seguinte, 20 de julho de 1893. Essa pausa entre os dias 15 e 19 chegou a ser anunciada pelo jornal, na edição do dia 14, sem maiores explicações, provavelmente pela ausência de um redator-chefe e enquanto se buscava substituto.

No dia 2 de maio, quando reaparece, no editorial “Ao público”, informa que a nova empresa (Pimentel & Reis) é fruto da sociedade entre o antigo sócio Manoel Antônio Afonso Reis e o recém admitido Fernando Antônio de Almeida Pimentel. Diz que empreendem a tarefa árdua de manter o jornal em “momento de tamanha gravidade”, em “situação tão dolorosa para a pátria”. O programa aparece logo a seguir:

Os nossos intuitos

Todo jornal tem um programa que obedece a certa ordem de princípios, em torno dos quais se desenvolve a atividade mental de sua redação.

[...]

Daí deduz-se a verdade incontestável que imprensa sem política ou política sem imprensa, são paradoxos inaceitáveis, anomalias creíveis unicamente por os que não possuem uma compreensão mais ou menos nítida dos mais simples fenômenos sociais.

Subordinado a esta orientação, o *Rio Grande do Sul*, deixando de ser uma folha partidária, esposará, todavia, **incondicionalmente os princípios republicanos** [...].

Adeptos da república federal presidencialista, dispostos a bater-nos por esses princípios, **no seio dos quais, nos parece**, a despeito de nossas deploráveis conturbações políticas, **existir o remédio preciso para todos os males que afligem esta generosa pátria**. (RIO GRANDE DO SUL, 02/05/1894, p. 1) [grifos meus]

No programa não aparece o termo “neutro”, que marcara o surgimento do jornal. Se antes era “apartado” das lutas partidárias, e “isento das paixões políticas”, nesse momento assume mais claramente seu posicionamento político, embora fosse já há tempos posto em prática, mesmo no seu início, só estava fora do seu programa oficial, agora explícito. Não se considerava um órgão “partidário”, embora os termos que defendia o credenciasse como tal.

Logo a seguir, traz “um apelo”, como subtítulo, no qual pede o auxílio dos leitores: “não desconhecemos que a carestia da vida, tornando difícil e quase insuportável a existência das classes produtoras”, que, por sua vez, “torna crítica e precária a situação da imprensa, pelo cerceamento fatal de muitos elementos que, em épocas mais favoráveis, concorrerem em favor de sua sustentação”.

Era uma tentativa de “viabilizar” economicamente o jornal. O termo “apelo” é significativo. No mesmo sentido, e na mesma edição, uma nota em destaque cujo título era “Aos nossos assinantes”, diz: “rogamos aos nossos assinantes que se acham em atraso com o *quantum* de suas assinaturas e contas o obséquio de satisfazerem quanto antes o seu débito na Tipografia Trocadero, dos Srs. Reis, Bastos & C.” (RIO GRANDE DO SUL, 02/05/1894, p. 2). As receitas dos assinantes atrasados, como se vê, não fez parte do negócio nem seria agregado ao “patrimônio” da nova empresa, e sim como “direitos” da antiga proprietária.

Na edição do dia 14 de junho, uma nova (suposta) troca de comando, pouco mais de um mês depois. É a última edição em que aparece como propriedade de Pimentel & Reis, com os mesmos creditados como redatores e, como noticiarista, José Maria Morais. Na edição seguinte, de 16 de junho de 1894, um sábado, aparece já como “Órgão do Partido Republicano”, ainda vespertino, e com a informação de propriedade “de uma associação” e no espaço onde outrora nomeava seus redatores, há agora somente o termo “diversos”, sendo mantido o noticiarista. Na edição de 18 de junho de 1892, aparece o nome de Alípio Cadaval como redator, mudando a denominação para “diretor” a partir da edição de 4 de dezembro de 1894 e suprimindo a menção à função de “noticiarista”, em seu lugar constando como “secretário” a volta (pelo menos nos créditos) de F. de Paula Pires, seu antigo redator. Ou os sócios retiraram-se, ou venderam ao PRR, ou apenas omitiram seus nomes por alguma razão não explicitada.

Sobre os dois dias em que deixou de circular, dias úteis, não são mencionados os motivos para tal nem a suposta troca de comando e/ou propriedade. Porém, o indício que houve mudança, pelo menos administrativa e não apenas a omissão de seus donos, é verificada nos preços e modalidades de assinaturas. Na véspera, aparecem somente dois planos, anual e semestral, sendo 18\$ para o primeiro e 10\$ o segundo, (ambos para a cidade), e 20\$ (anual) e 10\$, (semestral), respectivamente, “para fora”.

Na mudança, constavam os novos planos “para a cidade”, anual, semestral, trimestral e mensal (20\$, 10\$, 5\$ e 2\$, respectivamente, e “para fora”, anual (22\$) e semestral (11\$), sendo este em “pagamento adiantado”, conforme destacado em seu frontispício. O número avulso conservou-se a 100 réis.

A essa altura, também, o termo “maragato” é amplamente empregado pela folha para se referir aos federalistas, como é verificado nas matérias “gerais maragatos”, “sempre os mesmos” e “prisão de um chefe”, por exemplo (RIO GRANDE DO SUL, 14/06/1894, p. 1-2). Além disso, noticia que fora preso na capital federal um “maquinista da estrada de ferro Central do Brasil” em cuja casa haviam sido guardadas “quatro bandeiras monárquicas, que deveriam servir em momento dado, segundo uma carta encontrada” e na qual um amigo do preso “pedia entregar-lhas, porque em breves dias teria necessidade delas.” (RIO GRANDE DO SUL, 16/06/1894, p. 2). Mudavam donos, redatores, noticiaristas, diretores, logotipo, planos de assinatura, turno do dia de veiculação, tudo, menos as velhas práticas de atribuir aos adversários a pecha de monarquistas.

Rupturas e continuidades...

4.3 A DERRADEIRA REVIRAVOLTA NO ENREDO: O RETORNO DO *ECO DO SUL*

Quando o *Eco do Sul* suspendeu suas atividades, seu número estampado na capa era o 77. Ao retornar, em 1º de setembro de 1895, com a ata de pacificação já assinada, retomou a numeração, no número 78, ou seja, não “reapareceu” em nenhum outro lugar como suposto pelo *Rio Grande do Sul*

quando noticiou um “boato” de que o antagonista “apareceria em Montevidéu” (RIO GRANDE DO SUL, 9/11/1894, p. 1).

Em 3 de setembro de 1895, a folha castilhista informava que teria recebido, naquele dia, os dois primeiros exemplares “dessa folha local, que reapareceu no domingo último”. Continua o diário:

No seu artigo-programa diz que o jornal “emerge da penumbra em que, por efeito de uma situação política impossível, mas, FELIZMENTE TERMINADA”, esteve.

Ora, quando o *Eco* suspendeu a sua publicação, por desejos espontâneos e voluntários, a situação política dominante no estado era a do glorioso partido republicano, luminosamente orientado pelo honrado Dr. Júlio de Castilhos. Essa situação, a despeito de todos os manejos e de todas as lutas, persiste ainda e persistirá por muito tempo.

Não se deu a menor mudança política, e o que antes existia aí está, para glória e benefício dos rio-grandenses.

Não atinamos, portanto, qual seja a *situação impossível felizmente terminada*. Vem, depois, os seguintes tópicos:

“Persistindo em seus elevados intuitos, fará sincero esforço para que seja um fato indiscutível a paz da família estadual e possamos, *unidos por liames duradouros*, remover os obstáculos antepostos à livre passagem do povo rio-grandense, na vereda sorridente do progresso”.

“... *sopeando um pouco os ímpetos partidários, prestarem no altar da pátria as juras fervorosas de união fraternal*”.

Quem assim se exprime, pregando mansuetude, paz, esquecimento de ódios, etc., deveria ao menos, para ser coerente, dar, de princípio, uma prova indiscutível de tais sentimentos.

Entretanto, de início, o *Eco* começa a falsear os desejos que apregoa, publicando em rodapé uma das maiores torpezas lançadas ao benemérito e honradíssimo vulto que recolheu-se à sepultura, sagrado pelas bênçãos de um povo inteiro; dá sob o título “O drama do Paraná” o extravasamento vil do despeito, do ódio e da perversidade de um desertor do exército, sobre a memória sacrossanta e impoluta do maior brasileiro, daquele que se chamou Floriano Peixoto.

Não compreendemos como se aconselha o olvido de paixões desmedidas, aticando-as, revolvendo-as (RIO GRANDE DO SUL, 3/09/1895, p. 2) [os grifos, inclusive as maiúsculas, são do original].

O primeiro número do *Eco* traz o retrato de Saldanha da Gama, e por isso tamanha revolta do órgão do Partido Republicano. Não é isso, entretanto, o mais relevante dessa nota. O *Rio Grande do Sul* argumenta, triunfante, que “nada mudou” no estado. A julgar pelos ataques já iniciados, aparentemente nada havia mudado mesmo. Os vencedores continuavam vencedores. Há um porém nesta história, e já volto a ele.

No dia 5 de setembro de 1895, também na página 2 (parece que os adversários não queriam ceder seu “espaço nobre” para digladiarem-se), o *Eco* responde em um longo artigo os comentários do rival:

Reparos a uns reparos

O *Rio Grande do Sul*, noticiando o reaparecimento do *Eco do Sul*, faz alguns reparos sobre várias das publicações com que iniciamos nossa fase atual.

Achou o colega que a situação política do estado é ainda a mesma, sem tirar nem pôr, que dominava, quando o *Eco*, para fugir às perseguições que faziam a seus adversários os então donos desta terra, teve de fechar a porta.

Não, não há tal, a situação não é a mesma.

Reparem bem que acharão as coisas transformadas.

O vento que soprava **à popa** do castilhismo, vem-lhe agora pela proa. É que o vento mudou.

Mudou sim, a situação já não é a mesma.

Quem manda aqui no estado não é o respectivo presidente, nem suas autoridades, nem seus próprios homens (*ECO DO SUL*, 5/09/1895, p. 3) [grifos meus].

A prova disso, segundo o *Eco*, é que Castilhos queria que o coronel Facundo Tavares “apodrecesse no cárcere, gastaram palavras e palavrões para ficarem com ele seguro em Porto Alegre, e, afinal, Facundo Tavares foi para o Rio, obtendo soltura, por meio de *habeas corpus*” contra a vontade do castilhismo, “que ainda por cima teve boas reprimendas do *Supremo Tribunal*”. E continua argumentando que a situação não era a mesma, uma vez que o governo federal havia telegrafado ao general Galvão para que prendesse “o bravo general Tavares, caso este pudesse ser encontrado em território do estado”, e o general Tavares “vem a Piratini e a Pelotas, a chamado do comandante do distrito, a tratar da pacificação”. Ironiza afirmando que não é a mesma situação, porque, se fosse os chefes, oficiais e soldados revolucionários, não poderiam “passear e fazer festas nos centros mais populosos do estado, pondo o castilhismo, principalmente de Pelotas, numa fúria diabólica”. E prossegue:

Para que mais fatos?

Tem se feito agora tantas coisas contra a vontade da política castilhistas que a gente facilmente se convence de que a situação já não é mais a mesma.

As garantias com que regressaram ao estado muitas pessoas que se achavam emigradas, são as emanadas do governo da União e tornadas efetivas pelo general Inocêncio de Queiroz.

São fatos históricos que devem ser conhecidos e cuja publicação não impede que os apreciadores da *ditadura* continuem a louvá-la.

Os desejos que manifestamos de união fraternal, são ainda os mesmos; o que, porém, não se deve exigir de nós é que com o nosso silêncio, sancionemos quanta malvadez houverem praticado e quiserem praticar.

Isso não seria confraternização, seria subserviência, tanto mais quanto a imprensa adversa está todos os dias a lançar a pecha de

maragatos,¹⁰⁶ bandidos e ladrões a quem atirou-se à liça em defesa da liberdade (ECO DO SUL, 5/09/1895, p. 2).

Novamente, a verdade se impõe como perspectiva. A vitória aos moldes que os federalistas desejavam não ocorreu, mas, pelo menos para o *Eco*, naquele momento, Castilhos não ter uma vitória completa, acachapante, e ainda mais pela anistia que viria, do jeito que viria, era considerada **uma vitória**, ao seu modo. A história da Revolução Federalista não teria seu ponto final na pacificação, antes uma vírgula, tampouco os embates entre ambas as folhas, até o desaparecimento do *Rio Grande do Sul* em 1897.

Logo, tinham razão ambas as folhas. **As coisas não mudaram, e mudaram**. Um exemplo sintomático – e simbólico – é que, quando o *Eco* fechou suas portas, a rua ainda conservava o nome Pedro II. Quando retornou, em setembro de 1895, com a guerra já oficialmente acabada, o número permanecia o mesmo (82), entretanto, a rua já se chamava Floriano Peixoto.

É preciso destacar a força do simbolismo na coincidência, o substituto do imperador deposto, cujo reinado foi marcado por uma imprensa que gozava de mais liberdades, na qual o *Eco* exercia de forma mais “livre” seu ofício, agora se submetia (como já se submetera ao ter de suspender suas atividades) à herança de Floriano Peixoto. Além do mais, e a despeito da sua insistência (nem sempre com sucesso) de não ser associado aos restauradores, havia sim, um resquício de uma chama monárquica pequena, porém viva, percebida (ou ao menos retratada) no *Eco*, perdendo força ao longo do tempo até desaparecer completamente, assim como a própria memória do imperador deposto perdeu também seu lugar no espaço público, desaparecendo como nome de uma das mais importantes vias do Rio Grande, sendo substituída não pelo seu sucessor, não por quem implantou a República (e em desgraça naquele período após sua tentativa de golpe), mas do “marechal de ferro”, símbolo do início do processo da consolidação da jovem República brasileira.

¹⁰⁶ Pela primeira vez o *Eco* traz o termo “maragato”, e não como dístico, não como termo assimilado e acatado, e sim, aparentemente, como um pejorativo.

E (NÃO) FORAM FELIZES PARA SEMPRE (OU, À GUISA DE UMA CONCLUSÃO)

Termino aqui a jornada longa, árdua, cheia de desafios e obstáculos como o próprio tempo histórico em que esta tese foi escrita, entre elas uma pandemia de dimensões globais que, obviamente, interferiu de maneira decisiva o planejamento, execução e os próprios rumos do trabalho. Enquanto tentava contar a história de uma guerra que vitimou milhares de vidas, outras vidas ao meu redor também se findavam, em uma trágica – e, talvez, cruel – coincidência do destino. Os gregos estavam certos: tudo veio do caos, inclua-se o que aqui se apresenta, que nasceu em meio a ele.

Contudo, como na vida, o processo foi ao mesmo tempo aprisionante e libertador. Aprisionante pela ousada e colossal tarefa autoimposta do tamanho do *corpus* por mim escolhido, em uma ingênua percepção de que estava à altura do que me propunha, e libertador ao constatar que, como historiador, por maior rigor e tenacidade que empregue, haverá lacunas. Algumas indagações foram respondidas, outras não, outras ainda creio ter chegado perto, mas não o suficiente para afirmar que estava satisfeito com a resposta, como, por exemplo, minha inquietação quanto a origem e significado do termo “pica-pau”, que considero todas as explicações aceitas atualmente como insatisfatórias, incompletas. Ainda há o que destrinchar, e muito. Longe de ser um “lugar-comum”, uma constatação protocolar presente nas considerações finais de toda tese, sinceramente penso que esses vazios, descobertos (no sentido de não-cobertos) ou lacunas deixadas não são, necessariamente, um defeito incontornável (não que ela não os tenha, ao contrário, tem muitos), visto que abre caminhos para que novas perguntas, diferentes olhares, outras visitas, enfim, possibilitem retornar a um tema que, se por alguns se considera esgotado, ainda há e haverá sempre o que escrever, refletir e produzir conhecimento histórico, sobre quem nós fomos e quem nós somos.

A divisão bipolar que o resto do país experimenta, com certa surpresa, nos anos recentes, nós a conhecemos desde muito, e suas raízes históricas nascem junto com a República e seus desdobramentos, sendo o mais

contundente a própria Revolução Federalista,¹⁰⁷ e perduram até o presente. A famosa expressão da “grenalização”¹⁰⁸ (ou se é gremista, ou se é colorado), é nossa velha conhecida. Castilhistas e federalistas, pica-paus e maragatos, brancos, azuis, verde-amarelos, não importa a cor variante de acordo com o momento, se volta contra algum vermelho (sempre os vermelhos, embora não sejam os mesmos nem represente um único lado/ideal) durante fins do século XIX, todo o XX e adentra o XXI. E assim, ambos (in)vestidos com sua cor, têm se equilibrado em partes opostas de um mesmo fio, o tênue fio que nos sustenta, o fio da História. E é para “não perder o fio da meada” que usamos esse mesmo fio no tear da confecção do tecido histórico.

Os autores que aqui foram reunidos para fornecer suporte conceitual e analítico, ou o estofamento histórico necessário a validar minhas afirmativas, pertencem(eram) as mais diferentes correntes de pensamento: “annalíticos” (referência a Escola dos *Annales*), liberais, marxistas, pós-modernistas, e até mesmo... monarquistas. O amálgama é proposital: tenho convicção de que a pluralidade de olhares não apenas enriquece o trabalho, alarga a compreensão, mas traz uma gama considerável de possibilidades interpretativas plurais. Traz “diversidade”, palavra em voga, à “narrativa” (também em voga, embora deturpada e sequestrada de forma indevida por alguns grupos contemporâneos, coisas da língua). Não desejei um trabalho “monolítico”, com apenas uma lente. Se o grau não é preciso, o risco de induzir ou piorar a “miopia” é muito grande. Mais importante do que a escola, ou a corrente ideológica dos autores, o que credibiliza e legitima seu conhecimento e o qualifica como fonte/aporte teórico é

¹⁰⁷ Alguém poderia evocar a memória da Revolução Farroupilha nesse sentido, porém, não encontro paralelo entre ambos os conflitos no que se refere a divisão profunda que veio a se estabelecer na política sul-rio-grandense. Ainda que se considere que houve gaúchos defendendo tanto a bandeira farroupilha quanto a imperial, existia a figura do “inimigo externo” (o próprio império), enquanto, na Federalista, era uma guerra civil interna que fez surgir ódios duradouros. No pós-Farroupilha, as forças antagônicas nunca chegaram a se enfrentar; ao contrário, os conservadores, ferrenhos opositores aos liberais nos tempos monárquicos, estavam do mesmo lado na Revolução Federalista. Por tudo isso, não vejo comparação possível.

¹⁰⁸ A “grenalização” originalmente está associada a rivalidade de dois dos maiores clubes de futebol do Rio Grande do Sul, Grêmio e Internacional (cujo dérbi é conhecido como “grenal”, junção da primeira sílaba do primeiro time e a última do segundo). Como um dos mais importantes clássicos justamente pela sua rivalidade, com o tempo seu significado extrapolou o universo do futebol e é aplicado para toda disputa “apaixonada” entre dois polos antagônicos, sendo usado comumente na imprensa sul-rio-grandense nos últimos anos. Uma rápida pesquisa na internet pode facilmente atestar a afirmativa, e aqui cito alguns exemplos: Milman (2017), Paim (2018) e Pereira (2021), sendo os autores, respectivamente, colunista de política; vice-prefeito de Porto Alegre; e, o último, empresário.

a solidez e a coerência de seus argumentos. Cada escolha não foi aleatória: ou foi por convicção, ou por sugestão da banca de qualificação e de diferentes personagens, dentre eles, do meu orientador, claro, e também de professores, ex-professores, colegas e profissionais que tenho afinidade e convergência de pensamento. Entretanto, repito, é um trabalho de muitas mentes, entretanto, cuja “curadoria” final é minha, e, portanto, também a responsabilidade das escolhas, talvez “ecclética” demais a alguns olhos. É o risco (ou virtude) de toda a tese: expor o pesquisador, apresentar teorias que serão postas à julgamento, aceitas ou rejeitadas. Em tendo êxito, reforçar o compromisso e contribuir com o avanço, ou, ao menos, uma perspectiva diferente, do conhecimento histórico.

Faço o adendo também às citações diretas, recuadas, dos dois jornais pesquisados e analisados na tese. Em sua maioria, são longas. E não por acaso, há critério e objetivo consciente de minha parte ao usar tal artifício. Elas são parte fundamental daquilo que me propus a fazer. Meu intuito, ao trazer o máximo possível de material original, foi de convidar o leitor a compreender, junto comigo, as falas, as opiniões, as tomadas de posição, os embates, as críticas, as ironias, as réplicas e as trélicas que seriam analisadas. Para alguns pode parecer cansativo, para outros desnecessário, porém, trata-se de estilo. O meu estilo. Não apenas “provar” reproduzindo pequenos trechos, mas municiar o leitor com o máximo (dentro de limites razoáveis, claro) de informações originais. Lembrando que são jornais do século XIX. Eles eram grandes tanto em tamanho quanto em volume de texto. Na era dos tuítes¹⁰⁹, dos *reels* de 15 segundos, pode parecer um descalabro citações longas. Elas estão ali e devem ser lidas, fazem parte indissociável do texto e são, ao meu ver, absolutamente fundamentais.

Tenho ciência das limitações da pesquisa, mas também da especificidade própria que meu olhar, que minhas reflexões trouxeram para contribuir, ao seu/meu jeito, no entendimento da Revolução Federalista como um processo sem consenso de quando se iniciou e quando se acabou. Todavia, ao concluir a tese, tenho cada vez mais a convicção de que o marco inaugural do processo convulsivo do Rio Grande do Sul se deu no ano de 1891, com a “revolução esquecida” de 8 de novembro, em consonância à recente e

¹⁰⁹ No momento em que escrevo estas linhas, a rede social mudou seu nome para “X”, não havendo um substituto, em português, para o ato de publicação em tal rede, então, mantenho o antigo.

encorpada pesquisa de Gustavo de Andrade (2021), entretanto, se concordamos com a data, diversificamos as explicações causais de nossas escolhas. Andrade defende igualmente que a Revolução Federalista teve seu início em 1891, porém elege Bagé como seu epicentro, destacando a importância da cidade no sucesso do 8 de Novembro. Concordando com a data, e sem negar a relevância daquela cidade, faço um adendo que considero crucial: a primazia do Rio Grande no movimento, e não somente o fronteiro município.

Na falta de grandes nomes como Silveira Martins, os Tavares, ou Gumercindo Saraiva, a historiografia da Revolução Federalista, especialmente a que foi fortemente influenciada pelo castilhismo vencedor, necessitava de nomes a exaltar (os que estavam sob a égide de Castilhos) ou demonizar (os dissidentes e os outrora poderosos chefes liberais e conservadores do período monárquico). Não tendo nem um nem outro desses quadros, Rio Grande foi relegada a uma condição periférica ou, em muitos casos, apagada na história da guerra civil, evocando-a somente quando há a confluência com a Revolta da Armada, como se a cidade se mantivesse apartada do que acontecia no estado.

Esse reducionismo não condiz com sua importância nem com a sua efetiva participação, verificada e reproduzida na intensa atividade jornalística. Bagé, por exemplo, um dos maiores senão o maior reduto dos federalistas, resistiu ao cerco destes em grande parte pela engenhosidade do general Telles, mas, se tivesse caído, simbolicamente seria um fato poderoso, sem dúvida, porém, na prática, mesmo que ali se estabelecesse um governo paralelo (como ocorreu durante os dias finais da Junta Governativa), não representaria, necessariamente, um perigo muito grande à Porto Alegre. Rio Grande, por outro lado, teve tropas constantemente convocadas e deslocadas com frequência (o que indica que dispunha de um contingente considerável), tinha também o porto, a Armada, a “Casa de rendas” (Alfândega), o cabo submarino do telégrafo, que ligava o país ao estado, ali é que chegava (RIO GRANDE DO SUL, 21/06/1892, p. 2), além, é claro, das tentativas frustradas de cercar e tomar a cidade, prova de que o governo tinha plena ciência de sua importância e dotou o município de força e recursos consideráveis para resistir pois sabia que, se outras cidades seriam naturalmente tomadas e eventualmente retomadas, Rio Grande, se conquistada, “estrangularia” não só uma das maiores economias do estado, a rica Pelotas, e a capital, selando o destino da guerra. Creio que esses aspectos

tornam Rio Grande não apenas um ator de destaque, e, arrisco, até um protagonismo, ainda que pouco visto ou reconhecido pela historiografia, até porque sua participação “discreta” nas batalhas, os eventos que mais ganham destaque e atenção quando se fala em Revolução Federalista, não apaga seu tamanho tanto na “guerra discursiva” quanto em seu papel crucial no mapa geopolítico do estado e no entendimento de uma guerra que não aconteceu apenas nas cidades, nos campos e nas coxilhas.

Na campanha, o 8 de Novembro apoiou-se na força militar e no protagonismo da família Tavares. Rio Grande simbolizava um ponto ainda mais complexo e, sobretudo, estratégico: se, por um lado, carecia de nomes de projeção estadual, com lideranças políticas expressivas ao estilo personalista da fronteira, por outro lado era um centro urbano e comercial mais importante do que Bagé, e na cidade portuária se deu uma união de forças sem igual: imprensa (a segunda em importância no estado, como já dito), sociedade civil, apoio da população e, no elemento militar, além do exército e guarda cívica (o embrião da Brigada Militar), ainda possuía duas vantagens que a campanha não dispunha: a Armada (e seus preciosos navios de guerra) e o mais importante porto do estado¹¹⁰, porta de entrada para outras cidades relevantes, como a vizinha Pelotas e, subindo a Laguna dos Patos, a própria capital, Porto Alegre. Rio Grande, do ponto de vista geopolítico, era o fiel de uma balança que poderia desequilibrar para qualquer um dos lados, e por isso teve papel preponderante na Revolução de 8 de Novembro, porque não se tratava de uma união de caudilhos e suas tropas armadas, ameaçando perigosamente, mas à distância, e sim de uma sociedade organizada e peça-chave para qualquer tentativa de controle do estado. Sem Rio Grande, Porto Alegre ficaria isolada até mesmo do centro do país, pois era a “porta de entrada” de (quase) tudo e todos que para cá tivessem destino. Rio Grande capitulando, Porto Alegre capitulava. Não foi em vão que os jornais, em júbilo e em coro, traziam para si a primazia da revolução.

Logo, a esperança federalista pairava em um 8 de Novembro aos moldes do ocorrido em Rio Grande, não o de Bagé, uma vez que aquele modelo não

¹¹⁰ Sobre a importância do Porto do Rio Grande, a “obsessão” de Castilhos por ele (ainda que menor e “dependente” de Montevidéu, que era maior) e a recorrência, desde Silveira Martins, sobre a importância da barra, ver ESPÍRITO SANTO (1994, p. 69-81).

estava em vantagem, já apresentava sinais de desgaste. O antes “invencível” Joca Tavares acumulava derrotas para as cada vez mais preparadas e aparelhadas forças castilhistas, com o apoio decisivo das tropas federais. A saída não era depositada em um líder militar experiente e incontestável; isso, àquela altura, era impossível em um estado dividido, contudo, a conjunção de forças, de todas as matizes e origens, em um projeto de reedição de uma revolução vencedora, não somente pela força, senão pela unidade, e por isso a incessante atuação dos jornais federalistas, mesmo com a “rolha”, em tentar angariar cada vez mais simpatizantes e tornar possível, uma vez mais, um 8 de Novembro triunfante.

Como o título já pressupõe e como expliquei na introdução, não pretendi fazer “a” história da guerra civil, e sim “uma”, a minha, baseada naquilo que lia, depurava e analisava dos dois jornais antagônicos que elegi como fontes principais. Naquilo que, por muito tempo, só tinha serventia no dia, depois se tornava embrulho; na “folha morta” da palavra escrita, pude encontrar vida – e também morte – nas páginas dos jornais não-jornais. Vidas que escreviam sobre outras vidas, sobre ideais, paixões, interesses, poder. Mesmo quando não havia algo novo (as notícias e fatos históricos amplamente sabidos dos eventos da Revolução Federalista, por exemplo), encontrei novidade. Na nuance do termo, na forma como se escrevia, no que não se escrevia, surgiam respostas para perguntas feitas e também para as não feitas, ou seja, as não previstas originalmente, entretanto, que se apresentavam como relevantes para a construção desta minha história.

Nesse sentido, o jornal, e, especificamente, o tipo existente em fins do século XIX, o qual também foi verificado em outras partes do Brasil, mas, em especial no Rio Grande do Sul, era um espaço privilegiado de exercício do poder, feito por indivíduos ou pequenos grupos, a serviço de projetos econômicos, sociais e políticos próprios, que precisava mediar/conciliar os seus interesses com aqueles do público leitor de uma maneira distinta da que seria praticada nos periódicos de massa que viriam a proliferar ao longo do século XX, estes com um público leitor mais amplo e com o mercado anunciante a “moderar”. No caso sul-rio-grandense, a suposta “imparcialidade” que viria a ser a regra das grandes empresas profissionalizadas de mídia, ainda não era um valor, sequer um objetivo (mesmo que alguns jornais alegassem ter): interessava o uso do veículo

para fins bem delineados, escritos por e para um tipo específico, letrado (o que não era tão comum), pertencente a uma elite (escrito por e para), seja ela intelectual, social, política e/ou econômica e com algum tipo de influência (seja pelo voto, ainda restrito, porém relevante, seja pela participação ou mobilização de forças em um eventual conflito armado).

Contudo, não era uma estrutura rígida, uma vez que esses fins poderiam sofrer variações de acordo com o momento, conjuntura, objetivos do grupo, etc. Enquanto espaço de poder, interferia, com maior ou menor intensidade e alcance, na sociedade a qual estava inserido, e por isso era um agente político considerável, o que ajuda a explicar por que a imprensa era a maior tribuna (em termos de alcance) na qual ocorriam os grandes embates das forças em conflito, seja da situação ou da oposição. E não apenas como eco do que se dava nas estruturas formais de poder (noticiando atos e discussões do Executivo, Legislativo, Judiciário), mas, amplificando e participando ativamente, através dos editoriais, artigos, crônicas e até mesmo as notícias, sendo que muitas, senão na maioria das vezes, carregadas da opinião do redator ou representativas do debate político/partidário da época. Em suma, não era um espaço plural nem democrático: seu controle, feito a poucas mãos, propiciava a disputa, obtenção ou manutenção de espaços para si ou seu grupo de acordo com seus interesses, como motivação primeira, e, não menos importante, de influência/controlar a parcela que interessava da chamada “opinião pública”. Comandar de forma direta ou indireta um jornal era essencial para quem estava ou almejava estar no controle da máquina pública, por isso sua importância nesse contexto histórico e a relevância em estudá-lo para compreender melhor o período. O *Rio Grande do Sul* é um caso sintomático: em uma cidade onde não havia uma folha simpática ao castilhismo, foi fundada uma. Era um enclave necessário: ser um bastião das ideias governistas para se contrapor aos veículos estabelecidos e que se posicionavam ou totalmente contrários, ou com pelo menos tendências críticas, como foi o caso do seu maior adversário discursivo, o *Eco do Sul*, assumidamente federalista.

O historiador é um espectador privilegiado, porque sabe o futuro (do passado). Ele lê sobre algo que tem a informação do que acontecerá, algo que nossas fontes não tinham como saber, no máximo, especular. Essa espécie de vantagem, adicionados o método e o distanciamento, possibilita que tenha uma

compreensão mais ampla dos eventos aos quais se debruça. É curioso, e também sintomático, ver odes a Floriano Peixoto e ao general Telles, por exemplo, que caíram em desgraça aos olhos dos castilhistas, serem louvados pelas páginas do *Rio Grande do Sul*. E como Ângelo Dourado, anos depois, não perdia a oportunidade de usar isso como argumentação para sustentar sua cruzada contra o castilhismo-borgismo, nas páginas do *Eco do Sul* do futuro (de novo, futuro do passado). Isso, é claro, não o torna imune à eventuais injustiças, e pode, inclusive, levá-los a cometê-las; a ideia do todo pode reduzir a compreensão da parte, que existiu sob determinadas causas e condições. É preciso critério, atenção e, sobretudo, cautela para que essa ciência do que se sabe que acontecerá não contamine mais do que necessário a análise.

A tarefa de produzir uma história da Revolução Federalista impôs seus próprios desafios interpretativos. Se em editoriais ou artigos opinativos a intenção se apresenta com propósitos mais ou menos manifestos, identificáveis, as notícias necessitam de um olhar mais apurado, uma observação mais crítica. Não há notícia sem significado, sem discurso, seja aquela produzida pelos próprios redatores ou noticiários, seja na reprodução de outros jornais que atuam no mesmo espectro político-partidário. Em outras palavras, cada texto se vincula a uma narrativa discursiva que reforce seus interesses, tanto particulares (dos proprietários das folhas), quanto de seus grupos identitários aos quais se vinculam.

O Brasil, e especialmente o Rio Grande do Sul, passavam por um profundo processo de transformações em muitas frentes, social, econômica, e, especialmente, política. Velho e novo se amalgamavam. Quem representava o novo? Quem representava o antigo? Ambas as forças em conflito reivindicavam para si ora um, ora outro aspecto, a depender de seus interesses do momento. Em uma história em que heróis e vilões eram desempenhados por ambos os lados, fica difícil ao historiador, juiz do passado, tomar uma posição que não traga, junto a esta, uma contradição. Em períodos diferentes, ambos desfrutaram do poder, e da falta dele. Os embates, no campo bélico e por meio da imprensa, nos trazem uma perspectiva de que não há bons e maus nessa história, mas grupos querendo um lugar privilegiado na nova ordem em que se encontrava uma jovem e frágil república. Traumas de divisões que se estenderam por toda a trajetória republicana brasileira, que conheceu mais autoritarismo do que

períodos democráticos. O medo de ontem se faz presente hoje, com ecos da sempre presente ameaça da tutela militar, de tempos em tempos, reaparecer para instaurar a “ordem e o progresso”, costurado na bandeira e nas almas de muitos que têm uma ideia muito própria do significado do conceito. Esqueceram-se do “amor por princípio”, propositada ou inadvertidamente, se levamos em consideração o preceito positivista que inspirou a República e o próprio pavilhão nacional.

Uma pergunta que sempre se faz presente quando sabem de meu objeto de estudo de tantos anos é: quem seriam, hoje, os federalistas? E quem seriam os castilhistas? É uma pergunta simples e pertinente, fazer uma ligação entre passado e presente pode ajudar a responder questões nossas, do agora (gostando ou não, somos herdeiros de nossos antepassados). A resposta, porém, está longe de ser simples. Valores, interesses, grupos socioeconômicos, o que se disputava, como e o porquê...

Os federalistas, um grupo que aglutinava outros grupos de origens e aspirações distintas mesmo entre si em sua composição (monarquistas, liberais, conservadores e dissidentes republicanos) e que tinha em sua “liga” o anticastilhismo poderia representar algo sequer minimamente próximo ao que hoje chamamos de progressistas? Afinal, lutavam contra a ditadura. Por outro lado, e os pedidos de intervenção federal, deposição de governantes “eleitos” (ainda que com ressalvas quanto ao termo, dadas as circunstâncias), o sonho de aliar-se, ou antes ter o respaldo, das Forças Armadas? Os castilhistas, com sua truculência e *modus operandi* ditatorial e (im)positivista, e, no entanto, enfrentando as antigas oligarquias, o “caudilhismo”, poderia representar um anseio popular genuíno? Esses não pediam a ajuda militar porque dispunham dela e a usavam para implementar suas políticas de restrição às liberdades, censura aos jornais, perseguição e assassinato dos inimigos... Algo que a oposição, quando foi governo, também o fez, diga-se. Igualmente em comum, havia (ou há?) o fetiche da permanência do “Poder Moderador”. Sem a figura do monarca, foi naturalmente assimilada pelo elemento militar (não só por ele, mas também muitos políticos e parcela da opinião pública, ontem e hoje), como se, embora extinto com a Constituição de 1891, ainda habitava nas mentes de monarquistas, mesmo os convertidos, e até mesmo dos republicanos, e que, como necessidade do Estado brasileiro, deveria ser exercido por algo ou alguém,

e a instituição que perpassou os dois regimes, e, em última instância implementando a República, foi a militar, logo, a que se considerou a mais “patriótica” e habilitada para tal papel. Ou seja, se na ótica da época, as diferenças pareciam irreconciliáveis, sob a perspectiva presente, há mais semelhanças do que diferenças entre eles, ficando difícil – talvez impossível – traçar paralelos entre os grupos antagônicos daquele tempo e os do momento em que escrevo estas linhas, sem incorrer em anacronismo.

Todavia, não vou fugir à pergunta. A resposta é: pouco importa. O que realmente importa é o legado, bom ou ruim, nunca neutro. É desse processo, dessa turbulência que (re)configuraria o Rio Grande do Sul e o apresenta tal qual o conhecemos hoje. É notório que a República não teve um solo fértil para florescer tranquilamente no extremo sul do país. Seja pela sua configuração histórica, pelas características socioculturais do seu povo, sua política movida por paixões tão fortes quanto ódios, sua afeição ao conflito bélico como forma de resolver questões e tratar seus adversários (externos e internos), mas também por aqui resistir um monarquismo, ora tímido, ora mais orgulhoso e ostensivo, que se fazia presente por estas bandas, tudo isso, refletido nas páginas dos jornais aqui analisados, representa um estado *sui genesis* na federação brasileira. As sementes aqui plantadas, especialmente a partir de 1891, influenciadas pelos eventos da Revolução Federalista direta ou indiretamente, iriam se espalhar para o resto do país durante os séculos seguintes e ajudar a pôr termo à “República Velha”, a mesma que, aos trancos e barrancos, ajudou a consolidar.

Tudo nas páginas dos jornais. O termo recorrente para se referir à Revolução Federalista, luta fratricida, serve também para caracterizar os jornais *Rio Grande do Sul* e *Eco do Sul*, ou o assobio e o jornaleco, para os (inimigos) íntimos. Ferrenhos opositores, os diários eram, também, irmãos. E digo isso não apenas por serem da mesma cidade: guardavam mais semelhanças do que diferenças, a começar pelo endereço, porém, não apenas. Ambos defendiam o Exército, ou antes seu apoio, para atingir seus objetivos de conquista ou manutenção do poder. Ambos defendiam um estado policial fiscalizador da imprensa, desde que fosse a opositora. Ambos tinham as mesmas contradições, sem o menor pudor em escancarar-las numa mesma edição, se fosse o caso. Ambos usavam a mesma técnica de (des)qualificar o rival. À sua maneira, um

era o reflexo do outro, adequando (ou assimilando) o discurso conforme se alternava entre governo e oposição. Nem heróis, nem vilões: ambos eram um reflexo das idiossincráticas elites político-partidárias cujos interesses defendiam, reféns e, simultaneamente, agentes de seu tempo.

Em síntese, recorrer aos jornais na tentativa de encontrar respostas esperadas às indagações, ou apenas em busca da confirmação de teorias, é um equívoco. Volto a evocar a percepção do jornal não-jornal, ou seja, apesar de o documento não ser mais, ele já foi um. “Letra morta” contendo fonte viva, permeada em seu momento de produção pelo imediatismo do que se apressava em publicar na sua edição do dia, pois o amanhã poderia (e, eventualmente, seria) diferente. Não apenas os fatos reportados, mas o próprio posicionamento do veículo era, de certa forma, produto e produtor da sociedade que reportava e se dirigia. Dessa forma, algumas premissas, e mesmo expectativas, não tiveram respaldo nas páginas amareladas dos diários que servem de fonte para esta tese. Sobre os aspectos identitários e suas construções, esperava encontrar mais o termo “maragatos”, por exemplo. Da maneira como os federalistas assimilaram o termo no pós-guerra, destacadamente como Ângelo Dourado, e o próprio *Eco do Sul*, fariam antes daquele século acabar e no início do seguinte (OLIVEIRA, 2018). Talvez uma homenagem póstuma à memória de Gumercindo Saraiva? O recorte não possibilitou responder à pergunta, abrindo caminhos para pesquisas futuras. Pica-pau, por sua vez, surge mais antes da guerra do que durante, só aumentando o mistério em torno do seu surgimento e real significado.

Por outro lado, não esperava perceber um monarquismo ainda vivo e atuante. A tendência, o ponto de partida, é aceitar o que grande parte da historiografia adotou como ponto pacífico: a pecha de monarquistas foi estratégia castilhistas de desqualificar os adversários e reforçar a necessidade do respaldo do governo central. A pesquisa não buscou negar isso, pois uma explicação não exclui a outra: havia método, e possivelmente um exagero na associação, mas também é fato que, ao menos na cidade do Rio Grande, havia simpáticos à causa que não se escondiam, confirmando Janotti (1986), atuando inclusive através da imprensa (e o sintomático caso de um destacado defensor, Mário de Artagão, atuando nos dois periódicos), mas não apenas. Festejos, participação em pleito eleitoral, confusões com partidários de Castilhos e até mesmo elogios

mais ou menos velados foram percebidos, especialmente no *Eco do Sul*, e alguns resquícios adotados pelo “republicaníssimo” *Rio Grande do Sul*, mantendo caducados títulos nobiliárquicos do regime anterior como prática comum para designar seus portadores, e não no sentido de ironizá-los ou de associá-los a monarquistas. Estes, seja de forma explícita ou na força de seus símbolos, permaneciam vivos e inseridos no cotidiano daqueles primeiros anos da jovem República brasileira.

A fronteira se apresentou nas folhas de forma mais ambígua do que previa. O intenso movimento, a “fronteira viva” característica descrita por Reckziegel (2015, p. 109) e que vigoraria ao longo do século XIX, já era algo esperado: o grupo que ascendia ao poder levava a uma onda migratória para os países vizinhos, especialmente o Uruguai, mas também à província de Corrientes, na Argentina. De lá organizavam-se e voltavam para a tentativa de (re)conquistar o poder no estado. Entretanto, a qualificação da região mereceu uma mudança retórica baseada em qual grupo estava na situação: ela ora era vista como uma aliada, ora como um perigo. O *Eco do Sul*, no princípio, adotava o termo “castilhano” (tanto identitário quanto em relação à fronteira) como algo negativo. Logo, ao ver seus correligionários do outro lado, precisou desfazer a associação, encontrando no termo “castilhistas” algo mais apropriado. O *Rio Grande do Sul* via nos “emigrados” uma ameaça; depois, como bandidos. A percepção da fronteira como um espaço em que ambos os grupos poderiam tirar proveito – e ao mesmo tempo temer – não mudou, mas, a forma como se alternava a condição de solução/saída ou potencial “destruidora” não teve um tratamento fixo e pré-estabelecido, como de antemão considerei, com os federalistas a defendendo (por ser seu espaço geográfico mais fortemente associado) e os castilhistas a “demonizando”, do início ao fim. Não foi assim que inferi a partir dos jornais diários. Foi uma construção discursiva que se alterava conforme as conjunturas e interesses se apresentavam, mudando ao sabor dos (e)ventos políticos. A fronteira, então, não era apenas “viva” pelo trânsito migratório, mas também pela sua percepção e formas de a tratar/retratar.

O “e foram felizes para a sempre” é um chavão entre os desfechos de histórias, especialmente as antigas. Indica o final, quando todos os conflitos foram resolvidos, os desafios superados e a paz e a felicidade venceram a intranquilidade e os ardis dos antagonistas, deixando na imaginação do leitor um

futuro doce para os protagonistas. Por isso aparece um “não”, matreiro, no título acima. Minha história termina aqui, entretanto a história da Revolução Federalista não teria final com a pacificação oficial. No lugar do doce, um agridoce, talvez até amargo. As disputas prosseguiriam, as oposições não foram cooptadas nem acalmadas, o castilhismo se consolidaria tão ou mais autoritário com o acréscimo do sufixo “borgismo”, em um novo crescente acirramento de ânimos que resultaria em uma nova revolução, em 1923. Alguns autores saíram de cena, muitos personagens tiveram igual destino. Mas a trama, o enredo, esses permaneciam. Novamente: rupturas e continuidades.

Não, não foram felizes. Serão (seremos) um dia?

Uma frase bastante difundida, de autoria desconhecida, que ouvi em uma entrevista televisiva do dramaturgo Manoel Carlos, diz que “todas as histórias já foram escritas, o que muda é a forma como são contadas”. A frase, ainda que pese um “formulismo” até certo ponto restrigente à inventividade quase ilimitada da mente humana, se aplica perfeitamente a esta tese. A história da Revolução Federalista é bastante conhecida. A forma como eu a contei, tornando-a “uma” história, dentre várias possíveis, é a minha contribuição.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS PRINCIPAIS

ECO DO SUL/Rio Grande – edições de 1º/06/1891 a 10/09/1895.

RIO GRANDE DO SUL/Rio Grande – edições de 1º/06/1891 a 10/09/1895.

(Ambas as coleções localizadas no acervo da Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande/RS)

FONTES IMPRESSAS

A FEDERAÇÃO, 28/02/1884 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

A FEDERAÇÃO, 9/05/1890 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

A FEDERAÇÃO, 22/08/1891 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

A FEDERAÇÃO, 15/11/1891 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

A FEDERAÇÃO, 10/06/1895 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

A FEDERAÇÃO, 28/07/1900 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

A FEDERAÇÃO, 13/06/1903 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

ECO DO SUL, 21/11/1889 (Biblioteca Rio-Grandense)

ECO DO SUL, 16/03/1890 (Biblioteca Rio-Grandense)

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>> Acesso em: 30 set. 2023.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Texto original fac-similado da edição de 14 de julho de 1891. Disponível em <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107> acesso 20 mai. 2021.

DECRETO Nº 1565 DE 13 DE OUTUBRO DE 1893. *In*: COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Segunda reunião ordinária - 6ª sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 31 de agosto de 1893. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 1891-1896.

LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Nona Sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 15.10.1894. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 1891-1896.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano A. A Revolução Federalista – a versão republicana. *In*: FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: a Revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *In*: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALERNCAR, José Almino de (Org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

ALVES, Francisco das Neves. 8 de Novembro de 1891: uma "revolução" esquecida no passado do Rio Grande. *Biblos*, Rio Grande, 19: 135-150, 2006.

ALVES, Francisco das Neves. *A convicção através da pena: a obra jornalística e literária do escritor Mario de Artagão no âmbito brasileiro-lusitano*. Lisboa: CLEPUL, 2016.

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina do século XIX no acervo da Biblioteca Rio-Grandense (levantamento parcial). *Biblos*, Rio Grande, 19: 95-107, 2006.

ALVES, Francisco das Neves. A "Revolução de 8 de novembro" na cidade do Rio Grande. *In*: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (Org.). *Anais do VIII Ciclo de Conferências Históricas*. Rio Grande: FURG, 1999, p. 27-49.

ALVES, Francisco das Neves. A Revolução de 8 de Novembro de 1891 sob o prisma da caricatura. *In*: ALVES, Francisco das Neves (Org.). *Imprensa, política e história no Rio Grande do Sul – (Coleção pensar a história sul-rio-grandense; v. 23)*. Rio Grande: FURG, 2004a.

ALVES, Francisco das Neves (org.). *Memória, mídia e sociedade no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense, vol. 50. Rio Grande: FURG, 2011.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. O enaltecimento da farroupilha versus o esquecimento da federalista: um estudo de caso historiográfico. *Biblos*, Rio Grande, v. 17: 103-120, 2005.

ALVES, Francisco das Neves. *Por uma imprensa livre: a luta dos jornais rio-grandinos contra o cerceamento à liberdade de expressão*. Rio Grande: FURG, 2004b.

ALVES, Francisco das Neves. *Sátiras políticas versejadas no Brasil Meridional: as origens das Historietas* (1890), volume 23 da Coleção Documentos. Coleção Documentos, volume 23. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2020.

ALVES, Francisco das Neves. *Textos para o estudo da história da mais antiga cidade sul-rio-grandense*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2014.

ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: FURG, 1995.

ALVES, Francisco das Neves; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Eco do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

ALVES, Francisco das Neves; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Guerra civil no sul do Brasil: textos acerca da Revolução Federalista* (Antônio Augusto de Azevedo e Ângelo Dourado). Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2020.

ANDRADE, Gustavo Figueira de. *Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Tavares na região platina*. Tese. Programa de Pós-graduação em História/UFSM: Santa Maria, 2021.

ARAÚJO, Markelly Fonseca de. *A revolução do lugar: contextos da guerra da informação na megalópole*. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-13052020-130401>> Acesso em: 29 set. 2023.

AXT, Gunter. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. *História em Revista*, v. 8, n. 8, 2002. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/download/11793/7525>> Acesso em: 04 mai. 2021.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: O Sistema de Relações de Poder. In *República Velha* (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul Passo Fundo: Méritos, 2007.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 5ª ed. Lisboa: Edições 70, 2021.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis, Vozes, 2023.
- BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército brasileiro (1730-1922)*. Publicação oficial do Ministério da Guerra comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: A. Ferroud-F. Ferroud, Succ., 1922.
- BARTHES, R. Verbetes "Texte". *Encyclopaedia Universalis*, 1974.
- BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (Org.). *Política e identidade cultural na América Latina*. S. Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- BORGES, Vavy Pacheco. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). In: FERREIRA, Antônio Celso (Org.) *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Anales (1929-1989) – a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: editora da Unesp, 1997.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolfo. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. Organização e notas de Coralio B. P. Cabeda, Ricardo Vaz Seelig e Gunter Axt. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2002.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. Acesso através do Google Books, disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=gbuxAAAAIAAJ&focus=searchwithinvolume&q=os+estudos>> Acesso em: 18 nov. 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CÉSAR, João José. Notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Anuário da Província para o ano de 1885*. Porto Alegre: Ed. Gunlach & Cia. Livreiro. 1884.
- CHASTEEN, John. *Fronteira rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.
- COHEN, Ilka. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinências e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, junho 2002.

CORREA, J Romaguera. *Vocabulário sul-rio-grandense*. Echenique & Irmão Editores / Livraria Universal: Pelotas / Porto Alegre, 1898.

COURLET, Beatriz Azevedo. Identidades em uma zona de fronteira: a região do Prata no período colonial. In: *Segundas Jornadas de História Regional Comparada*: Porto Alegre: FEE/RS, 2005. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-03.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2021.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CUNHA, Jaqueline Rosa da. *A formação do sistema literário de Pelotas: uma contribuição para a Literatura do Rio Grande do Sul*. Tese. Doutorado em Letras. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4143/1/000410958-Texto%2BCompleto-0.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2021.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Degola e degoladores no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Edigal, 2012.

DELLA CRUZ, Gisele Thiell. *As misérias da cidade: população, saúde e doença em Rio Grande no final do século XIX*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1998.

DOSSE, François. A mania da fragmentação. Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, ed. 6 ago. 1995.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da revolução de 1893*. Ed. fac-similada de 1896 / Apresentação da obra Sérgio da Costa Franco; coordenação Rodrigues Till. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Castilhismo, capitalismo e obstrução da Barra. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (Org.) *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da FURG, 1994.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1995.

FÉLIX, Loiva Otero. Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhista. *In: POSSAMAI, Zita (org.) Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

FLORES, Elio Chaves. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

FLORES, Moacyr. *Chimangos e maragatos*. Porto Alegre: Pradense, 2014.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. *In: RIBEIRO, Maria Theresa Rosa (Org.) Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Disponível em <<https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/publications/fontes-do-pensamento-de-vargas-e-seu-desdobramento-na-sociedade-brasileira>> Acesso em: 02 fev. 2023.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. *In: República Velha (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FRASSON, Carla Beatriz. Análise do discurso: considerações básicas. *Cadernos da FUCAMP*. v. 6, n. 6 (2007). Monte Carmelo: FUCAMP, 2007.

GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido: fundamento da ciência dos jornais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

GUTFREIND, Ieda. A Revolução Federalista: o apelo à revolução e projetos políticos. *In: RAMBO, Artur; FÉLIX, Loiva (Org.) A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. S. Leopoldo: Editora UNISINOS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In: SILVA, Tadeu Tomaz (Org.)* *Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HENTSCHKE, Jens R. *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2015.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). *In: História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930) / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; diretores de volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – v.3 t.2 – coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

ISAIA, Artur Cesar. A Revolução Federalista: catolicismo e clivagem política no Rio Grande do Sul. *In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (Org.)*. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. S. Paulo: Brasiliense, 1986.

KOCH, Infedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2016.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado; ANDRADE, Gustavo Figueira e BRASIL, Luísa Kuhl. *O Cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893: história, memória e fotografia*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2021.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. A Revolução Federalista de 1893 em Bagé nas lentes da câmera fotográfica de José Greco. *In: LOPES et al. O Cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893: história, memória e fotografia*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2021.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *Traços da política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8670/000585611.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 10 mai. 2021.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs)*. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla B. (Org.)*. *Fontes Históricas*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Instituto Estadual do Livro, 1978.

MARTINS, Liana Bach; SILVA, Luís Antônio Costa da; NEVES, Gervásio Rodrigo Neves (Org.). *O pensamento político de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *A guerra total de Canudos*. São Paulo: Escrituras, 2014.

MILMAN, Tulio. Grenalização é como colesterol. ZERO HORA, 14/12/2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/tulio-milman/noticia/2017/12/grenalizacao-e-como-colesterol-cjb6pxqmc00d701p9j60bf4ne.html>> Acesso em: 30 set. 2023.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. *Ruas da cidade do Rio Grande de acordo com a planta da mesma no ano de 1947*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1947 (datilografado).

MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

MORIN, Violette. *Tratamiento periodístico de la información*. Barcelona: A.T.E., 1974.

MOURA, Euclides B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul – antecedentes da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

NABUCO, Joaquim. *Por que continuo a ser monarquista*. (Carta ao Diário do Comércio). Londres: Abrahm Kingdon & Newnham, Impressores, 1890. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000051.pdf#:~:text=Eu%20era%20monarchista%20porque%20a,successora%20evolutiva%20era%20a%20democracia.>> Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, João de. Estatística dos jornais que se têm publicado no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1897*. Pelotas: Echenique, Irmão & Cia. - Livraria Universal, 1896.

OLIVEIRA, Marcelo França de. A construção identitária externa sobre o Brasil e seus habitantes nos relatos de Hans Staden. In: GANDRA, Edgar, ALVES, Francisco das Neves, OLIVEIRA, Marcelo França de (Org.). *Identidades e fronteiras: perspectivas históricas*. 2ª ed. Porto Alegre: Casalettras, 2020.

OLIVEIRA, Marcelo França de. *A memória na Revolução Federalista: diários de guerra e apontamentos de quem viveu o conflito*. Lisboa: Cátedra Infante Dom Henrique para Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização/ Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2017.

OLIVEIRA, Marcelo França de. Ângelo Dourado e o cortejo ao Exército no pós-Revolução Federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Org.). *Revolução Federalista: as múltiplas armas do conflito (1893-1895)*. Passo Fundo: Acervus, 2022.

OLIVEIRA, Marcelo França de. Das armas à pena: intelectualidade e militância na formação do Rio Grande do Sul republicano. In OLIVEIRA, Marcelo França de et al. *História e intelectualidade no Rio Grande do Sul*. Coleção Humanidades. Rio Grande: Pluscom, 2010.

OLIVEIRA, Marcelo França de. *Depois do martírio: a oposição e as proposições de Ângelo Dourado na formação do Rio Grande do Sul republicano*. Lisboa: Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização / Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2018a.

OLIVEIRA, Marcelo França de. Faces da memória na Revolução Federalista: “nós” e “eles” em Voluntários do Martírio. *Scientia Historica – APGH/RG*: Rio Grande, 2013.

OLIVEIRA, Marcelo França de. *O cronista maragato: Literatura e História nas crônicas de Ângelo Dourado publicadas no Eco do Sul (1896-1902)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018b.

OLIVEIRA, Marcelo França de. *Quando a memória vira história: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom, 2009.

PAIM, Gustavo. Nova orla do Guaíba sofre com a grenalização. ZERO HORA, 14/08/2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2018/08/nova-orla-do-guaiba-sofre-com-a-grenalizacao-cjkt6ws201ab01qkcbabsejf.html>> Acesso em: 30 set. 2023.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PEREIRA, Rodrigo Sisnandes. A grenalização da vacina. CORREIO DO POVO, 28/01/2021. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/blogs/artigos/a-grenaliza%C3%A7%C3%A3o-da-vacina-1.561798?amp=1>> Acesso em: 30 set. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. 2ª ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2015.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a revolução além fronteira. *In: História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930) / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; diretores de volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – v. 3, t.2 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.*

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

RÉMOND, René. Do político. *In: RÉMOND, René. (Org). Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 441-454.

RÉMOND, René. Uma história presente. *In: RÉMOND, René (Org). Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul (1827-1864) *In: Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1903*, Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia - Livraria Universal, 1902.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil. A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana*. São Paulo, Ed. Nacional, 1988.

RODRIGUEZ, Ricardo V. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 145, 2010. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/antigo/livro_castilhismo.pdf> Acesso em: 20 jan. 2021.

ROMERO, Sílvio. *O castilhismo no Rio Grande do Sul*. Porto: Oficinas do “Comércio do Porto”, 1912.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. S. Paulo: Alameda, 2010.

ROSSATO, Monica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

SABATO, Hilda. La reacción de América: la construcción de las repúblicas en el siglo XIX. *In: Chartier, Roger; Feros, Antonio (directores) Europa, América y el mundo: tiempos históricos*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SARFATI, Georges-Élia. *Princípios da análise do discurso*. São Paulo: Ática, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação. In: LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da Família Real – a transferência da corte portuguesa para o Brasil* Rio de Janeiro, Zahar, 2007, p. 7-10.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.) *A abertura para o mundo (1889-1930)*. Coleção História do Brasil nação: 1808-2010, vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), 1994, p. 137-152. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Ry558zrk34rdnRxLywW8fmn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 jan. 2021.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). *Congreso de Historia Económica de Zaragoza*. 2000, SESSION: LAS MIGRACIONES A AMERICA, Universidad San Pablo-CEU, Madrid, p. 1-28, 2001. Disponível em <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2013/10/volpiscott.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 21.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica. In: SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina (Org.). *História e imprensa: estudos de hegemonia*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Sousa. Apresentação. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Sousa. *Por que a guerra? Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, L. A. de P. Guerra de informações, direito internacional e soberania. *Revista Eletrônica Direito e Política*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 169–183, 2014b. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/5749>> Acesso em: 29 set. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.

SPALDING, Walter. *Exposição do centenário Farroupilha: a imprensa e o livro no pavilhão cultural (1835-1935)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1995.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. A historiografia do Rio Grande do Sul e a abordagem da fronteira. In: VARGAS, Jonas M. (Org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Fi, 2017.

TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e platinidade na produção historiográfica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*, Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 2008.

VERÓN, Eliseu. *A produção do sentido*. São Paulo: Verbo, 1982.

VIEIRA, Míriam Steffen. *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo, 1885-1925*. Dissertação. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

VILALBA, Epaminondas (pseudônimo de Raul Vilalobos). *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (documentos e comentários)*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897.

VILAS-BOAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: A Nação / Instituto Estadual do Livro, 1974.

VISACRO, Alessandro. *A guerra na era da informação*. São Paulo: Contexto, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu Tomaz (Org.) *Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2010.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Marcelo França de Oliveira, matrícula nº 19103702, declaro para todos os fins que o texto em forma de () Dissertação de mestrado ou (X) Tese de Doutorado, intitulado "Uma história da Revolução Federalista: o confronto discursivo dos jornais Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)", é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 20 de novembro de 2023.



ASSINATURA